UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

A TRINCHEIRA DISCURSIVA: ESCRITOS POLÍTICOS DE ÂNGELO DOURADO EM LIVROS E NA IMPRENSA RIO-GRANDINA NA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL REPUBLICANO (1893-1905) – USOS E POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO SUPERIOR

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

RIO GRANDE – RS
2014

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

A TRINCHEIRA DISCURSIVA: ESCRITOS POLÍTICOS DE ÂNGELO DOURADO EM LIVROS E NA IMPRENSA RIO-GRANDINA NA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL REPUBLICANO (1893-1905) – USOS E POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob orientação do professor Dr. Francisco das Neves Alves.

RIO GRANDE – RS
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Marcelo França de

A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) - usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de história no ensino superior/ Marcelo França de Oliveira. -- Rio Grande: FURG, 2014.

172 f.: il.

Orientação: Professor Dr. Francisco das Neves Alves.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande(FURG), Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, Rio Grande, BR-RS, 2014.

1.Revolução Federalista 2.Ângelo Dourado 3.Ensino de História I.Oliveira, Marcelo França de II.Alves, Francisco das, orient. III.Título

CDU 981.65 O48t

Catalogação: Paulo Cesar de Lima Gonçalves Junior - CRB 10/2018

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

A TRINCHEIRA DISCURSIVA: ESCRITOS POLÍTICOS DE ÂNGELO DOURADO EM LIVROS E NA IMPRENSA RIO-GRANDINA NA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL REPUBLICANO (1893-1905) – USOS E POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob orientação do professor Dr. Francisco das Neves Alves.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014, com o conceito **A**, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Francisco das Neves Alves – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

_____

Luiz Henrique Torres – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

_____

Mauro Nicolas Póvoas – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

_____

Reto Monico – Doutor pela Universidade de Genebra
Membro Examinador Externo.

Dedico este trabalho aos meus pais, seu Aristides e dona Jussara (*in memoriam*), pois nenhum agradecimento sintetiza tudo o que eu devo e sempre deverei a estes dois, a base de tudo.

Dedico também a todos os que, em algum momento, lutaram contra alguma forma ou manifestação de tirania.

AGRADECIMENTOS

Dirijo minhas palavras de agradecimento e reconhecimento a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Primeiro, ao meu orientador e mentor, prof. Dr. Francisco das Neves Alves, pelo estímulo e constante encorajamento, pela paciência e persistência, pela disponibilidade e generosidade em me atender e responder quase que imediatamente às minhas dúvidas e inseguranças (que não foram poucas), ignorando se o dia era sábado, domingo ou feriado, não deixando questão nem problema sem solução. Agradeço também pela orientação firme e segura, mas ao mesmo tempo concedendo-me plena liberdade intelectual para escrever sem amarras ou qualquer outro tipo de cerceamento ou condicionamento.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação do projeto de dissertação, prof. Dr. Luiz Henrique Torres e prof. Dr. Mauro Póvoas, pela disponibilidade em participar daquela avaliação, mas sobretudo pelas observações e leituras críticas em relação ao meu trabalho, fundamental para o aprimoramento possível de lá até aqui.

Estendo meus agradecimentos aos professores, servidores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande, por colaborarem efetivamente com minha formação ao longo do mestrado.

Novamente ao prof. Dr. Luiz Henrique Torres por ceder o espaço de sua disciplina de História do Rio Grande do Sul II, e também aos alunos da turma do 3º ano dos cursos de História – bacharelado e licenciatura – por participarem da experiência da aplicação ao longo dos três encontros e responderem a múltiplos questionários e a exaustiva prova final, que exigiu muito mais do que apenas atenção. Vocês foram fundamentais para a realização e os resultados deste trabalho.

Aos amigos, de perto e de longe, é impossível agradecê-los nominalmente sem correr o risco de esquecer algum. Ainda assim algumas pessoas merecem minha gratidão externada por tudo o que fizeram por mim e que facilitaram minha caminhada e a realização deste trabalho. Assim, agradeço antes de tudo aos meus pais, razão e inspiração de minhas conquistas, ao Thiago, pelo apoio, encorajamento, compreensão e cumplicidade desta caminhada compartilhada; ao Márcio e ao Éder, amigos-irmãos cuja distância física ou temporal nunca diminuiu a amizade; ao Anderson, à Mara e à Pâmela, pela amizade e pelas companhias nos momentos de descontração, tão necessários nesse processo.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de história no ensino superior.** 2014, 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG, Rio Grande, 2014.

RESUMO

A presente dissertação analisa a produção discursiva de Ângelo Dourado através dos livros *Voluntários do Martírio* (1896) e *A Situação Política do Brasil* (1905) além de uma seleção de vinte crônicas publicadas no diário rio-grandino *Echo do Sul* (1899), enquanto fontes para a pesquisa e o ensino de história da época da implantação e consolidação republicana brasileira, em especial os eventos relacionados à Revolução Federalista (1893-95), sob a perspectiva da história política. Assim, constituem seus objetivos principais a análise dos elementos políticos, ideias e posicionamentos abrangidos na produção discursiva de Ângelo Dourado no quadro da formação do Rio Grande do Sul republicano (tendo por base os registros documentais indicados); e também conhecer, com base nas suas obras, as percepções, interpretações e afirmações a respeito da Revolução Federalista, levando em conta suas construções discursivas acerca dos aliados e dos adversários na guerra e na política do Rio Grande do Sul e do Brasil; e ainda refletir sobre as possibilidades de uso das fontes da época no ensino de história, mesclando análise historiográfica e documental sobre o período analisado, debatendo o tratamento factual e até mesmo o silenciamento a que o tema foi relegado ao longo da história sulina, em especial nos ambientes de ensino-aprendizado. Por fim, a aplicação prática deste conhecimento, valendo-se dos excertos dos textos de Dourado (nos livros e na imprensa) em sala de aula, especificamente na disciplina de História do Rio Grande do Sul II ministrada nos cursos de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Federalista, Ângelo Dourado, Ensino de história.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **The discursive trench: political writings from Ângelo Dourado in books and the press of the city of Rio Grande in the republican formation of Rio Grande do Sul (1893-1905) - uses and possibilities for research and teaching history in higher education.** 2014, 172 f. Dissertation (Master´s Degree in History) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG, Rio Grande, 2014.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the discursive production of Ângelo Dourado through the books *Voluntários do Martírio* (1896) and *A situação política do Brasil* (1905) as well as a selection of twenty chronicles published on the daily newspaper rio-grandino *Echo do Sul* (1899) as sources for research and teaching of history from the time of deployment and Brazilian republican consolidation, especially the events related to the civil war *Revolução Federalista* (1893-95), from the perspective of political history. Thus, its main objectives are to analyze the political ideas and positions covered in the discursive production of Ângelo Dourado under the perspective of the formation of the republican Rio Grande do Sul (based on the stated documented records), and also to know, based on his works, the perceptions, interpretations and statements regarding the Revolução Federalista, taking into account their discursive constructions about the allies and adversaries in war and in the Rio Grande do Sul and Brazil politics, and even reflect on the possibilities of the use of the sources at that time in history teaching, blending historiography and documental analysis over the analyzed period, debating the factual treatment and even silencing the topic that was relegated along the southern history, particularly in the teaching- learning environments. Finally, the practical application of this knowledge, making use of the excerpts of Dourado´s texts (in his books and the press) in the classroom, specifically in the the subject of History of Rio Grande do Sul II taught in undergraduate courses in History at the Universidade Federal do Rio Grande.

KEY-WORDS: Revolução Federalista, Ângelo Dourado, Teaching history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO….....10

CAPÍTULO 1 – ÂNGELO DOURADO E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....20
1.1 ÂNGELO DOURADO: VIDA E OBRA.....20
1.2 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....31
1.3 ÂNGELO DOURADO COMO FONTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....33

CAPÍTULO 2 – A AÇÃO POLÍTICO-DISCURSIVA DE ÂNGELO DOURADO.....49
2.1 *VOLUNTÁRIOS DO MARTÍRIO*: ENTRE O RELATO DE GUERRA E UM MANIFESTO POLÍTICO.....49
2.2 ECOS DE UMA CRÍTICA POLÍTICA: AS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO *ECHO DO SUL*.....61
2.2.1 O DIAGNÓSTICO OU A SITUAÇÃO POLÍTICA EM 1899.....63
2.2.2 ASPECTOS DO IDEÁRIO MANIFESTO.....73
2.3 *A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL* NO PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO.....76
2.3.1 O EXÉRCITO.....78
2.3.2 AS BRIGADAS.....83
2.3.3 A OPOSIÇÃO FEDERALISTA.....86
2.3.4 CRÍTICAS À SITUAÇÃO POLÍTICA.....89
2.3.5 A “SOLUÇÃO” PARA O BRASIL.....92

CAPÍTULO 3 – APLICAÇÃO DOS ESCRITOS DE ÂNGELO DOURADO NO ENSINO SUPERIOR.....97
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A APLICAÇÃO.....97
3.2 APLICAÇÃO.....104
3.2.1 AVALIAÇÃO PRÉVIA.....104
3.2.2 EXCERTOS TRABALHADOS: O RECORTE DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....115
3.2.3 VERIFICAÇÃO DA VALIDADE DA APLICAÇÃO ENTRE OS ALUNOS.....151

CONSIDERAÇÕES FINAIS….....154

FONTES E REFERÊNCIAS.....….161

ANEXOS….....167

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a obra do médico, escritor e político federalista Ângelo Cardoso Dourado, durante a Revolução Federalista e no período subsequente a mesma, época de implantação e consolidação republicana no Brasil, com vistas à pesquisa e sua aplicação no Ensino Superior de história. O trabalho se desenvolveu em duas frentes distintas, mas complemantares entre si: a primeira, de natureza analítica, com foco na produção discursiva do referido autor, buscando analisar de forma específica seus escritos (principalmente através dos livros *Voluntários do Martírio – fatos e episódios da guerra civil* publicado em 1896 e *A Situação Política do Brasil*, publicado em 1905) e também parte das crônicas de sua autoria publicados na imprensa sul-rio-grandense, em específico aquelas veiculadas no diário rio-grandino *Echo do Sul* no ano de 1899. A segunda parte tratará da aplicação de excertos destes textos com vistas ao ensino-aprendizado de história do Rio Grande do Sul, na disciplina homônima, valendo-se para isso de atividades práticas em sala de aula e a análise dos resultados obtidos a partir da referida aplicação.

Neste trabalho, as obras destacadas foram utilizadas como fontes para perceber e analisar as ideias e posicionamentos, tanto manifestos como silenciados de seu autor enquanto representante do ideário federalista, identificar sua posição nas esferas social e política, interesses e visões de mundo; como, por que e para quem escreveu e as perspectivas de utilização deste material como fonte para a pesquisa e o ensino da história brasileira e sul-rio-grandense em sala de aula.

No tocante à aplicação em sala de aula, trabalhada na segunda parte desta dissertação, ela se deu através de inserções, sob o formato de aulas expositivas e foi precedida por um processo avaliativo de diagnóstico (ANEXO I), a respeito do conhecimento ou desconhecimento dos discentes em relação à temática tratada, bem como seus níveis, feito na disciplina de História do Rio Grande do Sul II, constante do currículo obrigatório dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e cuja ementa é “Análise da formação histórica do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma aproximação preliminar dos conhecimentos sobre o

processo histórico a partir da Proclamação da República em 1889", em um universo de 30 alunos. O conteúdo, detalhado na segunda parte, constituiu-se de um estudo dirigido utilizando como base primária excertos dos escritos (bibliográficos e publicados através da imprensa) de Dourado relacionados à Revolução Federalista e no período subsequente a mesma, e, como últimas atividades, um teste para verificar a apreensão de conteúdo (ANEXO II) e um questionário de avaliação dos resultados, composto de respostas dos discentes acerca daquilo que foi trabalhado na aplicação (ANEXO III). A aferição dos resultados oriundos desta aplicação foi tratada de forma independente, questão por questão, com a análise final sobre a potencialidade da utilização das fontes de época para a pesquisa e o ensino-aprendizado de história.

Destacamos que, até aqui, nossa trajetória acadêmica tem sido pautada pelo estudo da Revolução Federalista, em especial sob perspectiva dos escritos de Ângelo Dourado, tendo por início o trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal do Rio Grande, com a monografia *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense* (2008), onde analisamos a obra *Voluntários do Martírio* e seus usos pela historiografia, tendo este estudo, inclusive, dado origem a um livro homônimo, publicado em 2009. Já no curso de especialização em História do Rio Grande do Sul, também pela Universidade Federal do Rio Grande, avançamos o espectro de análise e somamos outras obras de Dourado, entre textos avulsos, livretos e livros, em especial *A situação política do Brasil*, que deu origem a monografia *A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário* (2010), e cujo conteúdo serviu de base para o ensaio de mesmo nome publicado no livro organizado pelo prof. Francisco das Neves Alves *Memória, mídia e sociedade no Rio Grande do Sul* (2011). Também publicamos o artigo intitulado *Das armas à pena: intelectualidade e militância na formação do Rio Grande do Sul republicano*, explorando a intelectualidade de Dourado como reflexo de seu tempo, no livro *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul* (2010). Desta forma, esta dissertação caracteriza-se como um prolongamento e continuição de um trabalho em desenvolvimento, sobretudo pelos acréscimos proporcionados pela inserção e contraposição dos excertos das crônicas publicadas na imprensa, bem como a inter-relação entre o conhecimento produzido e a aplicação prática em sala de aula do Ensino

Superior.

Ângelo Dourado, para situarmos a importância de sua figura e embasarmos sua eleição enquanto objeto desta dissertação, foi personagem de destaque entre a intelectualidade sul-rio-grandense de fins do século XIX e princípio do século XX, tendo presença marcante tanto no campo de batalha propriamente dito, quanto em produções discursivas em livros e jornais da época. Mas qual a razão da escolha do autor de *Voluntários do Martírio* como fonte principal e objeto de análise? Para responder esta pergunta e, ao mesmo tempo, justificar nossa escolha, além de nossa proximidade com o tema, é preciso voltarmos nossos olhares sobre as obras de natureza similares compostas naquele período. Nos anos imediatos que antecederam e durante a Revolução Federalista, multiplicaram-se, de lado a lado, obras de cunho memorialístico, em sua grande maioria configurando-se como relatos do clima de hostilidades e ojeriza mútuos, além de denúncias e respectivas versões do conflito armado propriamente dito. Dentre estas obras, podemos elencar *Memórias da Revolução de 1893*, de Fabrício B. O. Pilar (manuscrito de 1894 mas publicado em formato de livro por Helio Moro Mariante em 1987); *Diário da Revolução Federalista* de Luiz de Senna Guasina (1895); *Diários da Revolução de 1893 tomo I,* de Francisco da Silva Tavares (diário manuscrito de 1895 e publicação em formato de livro em 2004); *Diários da Revolução de 1893, tomo II,* do General Joca Tavares (diário manuscrito de 1895 e publicação em formato de livro em 2004); e, finalmente, *O doutor Maragato*, de João Eickhoff (1915); todos estes apresentando uma versão testemunhal, sob a forma de diários, mas a grande maioria apresentando aspectos militares, anotações de ordens do dia, movimentações de tropa, quais eram os comandantes, etc. A exceção é justamente o livro de natureza relato-testemunhal com maior número de utilizações e leituras pela historiografia sobre o período: *Voluntários do Martírio*. De fato, nos meios acadêmicos, em especial, é relevante o número de pesquisadores que analisam, discutem ou reproduzem o texto memorialístico de Dourado, o que justifica sua escolha. Dentre as muitas obras que abordaram a Revolução Federalista, privilegiamos neste recorte aquelas que foram produzidas pela/para a academia.

Mas, como é possível mensurar o alcance e a relevância de Dourado em sua época? Apesar de ser tarefa difícil de se medir com precisão científica tal

tipo de dado subjetivo, o rigor metodológico pode atestar, através da quantificação dos seus escritos principalmente através da imprensa, de que sua fala tinha apelo pelo lado federalista. Vale destacar o número de textos publicados somente no *Echo do Sul*, diário de destaque na imprensa rio-grandina e sul-rio-grandense: foram, ao todo, 136 colunas observadas em nosso levantamento prévio no período de 1896 a 1902, sendo publicadas de maneira relativamente uniforme neste espaço temporal, refletindo uma inegável longevidade de concessão de espaço para o escritor federalista. O prestígio alcançado pelo intelectual permitia que fosse respeitado mesmo pelos adversários, como atestam as notícias publicadas quando de sua morte, especialmente no jornal *Echo do Sul*.

Além disso, a "batalha por meio das palavras" ou a "guerra discursiva" travada entre federalistas e castilhistas por meio da imprensa e que, ao lado do confronto bélico, caracterizou o processo de implantação da nova forma de governo no contexto sul-rio-grandense segundo Alves (2005:41), teve em Dourado um dos mais destacados expoentes do lado federalista. A elite intelectual da qual fazia parte o médico baiano e era contrária ao governo estabelecido, "defendia o ideal liberal-federalista que, ainda que não se constituísse em teoria uniforme de todos os quadros oposicionistas, destacava-se como contraponto e meio de enfrentamento ao positivismo castilhista" (OLIVEIRA, 2010:83). Sobre a utilização e análise desses seus escritos reflexivo-combativos através da imprensa, a proposta encontra o adicional do ineditismo: todo o material selecionado ainda não teve o devido tratamento analítico e sequer um arrolamento. A atenção da historiografia para o autor e, principalmente, a originalidade da abordagem pelo viés da imprensa são as justificativas que tornam este estudo, ao seu tempo, inédito e relevante para o conhecimento histórico do período.

É de se destacar também que todo e qualquer estudo que se proponha a destrinchar a Revolução Federalista é válido para se contrapor aos anos de resistência, lacunas, silenciamentos e esquecimentos propositais da historiografia pelo assunto, no que Alves (2007:79, 96-108) bem denomina de "preconceito historiográfico". Encarada como "que inspirada pelo 'barbarismo platino', foi invocado um silêncio absoluto que deveria condená-la ao esquecimento perpétuo" (Alves, 2005a:119). Resquícios deste "preconceito"

podem ser encontrados ainda hoje pela pouca ou nenhuma citação da guerra civil nos manuais de História do Brasil, a despeito de seu alcance geográfico e duração em um período que a própria república ainda estava se afirmando.

A Revolução Federalista em geral, e os escritos do autor em específico, estão longe de serem considerados assuntos "esgotados," principalmente em virtude das possibilidades de fontes, abordagens e interpretações virtualmente ilimitadas que tais documentos proporcionam aos olhos do historiador e do professor-pesquisador, ainda mais se levarmos em conta o inédito material publicado através da imprensa que, reafirmamos, ainda não foi historicizado. Há ainda muito o que se pesquisar, há muito o que se descobrir, há muito o que se refletir, e as possibilidades se multiplicam exponencialmente com a conjugação da aplicação prática no ensino-aprendizado de história. Destaque-se que, em muitos casos, a Revolução Federalista é olhada como um evento puramente factual, um episódio de luta fratricida que teve lugar nos estados do Sul (especialmente no Rio Grande do Sul) entre 1893-95. Esquece-se que ela foi a origem da maior cisão interna sul-rio-grandense, cujas feridas não cicatrizadas culminariam em novo levante de armas em 1923. A Federalista fez nascer um dualismo antagônico, criou um tipo de cultura de "nós e eles" que vai marcar a gente do estado gaúcho, que a partir de então tomou ares de ferrenhos embates, como castilhistas x federalistas, assisistas x borgistas, etc. Não é, pois, um evento deslocado do passado, ao contrário, está intimamente relacionado com o desenvolvimento político do estado ao longo dos anos, que teve reflexos não apenas no estado mas também no Brasil (vide a reordenação de forças, egressas do sul, na tomada de poder durante a Revolução de 1930) e que ainda hoje pode ser percebido em diversas manifestações. De fato, a antiga rivalidade entre maragatos e pica-paus, lenços vermelhos e lenços brancos, encontram um pálido eco nas recentes disputas entre petistas e peemedebistas nas eleições majoritárias, e também na nova modalidade de combate "civilizado" nos modernos campos de futebol: o que dizer da rixa gremistas x colorados, considerado por muitos como o clássico de maior rivalidade do futebol brasileiro? Esta dualidade de forças, a ojeriza ao *outro* tão forte quanto à identificação aos *seus*, que hoje pode ser percebida por qualquer aluno em sala de aula, arriscamos indicar seus primórdios e um certo paralelo na Revolução de 1893 que, ao contrário da Revolução Farroupilha, não era

entabulada contra um inimigo externo, mas a luta se dava no ambiente doméstico, entre nativos, “irmãos”, mas de lados opostos na disputa pelo poder.

Uma analogia simplista, mas que ilustra bem o vácuo que cerca a Revolução Federalista, do restante da história tida tradicionalmente como “história brasileira” é que, se perguntarmos a qualquer aluno médio sul-rio-grandense sobre onde situar a Semana de Arte Moderna no Brasil, certamente ele saberá que se deu em 1922 e, não raro, nomeará alguns dos seus personagens e, ainda que resumidamente, sua importância para as artes no Brasil. Se perguntarmos para o mesmo aluno, é bem possível que este não saiba localizar no espaço-tempo o lugar da Federalista no processo histórico de sua região ou do Brasil, tão próxima em relação ao tempo de nosso exemplo. Dificilmente saberá, também, suas motivações, porque lutavam, os interesses envolvidos, atores da ação, seus desdobramentos, causas e consequências, e sobretudo seus reflexos que possam ser percebidos e identificados ainda hoje em seu cotidiano. Aliás, esta relação pretendida em nosso trabalho que interliga passado e presente na investigação e na reflexão histórica encontra suporte na afirmação de Hobsbawm (apud PINSKY & PINSKY, 2012:19) onde o passado é “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade, percebidas no presente”. Afirmação que encontra suporte e defesa também em Miceli (2011:50), que reflete: “se a história tem um problema fundamental, ele diz respeito ao presente. É do que somos - ou julgamos ser – que devem partir as perguntas para que possamos ser o que queremos – ou precisamos – ser”, não para estabelecermos um “juízo de valor” sobre aquele passado, mas para entendermos o que somos, onde estamos, como aqui chegamos e, finalmente, porque fazemos o que fazemos hoje.

O referencial teórico-metodológico e conceitual que norteou a construção da presente dissertação é baseado na história política, a partir de sua renovação de abordagem metodológica experimentada nos últimos anos, aproveitando aspectos de enfoque oriundos da análise discursiva e da perspectiva da construção histórica por meio da imprensa.

Com efeito, a história política, durante muito tempo, foi confundida com história factual, tendo sido relegada a segundo plano pelos trabalhos de cunho

histórico por parte das primeiras gerações dos *Annales*, notadamente Lucien Febvre e Marc Bloch, e depois, Braudel, (BURKE, 1997:100) que refutaram o político e privilegiaram o econômico e o social justamente por defenderem a superação da história política tradicional, segundo eles episódica e atrelada aos acontecimentos relativos ao Estado e aos heróis de guerras e batalhas. Depois da ausência na cena acadêmica, sofreu uma reformulação nas últimas décadas, principalmente através dos estudos produzidos na "escola francesa" e representada por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jacques Julliard, entre outros, a partir dos anos 1970/80. A história política renovada ampliou os horizontes metodológicos e lançou novos olhares sobre os objetos da política, dando origem a novas abordagens e conceitos. Segundo Alves,

> esta renovação é resultado do contato com outras ciências, num processo de 'multidisciplinaridade', pelo qual a história política 'pediu emprestadas' a algumas disciplinas técnicas de pesquisa ou de tratamento, e a outras, conceitos, um vocabulário, e, às vezes, pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual (ALVES, 2002:18).

Deste modo, a reformulação passa a ser mais do que puramente conceitual, mas principalmente instrumental e metodológica, neste intercâmbio e empréstimos de outras disciplinas sociais, com a necessária intermediação do pesquisador ou professor de história, que realiza sua construção tomando por base o lugar do político. Este, para Rémond (2003:447), "é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício", em uma dinâmica de relações entre influenciado/influenciador, cujo objetivo principal é o poder. É no âmbito da política que se dão as relações com vistas ao poder, "sendo o ponto para onde conflui a maioria das atividades que recapitula os outros componentes do conjunto social" (RÉMOND, 2003:447). De fato, a maioria dos historiadores que tratam o político fazem referência ao poder, como atesta o próprio Rémond (2003:444): "assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, [e] a prática do poder." Este princípio é reforçado por Barros, que confirma a noção central de poder enquanto objeto, mas identifica outras modalidades que se inserem no âmbito da investigação da nova história política, como, por exemplo, "os micropoderes presentes na vida cotidiana, o

uso político dos sistemas de representações [...] e até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder" (BARROS, 2004:107-109), seja ele o formal, representado pelo Estado (ou grupo dominante), ou de suas eventuais forças opositoras ou de resistência.

Para Luca, (2006:128) "as renovações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder". Desta feita, sem abrir mão do componente político, mas ao contrário, conjugando a análise a partir deste enfoque, faz-se necessário para a concretude da dissertação uma incursão à imprensa. Se é verdade que os meios de comunicação em geral, e os jornais em específico, não são *a priori* realidades propriamente políticas, também é verdade que estes podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação (RÉMOND, 2003:441). Para Alves (2002:14), a imprensa, ao longo de suas diversas etapas de evolução, transformou-se em elemento constituinte da sociedade e refletiu, em suas páginas, os diferentes momentos do Estado Nacional, orientando, formando ou manipulando a opinião pública, influindo direta ou indiretamente em seus rumos. Assim, "a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito da formação brasileira, nos seus mais diversos fundamentos, como o político, o econômico, o social ou o ideológico" (ALVES, 2002:14).

É preciso fazer a ressalva quanto ao tipo de uso da imprensa nos trabalhos de História do Brasil, como reflete Camargo:

> alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram tão em evidência e abundância as "confirmações" de suas hipóteses [...] A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa (CAMARGO, 1971:226).

O filtro, a análise contextual, das características e de produção do veículo, o próprio conteúdo intra e interdiscursivo, bem como seus autores, ideários, proprietários, órgãos vinculados direta ou indiretamente, enfim, todos estes aspectos e agentes devem ser considerados e são fundamentais para que a história por meio da imprensa seja viável e relevante do ponto de vista

historiográfico, ainda mais quando nos propomos a utilizar/analisar uma imprensa com características próprias e marcantes, e este é precisamente o caso da imprensa sul-rio-grandense de fins do século XIX e princípio do século XX, em que Dourado publicou seus escritos.

Para Sodré (1999:263) “a exaltação da política da época está integralmente na imprensa”, constituindo-se esta como indispensável fonte para a construção de conhecimento. No entanto, como Rüdiger (1990:23) reconhece, os historiadores têm utilizado largamente da imprensa-documento, de onde tiram conclusões imputadas ao político-social, mas a imprensa enquanto interventora na sociedade de sua época, produzindo e reproduzindo os acontecimentos históricos da Revolução Federalista, seu desenrolar e o cenário que viria a se compor nos anos subsequentes, ainda tem um campo a ser explorado.

Por fim, para processar a escrita original de Ângelo Dourado com vistas à esta dissertação, e mesmo para sua aplicação em sala de aula, tanto a presente nos jornais mas também nos livros e demais escritos, fizemos uso do estudo discursivo do seu texto. Há várias acepções possíveis para o termo, mas em nossa análise, tomamos o significado de acordo com o enunciado por Orlandi (2002:17) que define *discurso* como sendo “o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”, levando-se em conta que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” e, “a materialidade específica da ideologia é o discurso” onde se estabelece a relação língua-discurso-ideologia. Rüdiger, citando Jean-Pierre Faye, afirma que:

> os discursos formam uma economia que traduz as relações e as transformações entre grupos políticos e classes sociais, configurando campos discursivos que não se limitam a retratar os acontecimentos, mas também pôr em jogo vários sistemas de ações (FAYE, 1972, apud RÜDIGER, 1990:23).

Deste modo, uma análise discursiva deve levar em consideração não apenas o dito, mas onde foi dito, a forma pela qual foi dita e por quem foi dita, bem como o silenciado, as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito antes e atentando, também, para a posição social e histórica dos sujeitos

e para as formações discursivas às quais se filiam os discursos (FRASSON, 2007:3), para compor uma reflexão histórica válida sobre o período pesquisado.

Mas quando um discurso é considerado histórico? É em Alves, citando Orlandi, que encontramos a resposta para esta problematização, quando afirma que “o discurso é considerado histórico conquanto se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também [...] porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”. (ORLANDI, 1990:35 apud ALVES, 2002:19). É importante também levar em consideração, ampliando a noção de documento histórico como portador de um discurso, de que um texto, seja qual for o suporte que lhe dê registro, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem e, “enquanto veículo de ideias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico [...] que abarca signos, símbolos, conteúdos, mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos” (SAMARA & TUPY, 2010:121). E sua codificação impõe o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir (já que não existe discurso que não esteja relacionado com seu local de produção) e demanda, para tanto, um trabalho de especialista no manejo histórico, com o suporte crítico e teórico do pesquisador ou do professor de história.

CAPÍTULO 1 – ÂNGELO DOURADO E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

1.1 ÂNGELO DOURADO: VIDA E OBRA

Ângelo Dourado, coronel-médico na Coluna de Gumercindo Saraiva e figura estelar do Partido Federalista[1] fora também político e escritor. Estabelecido no Rio Grande do Sul, atingiu considerável projeção política, especialmente nos municípios sul-rio-grandenses de Bagé, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, onde residiu, estabeleceu-se profissionalmente e participou da elite política e intelectual destes locais. Durante a Revolução Federalista, tomou parte deste conflito armado desde seu princípio até a deposição de armas, em 1895, participando, durante este tempo, de seus deslocamentos e embates pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nesta ocasião, efetuou o registro de suas observações e ideais, em plena vivência no campo de batalha. Tais registros, produzidos primeiramente sob a forma de cartas dirigidas à esposa, logo em seguida converteram-se em um relato-testemunho escrito,[2] o qual foi organizado, reunido e publicado sob a forma de livro pelo autor, tão logo ocorreu a pacificação. O livro, intitulado *Voluntários do Martírio – fatos e episódios da guerra civil*, publicado em Pelotas pela Livraria Americana no ano de 1896, tornou-se uma das mais dramáticas e ricas descrições da revolução, sendo qualificado por Moacyr Flores como "o mais notável livro sobre a revolução de 1893" (FLORES, 1993:126-127). Tal obra foi largamente utilizada por pesquisadores e historiadores que buscavam,

[1] Assim classificou-o Franco (2007:135).

[2] Apesar de grande parte da historiografia tradicionalmente categorizar *Voluntários* como um *diário* – a única exceção é de CHASTEEN (1993:83) que o denomina como "diário epistolar" –, classificamos a obra como "relato-testemunho", de modo a evitar a simplificação reducionista daquele termo, em razão de identificarmos diferentes tipos de escritas que compõem o livro. A redação principia por cartas endereçadas à esposa do autor, e aos poucos a narrativa é substituída pelo relato testemunhal. Compõem o texto, ainda, reflexões, parábolas, críticas e até mesmo excertos manifestadamente ficcionais. Destaque-se, também, que a discursividade do autor é dirigida, na maior parte do livro, à figura de um leitor contemporâneo, sendo bastante perceptível também a intencionalidade do convencimento da ótica federalista. Permeando e ligando todos os elementos, a crônica da guerra à qual participava, conforme OLIVEIRA, 2009:51 e 91-92.

cada qual com suas especificidades, estudar a guerra que opôs federalistas e legalistas.[3]

Baiano de nascimento, Ângelo Cardoso Dourado Pereira[4], formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1880[5]. Casou-se naquela então província com Francisca Autran, de família aristocrática soteropolitana e, segundo o próprio, nascida e educada em Salvador, descendente "dos ricos armadores Amorim Filgueiras e dos fidalgos Albuquerques, e dos Autrans cujo nome ilustre [...] perpetuou no Brasil pela distinção intelectual como mestre em medicina e jurisprudência" (DOURADO, 1905:58). Exerceu a profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto. De lá, foi nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe e emigrou para o Rio Grande do Sul, vindo a desempenhar seu ofício médico na zona colonial gaúcha, especificamente na localidade denominada Conde D´Eu, atualmente município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente como um dos primeiros médicos do local, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, e atendia não só a colônia Conde D´Eu como também Dona Isabel e Caxias. Ao fim de sua vida, residia na cidade de Jaguarão, onde sofreu de "grave enfermidade" tendo falecido logo após na cidade do Rio Grande.[6]

Apesar de seu idealismo manifesto, o que muito provavelmente motivou a transferência do médico baiano e sua família para tão longínquos destinos foi a busca de terrenos mais promissores para sua atividade profissional. Indícios para tal afirmação encontram-se nos próprios registros de Dourado, em que reclamava do excessivo "número de doutores" formados pelas escolas de medicina:

> [É preciso] calcular-se a relatividade da nossa população para o

[3] Um estudo mais aprofundado sobre o uso da historiografia nacional e internacional com relação a *Voluntários do Martírio* foi realizado por OLIVEIRA, 2009:72-89.

[4] Quanto à data de nascimento de Dourado, os autores apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856; informação compartilhada por BOUCINHA (1989:11). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 (CORREIO DO POVO, 14/12/1957:9); enquanto para Walter Spalding (1969:49), o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857.

[5] Recebeu a titulação de doutor neste ano ao defender a tese "sobre a operação cesariana", conforme CALMON (1949:149).

[6] As informações biográficas deste parágrafo foram compiladas a partir de CRUZ (1958:41), DOURADO (1905:58), CLEMENTE (1993:45) e do jornal ECHO DO SUL, edição de 1º/10/1905.

> número de doutores que hoje são brotados, com rapidez espantosa, das nossas academias; e que nas povoações disseminadas não terão o ganho suficiente, ao menos, para a existência, e aglomerados nas cidades serão indigentes; e se supõe-se que a emigração progressiva aumenta o terreno para o exercício dessas profissões enganam-se, porque com ela virão os profissionais de que precisem; calculando-se que o único meio será procurar o emprego público fatível de demissão [...] (DOURADO, 1905:55).

Em virtude de a Faculdade de Medicina localizar-se na Bahia, e ainda que para lá fossem estudantes de todo o Império e não apenas os locais, é natural pensar que houvesse já razoável número de médicos formados atuando em Salvador, o que diminuía as chances de desempenhar a contento as atividades profissionais daqueles recém-formados. Os jovens médicos, então, buscariam a sorte em outros lugares, como fez o próprio Dourado ao clinicar na localidade de Alto S. Francisco, conforme atesta artigo publicado no jornal *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 2 de agosto de 1885,[7] antes de se transferir para o Rio Grande do Sul.

É certo que gozava de boa situação financeira, uma vez que possuía, no mínimo, cinco escravos em seu poder, que acompanharam sua família pelo menos até o exílio no Uruguai, por ocasião da Revolução Federalista. Nominou-os em um de seus escritos:

> [...] o dr. Júlio de Castilhos anunciava pelo telégrafo, a nossa morte, em combate, dando-nos celebridade que nunca julgamos merecer, anunciando a viuvez da jovem e amorosa esposa, e a orfandade dos filhinhos, antigos escravos nossos, por que não dizer-lhes os nomes? Nanán, Zizina, Faustina, Martha, Raphael, que se achavam no lugar onde a família órfã estava, acorreram, e cada qual procurava primar no afago ao orfãozinho que tomava a sua conta. [...] Nos cartórios do sertão da Bahia está o nosso nome libertando-os em massa, pelos motivos mais fúteis; até o nascimento do primeiro dente do nosso primeiro filho (DOURADO, 1905:42).

Apesar disso, “tanto ganhava quanto gastava”, o que obrigou sua esposa, durante o período em que viveu no Uruguai, a desfazer-se de joias e pertences para poder sustentar a si e sua família. Terminada a revolução e voltando Dourado às suas atividades profissionais, ainda assim não conseguiu formar grande patrimônio, uma vez que, ao morrer, deixou a viúva com dez

[7] O artigo intitulava-se *A pilocarpina no tratamento das adenites*, publicado na GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107, do qual o autor da dissertação possui uma cópia digital.

filhos e sem recursos (CRUZ, 1958:41).

No Rio Grande do Sul, atingiu destacada posição na sociedade da época: participou da administração municipal em Bagé, foi um dos fundadores do Partido Federalista (FRANCO, 2007:135), escreveu para jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções (DOURADO, 1905:20) da elite gaúcha de seu tempo,[8] tendo sido, inclusive, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, nos anos de 1898 e 1900 (COLUSSI, 1998:467).

Idealista, Dourado era o que se pode considerar de um típico intelectual[9] de fins do século XIX: erudito, costumava citar em seus escritos passagens célebres de autores clássicos da literatura universal como Dante Alighieri, Camões, Miguel de Cervantes, Shakespeare, Lord Byron, Milton, Rousseau, além dos brasileiros José de Alencar e Visconde de Taunay (BOUCINHA, 1989:29-31). Ao que tudo indica, comunicava-se também em língua francesa, tendo publicado em Bagé, no ano de 1892, o estudo *Mémoire sur un cas de échinocoque rétrobulbaire*. Possuía um gosto externado por óperas e concertos musicais, os quais não se furtava de apreciar mesmo em pleno período revolucionário. Em certa ocasião, estando de passagem por Buenos Aires, foi presenciar diversos espetáculos no teatro lírico local, tais como *Lucia, Sonâmbula, Rigoletto, Cavalaria Rusticana, Dinorah, Gioconda* e *Aida*, além de ter visto e afirmado sua admiração pela soprano ligeira italiana Luisa Tetrazzini (DOURADO, 1977:336), que viria a se tornar uma das mais famosas cantoras líricas de fins do século XIX e início do XX. Ao lado disso, manteve sua grande inclinação à atividade da escrita, campo em que atuava nos mais variados segmentos, desde os trabalhos específicos concernentes à sua atividade profissional, os diversos artigos publicados na imprensa, e até mesmo obras literárias (dentre elas, o drama *O médico dos pobres* e o livro *As minas de ouro: dramas sertanejos*), passando por aquela que é a sua mais famosa e citada obra, o livro *Voluntários do Martíri*o, o relato-testemunho sobre sua

[8] Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Thereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, "fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Ângelo Dourado" (REIS, 1911:136).

[9] Para este texto, adotamos a definição de intelectual conforme a descrita por Bobbio, como sendo aquele "sujeito específico, ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores (transmissores de ideias) que desde há um século são chamados de 'intelectuais'." (BOBBIO, 1997:109).

participação na Revolução Federalista.

Meio de formação de Dourado, as faculdades de Medicina, assim como as de Engenharia do período, baseavam seu ensino quase que exclusivamente nos livros, inexistindo, em quase todas, a prática de laboratório e investigação. Deste modo, conforme Carvalho:

> Produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem saber fazer ciência. E filosofavam no melhor estilo retórico, em que o brilho da frase, sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade. Naturalmente, brilho era o que deles se esperava, mesmo quando falavam contra o vício da retórica (CARVALHO, s.d.:145).

Na inexistência da prática, sobravam elucidações teóricas. O médico formado nestes moldes privilegiava a busca pelo conhecimento através do estudo de outros autores, notadamente do centro irradiador de cultura e ciência – a Europa – em detrimento da experimentação. Isto explica, em parte, a inclinação dos médicos deste período à erudição, à valorização do saber através do livro, caracterizando aquilo que Certeau define como "progresso do tipo escriturístico",[10] enquanto prática "legítima" (científica, política, escolar, etc) das sociedades ocidentais do período. Em Dourado, encontramos um dos exemplos característicos, cuja prática escrita foi uma constante ao longo de sua vida, pois desde muito cedo demonstrou inclinação às letras: em 1876, então com vinte anos, escreveu o drama *O médico dos pobres*. Antes disso, aos 14 anos e enquanto se convalescia do tifo, teria escrito seu primeiro drama, como afirma em *Voluntários*, apesar de não informar, contudo, mais detalhes sobre esta obra (DOURADO, 1977:99).

Em decorrência do modelo estabelecido, a figura do médico e do cientista social, nas faculdades de Medicina do século XIX, se confundem, dando origem a um tipo de intelectual com intervenção política e social. Surge então o que Schwarcz chama de "médico político", o sujeito que buscava afirmar-se em campos maiores de atuação:

[10] Para saber mais sobre a "prática de escrever" nas sociedades modernas e o papel da escrita no cotidiano, ver CERTEAU (2007:224-230).

> Trata-se, portanto, da emergência de um saber médico no país, pautado por novas ambições e projetos, que fazem desses profissionais concorrentes à altura na disputa pela hegemonia intelectual no país. Os alvos, porém, são específicos: enquanto no interior da faculdade de medicina da Bahia percebe-se uma atenção especial aos temas da medicina criminal e toda uma batalha (...) nesse sentido; no Rio de Janeiro já será a pesquisa e atuação na área da higiene pública e da epidemiologia que congregarão o grosso dos esforços (SCHWARCZ, 1994:144).

Dourado, formado neste meio acadêmico baiano, foi influenciado ao longo de sua graduação e reproduziu muito deste conhecimento adquirido e deste sentido de "papel social" que deveria desempenhar, algo próximo do defendido por Gramsci como um "intelectual orgânico", isto é, proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador, e cuja característica insere-o em "uma ou mais camadas de intelectuais [de um grupo social] que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (GRAMSCI, 1982:3-4). No caso de Dourado, em especial, sua ação intelectual era pautada tanto na reflexão quanto na crítica eminentemente daqueles dois últimos elementos. Como tal, fazia parte de sua ação preocupar-se tanto com a realidade política e social à sua volta quanto com sua profissão, o que, seguindo a lógica do "progresso escriturístico", a legitimação de suas atividades passava, necessariamente, pela publicação daquilo que produzia. Entre os trabalhos produzidos por Dourado relacionados à área médica estão o artigo intitulado *A pilocarpina no tratamento das adenites* publicado na *Gazeta Médica da Bahia*[11] (1885) e os livretos *Mémoire sur un cas de échinocoque rétrobulbaire* (1892), *Oftalmia virulenta* (1899) e *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900) (OLIVEIRA, 2009:40).

Outra característica apontada como constituinte da intelectualidade do médico baiano – estabelecida ou pretendida – está na correspondência. Como Malatian (2009:208) afirma: "intelectuais escrevem cartas", e através delas se podem detectar as redes de relações sociais, opiniões, posicionamentos, sentimentos diversos e movimentações entre os correspondentes. Há pelo menos um registro de envio de carta por Dourado destinada a um

[11] A respeito do papel e da importância da *Gazeta Médica da Bahia* no âmbito do conhecimento e disseminação científica no Brasil imperial ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 198-215.

contemporâneo ilustre, o escritor Euclides da Cunha, com elogios a *Os Sertões* e considerações sobre a Guerra de Canudos.[12] Também foi escrevendo cartas que teve início seu famoso relato-testemunho *Voluntários do Martírio*. Ainda que não tivesse um caráter de troca intelectual (o interlocutor neste caso específico era sua esposa, que ficara no Uruguai), Dourado expressava muito de suas opiniões e ideias através destas, ciente da importância de seu testemunho para a reconstrução dos episódios da revolução e citando as conversas travadas entre ele e Gumercindo Saraiva, nas quais afirmava que, se não morresse, haveria de escrever a história daqueles dias fratricidas em que viviam (DOURADO, 1977:244), reproduzindo o que definimos como seu "papel social" de intelectual.

Ângelo Dourado era também um liberal. Sua postura de defesa dos princípios liberais e contra o positivismo pode ser percebida em diferentes passagens de suas obras. Como membro do Partido Federalista, seus discursos eram fundamentados nas concepções do Direito Natural e das Gentes e no iluminismo-liberalismo, teorias que já circulavam pela região platina e colonial lusitana no final do século XIX (COSTA, 2009:17). Os federalistas se apropriaram dessas concepções em escolas e universidades ou, de maneira informal, pela leitura de livros e jornais e participação em reuniões de discussão política. O liberalismo era manifestado desde a divisa revolucionária ostentada (*Tudo pela Liberdade*) (DOURADO, 1977:77) até os princípios expostos nos artigos e livros publicados. Em *Voluntários do Martírio*, é justificada a revolução:

> O que aí vai não é a história do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo. [...] Quem escrever essa história, indagando a gênese de todos estes descalabros, se não conseguir acordar o país indicando o declive rápido que o leva a destruição, conseguirá muito no futuro da humanidade escrevendo a Bíblia exata de um povo que desapareceu no interesse dos que se apregoavam de Messias da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da ordem e do progresso (DOURADO, 1977:1).

[12] Consta no arquivo pessoal de Euclides da Cunha a correspondência recebida, datada de 25 de outubro de 1903 e enviada da cidade do Rio Grande, contendo elogios a obra *Os Sertões* e considerações sobre a Guerra de Canudos. Disponível no sítio <http://www.euclidesdacunha.org.br/> (documentos manuscritos), acesso em 08 dez. 2013.

O "poder esmagador", “asfixiante”, seria aquele exercido por Floriano Peixoto em nível federal e Júlio de Castilhos e o PRR em nível estadual. A revolução, nestes termos, seria uma forma de resistência ao poder opressor, exercido pelos que se "se apregoavam de Messias" (Peixoto e Castilhos). Em uma visão liberal, o Estado existe para garantir a segurança, a propriedade e a liberdade dos cidadãos, neste caso, a resistência contra a opressão era legítima:

> A nação compreenderá que precisa de repouso para poder progredir, indagando qual o motivo daquele mal estar, qual a causa daquela enfermidade. Reconhecerá que a causa é a opressão, é a violação dos direitos, é o aniquilamento de uma parte de sua população; que o opressor é o governo, que o aniquilador, o violador, é aquele a quem ela confiara a execução e distribuição da justiça. Que esses crimes só têm por móvel o interesse individual e toda ela se levantará contra ele e os seus, que terão de ceder. As tropas cansadas, maltratadas, começarão a compreender que se devem obediência às leis, os governos que oprimem, que autorizam o latrocínio e o assassinato estão fora da lei; que devem antes ser punidos a exigir deles que sirvam de carrasco para os que reclamam contra tais crimes (DOURADO, 1977:39).

Sendo tirânico e opressor, o governo estaria, desta forma, fora da lei, o que legitimava o processo revolucionário na visão liberal. Para Dourado, o país que seguisse o liberalismo, ou seja, que “tem leis, que se rege por elas, que respeita o direito de cada qual, que tem por norma a justiça, que garante o produto do esforço individual, nunca terá revoluções” (DOURADO, 1977:393). Sobre os boatos de que os governistas, já nas negociações de paz, estariam dispostos a garantir somente o direito à vida e à propriedade, Dourado desdenha como algo não negociável, pois faria parte dos direitos básicos entre os países onde não há escravizados (ou seja, países liberais) sendo nada mais do que a lei (DOURADO, 1977:413).

Em contrapartida, o positivismo recebia críticas contumazes deste intelectual. Considerava a “ditadura científica” francesa e paraguaia como exemplos fracassados (DOURADO, 1977:105) e ironizava o lema “ordem e progresso”, que no caso brasileiro significaria “guerra civil, aniquilamento da maior nação sul-americana” (DOURADO, 1977:103). Também criticava outro dos lemas do positivismo, o “viver às claras”:

> [...] então o povo julga-se com direito de protestar e protesta pelo modo como qual desperdiçam o seu trabalho, mas em vez de moderarem ou modificarem esse modo de **viver às claras** [grifo nosso], mandam matá-lo e para isso é ainda o seu trabalho do passado e todo o trabalho de sua geração [...] É daí que vem a guerra civil; é daí que vem a queda das instituições, é daí que vem o aniquilamento dos povos, a extinção das nacionalidades (DOURADO, 1977:393).

Este pressuposto positivista, para o autor, seria um dos elementos absurdos a que o regime castilhista estaria submetendo as gentes do Rio Grande do Sul, e, como tal, acabaria culminando na revolta dos submetidos, e que aconteceriam as mortes motivadas pela repressão.

Por fim, Dourado acreditava que a política não era uma “ciência positiva” e sim, “um misto de ideias e observação” (DOURADO, 1905:60), e nisto estabelecia a diferença entre o ideal liberal-federalista, enquanto parte de uma oposição plural que, sob a bandeira de um único partido congregava as mais diferentes correntes do pensamento; e do ideal positivista-castilhista, altamente centralizador, dogmático, rígido na disciplina e nas convicções, que subjugou as suas oposições durante toda a República Velha.

Fiel às suas convicções, afirmava não seguir homens, mas ideias (DOURADO, 1977:116), ao passo que sempre destacava, ao longo de seus escritos, valores como honra, dignidade, honestidade, que serviam de contraponto àquilo que criticava. Isto, ao lado de suas opiniões e percepções acerca do seu tempo e realidade histórica apresentados, contém a mensagem de Dourado ao mundo, àquilo que ele quer comunicar – e influenciar. A narrativa assume contornos de convencimento da realidade pretendida ao convencimento do federalismo enquanto legítimo movimento revolucionário.

Dourado possuía uma visão crítica com relação à prática política, e causava desconforto a falta de reflexão crítica frente ao tema:

> Fala-se em política, todo mundo é político, e predomina sobre eles o que leu em um artigo de jornal, e repete uma frase picante de qualquer orador inútil e chato, mas que faz chegar ao gosto do populacho, segundo o que na ocasião lhe agradava (DOURADO, 1977:102).

Porém, ao passo que lhe causava irritação os influenciáveis, reprodutores de ideias e argumentos políticos de outros, tentava ele próprio, de igual forma, influenciar seus contemporâneos através da palavra escrita. Para isso, teve a imprensa como veículo para disseminação de suas proposições intelectuais no período pós-revolucionário, mas também durante o conflito, sempre que possível fosse. Fazendo isso, acreditava no alcance e poder da persuasão dos jornais em sua época, pois não desperdiçava chance de publicar artigos por onde passasse. Em Santa Catarina, por força dos deslocamentos que fizera acompanhando a Coluna de Gumercindo Saraiva, Dourado registra: “Fonseca pediu-me em nome do redator do jornalzinho da terra, algumas linhas para publicar...” (DOURADO, 1977:78) e, em outra ocasião, desta vez em Corrientes, República Argentina: “[...] e depois [recebeu a visita] dos dois redatores dos jornais da terra, que pediram-me para escrever alguma coisa sobre nossa marcha, o que fiz e foi publicado em português” (DOURADO, 1977:319). Além disso, o jornal uruguaio *El Deber Cívico*, do município de Melo, publicava regularmente uma coluna de Dourado, em português, sobre o cotidiano das trincheiras (CHASTEEN, 2003:139-141).

Esta característica de guerra por meio das palavras, evidenciada, sobretudo, na escrita, é típica deste período revolucionário sul-rio-grandense. Conforme Alves,

> Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram entabuladas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Deste modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defendendo suas ideias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista (ALVES, 2002b:45).

O partidarismo refletido pela escrita, em que cada qual dos lados intentava ser o detentor da “verdade”, encontrou em Dourado um dos mais combativos representantes. Nas palavras de José Murilo de Carvalho,

> Embora de natureza fundamentalmente discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários (CARVALHO, 2007:9).

Como parte da elite educada da época, Dourado, de seu lado, questionava, criticava, acusava, mas também propunha modelos e sugeria caminhos, como veremos adiante. Sua intelectualidade militante, formada a partir das experiências ainda na sua iniciação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, veio a desenvolver-se justamente durante os episódios da Revolução Federalista. Os registros efetuados enquanto estava participando da guerra viriam a servir de instrumento de difusão de ideias, críticas à república que se instalava e proposições acerca desta, sob o pano de fundo das suas vivências no campo de batalha, com todos os horrores de uma guerra. Legitimava, desta forma, seu discurso revolucionário. Como um típico intelectual do período, teve formação erudita e fizeram parte de sua produção ativa intelectual não só os livros editados, mas também os artigos publicados na imprensa, o papel engajado que desempenhava na sociedade, servindo de elemento-chave na propaganda dos ideais liberal-federalistas, constituindo-se num porta-voz do movimento. O prestígio alcançado pelo intelectual federalista permitia que fosse respeitado mesmo pelos adversários, tanto que fora ele um dos emissários do general Tavares para tratar da entrega de armas das forças revolucionárias, então reunidas em Dom Pedrito (DOURADO, 1905:20).

Por ocasião da sua morte, em 1905, o jornal *Echo do Sul* noticiou que mais de mil pessoas participaram de seus cortejos fúnebres, entre políticos e autoridades civis e militares da cidade do Rio Grande, incluindo correligionários, aliados e também adversários políticos do médico baiano (ECHO DO SUL, 24/10/1905:2), além de artigos publicados no mesmo jornal, nas edições dos dias subsequentes, que consistiam em homenagens póstumas ao seu legado e reconhecimento da luta empreendida pelos seus ideais.

1.2 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A gênese do movimento que resultaria na Revolução Federalista teve sua origem a partir da aglutinação das oposições a Júlio de Castilhos. De fato, as oposições ao castilhismo organizam-se efetivamente a partir do retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, no ano de 1892. Ainda liderança de prestígio e influência no Estado, sobretudo na região da Campanha gaúcha, Silveira Martins pretendia fundar um partido independente e forte, articulado para defesa dos princípios liberais (FRANCO, 2007:134). À presença do antigo tribuno, somaram-se lideranças locais de diversas matizes[13], para fundar, finalmente em 31 de março daquele mesmo ano na cidade de Bagé, o Partido Federalista, agremiação que teria destaque na cena política gaúcha pelas próximas três décadas. O historiador brasilianista Joseph Love defende que a escolha do município da Campanha não foi debalde:

> O município de Bagé, na Campanha, foi o local escolhido para a convenção organizatória do novo partido e continuaria a ser o centro do poder federalista. Município rico, embora de população altamente estratificada e baseada no latifúndio, Bagé não era só a terra de Silveira Martins mas também da poderosa família Tavares; antigos dirigentes monarquistas e tradicionais rivais políticos haviam sido compelidos a dar-se definitivamente as mãos, devido a Castilhos (LOVE, 1975:53-55).

Além de Bagé e outras cidades importantes da fronteira, como Sant´Ana do Livramento, havia representantes de peso de outros municípios do Estado, o que possibilitava uma forte base de sustentação do novo partido, entre as quais Porto Alegre, Passo Fundo, Caçapava do Sul, São Gabriel e Pelotas (FRANCO, 2007:135).

O regresso de Silveira Martins impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança, ganhando mais coesão e unidade de propósito. Os alijados do poder político, ao lado dos dissidentes castilhistas, agora aglutinados militarmente sob a égide de

[13] As oposições reunidas no Partido Federalista eram compostas por ex-liberais e ex-conservadores, além de dissidentes republicanos descontentes ou expurgados pelo castilhismo.

federalistas,[14] deram início à reação armada. A guerra eclodia em 5 de fevereiro de 1893, quando o general-em-chefe dos federalistas, João Nunes da Silva Tavares, fez divulgar um manifesto que conclamava os cidadãos às armas (ESCOBAR, 1983:95). No mesmo dia desta proclamação, a primeira partida de rebeldes, a mando de Gumercindo Saraiva, ultrapassava a fronteira do município de Bagé, oriunda da república vizinha do Uruguai, onde as forças insurretas estavam sendo organizadas. Em 11 de fevereiro, já no Brasil, acontecia o primeiro embate entre os federalistas e as forças legais (FRANCO, 1996:133).

A Revolução Federalista foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados ocorridos na história do Brasil, contabilizando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. A Revolução não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades arrefecidas a partir da instauração da república no Brasil (e o seguinte apeamento dos antigos mandatários liberais do poder local), bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. Ainda que o conflito armado seja normalmente estudado sob os enfoques econômico e social, sobretudo o fator *violência,* que majoritariamente é destacado quando se trata de Revolução Federalista, é o aspecto político que merece nosso olhar mais atento. Nas palavras de Alves,

> O confronto militar representou o ápice da bipolarização político-partidária que dominara o cenário gaúcho desde a Proclamação da República. A visão e os projetos políticos de cada um dos grupos em conflito eram incompatíveis entre si [...]. A guerra movida contra os castilhistas tornaria-se também um combate ao Marechal Floriano que sustentava a situação gaúcha, de modo que as atividades bélicas ultrapassaram as fronteiras sul-rio-grandenses, chegando às terras catarinenses e paranaenses (ALVES, 2002a:35-36).

A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que os federalistas revoltosos desejavam, primeiramente, era a extinção da

[14] A relação direta entre os fundadores do Partido Federalista e os signatários do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Santana do Livramento em 15 de março de 1893, é estabelecida por Sérgio Franco, que identificou nada menos que 17 fundadores do partido, em comum nas duas atas, conforme FRANCO (2007:136).

Constituição castilhista de 14 de julho, o que, atingida a meta, consequentemente provocaria a queda de Floriano Peixoto, então protetor de Castilhos. Uma aspiração mais ampla dos revoltosos era a substituição do sistema presidencial, estabelecido na Constituição Federal, por um regime parlamentar, enquanto alguns mais exaltados, “ousadamente”, segundo Love (1975:65), professavam a volta à monarquia.

Nesta guerra preponderava o elemento civil, sobretudo no lado federalista. Eram, basicamente, “estancieiros à frente de peões armados” (FRANCO, 1993:47), em uma força que alcançava a marca de 80% do total de combatentes revolucionários (MOREIRA, 1993:21). Dentre estes civis, na coluna liderada por Gumercindo Saraiva, estava Ângelo Dourado, que acompanhou as tropas federalistas desde os momentos iniciais da guerra, até o final desta, em 1895. Durante o período em que esteve ao lado dos federalistas, Dourado efetuou registros do que via e vivia nos campos de batalha. E assim, em carta dirigida à sua esposa e datada de 23 de julho de 1893, começava o primeiro de um longo conjunto de relatos de suas experiências na Revolução Federalista. Tais relatos, escritos primeiramente como cartas e logo após como uma espécie de diário, foram organizados pelo próprio Dourado sob a forma de livro, o já conhecido *Voluntários do Martírio,* que traz a percepção de Dourado sobre o período da transição em que se encontrava o Rio Grande do Sul e o Brasil, ou seja, o momento de instauração republicana. Entre as batalhas, enquanto socorria e tratava feridos nos combates em que teve participação, sempre ali registrava seus temores, vivências, observações, mas principalmente suas posturas políticas, que viria a servir, terminada a revolução, de instrumento de propaganda ideológica da causa federalista.

1.3 ÂNGELO DOURADO COMO FONTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Nos meios acadêmicos, em especial, é relevante o número de pesquisadores que analisam, discutem ou reproduzem o texto memorialístico

do médico baiano.

Dentre as muitas obras que abordaram a Revolução Federalista, privilegiamos as que foram produzidas pela/para a academia, em especial aquelas indicadas pelo historiador Francisco das Neves Alves[15] na revista *Biblos*, em 1995. Na sua pesquisa, o autor realiza um levantamento bibliográfico das publicações efetuadas entre os anos de 1983 e 1993, listando um total de 108 obras, entre livros e artigos. Destas obras, procedemos a análise de 78 delas, sendo que Dourado é citado/utilizado em 19 trabalhos. Além do levantamento feito por Alves, analisamos algumas obras publicadas em período anterior ao recortado pelo autor, como os clássicos de Guilhermino Cesar, *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, publicado em 1971, e de Joseph Love, *O Regionalismo Gaúcho*, publicado em 1975; e outras oito em período posterior, como é o caso do livro traduzido e apresentado por Hilda Agnes Hübner Flores, *João Eickhoff: O Doutor Maragato*, publicado em 1994; o artigo de John Charles Chasteen, *Fighting Words: The Discourse of Insurgency in Latin American History*, publicado em 1993, e do seu livro *Heroes on Horseback: A Life and Times of the Last Gaucho Caudillos*, publicado em 1995; do livro de Elio Chaves Flores, *No Tempo das Degolas – Prática x Discurso e Revoluções Imperfeitas*, publicado em 1996; da Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, especialmente os artigos de Ana Luiza Setti Reckziegel, *1893: A Revolução Além Fronteira* e Sérgio da Costa Franco, *O Partido Federalista*, publicados no v.3 t. I, de 2007; e dos artigos de Márcio Antônio Both da Silva, *Notas sobre a Revolução Federalista: O Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895,* publicado em 2006, e Paulo Pinheiro Machado, *O Conflito do Canudinho de Lages*, publicado em 2008. Completando a lista de trabalhos utilizados, analisamos o livro de Cláudio Boucinha, *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*, publicado em 1989 e que, apesar de não se propor à análise da Revolução Federalista, tematiza a figura e a obra do médico baiano.

Um dos primeiros a citar a obra de Dourado como fonte para conhecer alguns aspectos da Revolução Federalista foi Guilhermino Cesar, no ano de 1956. Apesar do trabalho de Cesar se situar em um período anterior à

[15] Ver ALVES,1995:255-273.

implantação (UFRGS e UNISINOS) ou consolidação (PUCRS) dos Cursos de Pós-Graduação em história, a saber, os anos de 1980 a 1990 – e onde se dá a separação efetiva entre o tipo de produção do conhecimento histórico feita dentro da academia e fora dela[16] (PICCOLO, 1995:48) – seu estudo é bastante utilizado nos meios acadêmicos. Sobre Dourado, destaca:

> A Revolução de 93, ainda não estudada em obra sistemática, e imparcial, [...] teve, contudo, quem sobre ela depusesse ainda no calor das paixões veementes que suscitara [...] destaca-se Ângelo Dourado, em *Voluntários do Martírio* (1896), a crônica histórica mais emocionante que já se escreveu sobre aquele período conturbado. O autor, natural da província da Bahia, foi coronel-médico das forças federalistas. Nas páginas desataviadas de seu diário de campanha, os fatos mais banais tomam relevo especial; havia no fundo dêsse narrador despretensioso um ficcionista de polpa, ou pelo menos uma sensibilidade muito alerta ao sofrimento humano, uma paixão e uma chama criadora incomuns, que dão excepcional relevo documental aos trechos em que descreve a paisagem, evoca as privações da campanha, os horrores da luta fratricida (CESAR, 1971:369).

Tal passagem é encontrada no capítulo *A Historiografia após a Guerra do Paraguai.* Neste trecho, como o título sugere, o tema é a historiografia produzida, ou melhor, os trabalhos de cunho histórico produzidos depois da Guerra do Paraguai, onde Dourado é citado como destacado narrador dos eventos em que participou na Revolução Federalista.

Dante de Laytano, professor na Faculdade de Filosofia e Comunicação Social da PUCRS e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS, destaca, em relação à obra de Dourado:

> Dois notáveis livros de militares. Um do médico do exército – Ângelo Dourado – "Voluntários do Martírio, fatos e episódios da Guerra Civil", Pelotas, 1896, reeditado pelo prestimoso Martins Livreiro. Baiano era Dourado, Presidente da Junta Administrativa de Bagé, em 1890. Um livro impressionante, testemunhal e narrativo. Acolhe uma incrível quantidade de dados sobre a revolução, suas causas e efeitos (LAYTANO, 1992:24).

[16] Não há, em nossa dissertação, a intenção de diferenciar ou mesmo diminuir a relevância de trabalhos historiográficos de autores que se situam fora da formação profissional específica em história. A divisão entre trabalhos antes e depois da implantação dos cursos de Pós-Graduação da área visa unicamente sua classificação de maneira mais precisa quanto à utilização dos escritos de Dourado, tanto por historiadores diletantes quanto por estudos patrocinados (ou sob a égide) da academia, delimitando a utilização de cada grupo e a maneira pela qual foi utilizada. Todos os autores mencionados têm diferentes relevâncias e alcances, não sendo objeto deste estudo – tampouco julgamos possível – classificar suas qualidades ou mesmo validade.

Laytano aborda o caráter testemunhal e narrativo, ou seja, a memória de Dourado construída sobre os episódios que este presenciou. Reconhece na obra um valor que classifica de “impressionante” e recomenda o conhecimento a respeito dela, durante sua conferência no *II Simpósio Fontes para a história da Revolução de 1893*, realizado pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), em 1990.

Enquanto conhecimento acadêmico, uma das primeiras utilizações desta natureza é o estudo empreendido pelo historiador e brasilianista norte-americano Joseph Love, em seu livro *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 30* (1975)[17]. Dourado é citado para sustentar a afirmação de que havia, entre alguns rebeldes federalistas, o explícito desejo da restauração monárquica:

> Uma aspiração federalista mais ampla era a substituição do sistema presidencialista estabelecido na Constituição Nacional por um regime parlamentar. Mas alguns destes rebeldes queriam até ir mais além deste objetivo e ousadamente professavam o monarquismo. O coronel Fulião, por exemplo, começava uma batalha exclamando “Viva S.M. o Imperador!” (LOVE, 1975:65).

Em nota de rodapé, cita a obra *Voluntários do Martírio*, à edição de 1896. Ainda no mesmo livro, novamente vale-se do relato de Dourado, desta vez no corpo do texto, e trata-o (como em todas as outras vezes) por “Angel”, como a seguir: “Ângelo Dourado, um médico que participou ao lado dos federalistas, conta o caso de um lanceiro castilhista que transpassou seu próprio filho, ante o choque de uma identificação” (LOVE, 1975:25). Na sequência do texto, porém mais adiante, quando retoma a ideia das selvagerias que teriam sido praticadas durante a Revolução Federalista, cita outra vez o autor de *Voluntários do Martírio*:

> A brutalização da classe rural mais baixa, especialmente o gaúcho, foi, talvez, de todas a maior tragédia. Citando novamente Dourado, “Horroriza ver essas massas anônimas sempre exploradas, habituando-se lentamente ao crime, tornando-se insensíveis aos sofrimentos [e] perdendo o brio nas matanças de indefesos, erguerem-se, selvagens, boçais, nada mais respeitando, tudo querendo destruir” (LOVE, 1975:77).

[17] A propósito deste estudo, é preciso destacar que o livro, originalmente, foi a sua tese de doutorado defendida em 1967 e publicada em inglês em 1971. Somente em 1975 seria publicada em português, no Brasil.

Este mesmo trecho, desta vez em inglês, aparece também em seu artigo *Reflections on the Revolution of 1893* (LOVE, 1993:16), publicado em 1993.

Outro norte-americano, John Charles Chasteen, utiliza uma frase retirada do livro de Dourado como epígrafe em seu artigo publicado na *Latin American Research Review*: *"What I suffer is pleasant because it shows that I am putting myself above the run of commom men, that I am worthy of my Patria and of you...' Insurgent officer to his wife, 1893"* (CHASTEEN, 1993:83). Esclarece, em nota de rodapé, a origem da epígrafe: "*The epigraph comes from the epistolary war diary of Ângelo Dourado*, Voluntários do Martírio: Fatos e Episódios da Guerra Civil (Pelotas, Rio Grande do Sul: Americana, 1896), p. 19". Em outro trabalho, desta vez no livro "*Heroes on Horseback: A Life and Times of the Last Gaucho Caudillos"*, cita Dourado como personagem dos eventos e fonte:

> *Gumercindo Saravia became the hero of Brazil's 1893 insurgency because of his experience as a leader of montoneras, experience that the other Federalist colonels did not have. Saravia's rapidly growing prestige suggested to Ângelo Dourado the possibility of independent political initiatives, such as marching on Porto Alegre, but Gumercindo had no such plans. Actually, he seemed more worried about the sequels of victory than about the consequences of defeat: "The minute we get there," he told Dourado, referring to a hypothetically captured Porto Alegre, "a government will appear, and then everyone will scramble for offices and forget about the enemy"* (CHASTEEN, 1995:91).

As escritas de Dourado, neste caso, servem de base para contar a história da guerra, de Gumercindo Saraiva e do caudilhismo no Rio Grande do Sul, considerando o autor que fora desta época os últimos dos caudilhos a forjarem-se em solo sul-rio-grandense.

Como Joseph Love havia feito em seu livro, Sérgio da Costa Franco também utiliza Dourado para comprovar seu argumento de que havia, entre os federalistas, uma certa simpatia pelo passado monárquico:

> Conquanto a restauração do trono não fosse um objetivo declarado dos federalistas, sobrevivia, irracional, entre eles, um certo saudosismo pelo passado monárquico. Para todos os descontentes e ressentidos, que haviam perdido com o advento da República, esse saudosismo se materializava através do combate sistemático ao novo regime. O livro de Ângelo Dourado, Voluntários do martírio, é sintomático dessa disposição de espírito. O autor não cessa de criticar a "República da Ordem e Progresso", e, em várias

> passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Se isso acontecia com Dourado, que era intelectual, e que integrava a primeira junta governativa de Bagé depois do 15 de Novembro, o que não sucederia com os velhos "coronéis" gasparistas, desde cedo hostilizados pelo partido de Castilhos? [...] No período da rebelião, conta-nos Dourado do procedimento do coronel Macedo Fulião, que fazia anteceder as ordens de comando em combate, de "vivas a Sua Majestade o Imperador" e à "Antiguidade do Império". Parece certo, igualmente, que ao menos por ocasião da batalha do Inhanduí, havia combatentes federalistas que ostentavam no chapéu divisas de "vivas ao Império". [...] A propósito de um episódio de batalha é ainda Dourado quem comenta: "os soldados, que, creio, não morrem de amores pela República (...) não se incomodam em mostrar saudades pelos outros tempos" (FRANCO, 1993:49-50).

A descrição do que fora observado e descrito por Dourado nos campos de batalha também foi reproduzido por Franco:

> Ângelo Dourado descreve, em seu valioso diário de guerra, o espetáculo que oferecia o campo de batalha após o combate do Cerro do Ouro: "cadáveres nus em grande número: eram dos nossos adversários, porque o revolucionário [...] cobre a nudez, abriga-se do frio, com as roupas ensangüentadas dos que são pagos para destruí-los (p. 24)" Confessa o médico federalista a oficialização do saque aos adversários vitimados no campo da luta (FRANCO, 1993:54).

Igualmente, através da escrita de Dourado, afirma que este "confessou" em seu diário sobre a pilhagem dos inimigos mortos durante as batalhas, tornando uma informação de caráter histórico.

Hilda Agnes Hübner Flores, em apresentação da sua tradução de "O Doutor Maragato – João Eickhoff", diz que historiadores e pesquisadores que pretendem tratar da Revolução Federalista vão em busca da documentação existente em arquivos e outras fontes, como por exemplo,

> O depoimento de memorialistas que vivenciaram algum aspecto da luta fratricida que entre 1893-95 ensangüentou o solo rio-grandense. Ângelo Dourado, em seu minucioso diário, fala das atrocidades vivenciadas ao longo dos três anos em que acompanhou a Coluna Saraiva, como médico e atento observador (FLORES, H, 1994:7)

Os escritos produzidos tanto por João Eickhoff quanto Ângelo Dourado, neste caso – e, após serem tratados pelo historiador – seriam alçadas à categoria de história. Em outro trabalho, ao analisar a historiografia a respeito da Revolução Federalista, Hilda Flores (1993:131) situa *Voluntários do Martírio*

como parte do subtítulo “obras gerais de história”. Neste artigo, apresenta a obra e descreve Dourado da seguinte maneira:

> Médico baiano (BA/1876-RS/1905), radicado em Bagé e exilado no Uruguai, Dourado retornou como Cel. médico do *exército Libertador* de Saraiva, deixando em seu diário um retrato extenso e objetivo da revolução, desde a campanha despovoada pelo exílio em massa, ao dia a dia do exército em marcha até o Paraná, enfrentando continuadas dificuldades de natureza humana e material. Conectou a revolução do Vale do Taquari com a serra, local de procedência dos ervateiros, quando registra a presença de José Altenhofen em Passo Fundo, que aí foi municiar-se para suas lutas em Estrela; não havendo armas disponíveis, recolheu as cápsulas de cartuchos inutilizados, para reaproveitá-las. Dourado afirma que Altenhofen participou do combate do Pulador, de 27-06-1894 no que contradiz Guimarães (FLORES, H, 1993:131).

Ainda sobre a historiografia a respeito do período da Revolução Federalista, Helga Piccolo, destaca o memorialista Dourado:

> Com algumas mas significativas nuances (nuances que, ao incluírem interpretação de fatos e/ou dos processos históricos em que esses fatos se inseriram, qualificam os escritos), são ênfases encontradas (e, em muitos casos, privilegiadas) no que vem sendo escrito desde a época em que os acontecimentos se desenrolaram. A preocupação com maior ou menor número de informações e detalhes está presente em escritos como os de [...] Ângelo Dourado (PICCOLO, 1993:68).

Em seguida, em nota de rodapé referente a esse trecho:

> [...] dos escritos citados como exemplificação, damos um destaque especial ao de autoria de Ângelo Dourado, não tanto pelas informações trazidas sobre as causas e o desenrolar da Revolução propriamente dita. O que qualifica o texto são as observações sobre a sociedade sulina na época, sobre o “gaúcho” e seu dia-a-dia, seus costumes, enfim, sua preocupação com o ‘espaço social’. Sobre essa ênfase, leia-se, de Moacyr Flores, “Dramas e Conflitos Revolucionários”, in Revolução Federalista, publicação do Círculo de Pesquisas Literárias (PICCOLO, 1993:68).

Helga Picollo vê relevância na obra de Dourado, não pelas informações da guerra, mas especialmente sobre os aspectos do cotidiano, costumes, o espaço social, etc. Cita Moacyr Flores, cujos trabalhos também situam as memórias de Ângelo Dourado em uma perspectiva historiográfica.

Ao analisar as obras que abordam a Revolução Federalista de 1893, Moacyr Flores divide-as em três grupos: *biografias*, *narrativas* e *memórias*. O

trecho sobre Dourado abre o subtítulo “memórias”:

> O mais notável livro escrito sobre a revolução de 1893, é o do médico baiano Ângelo Dourado, editado em 1896, com o titulo de VOLUNTÁRIOS DO MARTÍRIO. Suas observações sobre as pessoas, comportamentos, indumentárias, relações entre diferentes setores sociais, tipo de alimentação, bailes, músicas, discursos e transportes são fontes primárias para a reconstituição da história social da Revolução de 1893. Chama-lhe a atenção a rusticidade do gaúcho e sua frieza perante a morte. Tira as roupas dos inimigos mortos, ainda que ensangüentadas, para vesti-las; dança e toca música ao lado de companheiros mortos; parte para o combate mesmo sem arma, esperando que algum companheiro caia, para pegar a arma. Dourado descreve com propriedade os combates, os tipos de armamento e a tática de guerrilha empregada. Dá-se conta que não podem perder combate e que só podem lutar com a certeza da vitória. Médico da coluna de Gumercindo Saraiva, descreve a dor dos feridos, a falta de medicamentos, a agonia dos que morrem. Ao perguntar por que lutam com tanto sacrifício, recebe como resposta: ‘Por vingança.’ Não lutam por república, nem por monarquia, muito menos por parlamentarismo ou presidencialismo. Seguem o chefe, o amigo ou o parente. Sua admiração por Gumercindo Saraiva transparece em diversas páginas, isentando-o de violências, pilhagens e injustiça. Considera-o um homem justo e disciplinador até com os amigos, pois fuzilou um companheiro de infância que foi apanhado pilhando. Mas aponta Cezário Saraiva, coronel da coluna de Aparício Saraiva e seu primo, como o degolador que não poupava prisioneiros. A narrativa da marcha da coluna de Gumercindo, desde Itaqui até Santa Catarina, depois o cerco da Lapa, o retorno ao Rio Grande do Sul, sempre com o inimigo próximo, são páginas antológicas que desvendam o quotidiano de uma coluna de guerrilheiros em marcha. A morte de Gumercindo é retratada em trágicas descrições, enquanto levam o corpo do guerreiro, labaredas vermelhas lambem a escuridão da noite. Os maragatos tinham tocado fogo no campo. Profeticamente considerou o ato de paz de 23 de agosto de 1895 como um armistício porque as leis de opressão não foram abolidas. A revolução facilitou aos desonestos fazerem ou aumentarem suas fortunas. Concluiu sua narrativa com a legenda *Libertas quae será tamen*. Mais tarde, a revolução de 1923 seria o rompimento do armistício (FLORES, 1993:126-127).

Moacyr Flores utiliza a obra de Dourado também em outro artigo, desta vez para demonstrar todas as diferentes tendências políticas que conviviam sob a égide de federalistas: “Os revolucionários reuniam as mais diferentes tendências: republicanos dissidentes, monarquistas, presidencialistas, parlamentaristas e pessoas que lutavam por vingança, conforme observou Ângelo Dourado” (FLORES, 1993:100).

Na obra que Moacyr Flores escreve conjuntamente com Hilda Flores, os autores ressaltam os aspectos do cotidiano e os “espaços sociais”, tal como Helga Piccolo também o fez. Nas palavras iniciais do livro, afirmam:

> A ideia de escrever a história da Revolução de 1893, a mais sangrenta das revoluções americanas, esbarra em vários obstáculos. O primeiro é a própria bibliografia que se divide a favor dos federalistas ou a favor dos republicanos, não poupando adjetivos pejorativos aos adversários, exaltando os feitos e denegrindo os inimigos políticos, numa dicotomia do bem e do mal. Entre estas, se sobressai a narrativa de Ângelo Dourado com anotações do quotidiano e dos sentimentos dos federalistas num exército em marcha pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. É a visão meticulosa de um médico baiano humanitário que tudo registra: baile, morte, marcha, banda de música, doenças, armamentos, meios de transporte, habitações e degolas (FLORES & FLORES, 1993:7).

Ainda no mesmo trabalho, referenciam a obra de Dourado ao afirmarem ser a vingança um dos motivos pelos quais se lutavam na revolução: “No entanto a maioria dos soldados revolucionários lutava apenas por um objetivo: vingança, conforme observou o médico Ângelo Dourado, que acompanhou as tropas do gen. Salgado" (FLORES & FLORES, 1993:40).

Outro uso de *Voluntários do Martírio* pela academia está presente no artigo de Nuncia Santoro de Constantino:

> Ângelo Dourado registra a destacada atuação do Coronel Leoni que conta, entre suas façanhas, aquela de ter impedido um provável saque, que teria perpretado por soldados, na bodega de um seu conterrâneo, italiano estabelecido em Ijuí. O mesmo autor menciona o caso da moça italiana, abandonada por militar revolucionário, que seguia as tropas federalistas, “marchando com resolução”, apesar das “enfermidades cruéis” que foi adquirindo ao longo da marcha (CONSTANTINO, 1993:79).

Neste caso, os escritos produzidos por Dourado serviram como fonte para a história de outro personagem, o Coronel Leoni, enfatizando a presença italiana na Revolução Federalista.

Ana Luiza Setti Reckziegel, por sua vez, apresenta os registros de Dourado como indicativo da presença brasileira na vizinha República do Uruguai:

> Os preparativos de invasão vinham sendo feitos desde o ano anterior, com mobilizações de federalistas que recebiam apoio nos departamentos de Cerro Largo, especialmente na cidade de Melo e de Rivera, e também de um número significativo de rio-grandenses que possuía propriedades nesses locais, como era o caso de Silveira Martins e Leopoldo Maciel, ou que ali estavam instalados como foi o caso do médico Ângelo Dourado (RECKZIEGEL, 2007:42).

Elio Chaves Flores é talvez um dos historiadores que mais tenha se utilizado das memórias de Ângelo Dourado para fazer história. Pelo menos em quatro de seus trabalhos, o livro *Voluntários do Martírio* é citado alguma vez. No primeiro deles, publicado nos *Anais do II Simpósio Fontes para a história da Revolução de 1893*, realizado em Bagé, Flores escreve:

> Embora partidário dos maragatos, tendo sido médico do exército Libertador, o "liberal e romântico" Ângelo Dourado foi um arguto observador dessa realidade social do Rio Grande no final do século XIX, quando, na vivência da luta, os atos embrutecidos da massa rural riograndense golpeava o seu idealismo intelectual. Escreveria ele, uma verdadeira antítese, do que chamou de "voluntários do martírio" a participação das camadas despossuídas: "horroriza ver estas massas anônimas sempre exploradas, habituando-se lentamente ao crime tornando-se insensíveis aos sentimentos [...] e, vociferantes, pedirem sangue e vida" (FLORES, 1992:60).

Na nota de rodapé sobre a citação, sugere a leitura do livro de Cláudio Boucinha:

> Para uma análise contemporânea da obra de Dourado ver o trabalho de BOUCINHA, Cláudio Antunes. O liberalismo e o romantismo de Ângelo Dourado. Bagé-RS – Urcamp, 1989. O autor, tendo como fonte o médico de "Voluntários do Martírio" dá um exemplo até onde chegou a "imbecilização" da massa rural empobrecida: 'A loucura, a degeneração de princípios éticos conquistados pela humanidade, são esquecidos de tal maneira que um soldado chega a beber sangue de seu inimigo morto, num ato de canibalismo'. BOUCINHA, Cláudio Antunes, op. cit. p. 39 (FLORES, 1992:60).

Em outro artigo, quando fala a respeito dos indícios do cotidiano feminino na Revolução Federalista, uma vez mais utiliza Dourado:

> No contexto social da guerra, a mentalidade patriarcal tendia a exasperar-se contra a mulher. Dourado revela a ação de um ordenança do exército libertador de violar uma moça perto de Caçapava. Mais adiante, relata a execução de dois companheiros que 'foram a uma casa e insistiam para que abrissem. O modo da insistência indicava más intenções'. O universo feminino e a tentativa de estupro serviam de inspiração para a imposição das leis revolucionárias (FLORES, E, 1993:176).

Outro trecho evidencia tal utilização: "a sugestão da violação da virgindade basta para o justiçamento do adversário. A justificativa é meridiana: 'se nós matamos os nossos que cometem estes crimes, como haveremos de poupar os contrários'" (FLORES, E., 1993a:177). Elio Flores não explica que a

frase seria de Gumercindo Saraiva, como o próprio Ângelo Dourado afirma em seu livro, assim, o autor reproduz como se fosse de Dourado, a julgar pela referência ao livro e sem maiores notas de explicação. Ainda sobre as mulheres presentes nas memórias de *Voluntários do Martírio*, descreve:

> Perto de Rosário, diz ainda Dourado, foi encontrada uma rapariga de Bagé, junto a um grupo de mulheres prisioneiras, vigiadas por uma tal de sargento Firmina. É uma das raras menções de um memorialista de 93 sobre a mulher combatente e com divisas para comando. A sargento rebelde Firmina pode ser um indício de que a mulher não foi apenas vítima da guerra, mas esteve definitivamente inserida no seu contexto (FLORES, E., 1993a:177-178).

Na coletânea de Moacyr Flores, escreve sobre a violência no conflito de 1893, e novamente cita Dourado: “o liberal Dourado (1979:24) confirma, noutra situação, os saques aos mortos: ‘o voluntário da honra e da miséria, cobre a nudez, abriga-se do frio, com as roupas ensanguentadas dos que são pagos para destruí-los’” (FLORES, E. 1993:46).

Em seu livro *No Tempo das degolas – prática x discurso e revoluções imperfeitas*, faz várias referências às informações retiradas de *Voluntários*. Na primeira delas, diz:

> No decorrer da guerra, confessando narrar os fatos sob a impressão do momento o médico rebelde Ângelo Dourado diz que ‘a degola é a lei da guerra fratricida, o que não se faz entre estranhos se faz entre irmãos.’ No final das batalhas, para não dar trégua ao adversário, ‘ali estão as vítimas ao matadouro como reses manietadas’ (FLORES, E. 1993:115).

Sobre a mortandade no Boi Preto, destaca:

> Ângelo Dourado, retornando com as forças de Gumercindo Saraiva e passando pelo local, ainda veria ‘um monte de ossos humanos. Foram de pobres homens que se escondiam no capão do Boi Preto [...] Surpreenderam-nos e mataram um por um’ (FLORES, E. 1996:130).

Segundo Elio Flores, nos livros de memórias, os fuzilamentos avultam e são mencionados em poucas linhas, o que “passa quase despercebido por leituras em busca de fatos heróicos. Dourado fala de prisioneiros justiçados e torturados, assim como de soldados indisciplinados que ‘estão presos e vão ser fuzilados’” (FLORES, E. 1996:144), ou seja, que as informações do

memorialista ajudariam a formar um cenário onde o ato heróico não passaria de uma criação de quem assim quisesse ver, mas distante da explicação histórica feita a partir da análise da obra de Ângelo Dourado.

A participação dos colonos e ervateiros na Revolução Federalista é tema do artigo de Marcio Antônio Both da Silva. Segundo o autor,

> Algumas fontes dão pistas a respeito da participação de colonos e ervateiros na Federalista e, igualmente, incluem informação a respeito de como indígenas e negros vivenciaram a guerra civil de 1893/1895. Neste quesito destaca-se o diário de Ângelo Dourado. Assim, num primeiro contato dos federalistas com colonos, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Dourado conta a história de uma "colona russa" que se viu frente à possibilidade de ter uma "vaca leiteira" confiscada pelos federalistas: "eu vi uma jovem mulher loura com uma criança nos braços, correndo em prantos; era a dona da vaca" (SILVA, 2006:214).

Outro embasamento de sua explicação é retirado das afirmações de Dourado:

> Também há registros de existência de tropas organizadas por colonos como o batalhão Gumercindo Saraiva, formado por 'polacos' de uma colônia do Paraná onde "a legalidade paranaense cometeu tantas opressões que os polacos se levantaram e organizaram um batalhão" (SILVA, 2006:215).

Novamente apóia-se em Dourado como fonte para demonstrar a participação dos serranos/ervateiros na guerra:

> Quanto à participação dos serranos/ervateiros na Federalista, o diário de Ângelo Dourado também permite conhecer melhor esse grupo, principalmente alguns aspectos que caracterizam a vida religiosa dessas pessoas. O médico escreve que chegando a uma "pequena aldeia de fabricantes de erva mate" na região das missões, onde iniciavam os "domínios de um celebre monge que tem percorrido toda a região" uma pessoa desconhecedora das "tradições desse monge, assusta-se vendo alta noite no meio do mato aquela porção de luzes em redor de uma árvore e aqueles vultos silenciosos prostrados e imóveis ali". Ainda quando as forças maragatas estavam se deslocando em direção a Santa Maria, Dourado descreve o contato que manteve com o monge que andava "segurando uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha no centro", era "moço ainda, figura simpática e ascética", participara de alguns combates com sua bandeira e "isto bastou para que os nossos lutassem até vencer, quase sem armas". No encontro, o médico manteve um curto diálogo com o monge, no qual, entre outras coisas, agradeceu a ele por brigar ao lado dos maragatos ao que o monge respondeu que lutava pela "justiça" e que "Deus manda que se sofra com os que sofrem" (SILVA, 2006:216).

Esta construção possível – mas nem sempre usada – como a de Silva, extrapola o uso dos textos do médico baiano como fonte de dados históricos sobre a Revolução Federalista em si, ou enquanto evento. Ela demonstra a diversidade de elementos possíveis para a produção de várias histórias, correlatas, entrecruzadas, sob diferentes perspectivas, com outros sujeitos que não apenas a guerra (como o autor utilizou os ervateiros, por exemplo), tomando por base os escritos testemunhais e descritivos de Dourado.

Abaixo, Silva afirma como o livro de Dourado "ilumina" algumas questões que, segundo ele, ainda não tiveram tratamento adequado pela investigação historiográfica, como é o caso do "papel da religiosidade popular" na Revolução Federalista:

> Linhas acima, destaquei que alguns historiadores pensaram a Revolução Federalista a partir do problema religioso relacionado à separação entre Igreja e Estado que acompanhou a passagem da Monarquia à República. Aqui, o diário de Ângelo Dourado ilumina uma outra questão que ainda não recebeu atenção proporcional a sua importância, ou seja, o papel da religiosidade popular na Federalista e, por outro lado, sua importância na vida das pessoas que vivem em regiões de fronteira (SILVA, 2006:215).

Logo após, ao mencionar a participação de índios e negros na guerra, Silva recorre à memória registrada pelo autor de *Voluntários:*

> Para conhecer um pouco melhor a participação de índios e negros na Federalista recorro novamente ao diário de Ângelo Dourado, o qual certamente é o relato mais detalhista sobre a guerra civil. Quando ainda estavam na região de Passo Fundo, o médico descreve o contato que ele e seus companheiros tiveram com os "selvícolas" da região. Dourado identifica-os como partidários da causa federalista pelo fato de que, anteriormente à estada dos maragatos, por ali haviam passado Pinheiro Machado e seus comandados e incendiado as cabanas e as roças dos índios. Nesse mesmo local, Dourado encontra vivendo com os índios alguns "soldados desertores, todos negros". Em outra passagem, refere-se a índios atuando como soldados nas forças revolucionárias. Também menciona a contratação de serviços aos indígenas, os quais durante as movimentações das tropas pela região de matas eram ajustados para carregar as caixas de munição pelo que receberiam dois mil réis por cada caixa entregue. Quanto aos negros, as referências aparecem em menor escala e são menos esclarecedoras, restringem-se a que foi acima mencionada deles vivendo em meio aos índios e alguns casos esporádicos de negros que, em conversas com o próprio Dourado ou que ele escutou, diziam ter entrado na revolução para vingarem-se de algum ato praticado pelos castilhistas (SILVA, 2006:217-218).

Também há o artigo de Paulo Pinheiro Machado, que faz referência da aproximação entre João Maria, o líder do que viria a ser conhecido como o Conflito de Canudinho de Lages (ocorrido em 1897), com as tropas federalistas:

> Uma aproximação de João Maria com os federalistas é relatada por Ângelo Dourado, que acompanhou a coluna de Gumercindo Saraiva. Dourado afirma que, na região dos campos de Palmas, João Maria acompanhou alguns combates, ajudou a tratar rebeldes feridos, mas dizia que não era federalista, porém era "*a favor da justiça e dos que sofrem"* (MACHADO, 2008:68).

Além das memórias de Dourado serem utilizadas como fontes para a construção do conhecimento histórico, em três casos o memorialista também é objeto. Referimo-nos aos artigos de Moacyr Flores e Laura Teresinha R. Saraiva, partes do livro *Revolução Federalista – Estudos* (FLORES, H. 1993: 35-40 e 53-66) e o livro já citado de Cláudio Boucinha.

No primeiro, *Dramas e conflitos revolucionários*, de autoria de Moacyr Flores, Dourado é objeto de um artigo inteiro de análise e descrição, cujo objetivo declarado pelo autor é destacar os aspectos sociais da Revolução Federalista, em que

> Ângelo Dourado traçou em sua obra *Os Voluntários do Martírio*, rica em dramas e conflitos, embora de maneira esparsa, que nos permite reconstituir o cotidiano revolucionário no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná. Ficaram de lado os fatos bélicos para ampliação do espaço social (FLORES, 1993:35-40).

No mesmo livro, Dourado é objeto no artigo *Música Popular*, escrito por Laura Teresinha R. Saraiva, onde a autora visa "destacar os aspectos musicais da obra *Voluntários do Martírio – Narrativa de uma revolução*, editado em 1896, da autoria do médico Ângelo Dourado, coronel do exército Libertador" (SARAIVA, 1993:53-66). No artigo, a autora mostra como a musicalidade da época, as danças, os bailes, as "apresentações operísticas", e até mesmo as músicas indígenas aparecem nos relatos do memorialista.

Ainda na obra *Revolução Federalista – Estudos*, outros autores, que se enquadram nos já aludidos perfis de "historiadores militares" ou memorialistas

locais[18], os quais optamos por não enfatizar, mas por outro lado, também não ocultar, utilizam Dourado como fonte. Todos os artigos compõem o capítulo *A Revolução nos Municípios*. Desta forma, os escritos de Dourado são usados/citados por Osório Santana Figueiredo (Combate do Cerro do Ouro – S. Gabriel); Corélio Bragança Pardo Cabeda (Cerro do Ouro, S. Gabriel); Humberto Castro Fossa (Promotor Nogueira e Gen. Pina – Encruzilhada).

Finalmente, *Voluntários do Martírio* é tema de análise feita por Cláudio Boucinha. O autor estabelece uma leitura crítica e amparada em conceitos que tentam inserir Dourado "dentro das ideias vigentes na época de Liberalismo e Romantismo", e que justifica que a escolha do livro deu-se por ser ele importante, na medida que se trata de "um testemunho vivo de um tempo, do relato encarnado na vida de um povo" (BOUCINHA, 1989:9). Segue o autor apresentando aspectos da obra, sua estrutura, a conjuntura (regional, nacional e internacional) do momento em que foi escrito (fins do século XIX), e finalmente, a crítica da obra, que segundo ele, está centrada nos campos político e filosófico. No campo político, Boucinha pretende explicar os aspectos do liberalismo presentes na obra de Dourado; já no campo filosófico, por sua vez, pretende explicar o Iluminismo, o positivismo e, fundamentalmente, o romantismo (BOUCINHA, 1989:25).

Nas considerações finais de seu livro, que apesar de ter *Voluntários* como fonte utiliza seu conteúdo como objeto de análise, pondera sobre as características que, a seu ver, constituem a base pela qual se pode analisar a obra:

> Para se fazer uma crítica é preciso critérios. Ter uma base para comparação. E esta base foi o pensamento liberal-romântico da época em que foi escrito o livro.
> Nesse sentido, depois de ler 440 páginas, de relatos de uma guerra civil cruel, é possível resgatar o pensamento subjacente do autor frente à sua época. Desse modo, a meu ver, Dourado é politicamente um liberal, por ter uma posição elitista frente ao povo, por sua postura anti-clerical, pela sua defesa da lei, por defender a ideia de que não existe propriedade sem liberdade, por ser republicano, por sua preocupação com a educação, pela sua defesa da liberdade de imprensa, o indivíduo.
> Ângelo Dourado é um romântico porque utiliza autores de corrente romântica. Dourado é filosoficamente um romântico porque enaltece

[18] Neste caso, referimo-nos àqueles historiadores diletantes, ou seja, sem formação acadêmica específica na área de história, mas que empreendem estudos a respeito do passado de seus respectivos municípios e regiões de origem.

> o sentimento, porque valoriza a tradição, a nacionalidade, o heroísmo, o titanismo, a história entendida como manifestação de um princípio infinito (BOUCINHA, 1989:54).

A análise proposta por Boucinha privilegia aspectos que teriam influenciado o médico baiano e que seriam perceptíveis através de sua escrita, mas não estabelece uma crítica historiográfica. Destaca, porém, a importância de *Voluntários* como uma obra "largamente utilizada no Brasil como no exterior, [tratando-se] de uma das principais referências sobre a Revolução de 1893" (BOUCINHA, 1989:7), sem, contudo, referenciar ou destacar quais.

Em todos os exemplos citados, vimos como Dourado foi fonte e objeto nos trabalhos historiográficos dos autores analisados, e como estes alçaram sua produção discursiva registrada em *Voluntários* à categoria de história, de acordo com a concepção que temos desta atualmente. A partir da utilização da escrita de Dourado, mediante princípios metodológicos e a intermediação da figura do historiador, temos a transformação de um tipo específico de registro como é o caso do livro – narrativo, testemunhal, engajado, panfletário – em conhecimento histórico.

CAPÍTULO 2 – A AÇÃO POLÍTICO-DISCURSIVA DE ÂNGELO DOURADO

Neste capítulo, procederemos à análise dos escritos de natureza eminentemente política de Ângelo Dourado, mormente os livros *Voluntários do Martírio* e *A situação política do Brasil*, e os artigos publicados no jornal rio-grandino *Echo do Sul*, no período de 1896 a 1905, estabelecendo a divisão de seu pensamento e ação em dois distintos momentos: o primeiro, relativo ao período de implantação republicana no Rio Grande do Sul e contemplando, principalmente, seus escritos de antes e durante a Revolução Federalista, registrados em *Voluntários do Martírio;* e um segundo momento, já no período pós-revolucionário e em fase de consolidação das instituições republicanas[19] no território sul-rio-grandense, em que externa suas posições através dos artigos publicados no *Echo do Sul,* no ano de 1899, para, finalmente, analisarmos a obra *A situação política do Brasil.*

2.1 *VOLUNTÁRIOS DO MARTÍRIO*: ENTRE O RELATO DE GUERRA E UM MANIFESTO POLÍTICO

O livro *Voluntários do Martírio* foi, sem dúvidas, a obra de maior alcance de Ângelo Dourado no que tange à utilização historiográfica sobre a Revolução Federalista, mas não foi o único registro escrito do médico revolucionário. Segundo Francisco das Neves Alves, Dourado elaborou também o drama *O médico dos pobres* (1876), a tese na Faculdade de Medicina *Operação cesariana* (1880), o drama *As minas de ouro* (1897), o livreto *Oftalmia virulenta* (1899), o estudo *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900), a coletânea de artigos *A situação política do Brasil* (1905) e o discurso *Reforma constitucional* (1912), publicado postumamente (ALVES, 2005:51). Além disto, em nossas

[19] Ainda que não haja consenso entre a historiografia quanto a datas e momentos de implantação/consolidação republicana no Brasil, optamos pela distinção que nos parece mais pertinente, tratando da Revolução Federalista como divisor de águas destes dois momentos. Tanto é que, em nossas pesquisas, há um claro reposicionamento discursivo de Dourado em questões basilares antes e depois do conflito, como veremos adiante.

pesquisas junto à Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, localizamos duas obras ainda não referenciadas pela historiografia: o livreto *Silveira Martins: discurso e referências depois de sua morte* (1901) e o estudo, em francês, intitulado *Mémoire sur un cas de échinocoque rétrobulbaire* (1892); além do breve artigo denominado *Dom Pedro, o bom*, em homenagem à memória de Dom Pedro II, publicado na edição especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no ano de 1894 (DOURADO, 1894:775-776).

Apesar de *Voluntários do Martírio* ser um livro eminentemente memorialístico, a partir dele é possível identificar vários aspectos de crenças e ideias do médico baiano, no aspecto político. O registro que se deu no livro era o relato daquilo que o federalista intencionava registrar, e, sobretudo, propagar.

Como o livro não é obra sobre o passado senão o recente, a narrativa e, por conseguinte, a atenção de Dourado, se voltava também para justificar a luta armada ao expor suas ideias políticas. A partir do que escreveu, percebemos seus temores diversos quanto ao momento em que vivia, tanto nos aspectos políticos quanto sociais. Se na política o cenário se apresentava como insustentável, no plano social a situação lhe parece ser, no mínimo, preocupante. Vemos isso em especial na questão da imigração europeia, sobre a qual Dourado refere-se mostrando certo temor quanto aos desafios e dificuldades que seus filhos encontrarão no futuro:

> Nessa vida social que levamos, os filhos vivendo só da herança paterna, ou raramente surgindo um ou outro vulto progenitor de si mesmo, eu pensava em preparar os nossos para essa luta hercúlea do futuro, em que os descendentes da atual família brasileira para não desaparecerem ante a imigração europeia já habituada a lutar pela existência, teriam de conquistar terreno palmo a palmo no próprio solo onde nasceram (DOURADO, 1977:10).

A preocupação demonstrada com o elemento imigrante, que lhe foi tão próximo quando esteve estabelecido, no início de sua jornada pelo Rio Grande do Sul clinicando na colônia Conde D´Eu, é um dos traços marcantes de sua obra. Em determinado momento ironiza a situação, quando faz referência explícita aos imigrantes alemães e italianos que, devido ao grande número, acabariam transformando o Brasil talvez em outro país, de nome inspirado em suas regiões de origem: “[...] se esse patronímico [brasileiro] não se tornar tão desprezível que precise ser mudado, talvez em nova Germânia ou nova

Lombardia" (DOURADO, 1977:234).

As preocupações de Dourado com o expressivo volume de europeus chegando ao país era reflexo de uma realidade social de fins do século XIX no Brasil. Pelas afirmações de Skidmore, o advento da abolição estimulou aquilo que chama de "uma onda dramática de imigração para o Brasil". O autor afirma que o número de imigrantes entrando no país saltou de menos de 33 mil em 1886 para 132 mil apenas dois anos mais tarde. E, tal como na Argentina e nos Estados Unidos, este fluxo prosseguiu em grande escala até a Primeira Guerra Mundial (SKIDMORE, 1998:104-105).

As afirmações de Dourado, referentes aos imigrantes, evidenciam sinais de teorias evolucionistas presentes no período, ou ao menos forte influência destas sobre o autor. O evolucionismo aplicado às sociedades humanas foi obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que fundamentou sua filosofia na teoria evolucionista e defendia que a seleção natural possibilitava "a sobrevivência dos mais aptos" (BURNS, 2001:633), ou ainda, nas palavras de Nina Rodrigues, "no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior" (RODRIGUES, apud ORTIZ, 1990:20). Em ambas as afirmações, encontramos algo muito próximo do que escreveu Dourado. É possível supor que o médico baiano acreditava também nesta pretensa superioridade europeia, ou pelo menos em uma melhor aptidão dos imigrantes europeus em relação aos demais povos, haja vista suas afirmações quanto aos alemães e italianos residentes no Brasil, e também, de acordo com a relativa popularidade que o evolucionismo e o darwinismo social gozavam em fins do século XIX no país, como bem afirma Skidmore, para quem "a elite brasileira pós-1870 logo caiu sob a influência de doutrinas européias e norte-americanas de racismo científico, que apoiavam a 'evidência' biológica e histórica para justificar suas afirmações de superioridade branca" (SKIDMORE, 1998:112), afirmação corroborada por Lilia Moritz Schwarcz, confirmando que houve a entrada coletiva, simultânea e maciça destas doutrinas, além do que, a noção de "evolução social funcionava como um paradigma de época (SCHWARCZ, 2007:43).

Além disso, o evolucionismo de Spencer e o darwinismo social, juntamente com o positivismo de Comte, foram as três mais impactantes teorias que delinearam os limites no interior dos quais grande parte da

produção teórica da época pós-1870 se desenvolveu (ROMERO apud ORTIZ, 1990:14). O pensamento spencerista, por exemplo, estava presente também no Rio Grande do Sul, onde, inclusive, aconteceram duas conferências proferidas em Porto Alegre, e que mais tarde foram reunidas em um livro cujo título era *A Terra e o Homem à luz da moderna ciência*, de Karl Von Koseritz. Em 1891, Graciano Alves de Azambuja publicava *Lições de Filosofia Elementar,* obra que reunia artigos filosóficos lançados na *Gazeta de Porto Alegre*. Segundo Leite, Graciano foi o precursor do spencerismo no Rio Grande do Sul (LEITE, 1993:21).

Pelo receio que demonstrou Dourado de que os alemães ou os italianos (ou ambos) viessem a "dominar" o Brasil, causando extinção do "patronímico brasileiro" parece-nos razoável supor que, se não era total a sua crença no evolucionismo ou mesmo no darwinismo social, pelo menos estava familiarizado com estas teorias, especialmente se levarmos em conta que Dourado escrevia seus relatos justamente em fins do século XIX. Este período, é importante destacar, foi quando:

> Gobineau divulgava, através do "Ensaio sobre as desigualdades das raças", a teoria de que as raças seriam desiguais. Inspirado em Darwin, argumentava "cientificamente" que haveria raças superiores e inferiores: "as raças são desiguais, e a raça branca é inequivocamente superior às demais raças". Assim se justifica o domínio dos brancos europeus sob os povos dos demais continentes. O branco é superior. A Europa é seu país de origem (BERND, 1994 apud MELLO, 2006:94).

Contudo, o conceito de "raça", no relato de Dourado, não apresenta um único sentido. Em algumas vezes, significa país. Um exemplo aparece quando escreve que os inimigos estariam "destruindo a raça atual no Brasil" (DOURADO, 1977:79), ou quando afirma que "um outro desta raça honrada que fecundou mundos, que relembra D. Henriques ou Vasco da Gama [...] voavam como ousadas gaivotas onde o nome lusitano tornaram sublimado" (DOURADO, 1977:109-110), referindo-se, neste caso, a Portugal. Em outros casos, a palavra raça é usada como sinônimo de sociedade: "há porém, em nossa raça o hábito de acreditar que o homem deve saber tudo [...]" (DOURADO, 1977:102).

Além das preocupações relativas ao seu presente, dos temores quanto

ao futuro e a uma eventual competição com os imigrantes europeus, Dourado trata, em algumas passagens, do passado mais distante. O faz, porém, num tom idealizado. Nestes registros, a tônica se dá em comparação ao tempo em que vive. Tal afirmação evidencia-se quando justapõe as distintas guerras civis – a primeira, Farroupilha, e a segunda, Federalista:

> Ali mesmo estivera acampado em 1835 o exército revolucionário nove meses sem ser incomodado. O que eram as guerras de então e o que são as de hoje. Naquele tempo puderam fazer capital em Piratini, até moeda cunharam [...] os prisioneiros eram respeitados, os feridos, medicados (DOURADO, 1977:58).

Além do exemplo que considerava positivo, também registrou o que considerava negativo, usando de ironia:

> Numa praça ergueu-se o altar da Pátria, onde a guilhotina mandava diariamente centenas de cadáveres porque a Pátria delles era como a deusa Kalli, nutria-se de sangue e tinha por adornos das orelhas cadáveres humanos. Porque o Brasil, um século depois, não há de imitar a França? (DOURADO, 1977:103).

Nestes trechos, cada qual com sua lição, emerge o conhecido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é a mestra da vida (*historia magistra vitae*), a que serviria como ensinamento para a geração presente e também às futuras. É no passado, pois, que Dourado encontra exemplos (de guerra, de conduta) melhores do que aqueles com os quais convive em seu presente.

Em outra referência ao passado, demonstra certa simpatia à monarquia, especificamente, neste caso, a portuguesa: “enquanto a minha pátria guardava as tradições de suas leis [...] gozavam meus irmãos de paz...” (DOURADO, 1977:110). Ao falar sobre a antiga metrópole, e embora a referência fosse ao período em que o Brasil era colônia lusitana, o país parecia gozar de situação melhor do que estava no período em que fez tal observação, talvez nem tanto pela ligação com Portugal em si, mas de modo a estabelecer o contraste entre aquele tempo virtuoso, de suposta estabilidade política, e o momento em que escrevia seus relatos, em que havia a lamentada “guerra fratricida”.

Médico por profissão, Dourado nutria igualmente duas outras atividades que lhe garantiram projeção e notoriedade em terras sul-rio-

grandenses: a escrita e a política. Uma servia de combustível e instrumento à outra, ambas andavam interligadas. Ângelo Dourado era republicano manifesto, participou da primeira junta administrativa, encarregada de governar o município de Bagé, por ocasião da Proclamação da República. Conforme Reis:

> Por ato do general governador do Estado, de 24 de fevereiro [1890], foi dissolvida a câmara municipal, sendo nomeada uma junta administrativa [...] composta dos senhores dr. Ângelo Dourado, Cornélio Vieira da Silva e João Antonio Damé, sob a presidência do primeiro (REIS, 1911:97).

Cargo este que, aliás, ocupou de forma efêmera, sendo destituído deste em 28 de julho do mesmo ano (REIS, 1911:101). Fato posto, é inegável a simpatia externada pela monarquia, observada em diversos momentos de *Voluntários do Martírio*. Se tal simpatia se dava por força das circunstâncias, saudosismo pelo imperador deposto, ou mesmo decepção com o regime instaurado, intimamente ligado aquilo que ora combatia, ainda é obscuro e carece de provas mais substanciais. É possível que não desejasse, efetivamente, a restauração[20], mas em diversos momentos revela seu apreço à monarquia.

Quando confrontado, apressava-se em se declarar republicano, ainda que com ressalvas quanto ao tipo de república existente no país:

> Declarei-lhe que, por minha índole, e desde a mocidade, o que provei com o testemunho de Barros Falcão, fora sempre republicano, mas não desejava uma república militar [...] as repúblicas assim só tem uma máxima que é "mata, se não queres ser morto" (DOURADO, 1977:50).

[20] Os federalistas eram frequentemente acusados pelos legalistas de lutarem pela restauração monárquica, como afirma, entre outros, Félix: "mesmo diante dos manifestos federalistas, acentuando que a Revolução era contra a tirania de Castilhos e não para restaurar a monarquia, os editoriais [de A Federação] registram frequentemente, em determinados períodos, diretamente com a ideia da restauração" (FÉLIX, 1993:160). Acusador também foi o legalista Euclydes B. de Moura, o qual afirmou que "em seus discursos e proclamações [os federalistas] baniam cuidadosamente os vivas à república, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a colocar em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando também a antiga bandeira" (MOURA, 2000:69), além do próprio Dourado, que registrou a percepção de alguém que o havia interpelado: "um moço oficial de nome Americano, aparteou-me dizendo que a revolução é restauradora da monarquia." (DOURADO, 1977:49) e "disseram-me alguns que lutaram, porque se dizia que nós lutávamos pela restauração." (DOURADO, 1977:170)

Não poupou críticas à república brasileira daquele momento, que, segundo ele, apresentava falhas e defeitos já na sua origem:

> [...] a república que nasceu fraca porque o terreno não estava preparado, que nasceu criminosa porque foi filha de uma traição, porque quem a proclamou [referindo-se a Deodoro da Fonseca] traiu o juramento que prestara de defender com a vida e com a honra o que ela destruiu [o Império] (DOURADO, 1977:300).

Além das críticas da *república circunstancial* referente àquele momento, Dourado dirige críticas à república como forma de governo, cuja efemeridade dos mandados contribuía para que os governantes da ocasião não fossem bem sucedidos:

> [na república] o governo é restrito a pequeno espaço de tempo; não tem a necessidade de preparar terreno para seus sucessores serem bem-sucedidos, ao contrário, eriçar seus espinhos o caminho que tem de percorrer o que vier, para que seja pior do que ele, parece ser a preocupação deles (DOURADO, 1977:104).

Além disto, outras declarações suas ao longo de *Voluntários do Martírio* revelam a proximidade com o tema monárquico, como no seguinte trecho:

> Enfim, lhe disse eu, o meu pensamento é o seguinte: se esses homens que assassinam e roubam em nome da república, persistem em nos mandar matar, em vez de se levantar a bandeira da separação do Rio Grande, como pensam uns poucos que julgam que a nação é a culpada da perversidade de uns poucos rio-grandenses, eu **preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia** (DOURADO, 1977:13). [grifo nosso]

E vai além, quando julga ser a república a “assassina do Brasil”:

> Se a república continua a ser a assassina do Brasil, está cometendo um suicídio; **portanto, para salvar a Pátria só teríamos a restauração da monarquia, ainda que nos viesse um Belzebu, com tanto que a unificasse sem sair da lei (DOURADO, 1977:13).** [grifo nosso]

Estas declarações, ainda que escritas no calor dos acontecimentos, evidenciam o sentimento momentâneo de que o retorno à monarquia parecia ser a saída mais apropriada, para estabelecer a ordem que a república estaria destruindo. Dourado não esconde, por exemplo, sua admiração pelo período imperial, e especialmente pela figura de D. Pedro II, como assinalado no trecho

em que conjectura o que aconteceria, na história do Brasil, caso Garibaldi não tivesse existido: *"*D. Pedro não teria começado seu reinado, hoje **glorioso**, e não teria sido o **fiscal incansável do progresso de sua pátria"** (DOURADO, 1977:80) [grifo nosso]. A julgar pelas suas opiniões sempre prontamente externadas, quando o objeto é a política (a exemplo de suas críticas mordazes a respeito da república, Castilhos, Peixoto e etc), caso nutrisse antipatia pela monarquia seguramente deixaria registrado. E, em momento algum ao longo de todos os seus apontamentos fez qualquer referência negativa ao regime monárquico ou à figura do imperador, ao contrário de quando falava da república, onde não faltavam críticas. Digno de referência e registro é o trecho a seguir, onde cita uma prática de seu amigo, coronel Fulião:

> [...] o meu velho amigo coronel Macedo Fulião, é o mais característico. À tarde faz sua gente rezar ao terminar o fogo, pela manhã faz o mesmo antes de começar. Para principiar o fogo ele tem uma prática imprescindível: viva S.M. o Imperador! – Viva a antiguidade do Império! – Fogo! [...] Uma vez que assisti junto dele ao início do combate, fiz notar-lhe que isto não era correto; que não temos imperador e sim república (DOURADO, 1977:164).

E prossegue a narrativa dando conta da contrariedade de Fulião. Interessante notar que Dourado não defende a república para o amigo, nem tampouco a enaltece, como fazia quando o assunto era o antigo regime deposto, ou a figura do imperador. Apenas atesta ser o Brasil uma república, nada mais.

Inúmeras declarações, ainda que aparentemente atribuídas aos excessos dos governantes (Castilhos e Peixoto) igualmente sugerem uma certa simpatia monarquista. Após uma discussão acerca do estado atual das coisas, declara "[...] **só a restauração poderia salvar o Brasil**" (DOURADO, 1977:171) [grifo nosso]. E, adiante, sobre a forma como se deu a proclamação, de cima para baixo e não o contrário: "a nação não fez a república; aceitou-a porque julgou-a boa" (DOURADO, 1977:171). Em determinado trecho, Dourado faz referência a um alemão, agredido pelas forças legalistas e que, devido a "tantos castigos corporais quase perdeu toda a pele" (DOURADO, 1977:60). Segundo ele, um boticário conservou no álcool alguns fragmentos desta pele, e Dourado pretendia presentear um museu (não especifica qual), por ser

> [...] uma boa preparação anatômica porque sendo tirada do vivo, conserva todas as suas ramificações venosas [...]. Irá com esta inscrição: "pele humana de um teuto brasileiro [...] [morto] por agentes do governo do dr. Júlio Prates de Castilhos, no 4º ano da república e segundo do governo do marechal Floriano Peixoto" (DOURADO, 1977:60).

Apesar de ser comum a citação do "ano da república" (como era o da Independência, em outros tempos), se a intenção era responsabilizar Castilhos e Peixoto, é sintomático o fato dele associar o nome "república" a estes, sobretudo por figurar também a datação do governo do marechal. Mencionando ambos, enfatiza a ligação entre os horrores praticados e o regime estabelecido. É mais um elemento que reforça sua oposição ao regime republicano, ou, em última análise, ao governo constituído. Tal percepção foi verificada também por Sérgio da Costa Franco:

> Conquanto a restauração do trono não fosse um objetivo declarado dos federalistas, sobrevivia, irracional, entre eles, um certo saudosismo pelo passado monárquico. Para todos os descontentes e ressentidos, que haviam perdido com o advento da República, esse saudosismo se materializava através do combate sistemático ao novo regime. O livro de Ângelo Dourado, *Voluntários do Martírio*, é sintomático dessa disposição de espírito. O autor não cessa de criticar a "República da Ordem e do Progresso", e, em várias passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Se isso acontecia com Dourado, que era intelectual, e que integrara a primeira junta governativa de Bagé depois do 15 de Novembro, o que não sucederia com os velhos "coronéis" gasparistas, desde cedo hostilizados pelo partido de Castilhos? (FRANCO, 1993:49).

A questão da restauração entre os federalistas não está suficientemente definida. Entre os combatentes, além do citado coronel Fulião, há indícios de que, para alguns, a república não gozava de unanimidade. Escreveu Dourado que "os soldados, que, creio, não morrem de amores pela república, [...] não se incomodam em mostrar saudades pelos outros tempos" (DOURADO, 1977:263). O próprio Silveira Martins, durante seu exílio na Europa, encontrou-se várias vezes com o imperador deposto, chegando mesmo a participar de reuniões de antigos fiéis ao trono que tratavam do início de um movimento restaurador (ORICO, 1935:325), quando já retornado ao Brasil, aparentemente rejeitava tal ideia (LOVE, 1975:66). Dourado, ao contrário, de republicano declarado, derramava-se em elogios ao antigo regime, principalmente à figura do imperador, tanto que, quando da morte do monarca, um artigo de sua

autoria foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, em edição especial lançada em 1894, onde adjetivou-o de “novo Atlas”, suportando “durante meio século, todo o peso da política da América do Sul” (DOURADO, 1894:775). Outros elogios póstumos são dirigidos ao antigo imperador:

> Foi com este nome que ele durante 50 anos iluminou com suas virtudes, com o seu saber progressivo, com a sua infatigabilidade, com a sua bondade, toda a América do Sul, sem interrupção, guiando sua pátria com vagar, para que crescesse sem se tornar epiléptica, libertando os outros povos dos tiranos que os oprimiam. Foi talvez isto que produziu a sua queda como rei para transformá-lo em anjo como homem (DOURADO, 1894:776).

Enquanto Dom Pedro II recebia homenagens, sobravam críticas para os homens da nova república, seus governantes e também, em igual medida, a organização do Estado. Uma destas críticas dizia respeito ao exército permanente, que julgava inadequado:

> Tivéssemos uma república honesta, sem exército permanente, porque na hora da luta externa todo cidadão é soldado, sem fortunas rápidas feitas a custa das revoluções, os próprios monarquistas viveriam satisfeitos dentro dela, porque ao homem não é a forma de governo que o preocupa, é a honestidade desse governo e a equidade da justiça (DOURADO, 1977:105).

Um exército permanente, sob as ordens do presidente da república e aliado do governante do estado, certamente contrariava alguém que se encontrava, naquele momento, em oposição justamente a estes elementos.

Seus alvos preferidos, e que recebiam as mais contundentes críticas, eram, no entanto, Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto. Castilhos era definido como um assassino, o chefe de quem vinham as ordens de matar os inimigos federalistas:

> Se perguntarem aos nossos porque matam, eles responderão: para não morrer, ou porque mataram os meus; mas se perguntarem a eles porque nos matam, eles dirão: é pela *legalidade* e por ordem do chefe Júlio de Castilhos (DOURADO, 1977:248).

Igualmente pejorativo, o governante era tratado como aquele que “vendera” o Rio Grande do Sul para Floriano, questionando: “Qual a ideia que obrigou o sr. Júlio de Castilhos a vender o Rio Grande ao sr. Floriano?”

(DOURADO, 1977:23) e, comparando-o à grande esfinge que devoraria quem se colocasse em seu caminho: “[...] como se arredaria o obstáculo do caminho dessa esfinge [Castilhos] que tem traçado seu plano de domínio sobre este povo ‘bestializado’?” (DOURADO, 1977:6), ou seja, Castilhos era o grande e terrível monstro que exterminava sem hesitação todos aqueles que se pusessem em seu caminho. Finalmente, distingue aqueles que estão ao mando da legalidade, mas que não compartilham dos supostos lucros. Estes, por situarem-se em hierarquia subalterna, mesmo executando ordens de Castilhos, acabam não se beneficiando dos privilégios do poder, pois“[...] não tinham parte nos lucros do Sr. Castilhos e seus amigos, que lá estão em suas casas, no seio de suas famílias, ou nos *Clubs*...” (DOURADO, 1977:5), ou seja, enquanto os soldados lutavam e entregavam a própria vida em nome da legalidade, Castilhos e os seus tinham asseguradas suas integridades físicas, dada a distância da guerra propriamente dita.

Floriano, por sua vez, era definido como um ditador: “nosso objetivo era o Paraná, onde o ditador concentrava todos os recursos disponíveis” (DOURADO, 1977:147). Ainda a respeito de Floriano, mas agora sobre os soldados que o governo central enviava para as batalhas contra os federalistas, assim afirma: “[...] e o sr. Floriano fez deles presente ao sr. Júlio de Castilhos para mandá-los ao matadouro contra seus irmãos [...] Seu plano [de Floriano] está traçado: implantar o terror e se fazer o deus onipotente” (DOURADO, 1977:5). Para enfatizar o sentimento de antagonismo a Floriano Peixoto, utilizava, além do registrado textualmente como opinião sua nos relatos, também a opinião de pessoas com as quais supostamente conversava, como, por exemplo, no trecho em que narra a conversa com um conhecido argentino:

> O seu marechal, pelo que tenho lido, apesar de ser uma alta autoridade no exército de sua terra, tem alcançado suas posições por traição, dando assim um mau exemplo a seus subordinados; depois, talvez com medo da queda e da punição, manda destruir os bons e eleva os maus (DOURADO, 1977:301).

Este diálogo teria sido, nas palavras de Dourado, o que o argentino falou para ele. Com isso, procurava demonstrar que a rejeição a Floriano existia por toda a parte, mesmo além-fronteiras. Ao registrar a opinião de outrem, corroborava e abonava as suas próprias.

Finalmente, denuncia o tipo de relação estabelecida entre Castilhos e Floriano, baseada, segundo suas afirmações, na falsidade e em um jogo de interesses:

> "[...] O Sr. Floriano foi denominado pelo Sr. Castilhos três vezes traidor, e hoje é o seu maior amigo, por que manda-lhe dinheiro, e homens do norte para morrerem, creio que com o fim de obrigar o Sr. Júlio de Castilhos a dizer o contrário do que disse dele (DOURADO, 1977:314).

Há um certo abrandamento na forma como seus dois maiores adversários manifestos são tratados no final do livro, no capítulo intitulado "A Paz". Ao longo das quatro páginas, em espaço onde faz uma espécie de balanço sobre a guerra civil, nenhuma crítica é nominalmente dirigida nem a Castilhos, nem a Floriano. A última referência de hostilidade a Castilhos é quando diz, referindo-se ao fato de não ter sido exigida a renúncia deste ao governo do Rio Grande do Sul como condição à deposição de armas e assinatura do tratado de paz: "[não foi pedida a saída de Castilhos para] não colocá-lo em condições de poder ter o direito de ser revoltoso" (DOURADO, 1977:414). É a última referência ao antagonista. No capítulo reservado à paz, nem uma linha mais é dedicada aos antigos inimigos.

A paz, poderíamos pensar, enfim fê-lo mais confiante no presente e nos rumos da república. Engano. Demonstra que tem a consciência de que a situação estava longe de ser resolvida, mesmo com a assinatura da deposição de armas. Diz: "o ato do general Galvão não será somente um armistício por um tempo mais ou menos limitado?" (DOURADO, 1977:419). O tempo daria razão às suas suspeitas: as antigas feridas da Revolução Federalista não cicatrizariam de todo, e em 1923 o Rio Grande do Sul era novamente o palco de mais um levante, dezessete anos após a morte de Ângelo Dourado.

Com o final da guerra civil, o processo de implantação da república no Brasil estava mais próximo de ser consolidado. Esta nova realidade política, intimamente ligada à vitória do modelo castilhista, exigiria novas formas de enfrentamento e ação das forças oposicionistas.

2.2 ECOS DE UMA CRÍTICA POLÍTICA: AS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO *ECHO DO SUL*

Ângelo Dourado manteve, findada a Revolução Federalista, sua trincheira discursiva estabelecida a partir dos textos que publicava no diário *Echo do Sul*, da cidade do Rio Grande. Escritas no formato de crônicas[21], foram ao todo 136 inserções publicadas entre os anos de 1896 e 1902. Destas, elegemos 20, intituladas *Alerta* que foram publicadas de 11 de janeiro até 10 de fevereiro de 1899, como nosso objeto de análise. Tal escolha deve-se por apresentar relativa distância temporal intermediária tanto dos eventos narrados em *Voluntários* (1896) como em *A situação política* (1905), fornecendo uma possibilidade de estabelecer um contraponto entre o pensamento manifesto inicial e final do autor face à realidade social e política que intentava refletir e alterar por meio da ação discursiva presente em suas crônicas no diário sul-rio-grandense.

Devemos destacar que, nesse período, no Brasil, a prática jornalística mais comum é a que Luca (2012:149) denomina de "jornal-tribuna", ou seja, o jornal que serve de plataforma para difusão de ideias, críticas e posicionamentos, em suma: um "palanque discursivo", afirmação que encontra suporte e complementação nas palavras de Alves (2002:21), para quem, no Brasil, "o discurso político-partidário emitido através da imprensa exerceu um papel essencial dos diversos momentos que caracterizaram o cenário político, seja no âmbito nacional, regional ou local, servindo os jornais de veículos de propagação dos mais diferentes ideais".

No Rio Grande do Sul, em particular, no mesmo sentido e na mesma época, praticava-se um jornalismo predominantemente opinativo, expressando os jornais em suas páginas os "interesses e vínculos com grupos políticos, atividade decorrente da militância política como elemento fundamental da

[21] Classificamos as inserções de Dourado como crônicas tomando por base as características presentes em cada texto publicado no *Echo* e comuns ao gênero em seu início, notadamente fins do século XIX e início do XX: diferenciava-se dos textos puramente jornalísticos por ser opinativa, de autoria declarada, tendo presentes o juízo de valor, as expressões alegóricas, manifestações ideológicas de seu autor e por ser apresentada sob a forma de textos seriados, mais ou menos regulares, dispostos normalmente em um espaço fixo na composição do jornal.

estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização política" (ALVES, 2002:140-141). Segundo Hohlfeldt (2007:323), "os jornais do final do século XIX expressaram fundamentalmente o pensamento das elites sul-rio-grandenses, fossem estas conservadoras ou não", e eram justamente estas elites que entravam em choque, pelas vias bélicas e pelo embate através da imprensa, seja para a conquista ou pela manutenção do poder. Para Sodré (1999:263) "a exaltação da política da época está integralmente na imprensa", constituindo-se esta como indispensável fonte para a construção de conhecimento.

Neste cenário, a cidade do Rio Grande teve uma posição de destaque na produção jornalística da época. De acordo com Alves, o município

> [...] destacou-se, no contexto jornalístico rio-grandense, como uma das mais tradicionais praças, seja pela qualidade, pela quantidade e até pela longevidade de suas folhas, o que possibilita um largo campo de atuação aos historiadores. Nessa cidade desenvolveram-se todos os gêneros de jornais: de periodicidade indefinida e periódicos (mensais, quinzenais, hebdomadários e diários); pasquins, caricatos e noticiosos; políticos, literários, comerciais, religiosos e 'dos trabalhadores', entre outros, cada qual traduzindo, à sua maneira, o 'modus vivendi' da comunidade rio-grandina, em diferentes tempos (ALVES, 1995:150)

Dentre eles, o diário *Echo do Sul* esteve inserido no conjunto da imprensa rio-grandina como um dos seus maiores representantes ao longo do tempo, e constituiu-se, segundo Alves, em uma "das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte" (ALVES, 2002:271). Além disso,

> As ideias e propostas expressas pelo jornal durante este largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, mormente na zona sul da Província/Estado, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, o *Echo* passaria a ser editado na cidade do Rio Grande e, nos primórdios de sua existência, manteve algumas características de pasquinagem – atividade jornalística na qual seu fundador e principal redator estreara no jornalismo –, evoluindo, gradativamente, até apresentar-se como uma publicação de natureza "política, literária e comercial" (ALVES, 2002:271).

A partir do advento da República, o jornal manteve sua conduta baseada fortemente no partidarismo, apoiando os novos governantes no princípio da instauração republicana, mas em seguida “partindo para uma postura de aberta oposição, consistindo num dos poucos órgãos de imprensa que se manteve na resistência, combatendo os situacionistas [...]” (ALVES, 2002:271). Durante a Revolução Federalista, o jornal teve sua publicação interrompida até o final do conflito, voltando a circular em 1895. Terminada a guerra, o *Echo* manteve-se no combate ao castilhismo que já desempenhava antes e alinhado ao pensamento federalista-gasparista, o que explica a presença de Ângelo Dourado como um de seus cronistas, além de outros nomes de destaque como Silva Tavares, Silveira Martins, Oliveira Salgado, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Wenceslau Escobar e Antão de Faria. O diário, então, “manteve acesa a flama da discussão político-partidária, sustentando o conflito discursivo federalistas X castilhistas, demonstrando a continuidade do embate partidário e ideológico no período pós-revolucionário” (ALVES, 2002:336-340).

Em síntese, o *Echo do Sul* foi um dos mais ferrenhos adversários do regime castilhista-borgista no contexto sul-rio-grandense, de modo que em suas páginas circularam textos legitimadores de tal postura oposicionista, tendo em Ângelo Dourado um dos autores mais frequentes a utilizar-se do jornal como veículo propagador de ideias e críticas ao regime vigente publicando suas crônicas que corroboraram para a difusão do ideário defendido pelo periódico.

2.2.1 O DIAGNÓSTICO OU A SITUAÇÃO POLÍTICA EM 1899

Na série de crônicas analisadas, intituladas individualmente como *Alerta* de forma seriada (*Alerta I*, *Alerta II,* etc.) o médico baiano traça analogias entre passado, presente e futuro. A temporalidade explorada pelo autor, sob o pretexto de analisar os eventos e personagens da história, mas sobretudo relativos à Guerra do Paraguai, destaca a sua necessidade de estabelecer um paralelo, lembrando sempre o leitor de que “os fatos do passado têm relação com os mais importantes [fatos] do presente” (ECHO DO SUL, 19/01/1899:1).

Revela, com estas palavras, o intento de buscar no passado elementos que ajudem a pensar seu próprio presente, mas com vistas a influenciar o futuro. Assim, afirma o autor que, na sua “rude linguagem”:

> Eu não farei senão recordar fatos conhecidos por todos; apenas mostrando que o erro de homem se dizia que seria reparado hoje, ou que devia dar magníficos resultados, cada dia aumenta, e chegou a ponto de mesmo para os mais ousados não mostrar no futuro senão um borrão de desgraças que vão ser por muito tempo a alimentação de nossa pobre pátria (ECHO DO SUL, 12/01/1899:1).

Na primeira crônica da série, Dourado busca na história clássica, notadamente a grega, a construção de sua crítica face aos “neutros ou indiferentes” em relação à situação política do Brasil, em geral, e do Rio Grande do Sul, em específico. Afirma que, entre os gregos e segundo as Leis de Sólon, era condenado à morte todo aquele que se mantivesse neutro ou indiferente em tempos de guerra civil. Em suas palavras,

> Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão.
> Em verdade é bem desanimador para um povo, quando vê uma parte voltar-se ao sacrifício para salvar o todo, que é a pátria, que é a família, a outra aquietar-se, por medo ou interesse, donde o argumento da tirania de que o revolucionário não tem razão, visto que a maioria conservava-se calma; e até elogia seus atos, promovendo-lhe manifestações, enchendo-lhe de presentes e dádivas valiosas (ECHO DO SUL, 11/01/1899:1).

Para Dourado, esta parcela de desengajados contribuem para “prolongar e eternizar” o conflito até aniquilar toda a sociedade que o produziu. Sabedor que era do alcance federalista possível – e posto à prova como derrotado ao findar da Revolução Federalista – se fazia necessário conquistar a adesão em novas frentes, e convencer aqueles que se mantiveram sem tomar partido na contenda. Este parecia um caminho promissor a ser seguido, e isso explicaria a opção do autor em começar a série de crônicas justamente destacando que na própria história era possível encontrar exemplos de instrumentos utilizados de forma a evitar a neutralidade em tempos de crise interna importante. Tomar partido, posicionar-se, faria todo o sentido em um povo oprimido pelos

desmandos dos governos e governantes, e as fileiras federalistas seriam, neste caso, a opção pela qual os neutros poderiam inserir-se e fazer a diferença para o êxito da causa, uma vez que os efeitos da opressão eram sentidos por todo o povo, e não apenas pelos federalistas.

Mas o conceito de povo apresentado pelo autor tem suas especificidades próprias de seu tempo. O "povo" ao qual se referia e a quem se dirigia, abrangeria a "família brasileira", e era composto por elementos "civil ou militar, juízes ou clero, milionários ou proletários, todas estas corporações ainda se unem no Brasil por laços mui constritos" (ECHO DO SUL, 13/01/1899:1). Em especial, a camada de elite composta pelos militares (exército e armada) e magistrados parecia compor a maior parte deste "povo" destinatário, destacadamente o exército:

> Portanto, só faremos referência à magistratura, ao exército ou à armada quando tivermos de ocupar-nos de assunto referente à profissão; no mais, só nos referiremos ao povo que compreende felizmente todas as classes no Brasil.
> Felizmente, porque a triste da nação onde essas classes se distanciam, e mais triste ainda, da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegram ao povo, ou o oprimem.
> Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento (ECHO DO SUL, 13/01/1899:1).

A "união das classes" neste caso diz menos respeito ao sentido econômico (como camada produtiva) e mais ao extrato socioprofissional que o autor pretende delimitar, todos em mesma medida (e ainda segundo ele) prejudicados pela situação política. Devemos destacar também que esse "exército de homens", ainda que o termo aceite a nomenclatura metafórica de "povo que luta pela pátria", tem grande apelo ao exército enquanto instituição, que frequentemente (especialmente após o término da Revolução Federalista) compõe o discurso de Dourado como um destinatário de sua escrita. Não debalde, a instituição é mencionada em 14 das 20 colunas analisadas, denunciando muito claramente a importância que o médico baiano dava ao assunto. Segundo o autor,

> Rara é a família no Brasil que não tenha um membro nas classes armadas, sobretudo nas regiões onde existem escolas militares; rara a que não teve um parente que se apresentou diante da morte desde as guerras em que franceses e holandeses disputavam a posse de território (ECHO DO SUL, 13/01/1899:1).

O exército, com sua força e poder, seria um dos atores responsáveis em "curar" o Brasil das mãos daquilo que julgava como a tirania instalada. Referência recorrente desde as escritas de *Voluntários*, em virtude de sua formação profissional, Dourado associava a situação do Brasil como a de um enfermo (e por isso a necessidade da "cura"), e associava os atores envolvidos em figuras vinculadas à saúde pública. Deste modo, e seguindo esta lógica, o político seria o "médico social", responsável por "estudar a moléstia, o seu caráter, sua natureza e coisas" relacionadas; enquanto o governante seria o "higienista", ao qual competia "afastar todas as coisas morbígenas, e tudo que pode, mesmo por uma intercorrência, agravar a natureza das moléstias endêmicas, e, por isso, torná-las epidêmicas" (ECHO DO SUL, 14/01/1899:1). Deste modo,

> Um fato desconhecido, uma moléstia importada, uma calamidade produzindo o flagelo, não pode ser levada à custa do higienista; mas, conhecida a natureza da moléstia e suas causas, não procura desviá-las, esquecer-se das condições que produziram a primeira, para avisar-se nos prodromos da segunda e, portanto, minorar-lhe os efeitos, é desídia criminosa; provocar-lhe é crime de lesa-humanidade (ECHO DO SUL, 14/01/1899:1).

Assim, o governante que teria o exemplo das ações que desencadeariam a "doença" – ou a guerra civil – da nação e não agiria para evitar sua propagação ou ressurgimento, mas ao contrário, provocando-os, deveria ser responsabilizado por tais atos, tal qual o higienista omisso.

Sendo médico, Dourado enfatiza que procura, junto ao doente, "a causa da enfermidade que o prostrou, embora busque a compreensão do aforismo hipocrático aplicável ao caso" buscando "na escala da razão encontrar a causa da enfermidade" ao passo que declara surpreender-se "como a organização mais bela se abate, como a forma mais sedutora se afeia, muitas vezes pela ingestão de um fruto podre que produz disenteria; ou pela falta de um banho higiênico, que dá lugar à inoculação da lepra". Chega até mesmo a comparar Castilhos, em relação à república, como um "bicho de pé": que penetra através

da pele “[...] e vai entre as carnes se aninhar, e distender a vesícula onde encuba milhares de lêndeas que serão outros tantos bichos; e que não permitem ao pé calçar-se para poder caminhar”. Já em relação ao Brasil, utiliza-se de outros exemplos zoomórficos para sua designação, o atum africano e o vibrião:

> [Castilhos] traz-me a ideia do atum africano, uma filaria constritora que enrosca-se num dedo, num membro, e sem que se possa ver o relevo do corpo vai cortando os tecidos até que depois aquela parte se separa do todo, ou como o vibrião que perfura o lenho de árvore rija e majestosa, até chegar-lhe ao cerne, para em pouco fazer-lhe perder as folhas e os galhos; para poder ser abatida aos golpes de machado do lenhador que a vai vender para aquecer as caldeiras dos trens que produzem a fortuna dos poucos sócios da comandita que as possui. (ECHO DO SUL, 09/02/1899:1).

Ainda na mesma crônica, e definindo-se como homem e cidadão, mais uma vez chama a atenção da indiferença existente, que não é capaz de conter sua missão de médico/político: “em uma pátria de servos e assalariados, e indiferentes, eu busco a causa do mal que parece arrastá-la à morte inevitável, e é nessa busca que, junto a cada sintoma, como causa imediata, atual, irritante, ou como fonte de infecção”. Deste modo, vislumbra a figura “constante, indefensável, sinistra, fermentadora, persistente de um homem – do Sr. Julio de Castilhos” como o agente da patologia que assolava o Rio Grande do Sul e, portanto, quem deve ser combatido para curar o enfermo.

Seguindo a mesma lógica discursiva, um dos “remédios” possíveis para sanar a pátria seria a ação efetiva (e, portanto, decisiva) do exército. Afagos à corporação principiam pelo enaltecimento de seu heroísmo desde os tempos da Guerra do Paraguai, revestindo-a de grandiosidade tal que “ofuscaria” até mesmo os feitos de Alexandre da Macedônia ou Aníbal:

> O Brasil havia terminado a guerra com o Paraguai, que nos custou, além dos sacrifícios enormes mas transitórios; além dos gastos que montaram em seiscentos mil contos, a enorme perda de cinquenta mil vidas, que para um país pouco populoso como o nosso é uma cifra desproporcional em relação à perda de outros povos nas guerras mais mortíferas. [...] As dificuldades, as perdas enormes, conquanto a vitória fosse sempre companheira dos brasileiros desde a época naval do Riachuelo, e o pisar a terra paraguaia por Osório, a frente de um punhado de heróis, relativamente as forças inimigas que fortificadas esperavam em sua terra, episódio guerreiro que ofusca aos de Alexandre atravessando o Tigre para atacar exércitos numerosos, mas sem unidade de vistas e pensamento como o

> paraguaio; aos de Aníbal vadeando os Alpes para chegar a Cannes, graças às dissensões políticas que matavam Roma, dissensões que já pressagiavam sua ruína. (ECHO DO SUL, 19/01/1899:1).

Esse exército brasileiro, de acordo com Dourado, inferior em número frente ao paraguaio e que enfrentava dificuldades mesmo entre os aliados uruguaios e argentinos, (que, segundo o autor, estavam envoltos em preocupações e interesses próprios de seus países do que com o conflito regional sul-americano), revestiu-se de glória em face do êxito final obtido:

> O exército de Lopez, formado de homens que obedeciam à sua vontade, como por sugestão, era de 80 mil homens segundo Thompson, Resquine e Caballero; segundo Gloud, encarregado dos negros da Inglaterra, e Mastermann, compunha-se de cem mil homens. Os exércitos aliados eram compostos, de argentinos 11.500 homens, uruguaios, 1.680 homens, brasileiros, 33.000 homens, total 46.180. O argentino em pouco foi reduzido a 4.000 homens, porque o presidente Mitre teve que atender a guerras internas nascidas na sede do poder dos homens que aproveitavam a ocasião em que o estrangeiro que insultara sua pátria, que talhara Corrientes até o leito das crianças, se apresentava ousado e ameaçador. Demais, esse exército argentino era composto quase que de estrangeiros (já tivemos de falar em artigos precedentes dos exércitos de estranhos), porque os governadores dos diversos estados negaram-se a dar contingentes para a guerra comum.
> O exército oriental ficou reduzido a 100 homens porque Flores tinha necessidade de garantir o governo e de ser assassinado.
> Os 30 mil brasileiros, dizimados pela metralha, pela peste, se reforçavam diariamente. Foram esses valentes, portanto, que formaram o corpo de heróis que em cinco anos, por esteros horríveis e matos intransitáveis, vadeando rios navegáveis a cavalo, fazendo navios navegar sobre o lodo, dar combates à forças de terra onde a largura do rio não permitia voltar senão navegando de popa; fazendo pontes através de banhados para nela passarem exércitos, e as águas sepultarem-nas logo depois, brigando nos matos como caçadores que seguem a pista de felinos, foram esses brasileiros que deviam escrever no século XIX a epopeia, que só na mente dos poetas se pintaram nos tempos heroicos da Grécia, ou nas cruzadas se pintariam se e elas tivessem sido sempre vitoriosas (ECHO DO SUL, 20/01/1899:1).

Os heroicos feitos dos soldados brasileiros somente encontrariam eco à altura no passado clássico, tal a envergadura no triunfo sobre os paraguaios, em parte devido às condições insalubres constatadas pelo autor, mas também em virtude do inimigo a quem se opunham: a tirania de Lopez.

Além das exaltações da coragem, entrega e heroísmo dos militares brasileiros, Dourado destacava igualmente o suposto desprendimento pecuniário, e o fato de que “a guerra não trouxe fortunas para o exército”.

Afirma mesmo que “os militares geralmente são pobres” e “raramente são encarregados de comissões que possam deixar um pequeno lucro”. Além disso, segundo escreveu, todos voltavam pobres da guerra:

> Voltaram todos pobres, os brasileiros, trazendo apenas alguns o soldo guardado por grande economia; um, ou outro, trazendo um pecúlio ganho em certas especulações que não desonravam; outros nem isso, porque tinham de dividir o soldo com a família que ficara no Brasil (ECHO DO SUL, 31/01/1899:1).

Logo, se os militares fizeram – e ganharam – a guerra supostamente em nome de toda a nacionalidade brasileira e que dela não obtiveram ganhos que justificassem outras motivações menos nobres, o que haveria levado-os para o resultado final? Segundo Dourado, a busca pelo bem maior, a força do amor pátrio e sobretudo a luta contra a tirania do ditador paraguaio Francisco Solano Lopez foram os motores que impulsionaram a ação brasileira. Ponderava que esse sentimento deveria ainda viver dentro do seu povo, para que, munidos de mesmo espírito e vontade, os brasileiros tomassem novamente a iniciativa e empreendessem ações de modo a se rebelar contra aquele novo tipo de tirania que infestava o seu presente, personificado no regime castilhista e seu controle absoluto da máquina estatal sul-rio-grandense. No ímpeto de “despertar” os militares para este novo levante, que em muito se assemelhava aos eventos da Guerra do Paraguai segundo o médico baiano, além de enaltecimentos patrióticos e de brios do exército, o autor lançava mão da estratégia de responsabilizá-los parcialmente pelo estado de coisas de seu tempo, tomando o cuidado de relativizar sua ação:

> Foi à sombra do exército brasileiro que prepararam, alguns políticos da república, tudo isso que aí está; que angustia a pátria brasileira; que lhe roubou o nome ganho em longo e às vezes bem cruento labor, entre os povos cultos; que a obriga a curvar-se à vontade de um só homem, que assina “Termo de bem viver” perante um comerciante estrangeiro, e obriga-se a fazer no Brasil somente o que ele, o Sr. Rotschild, ordenar ou consentir, e por isso vai destruindo na paz uma a uma as armas de nossa defesa, como o marechal Floriano as destruiu nas guerras civis para ser agradável ao Sr. Julio de Castilhos. Pode-se dizer, neste sentido, que o exército a si mesmo deve o estado em que se acha (ECHO DO SUL, 07/02/1899).

O autor destaca que, “inconscientemente” e envolto em “uma lamentável cegueira, agasalhou a arma para seu próprio assassinato, esse mesmo

exército que começou o seu suicídio lento desde o momento em que começou a luta em prol do Sr. Julio de Castilhos". O equívoco de avaliação, ou a "cegueira" dos militares teria sido obra de oportunismo e manipulação de um homem, este sim o grande e maior responsável pelo estado de coisas e o grande mal a ser combatido. Esta manipulação teria sido possível também a partir da penetração do positivismo nas escolas militares:

> A educação do soldado, isto é, a preparação de oficiais que em natural emergência estariam prontos para a defesa da Pátria foi objeto da maior solicitude da coroa, a que se dedicava com persistência qualquer partido que estivesse no poder.
> As classes armadas só eram trazidas à baila da discussão para se censurar ao governo por não lhes dar maior relevância e melhor conforto. A guerra havia esgotado o erário, mas os brasileiros de então sabiam que conservar os seus defensores de primeira linha em condição de atender ao primeiro brado de alarme era conservar o fundo de economia indispensáveis para a garantia do crédito moral da nação.
> As escolas militares foram ampliadas; era preciso que o oficial brasileiro pudesse ser um soldado, e ao mesmo tempo um diplomata. Infelizmente esta ampliação não foi bem compreendida por alguns professores que incutiram no espírito dos rapazes o vício das seitas filosóficas, bem dispensáveis ao soldado, e dessa seita nasceu a desordem que contaminou tudo, esquecidos de que ela tem por princípio cardeal a extinção do exército, e, até lá, a obediência passiva às ordens dos tiranos na eliminação daqueles que se opõe aos planos "altruísticos" de se eternizarem no poder, e serem senhores da fortuna pública, sem fiscalização nem prestação de contas, como tem-se visto no Rio Grande do Sul (ECHO DO SUL, 28/01/1899).

Deste modo, Dourado minimizava a "cegueira" a qual possibilitou o engajamento dos militares à causa republicana e que teria contribuído por alçar e, de certa forma, resguardar os novos governantes, sendo aqueles utilizados como instrumento de acesso e manutenção do poder conquistado em virtude da influência a que foram submetidos em sua formação.

As maiores críticas, porém, são dirigidas diretamente a Castilhos e seus aliados, não apenas pelo cenário governamental por eles instituído, mas também são alvos de acusações de diferentes ordens. É de se destacar a denúncia feita por Dourado acerca dos "insultos, infâmias" e até mesmo "ameaças de morte" que teria recebido, apesar de afirmar "não sentir ódio" do governante sul-rio-grandense, nem sequer conhecê-lo pessoalmente: "nunca o vimos, e hoje não o desejamos ver". Em suas palavras:

> Embora tenha sido ele o espremedor de todo o fel que enche-nos a taça do presente; que ininterruptamente libamos; embora seja ele o causador de todos os infortúnios e de todas as provações porque temos passado; de todos os nossos sofrimentos, de todas as apreensões sobre o amanhã da família, contudo não lhe odiamos por isso, porque em nossa alma não há lugar para o ódio e a vingança pessoal (ECHO DO SUL, 09/02/1899).

Outra acusação imputada aos republicanos que compunham as forças castilhistas, diz respeito à suposta simpatia por parte destes a Solano Lopez. Para eles, e de acordo com o cronista, a Guerra do Paraguai teria sido "um ato desnecessário, um capricho, uma vingança pessoal por ter Lopez querido casar-se com a filha de D. Pedro". Acusa o médico:

> Algures, ouvi uma vez isto, e por bocas que hoje falam muito em república etc etc, que era preferível esse casamento, e assim o Brasil unir-se ao Paraguai, e tornar-se forte etc etc. Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.
> Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marechal; ou antes, rever Lopez no Brasil. Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios (ECHO DO SUL, 20/01/1899:1).

Assim, na mesma crônica, os "troféus de guerra" conquistados, e que Dourado afirma ser intenção dos governantes entregar ao Paraguai, denotariam um aparente alinhamento, se não pelo personagem Lopez, ao menos pelo seu estilo ditatorial de governar o vizinho sul-americano. Declara que a atitude não seria algo totalmente inusitado, uma vez que "esses troféus, banhados com o sangue de 60 mil heróis, ficam deslocados [em relação ao governo] nascido de conchavos de interesses e não na conquista lenta do direito e independência, nas batalhas sangrentas para constituir a pátria".

Outro aspecto frequentemente criticado era a desassociação do castilhismo de inspiração comtista da religiosidade cristã: "o positivismo que se dá fortuna baniu Deus do Brasil para poder fazê-lo 'progredir'" (ECHO DO SUL, 21/01/1899:1). Este mesmo positivismo que fora instituído como "lei e religião" no Rio Grande do Sul, em um pretenso antagonismo entre o império dos tempos da luta contra os paraguaios (cristão) e aquela república (secular), fica evidenciado no trecho a seguir:

> Considerando-se que o positivismo é uma seita mil vezes pior do que a dos jesuítas, porque banindo do povo a ideia de Deus, dá-lhe o direito de cometer crimes selvagens; sendo a lei somente escudada na razão da força, pune seu processo, e sem responsabilidade, dando ao El supremo da seita o direito sobre a vida e os bens do povo, compreende-se que o Rio Grande é hoje um país muito abaixo do Paraguai, porque nem Deus deve existir para dar o consolo da esperança aos pobres oprimidos. Para levantar-se a voz contra esse vilipêndio, a que se submeteu uma parte da nação brasileira, é preciso ter-se a coragem de Isaías.
> Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai. No Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato do Dr. Julio de Castilhos; prepara-nos a bancarrota inevitável, e talvez a entrega de parte do território porque a república positivista é contrária às nações de grande extensão, e o primeiro ato majestoso da república foi mandar um embaixador, em navio da esquadra brasileira, dar terras brasileiras aos argentinos; e porque ninguém sabe das cláusulas do misterioso arranjo financeiro, se no vencimento da moratória não poder pagar os milhões gastos; que em 9 anos a república decuplou dos gastos em cinquenta e nove anos, todos de construção da pátria, em contrário dos nove todos de derrocamento, só se construindo a fortuna dos que, por bestialização deste povo, se proclamam de pátria e instituição, como Luis XIV; com a diferença que aquele se proclamou assim para poder punir os Colberts, adicionando as hecatombes, as guerras civis que justificam as atrocidades e a concussão (ECHO DO SUL, 25/01/1899:1).

Pecebemos também, no trecho acima, a denúncia da exorbitância nos gastos do erário público em tempos de república em relação aos mesmos gastos do tempo anterior, sob o império, igual quantia em desproporcional período de tempo e sendo empregado, no império, “para a construção da pátria” enquanto na república foram empregados para seu “derrocamento”, enriquecendo apenas os donos do poder e seus aliados. Neste mesmo trecho, é importante frisarmos que Dourado aventa até mesmo a possibilidade de que um dos objetivos, ou ação futura de Castilhos ou da república seja o desmembramento territorial. Pintava o inimigo com as cores do antipatriotismo em sua maior extensão possível, a traição última que seria a prova cabal do intento de destruir a nação: a entrega de parte do território em mãos estrangeiras, embasado também no fato de que, em um dos primeiros atos da república, ter sido enviado um embaixador “dar terras brasileiras aos argentinos”, conforme afirma (ECHO DO SUL, 25/01/1899:1).

2.2.2 ASPECTOS DO IDEÁRIO MANIFESTO

Ao tomarmos contato com a série de crônicas, percebemos que a intenção maior do autor era o convite à reflexão que precederia uma eventual ação frente ao estado de coisas na república brasileira de então. Através da relação entre o passado heroico e glorioso atribuído aos antepassados que lutaram na Guerra do Paraguai e engajados com a salvação pátria, traçava paralelos identificáveis com o Brasil e o Rio Grande do Sul de então. Entrementes, em algumas crônicas podemos identificar convicções de natureza político-administrativas que forneceriam indícios do ideário federalista do seu autor, e aquilo que considerava pertinente ou benéfico se aplicado à realidade brasileira.

Em uma de suas crônicas, tal como havia em *Voluntários*, demonstra uma certa inclinação monárquica:

> A república no Brasil me colheu aqui; não fui adesista; ao contrário doeu-me ver a adesão filha do interesse que colocou o povo brasileiro entre os mais ingratos do mundo. Se tomasse então armas pela monarquia; eu posso dizer que estaria em campo, porque tenho dado provas do desprezo da vida quando vejo ferido o nome e a honra de minha Pátria. (ECHO DO SUL, 05/02/1899:1)

A questão da pecha monarquista não foi suficientemente fechada em relação à Dourado, sobretudo quando levamos em conta sua oposição ferrenha em relação ao tipo de república que se fizera a partir de 1889. Em todas as suas obras, porém, afirmações próprias demonstram que nutria algum tipo de admiração pela forma de governo ou pelo imperador Pedro II. Em uma das crônicas, chega a manifestar sua opinião a respeito do poder Moderador exercido pelo monarca:

> Minhas ideias ultraliberais, (não digo republicanas, porque essa designação no Brasil, hoje infamaria o meu ideal de então), levaram-me a falar do poder pessoal do imperador.
> Estava-se justamente na fase agudíssima da questão militar; Saraiva respondeu-me, que tal poder nunca existiu, e vendo o pasmo com que eu recebia tal asserção, que se opunha ao que era geralmente sabido e proclamado, disse-me:
> – O imperador é um homem inteligente, de ilustração vastíssima, e conhecedor de todas as necessidades do Estado e dos meios de

> melhor se as prover. Os partidos obrigam a procurar para ministro, homens muitas vezes sem experiências, mas que dispõe de votos. Eles levam para o despacho os projetos que julgam bons; o imperador discute-os, e vence com grandes conhecimentos que possui. Este é que é o poder pessoal.
> A respeitabilidade do meu interlocutor fez-me calar; o tempo me veio provar que ele tinha razão (ECHO DO SUL, 02/02/1899:1).

Percebemos que não é ao poder Moderador *em si* de que mostra sua admiração, mas *a maneira* pela qual o antigo imperador o exercia, ou, em última análise, a figura do próprio monarca, que sabia utilizar-se da intervenção facultada pelo poder Moderador em virtude de supostos preparo e sabedoria, em sintonia com afirmações semelhantes em outras obras suas referindo-se a necessidade/utilidade de um "poder superior e de longa duração", como solução para o Brasil, capaz de conter os excessos dos políticos e, principalmente, dos demais poderes do país.

Mas é sobre os componentes do exército, direta e indiretamente que recaem os mais claros posicionamentos e projetos políticos, também consoantes ao seu discurso grandemente destinado à essa categoria. Assim, tece elogios à "Cruz dos Militares", espécie de fundo beneficente gerido em prol destes, "para a garantia do futuro [...] que tornou-se uma sociedade protetora das famílias dos militares digna de nota, talvez única segundo as vantagens" (ECHO DO SUL, 02/02/1899:1). Contudo, no tocante à vida pública e à gerência em instância máxima, pregava contra a presença de membros do exército:

> Então não era praxe ser ministro da guerra um militar; só tal sucedia quando um militar de alta patente ocupava um lugar no senado que, era ainda uma paga de serviços à pátria a lembrança de seu nome e eleição; e a necessidade de ter-se nas corporações legisladoras quem representasse a classe que também devia gozar dos benefícios das leis votadas, ou sofrer-lhe a imposição conforme as exigências do tempo.
> Os melhoramentos do exército não foram, portanto, de iniciativa militar, mas de civis que tudo faziam para melhorar, atendendo as condições financeiras, o exército encarregado de defender a pátria quer em relação à sua integridade, quer em relação à sua honra, enquanto à marinha não poderia, pelo número e condições, defender os vastos mares que nos banham parecia dormir, convicta de que no momento do perigo despertaria para escrever mais uma página na história dos heroísmos sem nome.

Em relação ao exército, Dourado defendia que este não deveria imiscuir-

se nas esferas de administração, ainda que em pastas ligadas ao seu exercício, notadamente no Executivo, para seu próprio benefício. Argumentava que tais ligações traziam em si mais desvantagens do que vantagens e provocaria prejuízos ao bom desempenho de suas funções. Mesmo a participação política dos militares era defendida com as devidas ressalvas:

> Não somos dos que julgam que o exército não deve se preocupar com a política. A política é a higiene dos povos. Todo o homem que ame a pátria, tem obrigação de ser político.
> Quem em um país declara que não é político não pode exigir que se lhe tenha consideração porque é um interesseiro que busca navegar com todos os ventos, ou um covarde que não tem coragem de manifestar o que sente em relação à boa ou má gerência dos públicos negócios.
> Ao soldado mais do que a ninguém interessa a boa marcha do serviço nacional, porque é a ele que cabe maior responsabilidade nos desastres, e a má administração do país arrasta fatalmente, irremediavelmente, a esses desastres que só depois de contemplar-se os horrores, os sofrimentos, os escombros, a ruína material e moral que são sempre o resultado dessas premissas, é que se pode calcular o crime de quem por ignorância, capricho, ambição ou propósito arrastou uma nacionalidade à sua queda, ou ao esfacelamento que é o mesmo que ofereceu-se à fácil conquista até por povos que nunca seriam capazes de conquistar. É isto que nos ameaça de todos os lados enquanto os senhores só cuidam de seus partidos, ou antes de seus interesses, isto é, de não abandonar nunca o posto onde reduzem à fortuna pessoal o que se arranca ao povo até na última côdea de pão.
> A política de partidos, porém, é calamitosa para as classes armadas e portanto para a pátria, quando a ela se filiam os militares (ECHO DO SUL, 03/02/1899:1).

Dourado explica, na crônica seguinte, por que se opõe aos militares participarem da chamada “política de partidos”, sobretudo em tempos de paz: ao ser escolhido ministro, e oriundo de determinada agremiação partidária, estes abririam brechas para que seus subalternos, filiados à correntes opositoras, pudessem “discutir politicamente os atos de seu superior hierárquico, pública e ostensivamente porque assim o permite a política, sem que se possa responsabilizá-los pela indisciplina”. Além disso, não considera justo nem adequado que “um militar que esposa a causa de um partido, e que portanto assume a responsabilidade de tudo que esse partido pratica, reclame suas prerrogativas militares quando se lhes ataca o caráter político de seus atos” (ECHO DO SUL, 05/02/1899:1). O autor, em manifestações brevemente esboçadas neste recorte, ao defender o afastamento do exército das fileiras partidárias mas com elogios a instituições de caráter pecuniário, parecia acenar

de que no projeto federalista ideal os militares teriam seus direitos relativos à carreira assegurados, afastando-se dos litígios e choques intrapartidários e resguardando, de certa forma (pela sua presença e fortalecimento) como o fiel da balança que garantiria um poder de mediação, ainda que simbólico, que fizesse frente ao desempenhado antes na figura do imperador caído. Tal postura encontraria contornos mais definidos e com proposições mais específicas em *A situação política do Brasil*.

2.3 *A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL* NO PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO

Terminada a Revolução Federalista, não cessaram as disputas políticas no Rio Grande do Sul. Ao contrário, conforme Francisco Alves, persistiu a bipolarização partidária e "os confrontos discursivos eleitorais e até militares dela advindos, que continuariam a se fazer presentes. Desta maneira, ainda que firmada a paz e depostas as armas, [...] as sequelas deste conflito se prolongariam até a década de 30 do século XX" (ALVES, 2002:40).

O conflito foi, de acordo com Loiva Félix (1993:155), "o ponto culminante de um processo associado à crise de legitimidade republicana". No período de 1889 até 1895, existiu o esforço de construção, no Rio Grande do Sul, de um universo simbólico, de um imaginário republicano, nacional e gaúcho, permeados por uma vertente mítica universal, exercida pela imprensa legalista e capitaneada pelo jornal *A Federação* (órgão ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos), em busca de conquistar "cabeças e corações" nos debates e discursos que esse jornal travava com os jornais oposicionistas e dissidentes, dentre eles *A Reforma* (Porto Alegre), o *Echo do Sul* (Rio Grande) *O Canabarro* (Rivera-Uruguai) etc. Assim, o PRR apresenta-se como o novo e constrói um universo simbólico equivalente à ideia de progresso. Em mesmo sentido, defende a autora de que *A Federação* construiu, entre 1889 a 1895,

> [...] o mito de Castilhos como o “salvador da nação”, o “salvador da república” [criando] a imagem da “república em perigo”, do sebastianismo [...] do restauracionismo, dos “inimigos da república”, o que exigia dos membros do PRR e, especificamente de seu chefe Júlio de Castilhos, estarem a postos na defesa da integridade e da legitimidade (FÉLIX, 1993:159-160).

Por outro lado, os federalistas também criaram uma mítica de heroicização na figura de seu líder, Gaspar Silveira Martins, e ambos, castilhistas e federalistas, disputavam a “herança simbólica” dos mitos de origem sul-rio-grandenses, enaltecendo a Revolução Farroupilha e o 20 de Setembro, “o que bem demonstra sua importância na construção ideológica e na luta pela conquista das mentes” (FÉLIX, 1993:160-161).

Se este período foi de implantação das bases que serviriam de sustentáculo legal e simbólico da república, a partir da derrota das resistências, dava-se início o período de consolidação das estruturas. A pacificação significou a vitória do castilhismo, que se valeu da guerra civil para criar e aprimorar um aparelho burocrático e militar que garantisse a continuidade do PRR no poder (ALVES, 1995:192). Para enfrentá-lo, a oposição reorganiza-se quando, segundo Sérgio Franco,

> Ainda sangravam, em agosto de 1896, as feridas da guerra civil, quando se reuniu em Porto Alegre um novo congresso do Partido Federalista, presidido por Gaspar Silveira Martins. Fazia exatamente 1 ano desde que a pacificação fora acordada na conferência de Pelotas, entre Joca Tavares e o General Galvão de Queiroz. A data de 23 de agosto não terá sido escolhida aleatoriamente? Pelo discurso que Silveira Martins proferiu na ocasião, conhecido através de um extenso resumo, pode-se ter ideia do pensamento que predominou na reunião oposicionista e que afinal se corporificou no programa então aprovado, não mais um programa de ação regional como o de 1892, mas um plano de ação com ambições nacionais (FRANCO, 2007:142).

O novo congresso definiu as bases estruturais que norteariam o partido nos anos subsequentes. Entre os tópicos aprovados em 1896 figuravam:

> I – República parlamentar;
> II – Eleição do presidente pelo Congresso Nacional;
> III – Reforma da bandeira nacional com absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte;
> IV – Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do exército (FRANCO, 2007:143).

O item IV, em especial, é defendido por Silveira Martins como influência do modelo francês, onde os militares não poderiam votar ou ser votados. Segundo o tribuno, ele próprio teria recebido muitas adesões dos próprios militares neste sentido (FRANCO, 2007:144). Adiante veremos como o elemento militar tomou o centro do debate federalista, sobretudo explorado por Ângelo Dourado através de seus artigos na imprensa.

Através dos jornais, em especial no *Echo do Sul* como vimos, Ângelo Dourado divulgava suas ideias e expressava suas posições políticas. Daquilo que publicava na imprensa, ao menos em duas oportunidades organizou seus artigos e compilou-os na forma de livros. O primeiro deles abrigava o discurso e notas publicadas por ocasião da morte do tribuno Silveira Martins, líder dos federalistas, intitulado *Silveira Martins, discursos e referências depois de sua morte*. (DOURADO 1901). O segundo, e mais importante, chamava-se *A situação política do Brasil* (DOURADO, 1905), um conjunto de artigos selecionados que, além de propaganda panfletária e contumazes críticas ao sistema vigente, também propunha caminhos e soluções para o país. É através destes livros, essencialmente, que percebemos as aproximações e diferenças entre os dois momentos republicanos e as alterações de posturas político-ideológicas do médico baiano após os episódios da Revolução Federalista.

2.3.1 O EXÉRCITO

É sabido que os militares, sobretudo aqueles pertencentes aos quadros do exército, desempenharam papel decisivo na implantação da república no Brasil. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, pois alguns daqueles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia, Sólon e outros. Imbuídos de ideias republicanas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a monarquia e instalando a república. A partir da Guerra do Paraguai, à medida que o exército se institucionalizava, tomava corpo a ideia de que cabia aos militares a “salvação

da pátria". Soma-se a isso a infiltração do pensamento positivista no exército[22] (COSTA, 1999:332), que influenciou a adesão das patentes inferiores e alunos da Escola Militar à causa republicana, enquanto a Monarquia ainda tinha apoio dos escalões superiores. Tão logo chegaram ao poder, os militares implementaram ações de forma a fortalecer ainda mais esse poder: o exército foi autorizado a aumentar seu contingente de 13 mil para 25 mil soldados, e ainda, seus salários foram imediatamente aumentados em 50%. Completando, uma nova lei foi aprovada regulando a aposentadoria ou promoção imediata de quase todos os altos oficiais (SKIDMORE, 1998:108).

Durante a Revolução Federalista, estabeleceu-se uma sólida ligação entre o PRR e o exército nacional, ou, ao menos, um poderoso segmento deste, nas palavras de Joseph Love. Essa união resultou em um poderio expressivo durante a guerra civil e gerou um efeito político decisivo após o seu término. Tanto que, com o fim do conflito, Tavares queixou-se ao presidente Prudente de Morais que os quadros militares localizados no Rio Grande do Sul estavam muito cerradamente relacionados a Castilhos para oferecer garantias aos exilados que retornavam (LOVE, 1975:79).

Desta forma, qualquer possibilidade de resistência passava, necessariamente, pelo apoio do exército. Uma das mais claras destas disposições de espírito é verificada em *A situação*... Neste livro, na grande maioria dos artigos, há referências elogiosas, em franca tentativa de conquistar as simpatias deste corpo, não hesitando em afagar os brios ou influenciar os militares contra o governo.

Em *A situação*, como também já havia esboçado nas crônicas do *Echo do Sul* em 1899, Dourado inclina-se ora a responsabilizar o exército pelo estado presente das coisas, ora ameniza esta responsabilidade, chegando mesmo a, em determinados pontos, isentar totalmente qualquer culpa militar sobre os eventos em que tomou parte, mesmo aqueles em que, no passado, o próprio Dourado incriminava os militares, como na Revolução Federalista. Já na primeira página da obra, o médico baiano reconhece a decisiva importância do exército na implantação da república, mas considera que este tenha

[22] Como salienta Emília Viotti da Costa, é preciso lembrar, entretanto, "que não se trata de positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do movimento positivista no exército, não pode ser considerado positivista ortodoxo" (COSTA, 1999:332).

cometido um equívoco ao ter agido como agiu:

> A 15 de Novembro, o exército brasileiro num descuido fatal, arrancou a nação do caminho de um progresso lento, porém eficaz, em cuja marcha ia eliminando, sem violências nem despedaçamentos, tudo que sói viciar a índole e costumes dos povos que, ainda não preparados, tem, contudo, bastante energia para buscar idoneidade definitiva, como buscou a nacionalidade brasileira, para entregar a um grupo de politicantes que desde então julgaram-se senhores, ou donos da fazenda, que outra coisa não tem sido o Brasil, desde aquela época (DOURADO, 1905:1).

O médico baiano constata o desprestígio no qual se encontra a corporação, o que, para ele, seria de inteira responsabilidade da própria força armada, que rompeu com seu destino manifesto ao afastar-se de seu desenvolvimento "lento e eficiente", desde sua criação:

> E criou-se o exército, e se ia melhorando lentamente; povoando-se a fronteira de quartéis e colônias militares; até que o espírito diabólico veio alterar a mente sempre afogueada da mocidade, fazendo-lhe ver a possibilidade de se criar governos filosóficos para povos; e os velhos aderiram ou não protestaram. De ninguém poderá o exército queixar-se do seu atual desprestigio, ou anulamento, senão de si mesmo, pois foram e são militares os que o arrastaram e arrastam para isso (DOURADO, 1905:17).

Segundo Dourado, alguns oficiais deslumbraram-se com o feito, que não tinham, ainda, a nítida compreensão do que era a pátria. Os subalternos, ou soldados, recebem afagos do cronista baiano:

> A grande força do exército está é na sua massa comandada, felizmente de índole tão boa, tão nobre que nem depois de verem os fuzilamentos de oficiais superiores, até marechais (...) conserva a disciplina e moralidade que são dignas de louvor, como tenho observado, e disto dou público testemunho (DOURADO, 1905:8).

Na soldadesca estaria a verdadeira força da corporação. Esta massa que deveria conscientizar-se de seu poder, e para ela Dourado dirigia seu discurso. Reforçava seu papel na força deste elemento, como no trecho:

> No século atual as ações serão breves e o prazo curto. Não se pode compreender um país forte sem um exército forte para defendê-lo no primeiro embate, sobre tudo um país vasto como o nosso [...] Portanto não é o exército uma classe parasitária, vivendo somente do trabalho do povo. Ao contrário. Em relação às outras classes são as classes armadas as mais sofredoras porque não tem esse estímulo,

> que as outras anima, de poder fazer fortuna; e tem como apanágio o primeiro sofrimento na luta, e o perpétuo mal estar relativo, pois outra coisa não é essa vida incerta e errante a que a disciplina e o dever profissional obrigam (DOURADO, 1905:22).

O argumento de “classes mais sofredoras” é reforçado ao avaliar que o exército não é outra coisa senão um terreno para exploração, um instrumento da fortuna alheia, ou seja, dos poderosos que se valem deste corpo para conseguir seus intentos e subjugar inimigos. Tal exploração ocasiona, de acordo com Dourado, o isolamento do exército das massas populares (de onde saem) e o faz vítima dos exploradores, que seriam os primeiros a se revoltarem contra este mesmo exército.

Mesmo durante o momento em que o elemento militar foi o braço do maior inimigo, durante a Revolução Federalista, Dourado absolve sua atuação, isentando-o de responsabilidades no episódio:

> Nunca se pôs tanto em provas a obediência à lei e à disciplina como, quando na revolução de 93, o exercito brasileiro. Poucos, muito poucos, pode-se dizer, eram impregnados pela *ideia nova*; muitos, os que pertenciam por ideias, por amizade, por parentesco, por coerência com o passado, à facção que os governantes hostilizavam. Entretanto, esses nunca deixaram de obedecer às ordens que recebiam (DOURADO, 1905:26).

Não era possível culpá-lo por seguir ordens, por ser força tão dedicada. Dourado defendia que era preciso fazer justiça e reconhecer no exército brasileiro “este nobre proceder de cumprimento do dever, embora contra os seus, contra suas ideias, contra seus próprios interesses” (DOURADO, 1905:28). Não só o exército foi usado, explorando-se de sua boa-fé, disciplina e obediência aos comandos, como também era força eficientíssima, uma vez que poderia ter acabado com a guerra precocemente. Em determinado ponto, Dourado insinua que, se o exército e não Castilhos, estivesse no comando das ações militares, os federalistas teriam capitulado antes:

> [Eram os planos de Castilhos] que vigoravam. Depois da revolução, conversando com um coronel, meu amigo, e de então alto prestígio no castilhismo, narrando as peripécias da guerra, as nossas condições e posições eram tais e tais pontos e ocasiões, ele reconheceu que se tivessem executados os planos e a tática do general Moura, a luta teria se terminado ali; ou perdido tanto em seus elementos primordiais, que seríamos, nós os revolucionários, obrigados à capitulação. Mas, assim não foi, porque o Júlio se opôs

> sempre a esses planos; e só se seguia os que ele traçava (DOURADO, 1905:19).

A demora em findar a guerra, porém, acontecia por interesses próprios daqueles que lucravam com ela, refletindo a responsabilidade do retardamento consciente e planejado nas vantagens pessoais advindas disso. Esta acusação é verificada no seguinte trecho:

> Ao que não pude deixar de dizer – Não lhe convinha a terminação da guerra por que ela era o aniquilamento do antigo orgulho gaúcho; era também do exército de quem depois não teria precisão, e seria um elemento de perigo contrário aos seus planos de domínio; e porque terminada a guerra tão depressa, não teria vindo o dinheiro necessário para a fortuna dos grandes republicanos (DOURADO, 1905:19-20).

O exército, manobrado e usado indiscriminadamente pelos governos, foi comparado por Dourado a um Hércules "transformado em escravo mártir e ridículo dessa Onfale prostituída – a *república*" (DOURADO, 1905:2).[23] Duras palavras que externavam o sentimento do médico baiano com respeito à relação estabelecida entre ambos. Tal situação caminharia para tornar algo eminentemente figurativo:

> O exército brasileiro, isto é, a sua oficialidade, indispensável para a papelada [burocracia] será somente para os cortejos nos dias de gala. Como aquela força que foi a milícia do Papa, e depois de abatido o poder temporal, lá se apresenta com seus uniformes brilhantes acompanhando as procissões... No Vaticano (DOURADO, 1905:16).

Sugeria que os militares se tornariam, mais cedo ou mais tarde e em decorrência do atual estado de coisas, apenas meros elementos figurativos, decorativos, esvaziados de suas atribuições fundamentais e primazes. Desta forma, suas funções seriam absorvidas por um poderoso elemento que

[23] O mito de Onfale e Hércules faz parte da mitologia greco-romana. Onfale, Rainha da Líbia, na Ásia Menor, era notável por sua deslumbrante beleza. Hércules, tendo cometido um crime, dirigiu-se a Delfos para se lavar desse crime, e ali foi condenado, por um oráculo de Apolo, a escravizar-se por três anos. Foi vendido, então, por Mercúrio a Onfale, que por ele se apaixonou e deu-lhe a liberdade. Mas Hércules, que também a amava, preferiu permanecer submisso ao seu lado e, cedendo aos caprichos, vestia-se de mulher, ornava-se de colares de ouro e pedras, e sentava-se humildemente aos seus pés, a fiar lã, enquanto ela, com porte altivo e guerreiro, vestia-se da pele do leão de Nemés, e empunhava a clave do herói. Tal analogia, aplicada à realidade brasileira, demonstrava a que nível chegava o exército, poderoso como Hércules, subjugado e fazendo papel humilhante, perante a bela, sedutora e exploradora República.

despontava no período como seu grande rival, em forças: as brigadas.

2.3.2 AS BRIGADAS

A prerrogativa de os estados poderem criar e manter milícias, assegurada pela Constituição republicana de 1891, possibilitou aos governos locais fortalecerem suas posições tanto em nível interno (dentro de seus respectivos estados) quanto externo (em relação ao país). Castilhos, no Rio Grande do Sul, formou e equipou sua brigada estadual, dotando-a de força suficiente a dominar seus adversários e assegurar sua supremacia político-administrativa. Deste modo, a brigada militar foi o grande alvo dos ataques de Dourado através de seus artigos em *A situação*..., afinal, o governo estadual detinha nela a sua força bélica básica não só durante a Revolução Federalista (FLORES & FLORES, 1993:39), mas também após seu término, a qual continuaria como base de sustentação aos decretos de Castilhos e de seu sucessor, Borges de Medeiros. Contava, de acordo com Joseph Love, com 1.500 a 3.200 homens, em todo o decurso da República Velha. A brigada, um verdadeiro exército estadual, rivalizava com seu correspondente federal e era comandada por um oficial de carreira, afastado do exército por licença (LOVE, 1975:83). Deste modo, tal força funcionava como aparato repressivo do estado gaúcho (PESAVENTO, 1983:97).

Seu combate é empreendido pelas lideranças federalistas, como aparece no item 17 do documento tratado de “Testamento Político de Silveira Martins”:[24]

> Os estados não poderão organizar polícias com caráter militar, isto é, com armamento, tipo e mais condições peculiares ao exército e à

[24] O advogado Pedro Moacyr, do diretório central do Partido Federalista, estivera em Montevidéu para tratar com o líder a definição e explicitação de um programa de reformas políticas para o país. Após a morte repentina do tribuno, e compilando as conversas que tiveram, nasceu o “testamento político”, apresentado em 03/09/1901 para ser um novo projeto do Partido Federalista, o qual, contudo, não recebeu imediata adesão de alguns setores do partido. (FRANCO, 2007:145).

> Guarda Nacional, incumbindo o serviço de segurança a guardas civis, de exclusiva competência municipal (FRANCO, 2007:146).

Tal posição encontra veemente eco nos artigos de Dourado, que criticava não apenas a força estadual, mas também as milícias de outros estados, em especial a da capital da república:

> O aumento da força policial da capital federal que já era numerosa, com mais de mil e duzentos homens, não pode ter outro fim senão a dissolução do exército, trabalhada há muito tempo, por aqueles mesmos que exploraram-no (DOURADO, 1905:4).

A crítica que se faz ao aumento do efetivo local sempre se dá como contraponto do enfraquecimento e desmoralização do exército, como mais um indício de conquistar a simpatia deste e combater publicamente as brigadas. A ação de aumentar a brigada policial, para Dourado, daria ao governo uma outra força, "embora de ação incógnita; mas numerosa, como é, [colocando] em dúvida o triunfo do exército, se tentar, rebelar-se [...] (DOURADO, 1905:13). Desta forma, os chefes republicanos locais não precisariam mais do exército porque já teriam forças para se oporem a ele, "pois só contra ele, o exército, foram instituídas as brigadas militares [...]" (DOURADO, 1905:9).

A brigada militar, somente com o propósito de enfraquecer o exército, conforme Dourado, é que justificaria

> [...] entregar armamento e munições Manulicher, a brigada militar do Rio Grande do Sul. Essa brigada, sabe-se, tem armamento e munições de primeira ordem, e em grande quantidade; pois é sabido que sobrou-lhe armamento para auxiliar a revolução na banda oriental (DOURADO, 1905:15).[25]

Questionava para que serviriam tais armas, ou, em suas palavras, esse "excesso de armas", senão para poder o governo sul-rio-grandense "armar a patriotada, ou a guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do exército?" (DOURADO, 1905:16).

Quanto aos soldados, estes seriam nada mais do que massas de explorados, ao contrário das regalias que seus correspondentes estaduais

[25] Castilhos, findada a Revolução Federalista, formou aliança com Aparício Saraiva, irmão de Gumercindo Saraiva e, como este, chefe maragato durante a Revolução, mas liderança do Partido Blanco no Uruguai. Os federalistas, principalmente Silveira Martins, por sua vez, apoiavam os Colorados.

receberiam:

> [...] embora mal pagos, e tardiamente; embora malvestidos; embora descalços; embora destacados pela linha; fazendo pequenos ranchos de lama para livrarem-se da chuva e dos ventos, enquanto as brigadas estaduais, que, com direito, podem ser republicanas, porque a república feita pelo exército tornou-as indispensáveis aos homens que por um fenômeno psicológico do povo, se aclamaram senhores deste mesmo povo [...] (DOURADO, 1905:8).

O "direito de poderem ser republicanas", neste caso, refere-se a participar da república que, no texto, aparece invariavelmente destacado em itálico, ou seja, aquela feita no 15 de Novembro, da maneira como foi, com os chefes que alçou ao poder, e da qual Dourado mostrava-se contra. As brigadas, neste sistema, tinham

> Bom soldo, bons vestidos, luxo em fardamento, bons quartéis, divertimentos; em alguns até bilhares; e tal respeito que ninguém pode ali intervir por despeito pessoal, ao passo que no exército um oficial de alta patente mesmo, com grande família, ao primeiro franzir de testa de algum superior republicano tem de obedecer, sob pena de ser removido, para longe [...](DOURADO, 1905:8-9).

Com as brigadas fortalecendo o poder local, Dourado sugere que, dali em diante, até mesmo as promoções dependeriam da vontade e interesses dos chefes locais:

> É esta a situação que a *república* criou para o exército que a fez. Compreendendo-se que um exército nessas condições não tem direito às posições; as promoções só serão feitas daqui por diante a vontade de cada chefe local. Mas não haverá lugar para todos, portanto uns se revoltarão contra eles por terem protegidos a tal ou tal, quando forem eles os seus *amigos* mais dedicados (DOURADO, 1905:9).

Neste cenário, o médico baiano antevê que tal situação provocará conflitos internos, que desarticulariam ainda mais o exército, enfraquecendo-o, ou provocando a revolta generalizada. E a brigada, que já se constituía na terceira força armada do país, segundo Dourado, assumiria contornos de "guarda pretoriana":

> Não há muito, dissemos que a brigada militar tornou-se uma terceira classe armada do país, embora de ação incógnita, embora no futuro tenha ela, no Brasil, aquela mesma ação dos janízaros[26], na Turquia**,** dos pretorianos em Roma [...]. E compreendendo-se que essa brigada, ou exército presidencial vai habitar no centro da capital, as ordens do Sr. Ministro da justiça, e portanto serão dispensados ali os corpos do exército por inúteis e perigosos, e portanto dispersos; esses corpos, isolados, serão dissolvidos, e em pequeno número nos distritos pobres, ou mesmo em grande número, terão as brigadas militares para fazê-los obedecer (DOURADO, 1905:15).

Porém, mesmo as brigadas, tão leais aos governantes, acabariam por despertar face ao exagero nas vantagens e enriquecimento rápido, que beneficiariam somente aqueles:

> [...] e essas brigadas não poderão ver com bons olhos, um governador fazer fortuna num curto prazo de tempo, enquanto elas que hoje se julgam bem pagas, deverão se contentar com o soldo. Não faltará quem queira perguntar a um desses, se é justo que ele retire-se do governo levando quinhentos contos de réis sem nunca ter feito uma marcha a noite por banhados alagadiços, ao cair da geada; esperando a toda hora ser atacado pelo inimigo para *consolidar* esta instituição que ele soube tão comodamente usufruir. Portanto, todas as forças que os sustentam compreenderão afinal que não vale a pena arriscar tanto num jogo de morte em que só os coimeiros lucram (DOURADO, 1905:36).

Ou seja, mesmo após vários ataques à instituição brigada militar, Ângelo Dourado teve o cuidado de incitar, ainda que de forma tênue, os comandados desta instituição a rebelarem-se contra aqueles que mais tiravam proveito de sua existência, na opinião de Dourado, os senhores do poder estadual.

2.3.3 A OPOSIÇÃO FEDERALISTA

Se a questão militar, de tentativa de cooptação do exército e ataque à brigada, foi o assunto predominante dos artigos publicados por Dourado no

[26] Os janízaros foram a guarda de elite, ou o exército particular, dos Sultões durante o Império Otomano. Era constituída por crianças cristãs, normalmente capturadas em batalha, levadas como escravas e convertidas ao Islã. Recebiam educação baseada na lei islâmica e na língua turca, ao mesmo tempo que aprendiam a manejar armas e eram instruídos nas artes militares. Adultos, formavam uma força leal unicamente ao sultão, ao qual defendiam até mesmo com a própria vida.

período pós-revolucionário de nosso recorte para a presente dissertação, outros temas também voltaram à pauta. Alguns retornaram, como as críticas à república, outros surgiram, como as propostas programáticas, e outras, ainda, se transformaram, como suas opiniões a respeito de Floriano Peixoto, indicando uma mudança de postura defendida pelo intelectual federalista.

A defesa do Partido Federalista como "o único opositor ao governo" aparece em um de seus artigos, como forma de legitimar sua ação e apresentá-lo como alternativa ao sistema vigente:

> Os federalistas [são os] únicos elementos de oposição ao governo, pois os outros que se desgostam com a política do dr. Borges de Medeiros, apenas tem suspiros e gemidos de saudade pelo grande morto [Castilhos], que ao menos tratava-os com franqueza, ameaçava-os, punia-os (...) ostensivamente, para edificar isto que aí está; ao passo que o dr. Borges tudo promete-lhes, bate-lhes o ombro, nomeia-os chefes; mas se vem outro, o contrário, faz o mesmo [...] (DOURADO, 1905:15).

Neste sentido, Borges de Medeiros, o sucessor de Castilhos no comando do PRR e do estado, apresentava-se como ainda pior que este, na opinião do médico baiano. Por outro lado, a oposição, ou a maneira como ela estava sendo exercida, também foi alvo de críticas por parte de Dourado. Ao constatar a inércia que tomava conta do partido naquele momento, afirmou que "[...] os federalistas nada tentam, nem tem motivos para isso. Sua ação atualmente é até de conforto para o governo" (DOURADO, 1905:16). Este trecho denota o nível de controle das oposições que o castilhismo-borgismo impunha. Uma das estratégias do governo para manter este controle era a promessa de se realizar eleições:

> Prometem-lhes eleições; e não há quem não saiba que a melhor lei eleitoral é a maior das ironias, quando não há juízes para julgar. Para concorrer às urnas seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto neste sistema. Mas isto seria a revolução, e o governo por motivo de salvação pública não permitiria eleições (DOURADO, 1905:16).

Mas, ainda que as eleições se efetivassem, da maneira como estava orquestrada a máquina eleitoral vigente, não proporcionariam alteração significativa desejada pela oposição federalista.

Um dos alvos preferidos no período revolucionário, Floriano Peixoto

aparece intocável nas palavras do médico baiano a partir do pós-guerra, demonstrando uma estratégica mudança de discurso cujo objetivo provável era atrair a simpatia do exército (suficientemente alvo de elogios e conclamações por parte de Dourado neste período) ou, ainda, conseguir a almejada intervenção federal no estado (ALVES, 2010):

> Quando porém viu-se, apesar desses insultos, o marechal sacrificar o seu próprio nome; a sua longa vida, austera; a sua proverbial forma de economia e zelo pelos dinheiros públicos a seu cargo, para colocar o dr. Castilhos no poder e sustentá-lo a custa de milhares de vidas e de contos de réis (...) [a situação no Rio Grande do Sul caminhou a ponto de obrigar] o marechal a sustentar uma obra que não foi sua; que não mandara fazer; que não desejou que fizesse; e afinal ele mesmo tornou-se um grande partidário do seu insultador, porque, na sua compreensão ocasional do princípio de autoridade, julgou dever sustentá-lo, já que os federalistas não aceitaram as condições por ele impostas. [...] E assim [...] o exército criou a própria força que desde então o vem matando (DOURADO, 1905:18-19).

Nesta fala, isentava o marechal de responsabilidades sobre os eventos de que tomou parte, direta ou indiretamente, atribuindo somente a Castilhos o rumo dos acontecimentos no Rio Grande do Sul. Trata-se de notável alteração discursiva, ligando Floriano Peixoto convenientemente ao exército na mesma lógica de “criar aquilo que o vem matando”.

Quando morre Gaspar Silveira Martins, o grande líder dos federalistas, Dourado conclama seus companheiros, “irmãos em ideal” a conservar seus postos. Segundo ele, “não é a primeira provação [...] que nos fere [...]. Choremos nosso chefe, mas façamos com que ele seja imortal, e redivivo entre nós, continuando sua obra” (DOURADO, 1901:14).

Aliás, as considerações acerca de sua morte, divididas entre o discurso público proferido e os artigos publicados em homenagem ao líder morto e que deram origem ao livreto *Silveira Martins, discursos e referências...* serviram também para propagar a causa federalista, não apenas sob as homenagens à memória e atos do antigo líder, como de afirmar sua pretensa grandeza para a nação. Em determinado trecho, compara Silveira Martins a Moisés:

> Não se julgue hiperbólico o paralelo. Não. Moisés arrancou o povo hebreu do cativeiro e fácil lhe foi buscar na superstição o estímulo e a coragem que a crença empresta; Silveira Martins encontrou um povo adormecido em suas glórias, e por isso confiante; mas, que vivendo feliz nessa paz que o conforto e o respeito das leis prometem, vai se

> atrofiando, e ele acordou-lhe o espírito para as conquistas pacíficas [...] e o povo rio-grandense o compreendeu, e por isso o Rio Grande, tendo-o como chefe, colocou-se ao par das províncias mais populosas e poderosas [...] (DOURADO, 1901:22).

Silveira Martins era "o gaúcho que se mostrava gigante até ante o vulto, hoje santificado de D. Pedro II" (DOURADO, 1901:24) e era "mais temido do que odiado". Ao longo das 25 páginas que compõem o livreto, qualidades, histórias e virtudes do tribuno são enaltecidas por Dourado, reforçando a figura do grande e exemplar líder, contribuindo para a elevação de símbolo de sua luta. Finalmente, era pelo "ideal de Silveira Martins [que] deve-se a conservação do partido federalista, a quem o Rio Grande deve a conservação de seu nome e dignidade, e a quem o Brasil deve o não ter se tornado um Paraguai [...] (DOURADO, 1901:25). Novamente aqui, como nas crônicas do *Echo do Sul*, o comparativo entre o passado que remonta à Guerra do Paraguai é utilizado para ilustrar a situação política de então. Uma vez mais, a tirania atribuída a Lopez encontrava paralelo com a tirania castilhista, combatida pelos federalistas, em geral, e aqui, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, em especial.

2.3.4 CRÍTICAS À SITUAÇÃO POLÍTICA

Característica permanente de seus escritos, a criticidade do seu tempo presente era manifestada também nos seus derradeiros escritos. Em *A situação...,* Dourado escreveu que, para consolidar a república, "[...] o habitante do Rio Grande era pior tratado do que o mísero pária indiano." Atestava, também, de que:

> No Brasil não há povo, só há forças; e se sabe que povo que se revolta é sempre a vil canalha. São os bandidos do Rio Grande; são os infames jagunços na Bahia; e na capital a ralé que vai deportada para o Acre, levando chicote no porão dos vapores, como empolgantemente descreveu um jornal do governo, muito a propósito (DOURADO, 1905:14).

Em suas palavras, a parcela da população que se revolta não faria

parte do povo, ao menos aos olhos dos governantes. Do lado oposto, ou seja, aqueles que não alcançavam as denúncias e críticas desferidas pelas oposições, não passavam de “bestializados”:

> Ninguém de boa fé poderá contestar o que dizemos a não ser os que têm interesse em tal marcha de coisas; ou a besta que incapaz de raciocinar recebe o freio, a cangalha, e as esporas nas ilhargas para promover a fortuna e o negócio do senhor, e relincha alegre quando levam-lhe o feno seco às baias, se entre ele brilham alguns grãos de milho (DOURADO, 1905:10).

De resto, aquilo que Dourado classificaria de povo, a grande maioria, não tomou parte no processo político que culminaria na república, ou as lutas subsequentes de sua implantação:

> O país, a nacionalidade, o povo, se assim quiserem, foi degredado na *república*; nem concorreu para ela, nem a repeliu; nem a desejou, nem a repeliria, a não ser que queiram considerar povo a parte que lucra com a politicagem; ou tem esperanças de lucrar (DOURADO, 1905:36).

Apesar destas considerações, o povo nunca foi o centro do debate liberal ou federalista. Ao contrário, no próprio programa do Partido Federalista, que defende o sistema parlamentar, as eleições para presidente da república seriam efetivadas pelo parlamento, da mesma forma com os governantes dos estados, diminuindo, desta forma, a participação popular. Nas palavras de Dourado, percebemos mais uma tentativa de despertar a consciência e a ação política do que ensejar, propriamente, um protagonismo do povo nos processos eleitorais.

A imprensa situacionista do período, assim como aquela dita “neutra”, também receberam duras críticas de Dourado:

> Castigos corporais, ameaças desses mesmos castigos até a pessoas cuja idade e sexo exigiam respeito inolvidável, estropiamentos nas estancas de indivíduos a quem se mandava depois em boa paz embora, alegando ter sido preso por engano, como fomos testemunha; as mortes constantes, de delinquentes de crimes não provados ou imaginários, por terem resistido a prisão, mesmo em regiões onde se podia comentar o fato, de que os jornais neutros davam noticia sem um único comentário, e os situacionistas com aquela entonação que redunda em elogio a quem exercia o direito de matar sem responsabilidade [...] (DOURADO, 1905:30).

Este sentimento de injustiça recaía também em relação ao Poder Judiciário, justamente quem deveria aplicar as leis e garantir seu fiel cumprimento:

> Em outro país, seria essa luta motivo para revisão imediata da constituição; no nosso porém, onde a política tornou-se uma indústria, a ponto de a justiça já se tornar demagoga, se o juiz é partidário do governo, o propagandista de suas ideias até as sentenças sumárias, nos processos que lhes são submetidos, tudo isto passava despercebido senão elogiado, pois se mostrava que havia homens fortes para fazer estas leis, até contra o exército que lhes deu força para fazer essas leis (DOURADO, 1905:31).

Note-se que, uma vez mais, ali aparece o exército, como ente prejudicado, em meio às críticas dirigidas ao sistema Judiciário viciado que era denunciado pelo médico baiano.

Em virtude de todos estes equívocos, divisões e vícios, acreditava Dourado que o futuro do Brasil seria a sua divisão em pequenas repúblicas:

> [...] porque a nação brasileira não será mais do que repúblicas que devoram seus próprios filhos. Ou povos que se comem, como canibais, pela posse de um lugar onde se vivia sem as nobres preocupações do trabalho, [...]. E o grito de - Finis Brazilis – não será emittido porque nessa luta rápida do extermínio já ninguém se lembrará dos heróis de 15 de Novembro de 89, que o deram dando vivas à *república.* (DOURADO, 1905:37).

No ponto em que chegou a república neste período, segundo Dourado, só haveria dois caminhos possíveis de serem seguidos: um, pelas vias revolucionárias, a convulsão social de um povo que se levanta em armas contra o governo estabelecido; e o outro seria a via parlamentarista, controlando as casas legislativas e estabelecendo leis que cerceassem os abusos autoritários dos governantes que lá estavam:

> [...] um cruel e de perdas irreparáveis, e sem resultado profícuo – a revolução; infalível em todo o país, desde que um estado pegue em armas. Esse estado aí está à espera somente do momento em que um qualquer desses valentes que já conheceram os perigos, e neles não entibiaram a alma, seja obrigado a correr a coxilha – é o Rio Grande do Sul. Enganam-se os que governam povos, e que só se fiam nas suas brigadas, quando pensam que porque morreram tais e tais homens tudo está terminado. Assaz temos escrito que não são indivíduos que fazem revoluções, são os governantes. São eles mesmos que criam seus adversários, quando os homens de brio e

> patriotas que os seguem vêem como eles malbaratam o nome e o pundonor do seu povo; aniquilam suas tradições [...] E temos demonstrado que o caudilho que se faz herói lendário não é o que a presunção aponta. Ele nasce onde menos se espera; mesmo contra a vontade dos que se julgam únicos. [...] O outro, a única válvula que pode dar escápula a essa tensão, é o parlamento [...] (DOURADO, 1905:59-60).

Porém, não demonstra estar muito seguro, ou confiante, da eficácia dos meios revolucionários, sobretudo após a derrota sentida durante a guerra civil de 1893-95, uma vez que:

> [...] cada revolução será a genitora de outra revolução. [...] e cada governo efêmero, como todos os governos republicanos, outra preocupação não terá senão a de fortificar no poder no seu prazo, embora seja esse prazo curto a sementeira de milhões de desgraças futuras (DOURADO, 1905:36).

De qualquer modo, somente através de nova revolução e/ou o parlamentarismo seriam os caminhos que colocariam novamente o país nos trilhos do progresso "lento, porém eficaz" que o exército havia, "equivocadamente" tirado o Brasil no 15 de Novembro. Porém, somente um estado poderia, verdadeiramente, liderar este processo:

> [...] o Rio Grande o único que pode iniciar a campanha moral que terá a linguagem altiva do valente repercutindo e refletindo os feitos de seus heróis, e não a retórica tão fácil de se intumescer por ideias hoje que não abandonará amanhã. [...] É preciso porém ter-se em conta que essa oposição não pode ser sistemática aos indivíduos; sim ao sistema. [...] Estabelecido o programa base do partido como está, cada conceito nele exarado será um ponto de partida (DOURADO, 1905:60).

O Rio Grande do Sul, berço dos federalistas, do maior movimento armado de oposição na jovem república – a Revolução Federalista – era defendido pelo médico baiano como o "predestinado" a liderar o processo que iria culminar na substituição não de homens, mas de "sistemas" considerados ineficientes e falidos.

2.3.5 A “SOLUÇÃO” PARA O BRASIL

Interessante notar que Dourado defende o sistema parlamentar, mas não defende, explicitamente, a república. Ao contrário, como em *Voluntários* e nas crônicas do *Echo do Sul,* ainda dirige críticas a esta, e sutis elogios à monarquia. Da república, diz:

> A *república* estabelece esse sistema de que quem governa só se deve preocupar do seu tempo. O diabo leve quem vier depois, se nesse curto prazo eles se locupletam a ponto de não precisarem mais de governar, ainda mesmo quando falte homens para isso como agora [...] (DOURADO, 1905:3).

Assim como em *Voluntários,* a efemeridade dos governos republicanos é apontada por Dourado como uma das causas de seu vício. Em contraponto, define as providências para se resolver os problemas da república no Brasil:

> O primeiro passo, porém, seria estabelecer para o Brasil um **governo superior de longa permanência**, [grifo nosso] responsável durante a sua gestão pelos desastres voluntários, o que não acontece com os que aí estão que pela condição em que se acham, nem só não são responsáveis amanhã pelo que fizeram hoje, como poderão vir se unir aos que protestam contra os seus erros, de ontem, acusando seu sucessor da culpa, quando ele não é mais do que o colhedor dos frutos daquela planta daninha que o seu acusador de hoje plantou ou auxiliou na cultura (DOURADO, 1905:45).

Governo superior (acima dos partidos e disputas políticas) e de longa permanência (temporal), apesar de também ser uma característica também defendida pelo positivismo, não tem relação com esta corrente filosófica por dois motivos: o primeiro, por ser associado aos legalistas e ser constantemente atacado por Dourado; e o segundo, tanto o positivismo em si quanto à figura do ditador, do líder eleito e eternizado no poder, foram por várias vezes rechaçados por Dourado ao longo de seus escritos. Neste caso, a afirmação do médico baiano parece-nos apontar em direção oposta ao republicanismo. O trecho a seguir, no qual Dourado define o governo ideal, é mais sintomático:

> Um governo enfim pousando acima das contingências dos partidos; fiscalizando os seus agentes, e os designados dos partidos nos atos que interessam o bem comum; o governo finalmente que não divida o país em vencedores e vencidos [...] (DOURADO, 1905:45).

Que governante estaria acima das contingências dos partidos? Que governante teria envergadura moral para tal feito? O tipo de governante que se enquadra no pretendido por Dourado e que atenderia estas exigências não nos parece outro senão um monarca. Colaborando na elucidação deste tema, o seguinte trecho compara as situações da Rússia de então (monarquista) com o Brasil (republicano):

> Difícil portanto a situação das forças armadas no ponto a que levaram a nação, onde, para qualquer ponto que se olhe, está a incerteza do dia de amanhã, e a certeza da luta, das guerras civis, porquanto não é o povo brasileiro de índole tal que possa ser comparado aos antigos servos dos tempos feudais para consentir em ser governado, hoje, por autocratas adventícios, quando a própria Rússia de Ivan e Pedro, o grande, sente a necessidade já de dar direito ao povo de tomar parte na decretação das leis que devem reger os seus destinos. **Entretanto, ali há uma instituição secular, um princípio permanente, encarregado de corrigir e fiscalizar tudo; cá os governos passam, e nada mais deixam do que desgraças e acúmulo de perigos que ao sucessor**, muitas vezes um inimigo, compete afastar ou sofrer. [grifo nosso] (DOURADO, 1905:32-33).

Na comparação, a instituição secular, o princípio permanente, encarregado de fiscalizar e corrigir tudo, tal qual era premissa do governo "superior" que deveria se instalar no Brasil, evidenciado em trechos citados acima, encaixa-se perfeitamente ao regime monárquico que existia na Rússia e encontrado no exemplo do médico baiano.

Outras soluções apontadas por Dourado passam pelo exército, elemento basilar bastante recorrente do médico baiano nos escritos pós-revolucionários. Do mesmo modo que o programa federalista, e como já havia manifestado através de suas crônicas no *Echo do Sul* de forma introdutória, Dourado prega o afastamento dos militares da política partidária, pois declara ser esta a causa principal de todos os males da classe. Como em 1899, não defende o total desligamento do exército da cena política, ao contrário, mas acena neste momento com propostas mais definidas:

> Retirar o exército da política dos partidos, não quer dizer retirá-lo da política do país. Nem se poderia compreender nos tempos modernos, uma corporação sobre que recai todas as grandes e urgentes necessidades do país, como instrumento apenas da vontade de outros, obedecendo as leis que se lhe impõe, donde surgiria a necessidade das discussões e protestos nos quartéis [...] as corporações armadas teriam direito de ocupar nos parlamentos nacionais, tantos lugares quantos as forças correspondessem no recenseamento eleitoral, aos civis. (...) A eleição para os militares obedeceria ao senso alto; cada oficial tendo direito a tantos votos quantos as suas etapas diárias [...]. Assim as forças armadas mandariam ao parlamento homens que buscassem defender os seus interesses gerais; iniciando os seus melhoramentos e vantagens, levando para lá uma ordem da sua corporação que devia defender (DOURADO, 1905:46-47).

Através de suas posições, não deseja que o exército se afaste da política, mas que participe de forma apartidária, contribuindo nas decisões dos destinos do país sem envolver-se nas cisões, que costumam permear a política dos partidos. Deste modo, Dourado prossegue no afã de conquistar a simpatia dos militares, colocando-os no centro do cenário decisório da nação. Além do plano macro, sugere ações vinculadas ao exército também de natureza prática, como elencados a seguir:

- Serviço militar obrigatório para fazer desaparecer as distinções de raças, e nascer a distinção da inteligência, da aplicação, do comportamento, do caráter enfim, é de urgente adoção.
- Cada quartel será uma escola, onde o amor próprio do oficial, seja o principal elemento de estímulo e a correspondência por parte das praças, o melhor elemento de êxito [...].
- Quanto possível seriam esses quartéis, antes acampamentos em terrenos próprios a serem agricultados; divididos em tantas secções quantas companhias. E estas secções divididas ainda em geiras ou lotes correspondentes aos pelotões. Essas geiras seriam cultivadas pelos respectivos pelotões.
- Ninguém seria obrigado a trabalhar; mas os que não trabalhassem não teriam lucros; e seriam desligados desse meio, ficando no quartel central. Isto é, o serviço agrícola seria facultativo.
- Os quartéis deixariam de ser esses que se tem estabelecidos, que não obedecendo a condições bélicas de defesa, são mais nocivos que uteis, segundo as leis higiênicas; conquanto poucos soldados neles pernoitem [...].
- Os quartéis ou acampamentos seriam casas pequenas, bem arejadas, feitas pelos próprios soldados, auxiliados por artífices, sendo elas motivo de especial inspeção [...]
- E para os exercícios seriam designados dias, na semana.
- O produto dessa agricultura seria vendido ao fornecedor do mesmo corpo, e o excedente vendido ao governo para consumo das outras corporações e o produto dessa venda dividido entre os agricultores, ou depositado em nome deles na caixa econômica.
- A despesa com esse quartel granja, seria muito menor, na compra de terreno e edificações de que a feita com esses casarões que se deterioram facilmente e exigem gastos constantes, ou com alugueis de casas impróprias e anti-higiênicas, por longos anos.
- As escolas militares seriam dispersas. Cada ano corresponderia a um mister, sobretudo os que se aproximassem da agricultura, da agronomia, da mineração.
- As colônias militares não seriam mais um refúgio de velhos soldados inválidos

somente. Ali os alunos permaneceriam um ano, no estudo agrícola; e para ali poderiam ir todas as praças que terminassem o seu tempo, com as mesmas regalias concedidas aos colonos europeus.

- Nas escolas seriam designados tais e tais para seguirem tais e tais cursos de conformidade com as aptidões demonstradas. [...] As chamadas escolas preparatórias seriam em comum para os candidatos aos postos do exército e da marinha. Foi essa ideia, de alto patriotismo, do marechal Floriano, que sem dúvida a concebeu, depois que viu o despenhadeiro em que os politicantes colocavam a pátria explorando as duas classes (DOURADO, 1905:48-50).

Neste último item, uma vez mais, afagos a Floriano Peixoto, a quem atribui a ideia "de alto patriotismo". Estas sugestões, de natureza prática, vislumbravam tornar a instituição militar ainda mais organizada, poderosa e, na visão do cronista, útil à nação. Basta ver que, com estas providências, o soldado, após "terminado o tempo de praça, esse HOMEM que saísse do exército não seria um indolente; um capital morto para ele mesmo; obrigado a procurar um emprego, muitas vezes indigno [...]" (DOURADO, 1905:50). Por isto a importância que dava à formação de base, aplicada aos soldados. Dizia ele que não podia compreender "exércitos modernos sem instrução, e esta não pode ser dada nos quartéis somente. As escolas militares são indispensáveis, como são as regimentais, as de tiro" (DOURADO, 1905:5).

As indicações de participação do exército na cena política do Brasil, bem como sugestões de ordem prática para a corporação, evidenciam o tom discursivo que dominou os artigos de Dourado no período pós-revolucionário. O trecho a seguir resume bem o que desejava o médico baiano com seus escritos:

> E o exército não poderá deixar assim, de braços cruzados, que se consume o ato de seu completo anulamento, na neutralidade obediente, quando a marcha política do país leva para uma luta tremenda em que o povo desarmado será vítima, onde resultará o estabelecimento definitivo da tirania no Brasil, ou a perpetuidade do domínio de uma facção que poderá mudar de ideias e programa, à proporção de seus interesses [...] (DOURADO, 1905:31).

O exército era conclamado a assumir seu papel, como feito na Proclamação da república, mas desta vez em uma espécie de "correção do erro" ao conduzir aqueles governantes ao comando do país. Tentava, com os elogios à corporação e apelando para os brios dos militares, diminuídos pelo fortalecimento das brigadas estaduais que rivalizavam em contingente e armamentos, conseguir seu decisivo apoio na derrubada dos novos donos do poder e, desta forma, aplicar seu próprio sistema de governo.

CAPÍTULO 3 – APLICAÇÃO DOS ESCRITOS DE ÂNGELO DOURADO NO ENSINO SUPERIOR

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A APLICAÇÃO

Conforme apresentamos na introdução, a presente dissertação foi baseada em dois propósitos, de naturezas distintas mas integrados e complementares entre si, que permitem conjugar a análise de natureza historiográfica a respeito do objeto pesquisado e seu tempo – realizada nos capítulos 1 e 2 –, e esta última parte, valendo-se das reflexões e do material produzido, que sirvam de suporte para o professor-pesquisador com vistas ao ensino de história em nível superior. Estes elementos conjugados amparam-se na afirmação de Pinsky & Pinsky (2012:22), para os quais, o professor, com vistas à qualificar sua experiência docente, precisa ter conteúdo, cultura e, também, um pouco de erudição, ou seja, aumentar seu espectro, apurar a análise, reforçar os elementos que apoiem o processo de compreensão crítica do passado e favoreça o ensino de história. Isto é primordial para que ele possa desenvolver entre os alunos o espírito crítico (e a análise das fontes de época, com sua parcialidade característica, proporciona enormemente tal empreitada) e, sobretudo, a compreensão do abismo que separa *informação* de *conhecimento*. Uma simples leitura episódica da Revolução Federalista, por exemplo, dissociada de um estudo mais aprofundado e que se proponha a analisar diferentes versões sobre o mesmo acontecimento, torna o evento histórico puramente factual, sem grande valor histórico de fato, e isto é *informação*. Já uma reflexão provocada pelo confrontamento das fontes, pela análise a partir do contexto de produção, conteúdo e discurso dos atores envolvidos, surge o *conhecimento* de caráter analítico-reflexivo, fundamental para que se produza um saber histórico útil para o aluno, não apenas em sala de aula, mas para sua própria identificação enquanto sujeito da história.

De fato, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é destacado que o papel do ensino de história está vinculado à produção da identidade. Os

PCNs (1ª a 4ª séries) destacam que:

> a demanda pela História deve ser entendida como uma questão da sociedade brasileira, ao conquistar a cidadania, assume seu direito de lugar e voz, e busca no conhecimento de sua História o espaço de construção de sua identidade. (BRASIL, 1997:4-5).

Sobre o trabalho com leitura e interpretação de fontes bibliográficas em sala de aula, o mesmo documento diz que:

> cabe ao professor ensinar os seus alunos a realizar uma leitura crítica de produções de conteúdos históricos, distinguindo contextos, funções, estilos, argumentos, pontos de vista, intencionalidades. Assim, além de as crianças terem a oportunidade de obter e organizar informações diretamente das fontes de informação primárias (construções, utensílios, depoimentos orais, fotografias), podem aprender a obter informações, de modo crítico, em fontes secundárias (textos enciclopédicos, de historiadores, didáticos, documentários históricos), consideradas, também, como obras que necessitam ser localizadas em contextos históricos e analisadas. (BRASIL, 1997:56)

Assim, neste capítulo, apresentaremos a aplicação dos excertos de alguns textos de Ângelo Dourado, com as devidas considerações sobre a experiência e o resultado auferido tomando por base as respostas da turma.

No que diz respeito à nossa utilização de documentos primários visando o ensino-aprendizado de história, faz-se necessário uma reflexão sobre o uso e manejo das fontes em sala de aula. Em defesa desses usos e manejos, Pinsky & Pinsky (2012: 29) defendem que é preciso, por parte do professor-pesquisador, que se dedique um tempo maior à leitura cuidadosa dos documentos históricos, tanto pelo seu significado intrínseco como pela "validade do próprio exercício de ler uma fonte primária (o traquejo adquirido com tal exercício pode ser aplicado pelo aluno na leitura de vários outros textos e documentos que chegarem às suas mãos)". Em suma, o manejo das fontes, o estímulo ao olhar para o passado e fazer perguntas a partir do presente, é uma das missões do historiador e do professor-pesquisador que pretende exercer o ofício de maneira responsável e relevante para o conhecimento histórico e sua melhor utilização na prática do ensino-aprendizado.

Como bem classifica Alves (1994:125) sobre o lugar da Revolução Federalista na história do Brasil, e não apenas do Rio Grande do Sul, este foi

“o mais grave dos conflitos que abalou a origem da nova forma de governo”. Seu alcance ultrapassou os limites físicos do Rio Grande do Sul, tendo avançado por Santa Catarina (e tomado sua capital, Desterro, atual Florianópolis) e o Paraná, por pouco não chegando a São Paulo e logo após a capital da república, então o Rio de Janeiro. Teve conexões com outro conflito importante do mesmo período, a Revolta da Armada, mas foi maior e teve mais alcance que esta (e no entanto, recebe menor tratamento e abordagem na historiografia brasileira). Além do mais, as propostas parlamentaristas da maioria dos grupos rebeldes contra o ultrapresidencialismo defendido pelos republicanos, caso atingissem êxito (e estiveram bem perto de tê-lo) redesenhariam o panorama político da época. Certamente em história não cabe o “se”, mas a ilustração serve para situarmos o peso e a importância da Revolução Federalista enquanto movimento com desdobramentos de alcance nacional, e não de caráter puramente local. Além disto, conforme nos lembra o historiador Sérgio da Costa Franco, o Rio Grande do Sul possuía o maior contingente do Exército brasileiro, de modo que sua movimentação significava dispor de grande parte do efetivo do país, e sua sorte estava “ligada aos ventos da política” nacional (FRANCO, 1993:13). Além do mais, é importante destacar que vamos encontrar na Revolução Federalista a origem – ou consolidação – das diferentes forças políticas que mais tarde uniriam esforços em torno do movimento que proporcionaria a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do Brasil, por ocasião da Revolução de 1930, o que definitivamente a coloca no rol dos eventos brasileiros, mais do que apenas um evento regional.

No ensino superior, em específico na Universidade Federal do Rio Grande, instituição na qual colocamos em prática esta aplicação, existem as disciplinas de História do Rio Grande do Sul I e II, ministradas, respectivamente, nos 5º e 6º períodos do total de oito, cada qual com a extensão de um semestre, dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura). Na disciplina História do Rio Grande do Sul II, o estudo da Revolução Federalista é possibilitado aos discentes, conforme consta em sua ementa, com o grau de profundidade compatível com o nível acadêmico. Porém, o profissional graduado que irá ministrar aulas de história – e referimo-nos, especificamente neste caso, ao licenciado – depara-se com uma realidade, na maioria dos casos, um pouco diversa no que diz respeito às possibilidades de

aplicação dos conhecimentos sobre a Revolução Federalista em suas aulas.

Muitos são os motivos que colaboram para que este período emblemático da história sulina e brasileira seja relegado aos rodapés dos conteúdos programáticos escolares, figurando muito discretamente na maioria dos casos ou nem sequer sendo mencionados. Como já destacamos as razões históricas para o "esquecimento" da Federalista, vamos priorizar aqui a reflexão sob a perspectiva do ensino. A primeira razão, sem dúvida, diz respeito ao nível seriado em que normalmente é relegado o ensino da história do Rio Grande do Sul, no Ensino Fundamental, a saber, o 5º ano. De fato, como defendem Nadai & Bittencourt (2011:99-111), entre crianças de 10 e 11 anos (correspondente à média de idade dos alunos do 5º ano), em pesquisa por elas empreendida, foi detectado um expressivo grau de compreensão sobre o tempo cronológico, além de "percepções de durações, simultaneidade, permanências e mudanças", indicando que alunos nesta faixa etária podem ter contato com o aprendizado de natureza histórica.[27] Por outro lado, não há estudo que comprove que alunos nesta faixa etária consigam alcançar a complexidade dos assuntos abordados do referido período, pois alguns conceitos abstratos (política, federalismo, liberalismo, positivismo, evolucionismo, etc.) sequer foram apreendidos pelos alunos. A história do Rio Grande do Sul ensinada nesta série, provavelmente por ser considerada "próxima" ao universo espacial do discente, denuncia uma equívoca e suposta "facilidade" neste nível de aprendizado. Como, nas séries seguintes, normalmente a história local e regional são dissociadas da nacional e/ou internacional, em privilégio destas em relação àquelas, a Revolução Federalista e a transição monarquia-república no Rio Grande do Sul tornam-se assuntos poucas vezes revisitados; e em alguns casos, jamais visitados.

Como reflexo, o assunto aparece como um rodapé, uma nota, um parágrafo ou mesmo um quadro nos manuais de história do Brasil. Mesmo nos livros didáticos editados especificamente sobre a história do Rio Grande do Sul e destinados aos quintos anos do Ensino Fundamental – cuja oferta de títulos é

[27] É preciso destacar que a base de observação que deu origem aos estudos refere-se a uma turma de 104 alunos da Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo (USP) e de uma escola pública estadual da capital paulista. Como as próprias autoras reconhecem, a pesquisa é limitada quanto às variáveis com que trabalharam (NADAI & BITTENCOURT, 2011:113), o que não invalida, contudo, suas conclusões.

pequena –, o assunto também não recebe grande destaque. Para esta dissertação, analisamos brevemente três livros que figuraram/figuram entre as obras recomendadas pelo Programa Nacional do Livro Didático o Ministério da Educação – PNLD/MEC: *Estudos Sociais do Rio Grande do Sul*, de autoria de Igor Moreira (1995), *Conhecendo o Rio Grande do Sul: Estudos Sociais*, de Luís Moraes Koteck (1998) e *História: Rio Grande do Sul,* de autoria de Felipe Piletti (2010), sendo este último o único ainda disponível para venda[28] e também o único dos três que figura no catálogo do *Guia de livros didáticos do PNLD* para o ano de 2013, da área de história (2012:288-290).

No primeiro deles, *Estudos Sociais*..., o autor sequer menciona a Revolução Federalista, apesar de apresentar a Revolução Farroupilha ocupando duas páginas do seu livro de 65 páginas. Descreve-a como "um acontecimento importante na história do nosso Estado" (MOREIRA, 1995:50). O próximo assunto tratado após a descrição da Farroupilha é a proclamação da república, sem qualquer menção à guerra civil de 1893-95. Em *Conhecendo o Rio Grande do Sul*..., a situação se repete: menção à Guerra dos Farrapos, tratada no capítulo *A peleia dos Farroupilhas – 1835 a 1845* (KOTECK, 1998:90-93), mas silenciando quanto à Federalista, ainda que também trate da instauração republicana logo na sequência. No terceiro livro, e que ainda está em vigor, verificamos um aprofundamento maior no trato historiográfico, apresentando conceitos e episódios abdicados nos trabalhos anteriores. Notamos um privilégio da história-processo em detrimento da história factual dos outros dois livros citados, e uma página destinada à Revolução Federalista, composta de um pequeno texto, citado na íntegra abaixo:

> Os liberais, em geral grandes pecuaristas da Campanha, ficaram descontentes por terem sido afastados do poder e terem perdido seus privilégios. Esse descontentamento provocou a Revolução Federalista, que durou de 1893 a 1895.
> Os liberais e alguns conservadores, liderados por Silveira Martins, haviam formado o Partido Federalista, que defendia o parlamentarismo – sistema político em que a Assembleia teria maior poder – e tinha simpatia pela monarquia. Eles usavam lenço vermelho no pescoço e ficaram conhecidos como maragatos.
> Os republicanos, agrupados em torno de Júlio de Castilhos,

[28] De acordo com pesquisas nas principais varejistas *online* de livros do país: Livraria Cultura (www.livrariacultura.com.br), Fnac (www.fnac.com.br), Saraiva (www.saraiva.com.br), Submarino (www.submarino.com.br) e Americanas (www.americanas.com.br). Data da consulta: 21 dez. 2013.

> defendiam o presidencialismo – em que o presidente teria maior poder. Na guerra eles tiveram o apoio do Exército e do governo central. Os republicanos usavam lenço branco e ficaram conhecidos como pica-paus.
> A Revolução Federalista foi um dos conflitos mais sangrentos da história gaúcha, provocando milhares de mortes. Ela chegou ao fim após alguns acertos entre os federalistas e o governo central e a promessa de que seria proibida a reeleição do presidente do Estado. Os republicanos conseguiram se consolidar no poder, mas a divisão entre maragatos e pica-paus permaneceu até o fim da República Velha, ocasionando ainda outros conflitos (PILETTI, 2010:124).

Completam a página duas inserções iconográficas: a primeira delas, a reprodução de uma fotografia de tropas federalistas em 1893 (citada a fonte como sendo do Museu Histórico do Exército do Rio de Janeiro) e uma cópia da primeira página do jornal A Federação, em destaque para seu frontispício, do dia 9 de janeiro de 1894 (citada a fonte como do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho), que ocupam, juntas, mais de 1/3 do espaço (mancha gráfica) da página. Esta síntese é tudo o que o autor diz sobre a Revolução Federalista, resumida em quatro pequenos parágrafos e descontextualizada da história brasileira. Por exemplo, não menciona as conexões com a Revolta da Armada, o alcance além da fronteira do Rio Grande do Sul, espraiando-se também nos Estados de Santa Catarina e Paraná, as fases da guerra ou mesmo aspectos sociais, econômicos, ideológicos e estruturais relativos àquele recorte espaço-temporal.

Ainda que o livro didático não signifique, necessariamente, aquilo que efetivamente é trabalhado em sala de aula no que diz respeito ao ensino da história do Rio Grande do Sul, é sintomático o tratamento dado à Federalista constante nestas obras, refletindo a pouca importância e o quase nulo aprofundamento deste período. Neste sentido, o ensejo de utilizar excertos de textos de Dourado, baseados em grande escala – mas não somente – em uma obra já clássica pelos estudiosos do período da implementação da república no Brasil (como é caso de *Voluntários do Martírio*), visamos e defendemos a conscientização dos discentes do ensino superior em aprofundar os estudos acerca da Revolução Federalista e seu tempo, para quando esses alunos da graduação forem profissionais em atividade, consigam ser agentes do ensino e da pesquisa deste período, além do que tradicionalmente aparece como "indicado" nos conteúdos dos livros didáticos, de forma não limitada às séries aplicáveis, mas inserindo-a no conjunto da história sul-rio-grandense e

brasileira, de uma forma diferente da tradicional. O fato de a fonte e o objeto estarem presentes, indissociáveis da análise e proposições didáticas do historiador-professor, poderá enriquecer e apresentar novos caminhos, talvez mesmo outros paradigmas para as possibilidades de (re)criações do ensino de história, inseridos e em sintonia tanto com as exigências curriculares em vigor quanto ao atual estágio do conhecimento histórico.

Assim, os métodos de análise documental para a construção da obra e também para a sua aplicação, seguiram a proposta por Bittencourt (2011:331-333) a qual defende que, para se chegar a compreensão dos documentos, deve-se fazer a análise deles como sujeito da ação e também como objeto, introduzindo no aluno a prática da crítica e as contribuições para o desenvolvimento do pensamento histórico neste. A concepção do documento e seus usos em sala de aula parte do pressuposto de Schmidt & Cainelli (2009:117) segundo o qual o trabalho com documentos históricos pode ser ponto de partida para a prática do ensino de história, não sendo tratados como fins em si mesmos, mas atendendo às indagações e problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre passado e presente, tendo como referência o conteúdo histórico estudado.

As aulas foram compostas de a) visão geral da Revolução Federalista e sua inserção na história brasileira e sul-rio-grandense do período; b) a historiografia da Revolução Federalista; c) apresentação de Ângelo Dourado e sua obra; d) aplicação dos excertos em atividade dirigida e e) avaliação. A avaliação, por sua vez, foi feita através de questões analíticas e dirigidas, com o objetivo de aferir e compor um panorama sobre a apreensão e suas percepções e reflexões a respeito das possibilidades de utilização dos materiais selecionados para a pesquisa e o ensino, pois, afinal, tratam-se de futuros bacharéis e professores, profissionais da história.

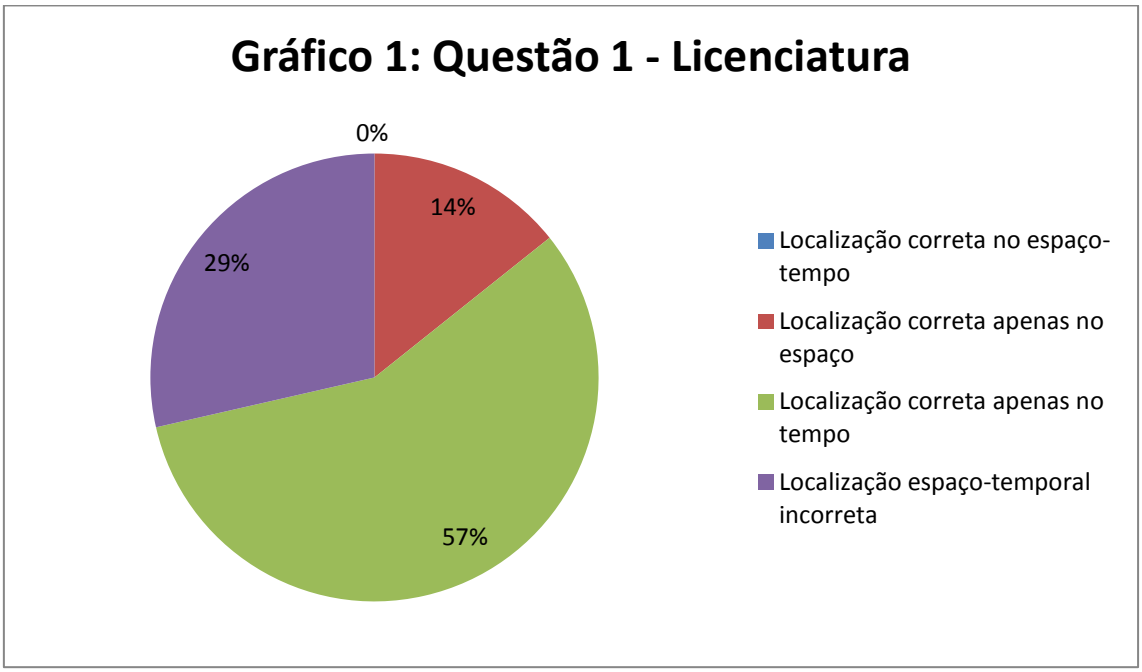
3.2 APLICAÇÃO

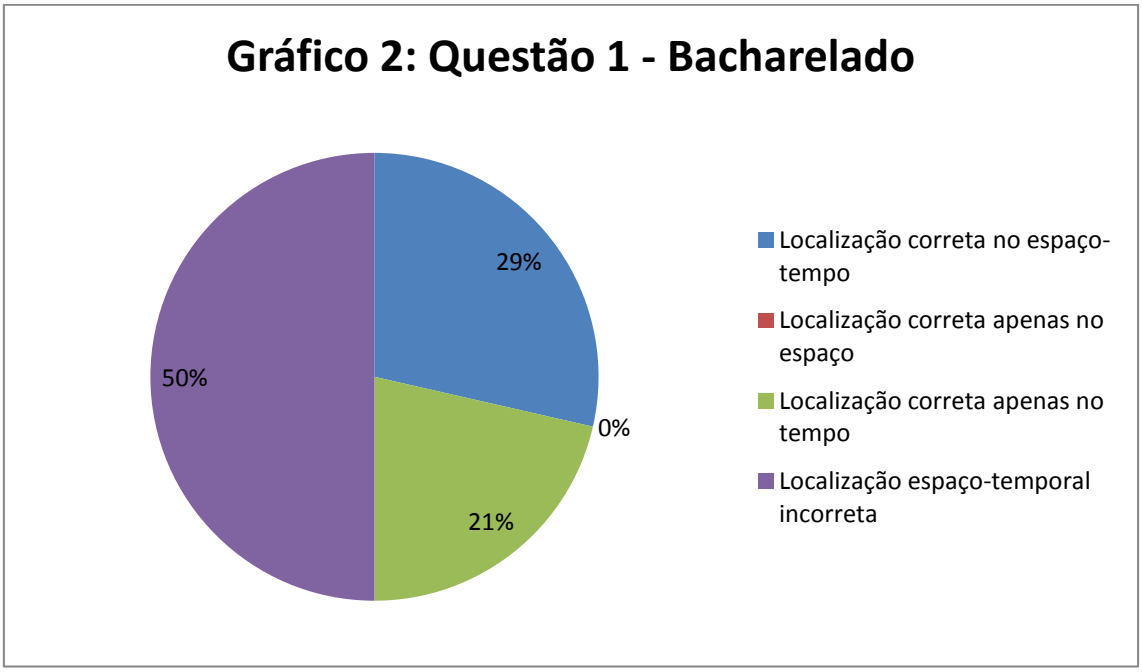
3.2.1 AVALIAÇÃO PRÉVIA

Na primeira aula da aplicação, distribuímos para os alunos presentes o *Questionário de avaliação prévia de conhecimentos específicos* (ANEXO II), de modo a perceber qual o nível de entendimento acerca da Revolução Federalista apresentado pelos discentes antes de ministrarmos o conteúdo preparado, a ser respondido sem consulta a qualquer tipo de material e de forma anônima e individual, apenas indicando o curso ao qual estavam matriculados, se bacharelado ou licenciatura. No total, 7 alunos da licenciatura e 15 alunos do bacharelado participaram da atividade, composta por 7 questões. As questões de número 1, 5 e 7 foram do tipo “abertas” (onde o participante discorreria livremente), enquanto as de número 2, 3, 4 e 6 eram do tipo “múltipla escolha”.

Na primeira questão, solicitamos que o aluno **localizasse no espaço-tempo a Revolução Federalista**. Entre os alunos da licenciatura, apenas uma resposta citou o espaço (Rio Grande do Sul), e de forma correta apenas esta informação, errando o período (afirmou ter acontecido entre 1830 a 1890). Os demais indicaram apenas o tempo, e de maneira precisa apenas um discente afirmou ter a guerra civil ocorrido entre os anos de 1893 a 1895. As demais respostas variavam entre si, desde os anos 1830, como seu mais recuado início, até 1940, como data de término mais estendida. Destes, 3 alunos situaram os eventos no final do século XIX, o que também está correto. A rigor, nenhum aluno da licenciatura respondeu corretamente à questão, que pedia a localização no espaço e no tempo. Entre os estudantes do bacharelado, 4 citaram o espaço-tempo de forma correta, ainda que tenham citado apenas o início da Revolução, sem mencionar seu término. Novamente aqui, o período mais recuado foi estabelecido como sendo em 1830, e o mais estendido, em 1930. Outros 3 localizaram o tempo corretamente, contudo não mencionaram o espaço. Ainda no bacharelado, 4 deles deixaram a questão em branco ou escreveram “desconhecido” como resposta. Os gráficos abaixo demonstram

estas informações em percentuais estatísticos:

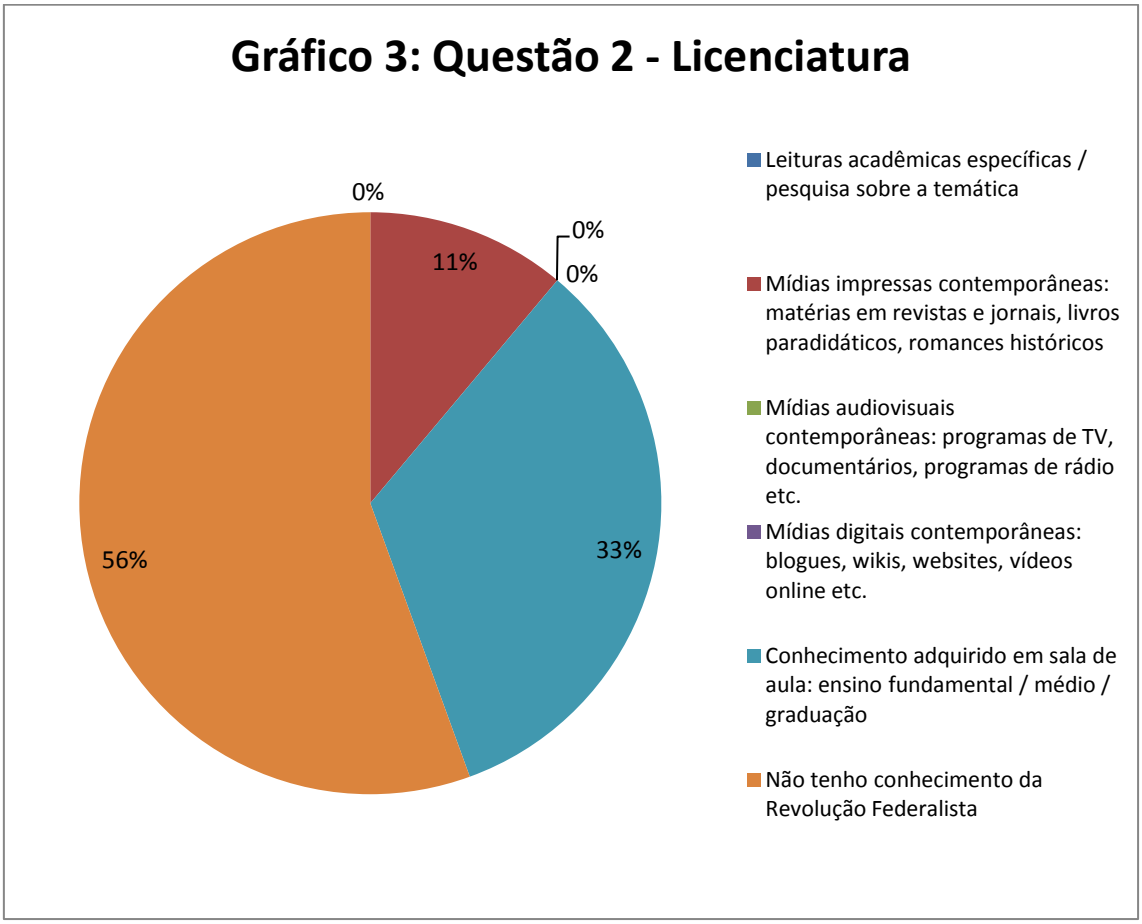


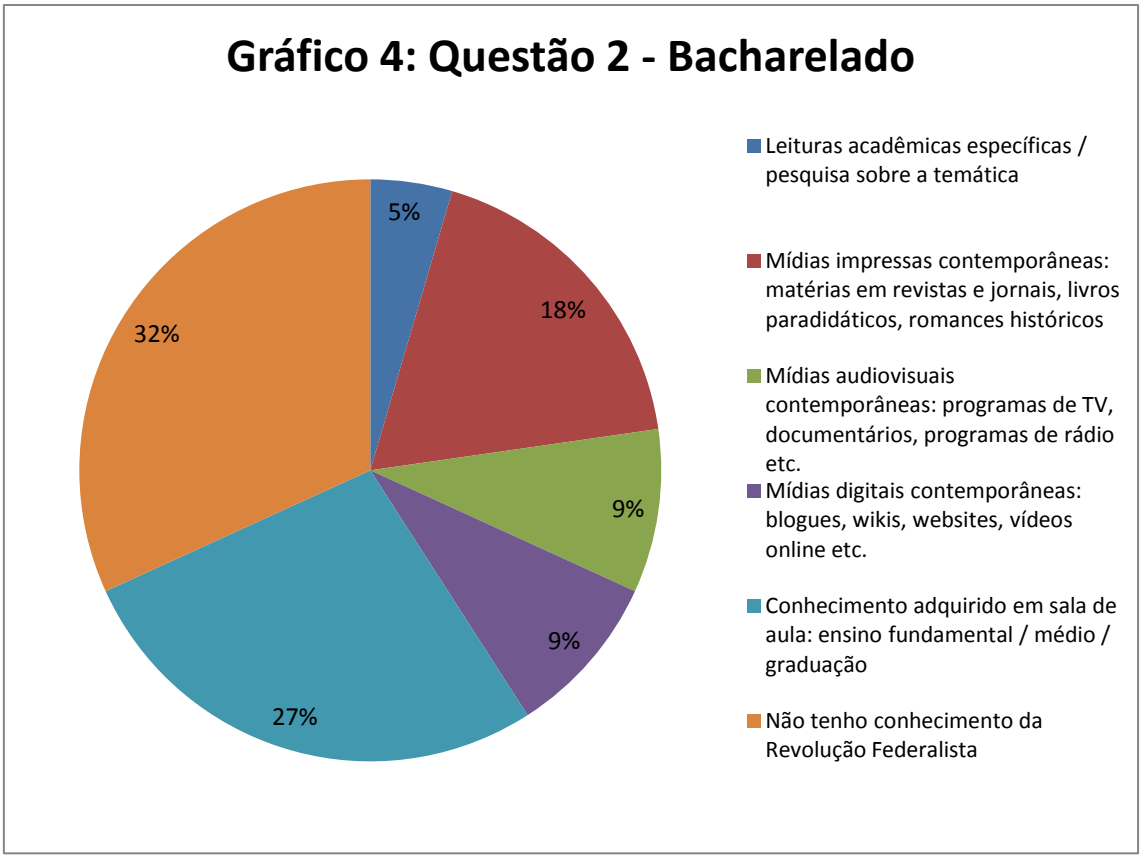


Em termos globais, o índice de acertos do bacharelado, especificamente no que pedia a questão, foi maior (aproximadamente 1/3 da turma dos bacharelandos respondeu corretamente), porém, a diferença no índice das respostas totalmente erradas apresenta curva favorável aos alunos da licenciatura (29% de respostas totalmente erradas dos licenciandos contra 50%

dos bacharelandos, no universo pesquisado). Se considerarmos o número de acertos parciais, 71% dos alunos da licenciatura tem alguma informação correta a respeito da localização da Federalista, contra 50% dos alunos do bacharelado. Chama a atenção, em ambos os casos, o aparecimento das datas de 1830 e 1930 como associações relativas à Federalista, apesar de não haver relações com este evento. Uma possível explicação é a força de outras duas revoluções presentes no imaginário sul-rio-grandense: a Revolução Farroupilha (tendo por seu início o ano de 1835, mesma década da afirmada por alguns alunos) e a Revolução de 1930, que alçou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder federal.

A segunda pergunta pedia para os discentes informarem **a origem do seu atual conhecimento da Revolução Federalista**. As respostas permitiam múltiplas opções (apenas a última alternativa "não tenho conhecimento sobre a Revolução Federalista" não poderia ser marcada em conjunto com as demais). Nos gráficos 3 e 4, respectivamente, as respostas dos alunos da licenciatura e do bacharelado:

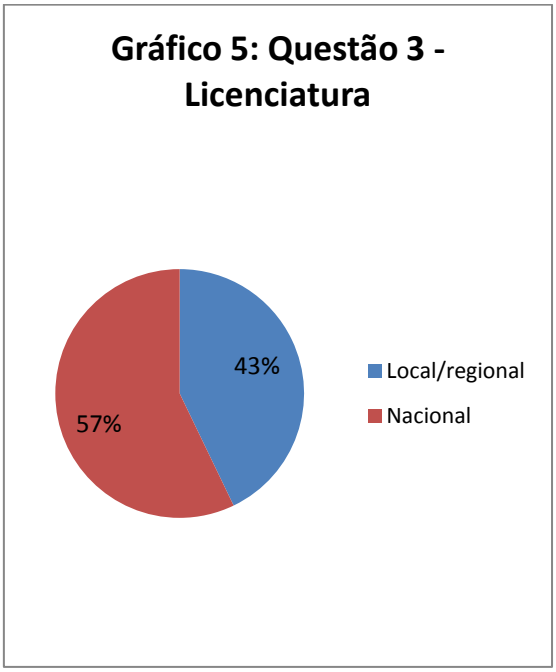


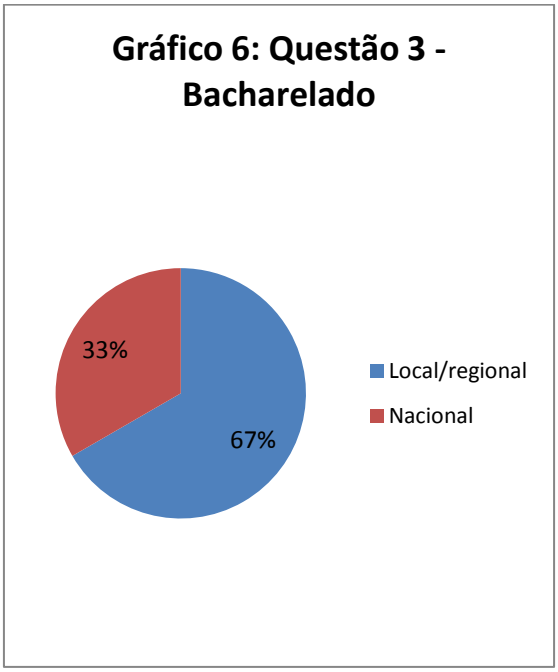


Do universo dos licenciandos, 56% afirmou desconhecer totalmente a Revolução Federalista; enquanto para aqueles que afirmavam possuir algum tipo de conhecimento acerca do conflito, 33% foi adquirido em sala de aula, e 11% através de mídias impressas contemporâneas, que incluem matérias em revistas e jornais, livros paradidáticos e romances históricos. As outras respostas não foram selecionadas como origem por nenhum aluno da licenciatura. Entre os bacharelandos, 32% afimaram não ter nenhum conhecimento da Revolução Federalista, enquanto todas as outras alternativas foram mencionadas como origem das informações possuídas, mas com destaque para “sala de aula”, com 27% das escolhas, número muito próximo do apresentado pelos licenciandos, assim como mídias impressas contemporâneas, com 18% de menções do total, em relativa harmonia de informações entre as turmas, apontando majoritariamente para um desconhecimento, e, nos casos em que ocorre o conhecimento alegado, este veio em grande escala da escola ou universidade e, logo em seguida, através da mídia impressa.

A terceira pergunta dizia respeito à **abrangência da Revolução**

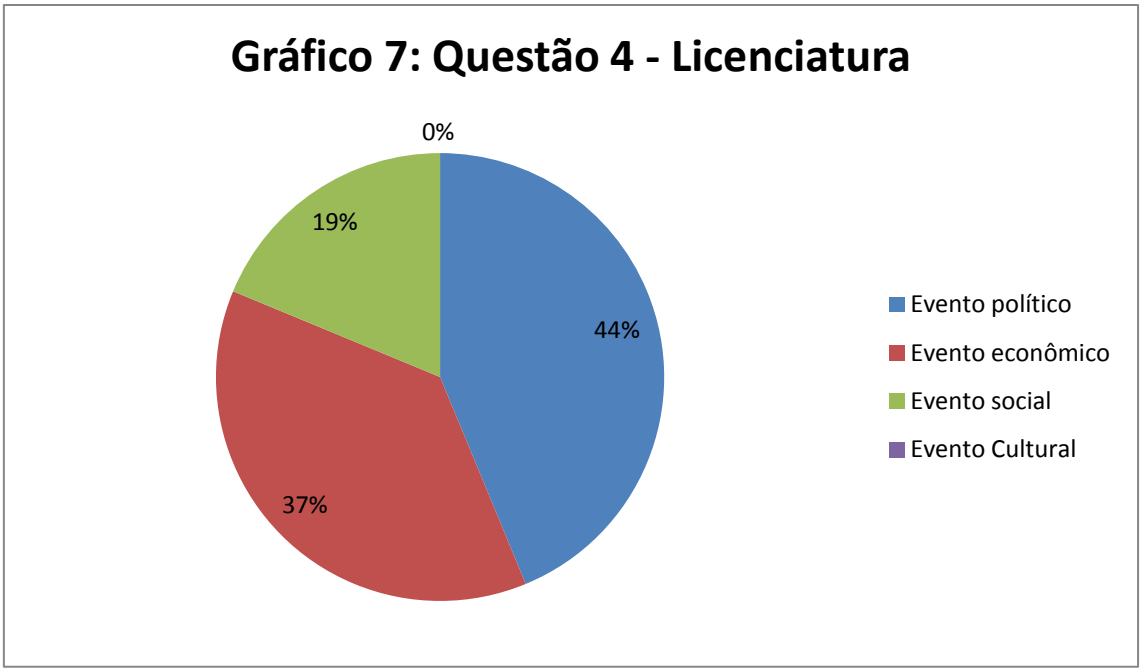
Federalista, pedindo para os discentes **situarem-na como um evento de natureza local/regional ou nacional.** A seguir os resultados:

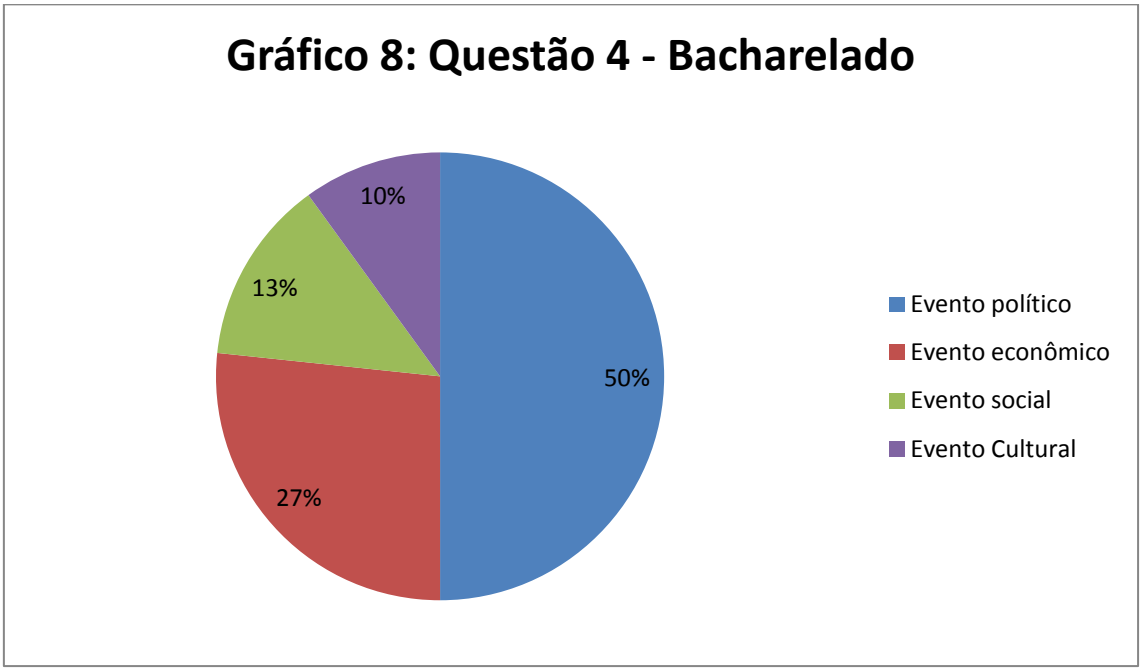




Em percentuais, temos uma aparente disparidade entre licenciandos e bacharelandos, mas se levarmos em conta números absolutos, 4 alunos da licenciatura consideram a Revolução Federalista como um evento de alcance local/regional, enquanto 3 consideram-na um evento de proporções nacionais. Entre os alunos do bacharelado, 8 alunos consideram-na de alcance local/regional, enquanto 7 afirmaram acreditar que a guerra civil teve proporções nacionais, o que denota um equilíbrio nas divisões de ambas as turmas. Se considerarmos maioria simples, mais licenciandos consideram a Revolução Federalista como um evento nacional, enquanto a maioria dos bacharelandos acredita ser um evento eminentemente local/regional.

A quarta questão pedia para que os alunos indicassem **como eles entendiam a guerra civil de 1893, se como um evento de natureza política, econômica, social ou cultural.** Aqui, novamente, os discentes poderiam escolher mais de uma opção. Eis os dados respondidos:





Novamente, em números absolutos, 100% dos alunos da licenciatura indicaram que a Revolução Federalista foi um evento de natureza política, mas, como o questionário aceitava múltiplas respostas, outros dados foram acrescidos, ou seja, nesta questão, a percentagem não diz respeito ao número de estudantes, mas sim, às suas escolhas. A natureza econômica foi a segunda mais citada, e a natureza social, a terceira. A alternativa “evento cultural” não obteve nenhuma escolha entre os licenciandos. Entre os alunos

do bacharelado, também em números absolutos, a alternativa referente à natureza política foi a única que igualmente obteve 100% das respostas dos alunos, seguindo a ordem dos discentes da licenciatura no aspecto econômico como o segundo mais lembrado, seguido de “evento social” como a terceira opção mais escolhida. A diferença entre os cursos ocorre na última opção, “evento cultural” constando em 10% do total de respostas. Destacamos aqui a tendência geral de entendimento da associação da Revolução Federalista como um evento político, viés de análise através do qual majoritariamente a guerra civil é enfocada, apesar das interfaces com todos os outros elementos, mas que nem sempre são constituintes de abordagens historiográficas em paralelo com a história política.

A quinta questão, aberta, perguntava **qual a relevância do estudo da Revolução Federalista para a compreensão do período histórico no qual ela se insere**. Como era de redação livre, não faremos análise percentual, mas uma reflexão acerca das respostas. Entre os licenciandos, 4 dos 7 alunos não responderam, e os outros três deram as seguintes respostas:

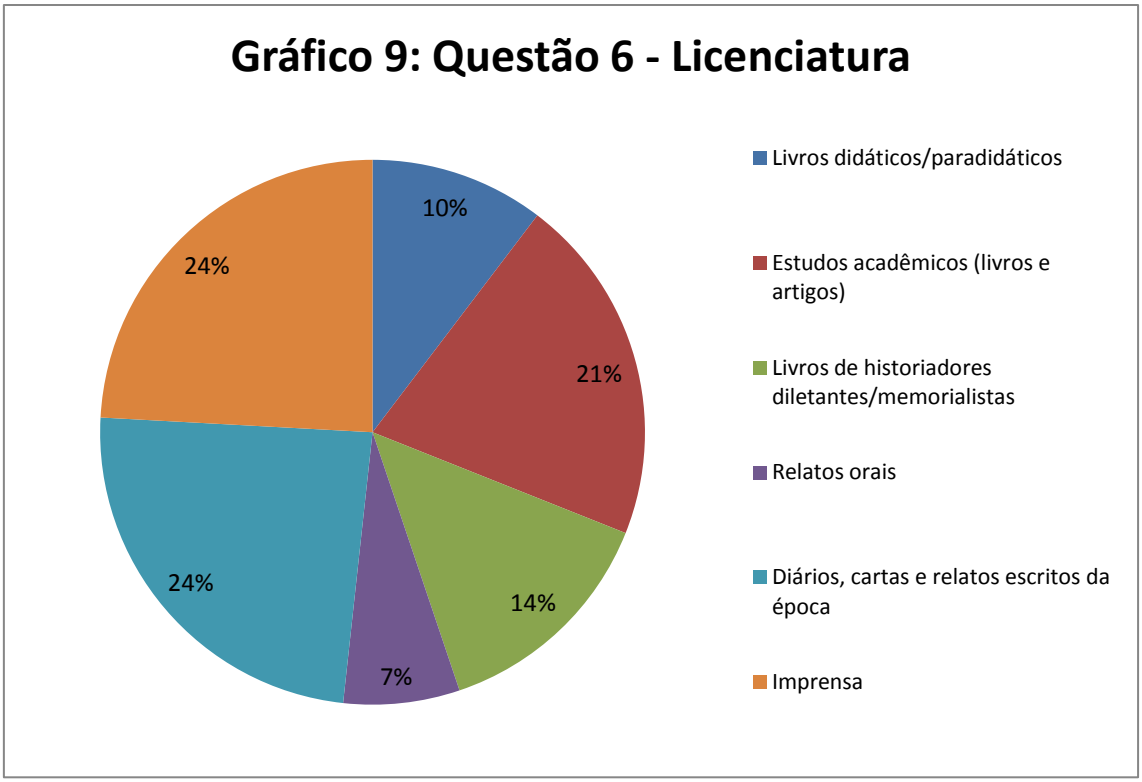
> (ALUNO 1) Como não possuo conhecimento específico, não posso dizer qual a relevância em estudar tal revolução, pois meu conhecimento sobre o assunto é praticamente nulo, já que durante o ensino fundamental e médio, tal assunto passou batido.
>
> (ALUNO 2) Muito relevante, pois envolve uma série de fatos que abrangeram não somente o período em si, mas também o que viria a acontecer nos anos posteriores.
>
> (ALUNO 3) Acredito que seja relevante para compreender e sintetizar a organização e formação político-econômica histórica do Rio Grande do Sul, assim como sua situação atual.

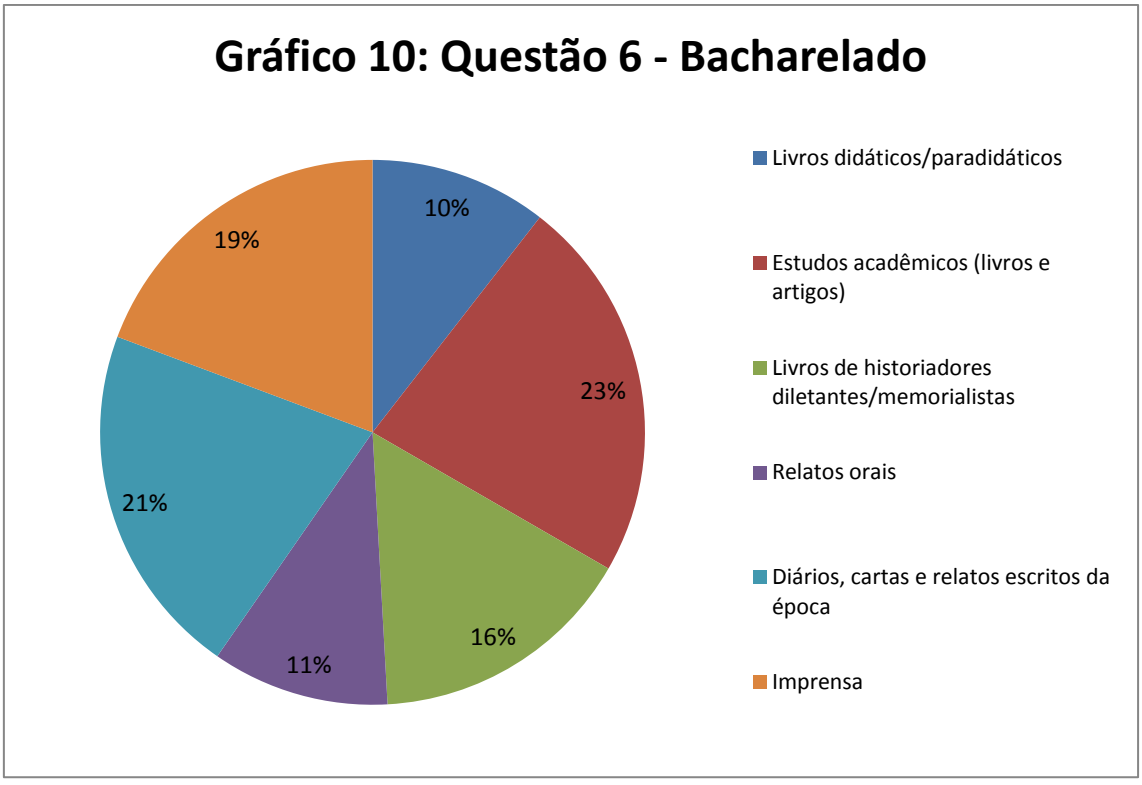
Percebemos que as respostas, admitindo desconhecimento pelo aluno 1; de caráter generalista do aluno 2 e de natureza esquemática processual do aluno 3, silenciam sobre a importância em uma área fundamental para o seu curso enquanto licenciandos: o ensino de história. Nenhum aluno associa, de forma espontânea, o estudo da Revolução Federalista como possibilidade para o ensino-aprendizado de história, e sequer parece ter uma noção de alguma relevância prática para empreender estudos do período indicado, inter-relacionando os eventos com as conjunturas nacionais e internacionais, o que destoa da afirmação da questão de número 3, onde aproximadamente metade

da turma vinculava a Revolução Federalista como um evento nacional.

Já entre os bacharelandos, 3 dos 15 alunos deixaram a questão sem resposta, e um respondeu admitindo que desconhecia os eventos. A maioria, a exemplo dos licenciandos, forneceram respostas generalistas e superficiais como “de suma importância para nós, rio-grandenses pois nosso Estado foi palco de embates naquele período”, ou “talvez porque tenha sido um dos períodos históricos mais importantes do país”, ou ainda defendendo “a importância política e econômica, que redefiniu o quadro de governantes no Estado através de um confronto de lutas”. Outro aluno associou sua importância apenas para a disciplina que cursava: “em verdade [sua] relevância [é] importante para a disciplina de História do Rio Grande do Sul”. Porém, 4 alunos citaram o termo “processo histórico” para justificar sua relevância, denotando certo entendimento de interligamento e encadeamento histórico, apesar de também não aprofundarem suas justificativas. Em nossa análise, verificamos que os discentes, tanto do bacharelado quanto da licenciatura desconhecem a importância ou relevância de empreender estudos sobre a Revolução Federalista, em grande parte devido ao deconhecimento exatamente do que foi a guerra civil e o contexto histórico em que ela se insere, não conseguindo, portanto, articular uma justificativa minimamente embasada sobre a proposição.

Na sexta questão, solicitamos que o aluno indicasse, **como futuro professor/pesquisador, qual(is) fonte(s) pode(m) ser(em) utilizada(s) para a construção de um conhecimento historiográfico sobre a Revolução Federalista**. Esta questão também aceitava múltiplas escolhas, então novamente as respostas não dizem respeito ao número de alunos, mas às respostas eleitas, de acordo com os gráficos a seguir:

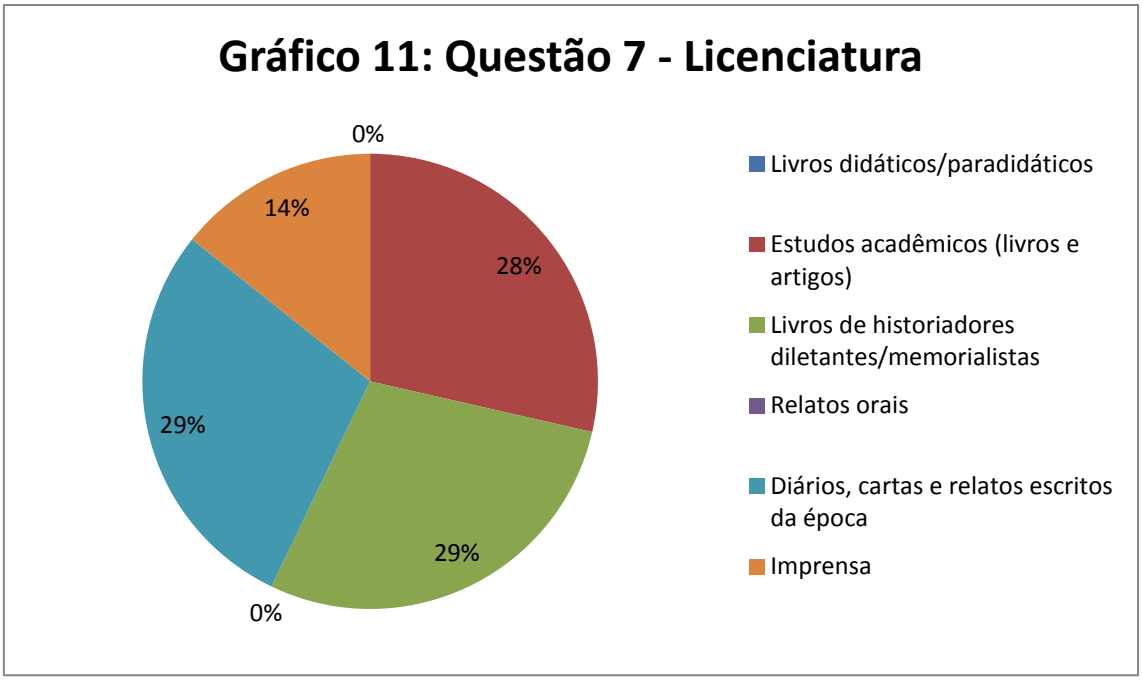


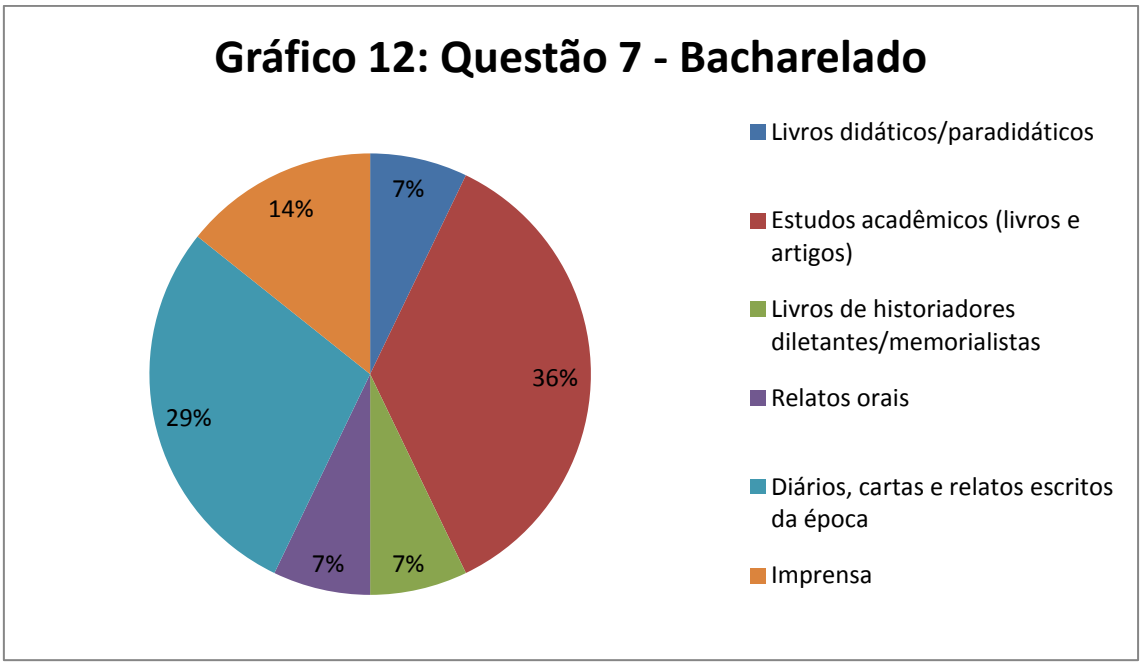


Os alunos da licenciatura responderam unanimamente (todos escolheram esta opção) que fontes primárias como diários, cartas e relatos escritos da época são materiais possíveis para a construção de um

conhecimento historiográfico sobre a Revolução Federalista, seguido da imprensa (6 alunos), estudos acadêmicos, livros de historiadores diletantes, livros didáticos e paradidáticos e relatos orais, respectivamente. Aqui não significa, porém, uma ordenação de importância, pois essa aferição se dará na próxima e última questão, onde pedimos a hierarquização, por grau de relevância, destas mesmas respostas. Tais respostas podem até ser surpreendentes, pois a espectativa era que o item “estudos acadêmicos” constituísse a maioria das escolhas por tratar-se de um ambiente universitário, mas as fontes primárias se revelaram as opções preferenciais dos licenciandos. Já no universo dos alunos do bacharelado, a escolha foi ligeiramente mais equilibrada, o item mais selecionado foi estudos acadêmicos, com 13 dos 14 alunos indicando como fonte elegível, em número superior às fontes primárias como diários, cartas e registros escritos da época (com 21%) e imprensa (com 19%). Seguem as escolhas com livros de historiadores diletantes (16%), relatos orais (11%) e livros didáticos e paradidáticos (10%), em uma inversão de posições em relação às respostas dos licenciandos.

Na sétima e última questão, pedimos para o aluno **indicar, na hipótese de ter escolhido mais de uma opção de fontes, qual a ordem de importância de cada uma, sendo 1 a mais importante e 6 a menos importante**. Como já verificamos as fontes elencadas segundo suas escolhas na questão anterior, agora nosso interesse é saber qual a fonte que o licenciando ou bacharelando considera como a mais importante, indispensável, dentre suas escolhas, hierarquizando-as. Os resultados apresentamos nos gráficos abaixo:





No gráfico 11, relativo aos licenciandos, percebemos um equilíbrio entre as escolhas primeiras dos discentes, sendo os diários, cartas e relatos escritos da época e os livros de historiadores diletantes/memorialistas empatados com 29%, ligeiramente à frente dos estudos acadêmicos (livros e artigos) com 28%, e a imprensa aparecendo logo a seguir, com 14% de preferência. Relatos orais e livros didáticos/paradidáticos não figuraram em nenhuma escolha principal entre este grupo. No universo dos bacharelandos, todas as opções receberam

menções de principais, em maior ou menor grau, mas o predomínio ficou entre os estudos acadêmicos com 36% das indicações destes alunos. A seguir aparecem os diários, cartas e relatos escritos da época, com 29%, a imprensa, com 14%, e empatados com 7% cada, os relatos orais, os livros didáticos/paradidáticos e os livros de historiadores diletantes/memorialistas. Aqui, é interessante notar que, mesmo em pequena escala, houve entre os bacharelandos quem elegeu os livros didáticos como fonte principal, ao contrário dos licenciandos onde não houve tal destaque.

Com base neste panorama montado a partir das respostas fornecidas pelos alunos, e confirmadas as hipóteses de pouco conhecimento do período histórico em questão, foi possível dirigir as aulas seguintes para a apresentação da Revolução Federalista tendo por base as fontes primárias, notadamente, os excertos de Ângelo Dourado.

3.2.2 EXCERTOS TRABALHADOS: O RECORTE DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Após a atividade composta pelo *Questionário de avaliação prévia de conhecimentos específicos,* apresentamos o *Plano de Aplicação*, que previa 3 encontros (conjunto de 3 aulas consecutivas – 9 h/a), conforme a seguir:

1ª PARTE: CONTEXTUAL (encontros 1 e 2)

- Introdução à Revolução Federalista
- Historiografia da Revolução Federalista – fontes e eventos
- As fontes primárias para o ensino e a pesquisa da Revolução Federalista

2ª PARTE: APLICAÇÃO (encontro 3)

- Aplicação do trabalho proposto: Ângelo Dourado: história, política, e ideologia
- Verificação da aplicabilidade

Explicadas as propostas do trabalho que iríamos encaminhar nos próximos encontros, ministramos aula expositiva sobre a Revolução Federalista, intitulada *Revolução Federalista: história e historiografia*. Nesta aula, os temas abordados foram os seguintes:

a) Quanto à história da Revolução Federalista, os tópicos foram:
    - O mundo em fins do séc. XIX
    - O cenário brasileiro
    - A república: uma implantação pacífica?
    - Constituição de 1891: “descentralização radical”
    - RS: economia pré-industrial e escasso nível de investimentos
    - Ambiente formador do conflito a partir de 1890
    - Deposições (queda do visconde de Pelotas e Castilhos)
    - Choques e vandalismo de parte a parte
    - Movimentações das oposições
    - Rearranjos do poder no Estado
    - Exclusivismo, radicalismo e dogmatismo castilhista
    - Formação de oposições (liberais, conservadores e dissidentes)
    - Ódios e paixões → bipolarização política
    - RS como fator de instabilidade do Estado nacional republicano
    - Montagem da “máquina estadual” ou o “edifício jurídico” de sustentação do castilhismo
    - “Guerra discursiva” (*A Federação* x *A Reforma*)
    - Objetivo: retomar o controle do Estado
        - Derrubar Castilhos e Peixoto
        - Partido Federalista: parlamentarismo
        - atacar o contrabando – segundo Kuhn (2011) e Pesavento (1983)
        - derrubada da Constituição Castilhista de 14 de julho de 1891 – de acordo com Love (1975)
    - Conflito de 1893 a 1895 – abrangência: RS, SC, PR
    - Guerrilhas: elementos civis (peonada) x forças legais

- Assaltos em função das posições legalistas
- Pontos estratégicos militares
- Conexões com a Revolta da Armada
- Fator violência: “a guerra das degolas”
- Expressivo número de mortos: entre 10 a 12 mil
- Espectro da Revolução: antes e depois de 1893-95
- Consequências: afirmação do projeto castilhista-borgista → bipolarização → perda da hegemonia da metade sul
- Revolução Federalista: paralelos de lado a lado do conflito

b) Quanto à historiografia da Revolução Federalista, os tópicos foram:
    - Produção historiográfica privilegiando o partidarismo e engajamento → visões dicotômicas e maniqueístas
    - Silenciamento e esquecimento → vitória do regime castilhista-borgista
    - Reducionismo → violência
    - Preconceito → revolta fratricida e contrária aos princípios dos sul-rio-grandenses
    - Revisões já nas últimas décadas do século XX (meios acadêmico-universitários) → fenômeno histórico relevante de cunho político, ideológico, social, econômico e cultural
    - Visões reducionistas e preconceituosas permanecem no discurso do senso comum e junto à mídia
    - As “comemorações” em torno do centenário da Revolução Federalista levariam a um incremento na produção sobre o tema
    - Características: trabalhos profundos, analíticos, calcados na “história processo” e desenvolvidos por especialistas
    - Produção no meio acadêmico-universitário (apresentação das obras resultantes dos encontros de especialistas, segundo suas características e considerações historiográficas referentes aos artigos constantes):

- *Anais do Seminário Fontes para a história da Revolução de 1893*
- *Anais do II Simpósio Fontes para a história da Revolução de 1893*
- *Anais do III Simpósio Fontes para a história da Revolução de 1893*
- *1893-95: a revolução dos maragatos*
- *Revolução Federalista: estudos*
- *Revolução Federalista de 1893*
- *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*
- *Pensar a Revolução Federalista*

No segundo encontro, a temática abordada foi voltada ao ensino-pesquisa, enfatizando os conceitos de fonte e documento, na primeira parte da aula, e a memória e suas conexões com a escrita da história, na segunda parte. Os tópicos apresentados e discutidos foram:

- PARTE 1: DOCUMENTO
- Conceito de documento segundo Febvre (1974)
- Século XIX: “a prova irrefutável da verdade nele contida”;
- Nas novas interpretações: o documento é visto como indício e não prova do real, a partir do “filtro” do historiador
- O documento em sala de aula:
  - Material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme com objetivos educacionais;
  - Fonte, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de ser exploradas pelo historiador.
  - Uma nova concepção de documento histórico: a utilização dele é indispensável como fundamento do método de ensino
  - Formas de representação das realidades do passado e do presente
  - Relação interativa entre o “pensar historicamente” de

professores e alunos

- O evento histórico como ponto de partida para a prática do ensino de História, e não uma ilustração
- Superação da “contemplação” (fim em si mesmos), com a busca de respostas às indagações e problematizações de alunos e professores (SCHIMIDT, 2010)

- Como utilizar o documento em sala de aula:
  - É o professor quem estabelece como os alunos devem explorar o documento, mas uma abordagem relevante passa por:
  - 1) IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
    - Apresentação do documento;
    - Identificar qual tipo de fonte;
    - Informar o que diz o documento;
    - A natureza do documento;
    - Datação;
    - A autoria
  - 2) EXPLICAÇÃO DO DOCUMENTO
    - O contexto;
    - A crítica;
  - 3) COMENTÁRIO DO DOCUMENTO
    - Organização e leitura global final do contato com o documento, resultando na análise reflexiva
    - Conclusão: estabelecer grau de interesse pelo documento e a relevância para a leitura crítica do período estudado
  - 4) CONTRIBUIÇÕES DA UTILIZAÇÃO DO DOCUMENTO EM SALA DE AULA
    - Ilustrar o tema trabalhado em aula (reforçar)
    - Estudá-lo como fonte de informação histórica
    - Empregá-lo como fonte para a construção de uma problemática ou hipótese histórica
    - Estudá-lo como fonte de respostas para hipóteses ou problemas

- PARTE 2: AS FONTES PRIMÁRIAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA
- As obras testemunhais da Revolução Federalista que foram publicadas (com apresentação da obra, resumo do conteúdo, características, natureza, instituições publicadoras, prefaciadores/organizadores etc):
    - *Diários da Revolução de 1893* (tomo I: Francisco da Silva Tavares e tomo II: João Nunes da Silva Tavares)
    - *Diário da Revolução Federalista* (Luiz de Senna Guasina)
    - *O doutor Maragato* (João Eickoff)
    - *Memórias da Revolução de 1893* (Fabrício Pilar)
    - *Voluntários do Martírio* (Ângelo Dourado)

Sobre *Voluntários do Martírio*, fizemos uma análise geral da obra e mais detalhada da figura do seu autor, posicionando-o como representante da intelectualidade e do ideário federalista através de seus escritos nas "batalhas discursivas" presentes nos livros e nas crônicas publicadas na imprensa, de modo a possibilitar um melhor entendimento para a avaliação final, mas sem informações adicionais que pudessem interferir nos resultados da aplicação, que mediria a possibilidade de obter conclusões tendo por base os excertos dos textos de Dourado, entrecruzando com as informações contextuais previamente apresentadas e discutidas nas aulas que antecederam o último e terceiro encontro.

Todo o tempo (três horas/aula) do terceiro encontro foi destinado à participação dos discentes nas atividades previstas. Ao todo, 30 alunos compareceram para a avaliação, respondendo às 20 questões objetivas da *Aplicação de conhecimentos – Revolução Federalista* (ANEXO II) e do *Formulário de avaliação da aplicação* (ANEXO III). Na *Aplicação...*, os alunos teriam que escolher, dentre 4 alternativas, a que considerasse correta em relação à história da Revolução Federalista. Como base foram utilizados excertos de textos produzidos por Ângelo Dourado (ainda não apresentados aos alunos) que tivessem relação com a temática pretendida. As questões foram classificadas, sem o conhecimento dos discentes, em dois graus de dificuldade: *simples* e *complexas*, e distribuídas em 3 blocos: a) Bloco 1 - aspectos gerais da Revolução; b) Bloco 2 - o pós-guerra (1899); e c) Bloco 3 -

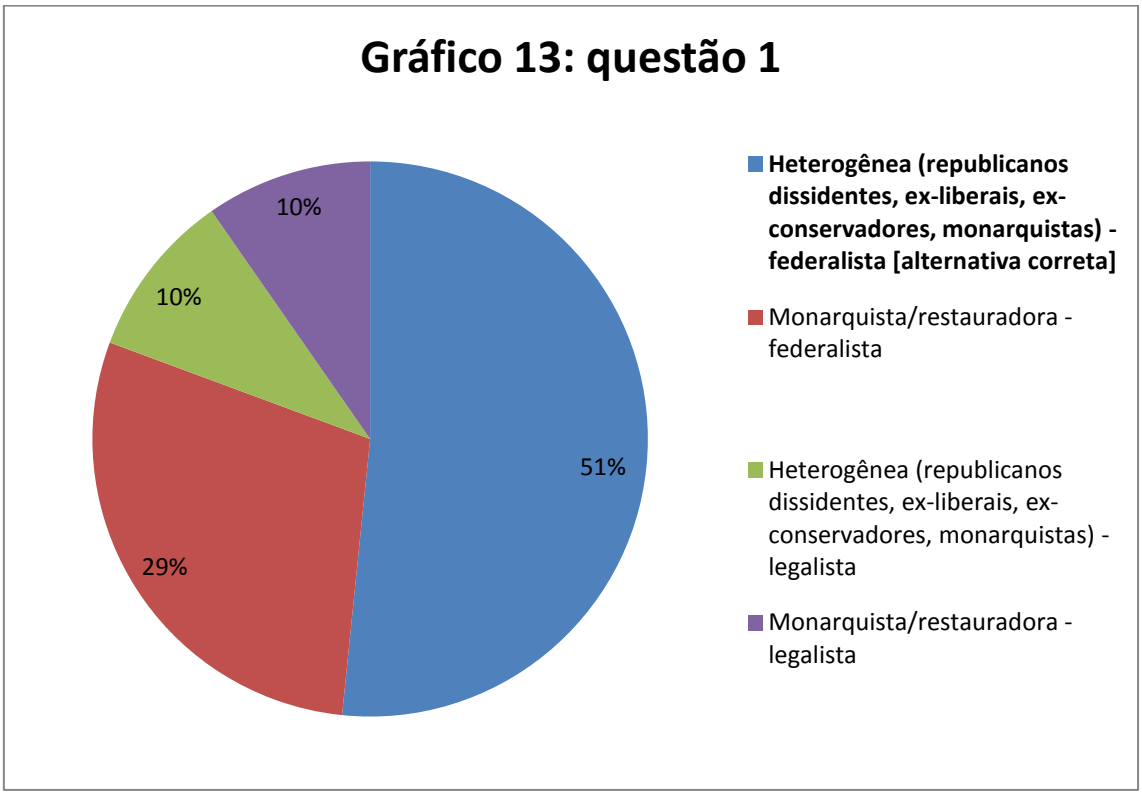
a situação política do Brasil (1905).[29] Cada bloco foi construído com base em uma das divisões que a produção discursiva de Dourado foi adotada nesta dissertação, respectivamente: o livro *Voluntários*, as crônicas do *Echo do Sul* e o livro *A situação política do Brasil,* dispostos segundo a ordem cronológica de produção, de modo que os trechos selecionados contassem uma história encadeada logicamente e calcada nos episódios entre o período da Revolução Federalista e o posterior a ela, e ainda levando em consideração a evolução do pensamento crítico do autor.

O texto de apresentação da aplicação introduzia novamente o objeto, com vistas à situar o aluno muito claramente na proposta:

> Ângelo Dourado foi um médico, político e escritor baiano radicado no Rio Grande do Sul, com destacada presença durante o período da transição monarquia-república no estado sulino, tendo participado ativamente da Revolução Federalista como coronel-médico das forças revolucionárias durante o conflito. Sua maior influência, contudo, foi no campo das ideias, tendo publicado a célebre obra "Voluntários do martírio – fatos e episódios da guerra civil", (publicado originalmente pela Livraria Americana em 1896 e reeditado em edição facsimilada pela Martins Livreiro, em 1977 e com várias edições seguintes), um dos mais contundentes e utilizados relatos sobre a Revolução Federalista, além de artigos publicados em jornais sul-rio-grandenses, em especial o "Echo do Sul", da cidade do Rio Grande, e o "Diário de Jaguarão", da cidade homônima, dentre os quais deram origem ao seu último livro, "A situação política do Brasil", de 1905. Seja em livros ou através da imprensa, os escritos de Dourado revelavam o momento histórico no qual o autor estava inserido, seu posicionamento frente a múltiplos enfoques, desde o social ao econômico, mas era o fator político o que mais se destacava, e é sob este prisma que focaremos nossa atenção.
>
> Considerando a Revolução Federalista como um fenômeno que não se restringe à sua duração cronológica episódica (1893-1895), mas enquanto um processo de reordenação de forças políticas no Brasil em geral, e no Rio Grande do Sul em particular, desde o advento da instauração republicana até o princípio do século XX, e tendo por base as aulas de história e historiografia da Revolução Federalista e os excertos de escritos de Dourado em "Voluntários do Martírio", as crônicas no "Echo do Sul" e "A situação política do Brasil", responda às seguintes questões:

[29] Para facilitar a identificação dos excertos e as perguntas em nossa dissertação, destacaremos em *itálico* os excertos, e em **negrito** as perguntas, as questões numéricas e também seu grau de dificuldade.

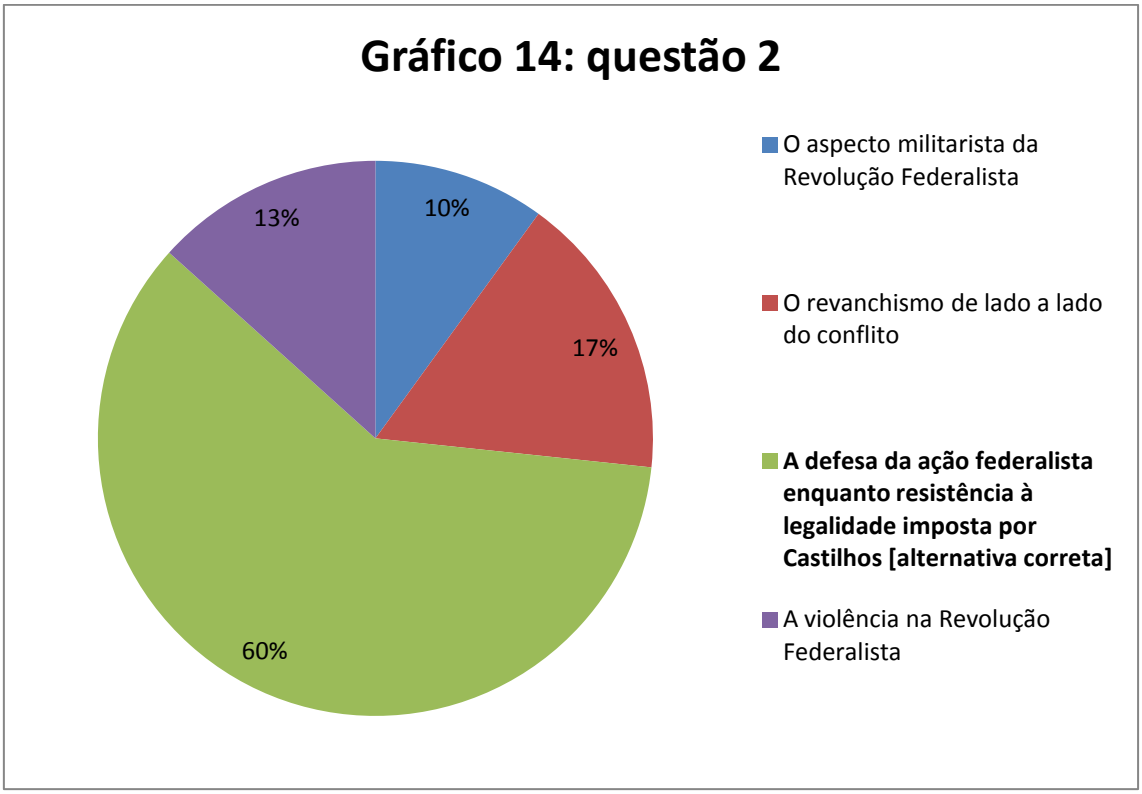
A **questão 1** trazia o seguinte excerto, seguido da proposição: *"[...] o meu velho amigo coronel Macedo Fulião, é o mais característico. À tarde faz sua gente rezar ao terminar o fogo, pela manhã faz o mesmo antes de começar. Para principiar o fogo ele tem uma prática imprescindível: Viva S.M. o Imperador! – Viva a antiguidade do Império! – Fogo! [...] Uma vez que assisti junto dele ao início do combate, fiz notar-lhe que isto não era correto; que não temos imperador e sim república" (DOURADO, 1977, p. 80).* Perguntamos: **"o trecho destacado acima, refere-se respectivamente à que tipo de composição majoritária e a qual dos lados da contenda?"** As alternativas, e as respostas dos alunos, poderão ser observadas no gráfico 13, conforme abaixo:



Esta primeira questão, categorizada como **simples,** teve o alto índice de acertos esperado, com mais da metade da turma respondendo corretamente. A segunda alternativa mais escolhida denota como ainda hoje a pecha de restauradores e monarquistas continua pairando sobre a percepção comum a respeito dos federalistas, em escala considerável, construção acusatória essa iniciada pelos legalistas ainda durante a "guerra discusiva" estabelecida

enquanto os lados combatiam entre si, tendo sido reproduzida mesmo terminado o conflito. As respostas erradas sem relação possível com qualquer leitura histórica (legalistas/monarquistas e heterogênea/legalista) corresponderam, somadas, a 20% das respostas, menos do que a segunda alternativa mais selecionada.

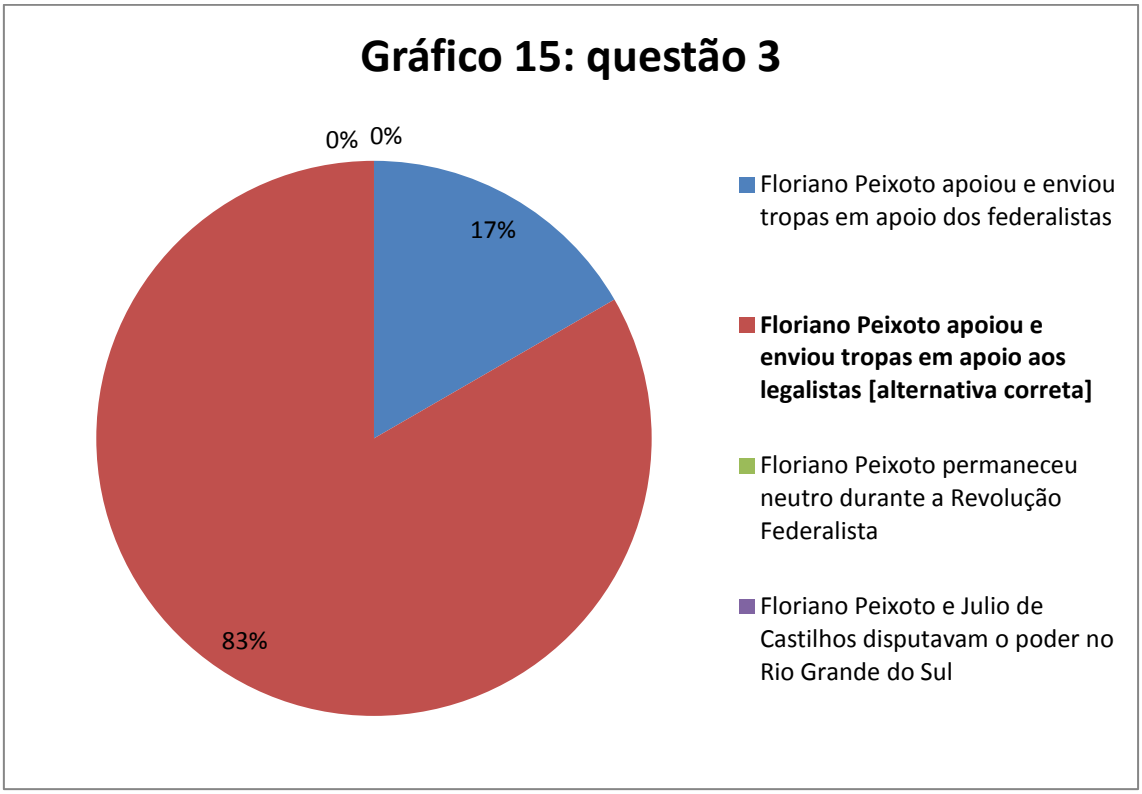
A **questão 2**, classificada como de dificuldade **complexa**, apresentava o seguinte trecho de *Voluntários*: *"se perguntarem aos nossos por que matam, eles responderão: para não morrer, ou porque mataram os meus; mas se perguntar-se a eles porque nos matam, eles dirão: é pela legalidade e por ordem do chefe Julio de Castilhos" (DOURADO, 1977, p. 248).* Perguntamos: "**o trecho evidencia, segundo a ótica do autor:"**. Eis as respostas:



Mesmo considerada **complexa**, a ampla maioria dos alunos (62%) responderam corretamente à questão, significando que a compreensão por parte destes de que, segundo a visão de Dourado, a defesa da ação federalista se dava enquanto resistência à legalidade imposta por Júlio de Castilhos, em contraponto à segunda alternativa que defendia o revanchismo de lado a lado

do conflito, com 17% das escolhas. Cabe a consideração de que, embora o revanchismo realmente fora uma das fortes características da guerra civil, era a ótica do autor, parcial, que estava sendo analisada. Os outros dois aspectos, fator violência e o aspecto militarista, ainda que também associáveis mas sem relação com o trecho destacado, receberam o menor número de citações entre os discentes.

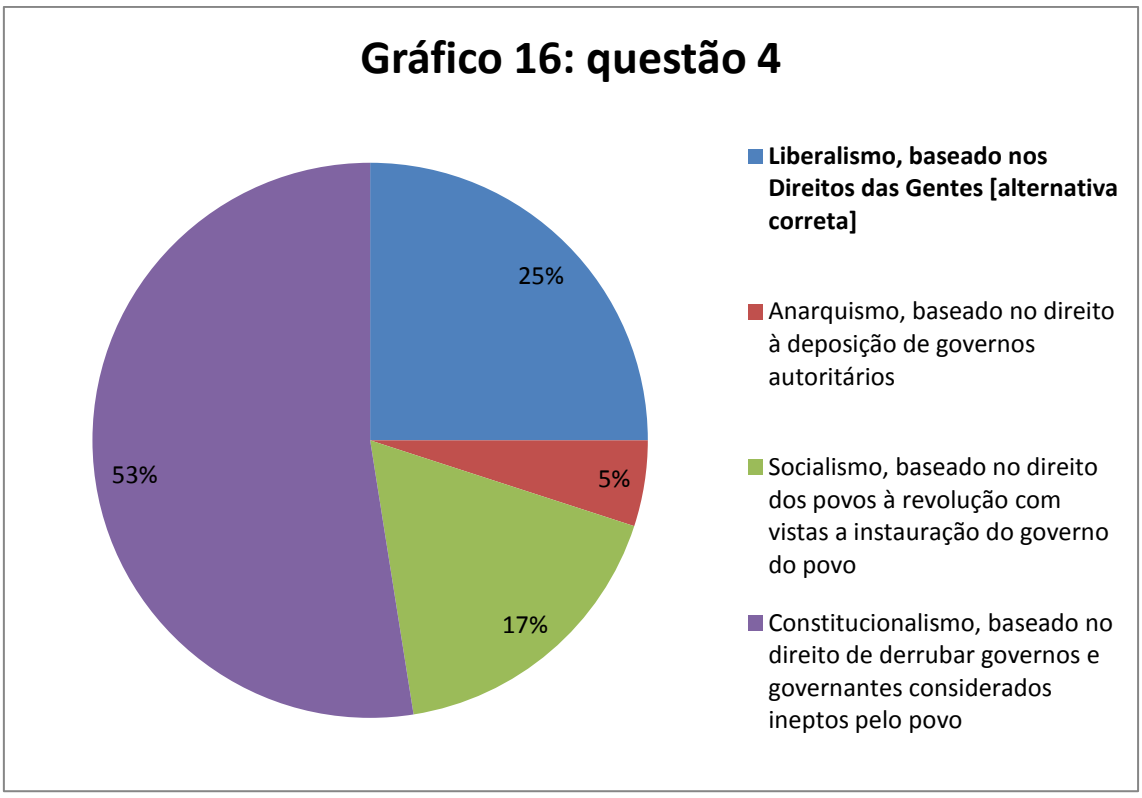
A **questão 3** também recorria à percepção dos discentes: *"[...] o Sr. Floriano foi denominado pelo Sr. Castilhos três vezes traidor, e hoje é o seu maior amigo, por que manda-lhe dinheiro, e homens do norte para morrerem, creio que com o fim de obrigar o Sr. Julio de Castilhos a dizer o contrário do que disse dele" (DOURADO, 1977, p. 314).* Perguntamos: **"de acordo com o trecho, percebe-se que:"**



Em mais uma questão classificada entre as de grau de dificuldade **simples**, a maioria expressiva (83% da turma) respondeu corretamente que o presidente Floriano Peixoto apoiou e enviou tropas em socorro dos legalistas, enquanto 17% da turma afirmou que o apoio de Floriano foi para os federalistas. As demais opções, de que havia uma disputa pelo poder no Rio

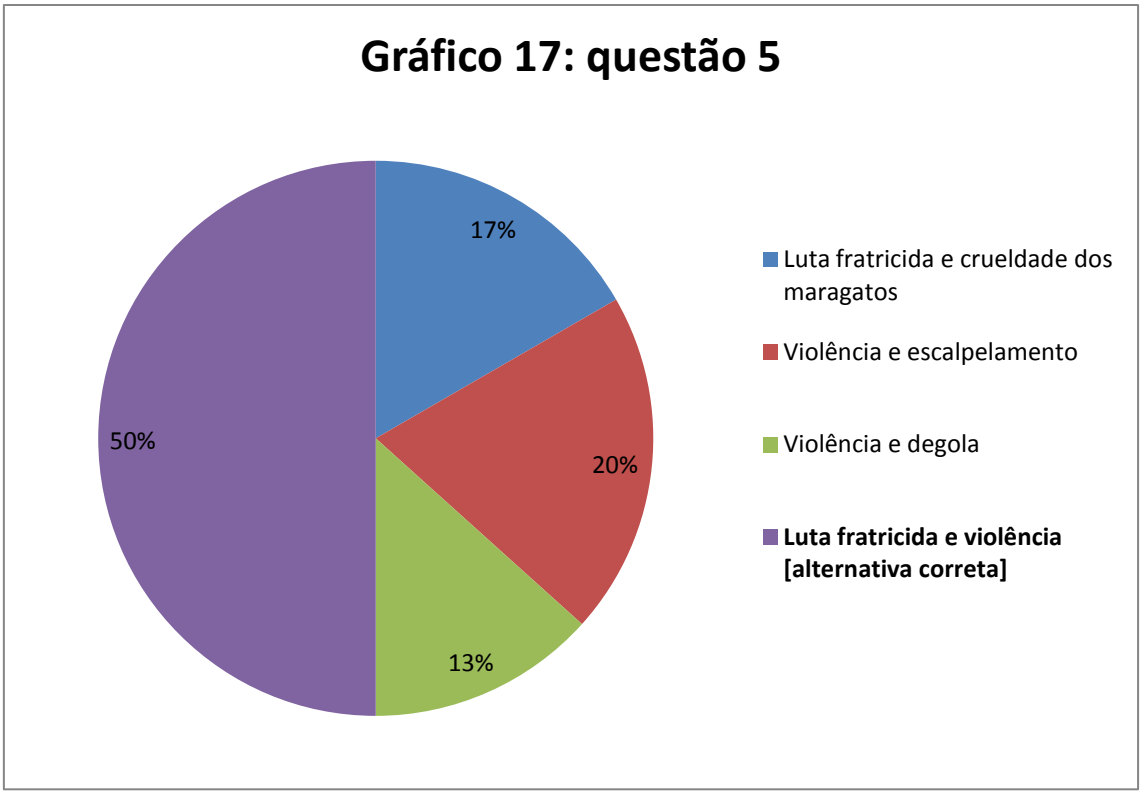
Grande do Sul, empreendida por Júlio de Castilhos de um lado e o presidente da república do outro, e a alternativa sobre a neutralidade do governante brasileiro, não foram escolhidas por nenhum aluno, o que demonstra o efetivo entendimento geral da turma sobre os elementos e grupos políticos constituintes da Revolução Federalista e o envolvimento do governo central do país na contenda.

A questão 4, caracterizada como **complexa**, dizia respeito às teorias correntes em fins do século XIX: *"Eu não encaro uma revolução como as guerras internacionais em que as batalhas decidem num momento o direito do mais forte. A revolução é um protesto do povo contra o seu governo. Sou médico e médico de pobres, portanto tenho visto mais enfermos do que os de meu tempo e comparo a nossa terra a um enfermo. Qual a moléstia? A revolução. Qual a causa? O governo" (DOURADO, 1977, p. 13).* A reflexão questionava: "**a analogia entre Revolução Federalista e enfermidade remete à sua formação como médico, mas também diz respeito a qual característica de pensamento, de forte influência em grande parte dos federalistas?"**



Aqui a curva do erro se manifesta em virtude de haver elementos presentes na luta dos federalistas, contrários à constituição imposta por Júlio de Castilhos, e também pelo empenho destes em derrubar seu governo. A opção D, “constitucionalismo”, foi a apontada por mais da metade da turma (53%) como sendo a correta, e se justifica em ser o constitucionalismo parte do liberalismo (e não o contrário), mas que torna compreensível a escolha. Tanto Dourado quanto a maioria dos federalistas seguem os princípios liberais, a resposta correta, apontada como tal por 25% dos alunos. Apesar do erro, a linha de raciocínio e entendimento dos alunos sugere uma compreensão global dos elementos em disputa e dos objetivos macros da guerra civil, ainda que as ideologias não tenham sido relacionadas de maneira satisfatória. Outro fato que chama nossa atenção é a presença do socialismo na terceira posição, ele que sequer foi citado em aulas ou verificado em qualquer corrente federalista ou legalista, mas que muito provavelmente por seu caráter revolucionário, apareceu como escolha de 17% dos discentes, enquanto o anarquismo, também não citado em nenhum momento como parte do ideário federalista, aparece com 5% das respostas dadas.

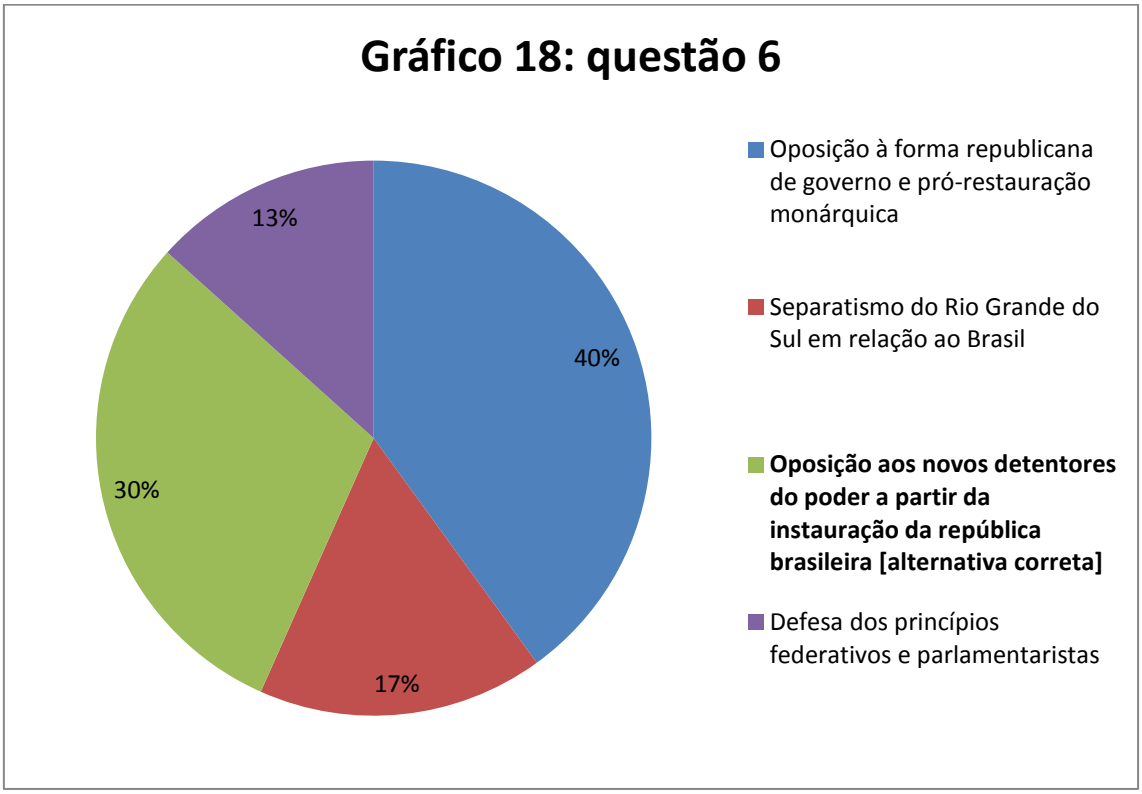
A **questão 5** apresentava dois trechos de *Voluntários*, pedindo aos alunos associarem os elementos normalmente imputados à Revolução Federalista: *a) “Aqueles que a fatalidade colocou como instrumentos dos déspotas, aqueles que a convicação opôs a nós julgando ser nobreza matar a quem clama por direito, aqueles que derramaram o sangue precioso no campo de luta, ou que expunham a vida como nós, eu só tenho a dizer: irmãos, o mesmo sol nos aclarou as retinas ao respirarmos as primeiras ondas dos ares pátrios. O destino vos fez inimigos. Fostes cruéis, tivestes a crueldade de Caim, mas sofrestes como nós” (DOURADO, 1977, p. 422),* e *b) “Aqui como em toda a parte, a tortura, tudo que a crueldade pode conceber, tem sido posto em prática. O capitão Chachá Pereira, a quem o sr. Julio de Castilhos encarregou de legalizar esta região, tem sabido cumprir as ordens dele. Uma das vítimas foi um pobre moço da raça alemã, a quem ele inflingiu tantos castigos corporais que perdeu quase toda a pele...” (DOURADO, 1977, p. 60),* questionava: “**os trechos referem-se, respectivamente, à quais aspectos geralmente associados à Revolução Federalista?"**



Em mais uma questão que consideramos como **simples**, metade da turma respondeu corretamente como sendo elementos geralmente associados à guerra civil de 1893-95 a luta fratricida e o fator violência. Em seguida, com 17%, aparece a resposta que inclui a violência e o escalpelamento, embora esta última não fosse prática relacionada à Federalista, ao contrário da degola, sempre a mais evidente quando se menciona o conflito, e que teve a menor das citações, apenas 13%, e aqui podemos considerar a superação do senso comum no que diz respeito à ligação desta prática com a Revolução Federalista como "a guerra da degola". A relação menos provável – afinal o texto foi escrito por um federalista (maragato) – a opção A foi a terceira mais escolhida, com 17% das respostas.

A **questão 6**, que fez alusão a um princípio de ação dos federalistas, destacou o seguinte trecho: *"Enfim, lhe disse eu, o meu pensamento é o seguinte: se esses homens que assassinam e roubam em nome da república, persistem em nos mandar matar, em vez de se levantar a bandeira da separação do Rio Grande, como pensam uns poucos que julgam que a nação é a culpada da perversidade de uns poucos rio-grandenses, eu preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia" (DOURADO, 1977, p.*

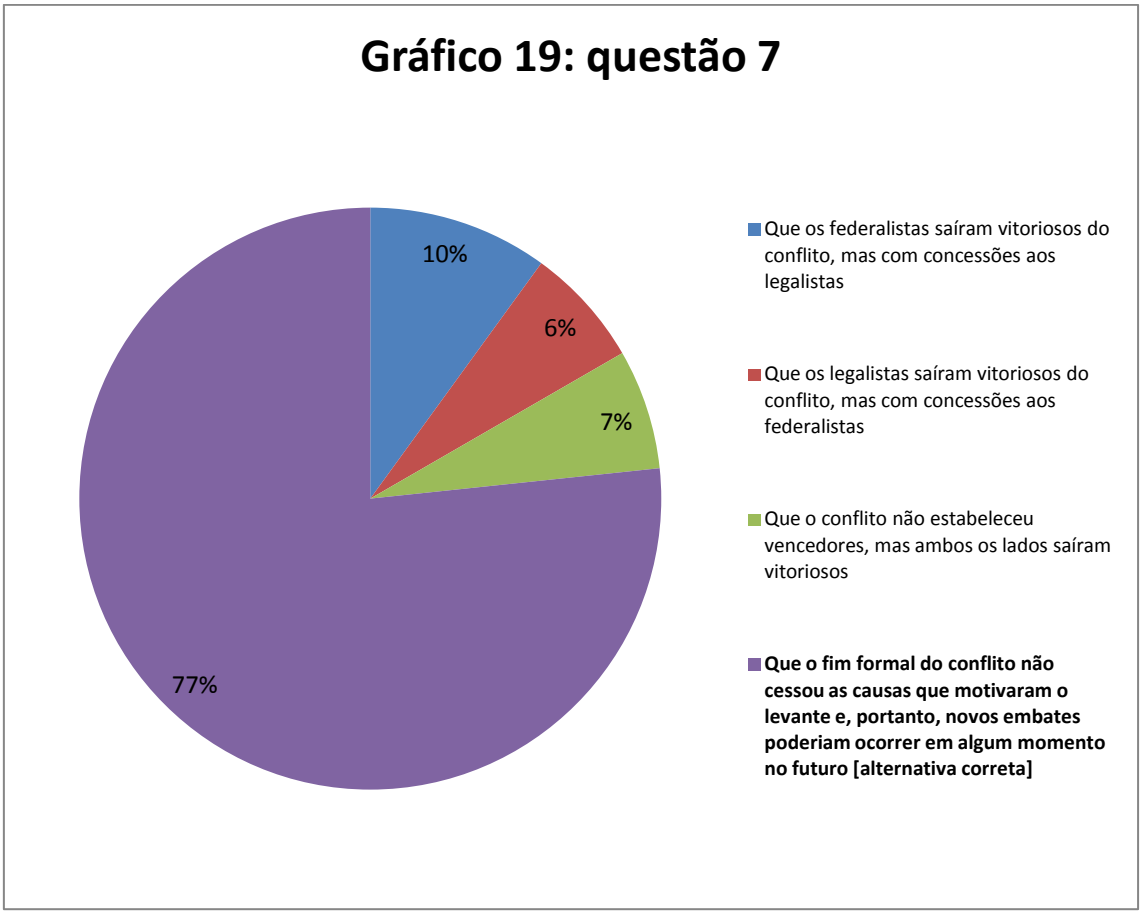
13). Queríamos saber: **o trecho acima refere-se a que princípio defendido pela maioria dos federalistas?**



Classificada como **complexa**, esta questão apresentou uma curva de erro esperada. Mais uma vez, assim como na questão 1, o índice de percepção dos federalistas como monarquistas/restauradores é evidenciado através das respostas dos alunos, com destaque para que a maioria das respostas assim identificou-os como tal (40%). A resposta correta, embora não tão longe, identificou os federalistas como partícipes da oposição aos novos detentores do poder a partir da instauração da república, em 1889, com 30% das escolhas. O separatismo, nunca aventado em nenhuma significativa manifestação ou documento do lado federalista, aparece com 17% das respostas, enquanto a defesa dos princípios federativos e parlamentaristas, resposta que seria natural entenderem como correta (ainda que não evidenciada no excerto apresentado), obteve o menor índice, apenas 13%.

A questão 7, de natureza **simples**, explorava uma das conclusões de Voluntários: *"Estará ela feita, esta paz tão desejada pela nação que via correr o sangue de seus filhos sem que pudesse dizer aos que a reduziram ao papel de*

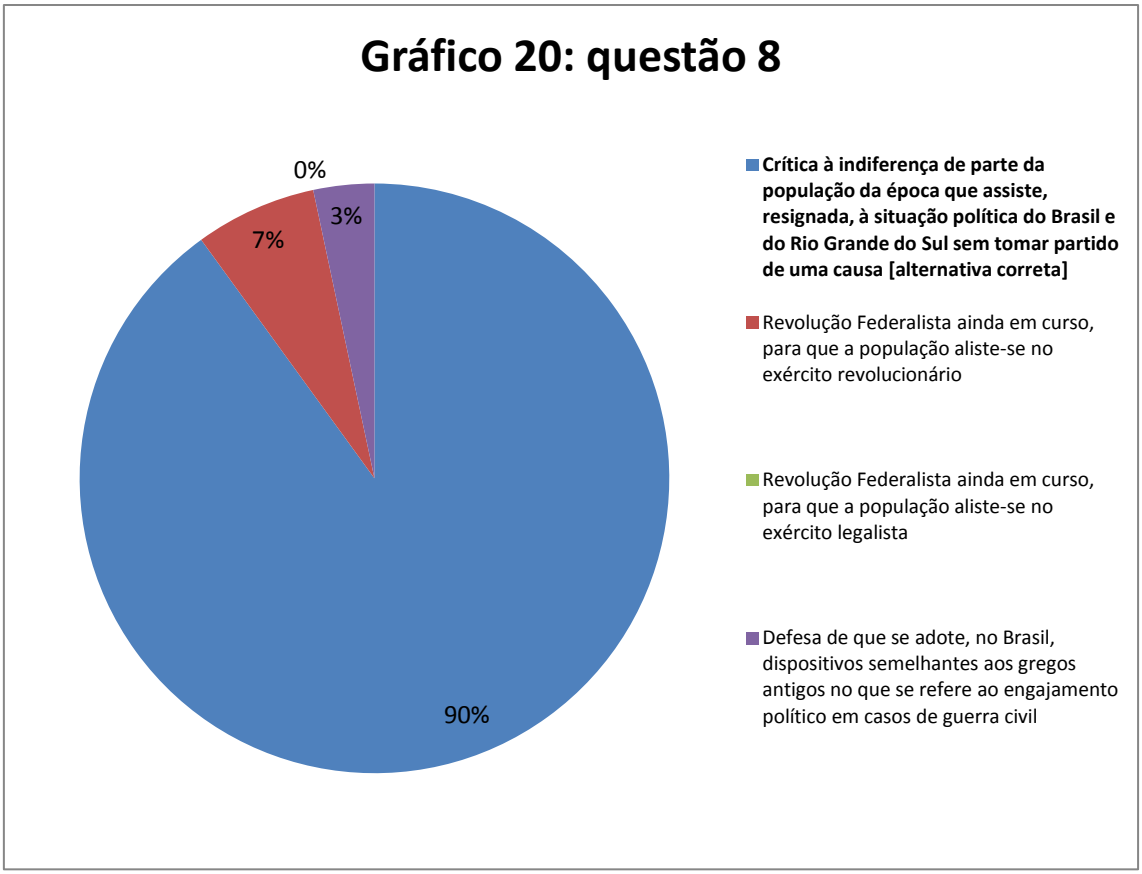
mãe desolada, que fizessem cessar tais horrores? Esta paz tão desejada por todos os espíritos sãos em qualquer ponto do universo onde chegava a notícia dessa neurose sui generis que apoderou-se dos dominadores do Brasil quando só a razão devia ser árbitro entre os contendores? Estará feita esta paz tão necessária à vida e conservação da nacionalidade? O ato do general Galvão não será somente um armistício por tempo mais ou menos limitado? As leis que serviram de instrumento de opressão foram abolidas ou modificadas?" (DOURADO, 1977, p. 419). A pergunta era: **"através do trecho acima, escrito nas conclusões de "Voluntários do Martírio", já em 1896, podemos apurar:"**



Confirmou-se nesta questão também o seu caráter **simples**, pois a ampla maioria das respostas foi correta (77%), evidenciando a plena consciência de que o final da Revolução Federalista não cessou as causas que a provocaram, e que um novo levante poderia ocorrer em algum momento do futuro, como previa o autor. A segunda alternativa mais citada, de que os

federalistas saíram vitoriosos do conflito apesar de fazerem concessões aos legalistas teve 10%, ainda que os revoltosos não tenham sido os vencedores. Também 7% da turma considerou que a guerra não teve vencidos, e ambos os lados saíram vitoriosos, e 6% afirmou que os legalistas saíram vitoriosos, embora tendo feito concessões aos federalistas.

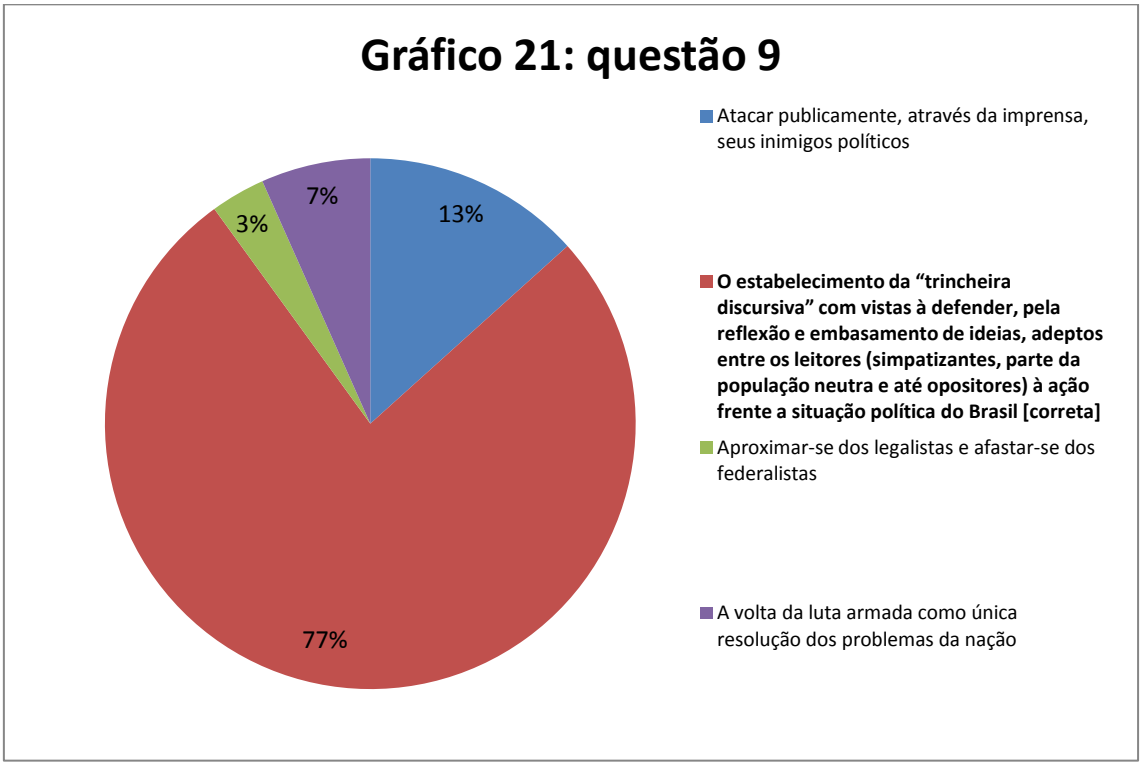
A **questão 8**, mais uma considerada **simples**, fazia referência ao pós-guerra, e utilizava-se dos excertos oriundos das crônicas de Dourado no Echo do Sul: *"As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes. Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão. [...] As guerras civis que encontram uma parte da população "indiferente" ou "neutra" se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatrizara" (ECHO DO SUL, 11/1/1899, p. 1).* Queríamos saber**: "o trecho acima faz parte da coluna intitulada "Alerta", publicada no jornal rio-grandino "Echo do Sul" no começo de 1899. Faz alusão à:"**



Em um dos mais expressivos índices de acerto geral da turma, 90% dos discentes apontaram como correta a alternativa A, ou seja, que a crítica do médico baiano era destinada à indiferença de parte da população da época que assistia, resignada, à situação política do Brasil e do Rio Grande do Sul sem tomar partido de uma causa. Das outras alternativas eleitas, obteve 7% a que refere à uma revolução ainda em curso (mesmo tendo sido informado que o texto era de 1899 e o bloco ser nomeado "o pós-guerra") e 3% escolheram a alternativa que se referia a Dourado defender, no Brasil, dispositivos semelhantes aos gregos antigos no que se refere ao engajamento político em casos de guerra civil. A alternativa C, que afirmava estar a Revolução Federalista ainda em curso, e que o apelo era para que a população fosse alistada no exército legalista, não foi escolhida por nenhum aluno.

A **questão 9**, também considerada **simples**, trazia trecho da segunda crônica intitulada *Alerta*, publicada no *Echo do Sul*: *"Para muitos, ser adversário político, ou em ideias, é ser inimigo; para outros, o adversário é apenas um êmulo, um auxiliar. Para mim, o adversário é uma força oposta que, tendendo para o mesmo fim, isto é, para o interesse comum da pátria, equilibrando-se*

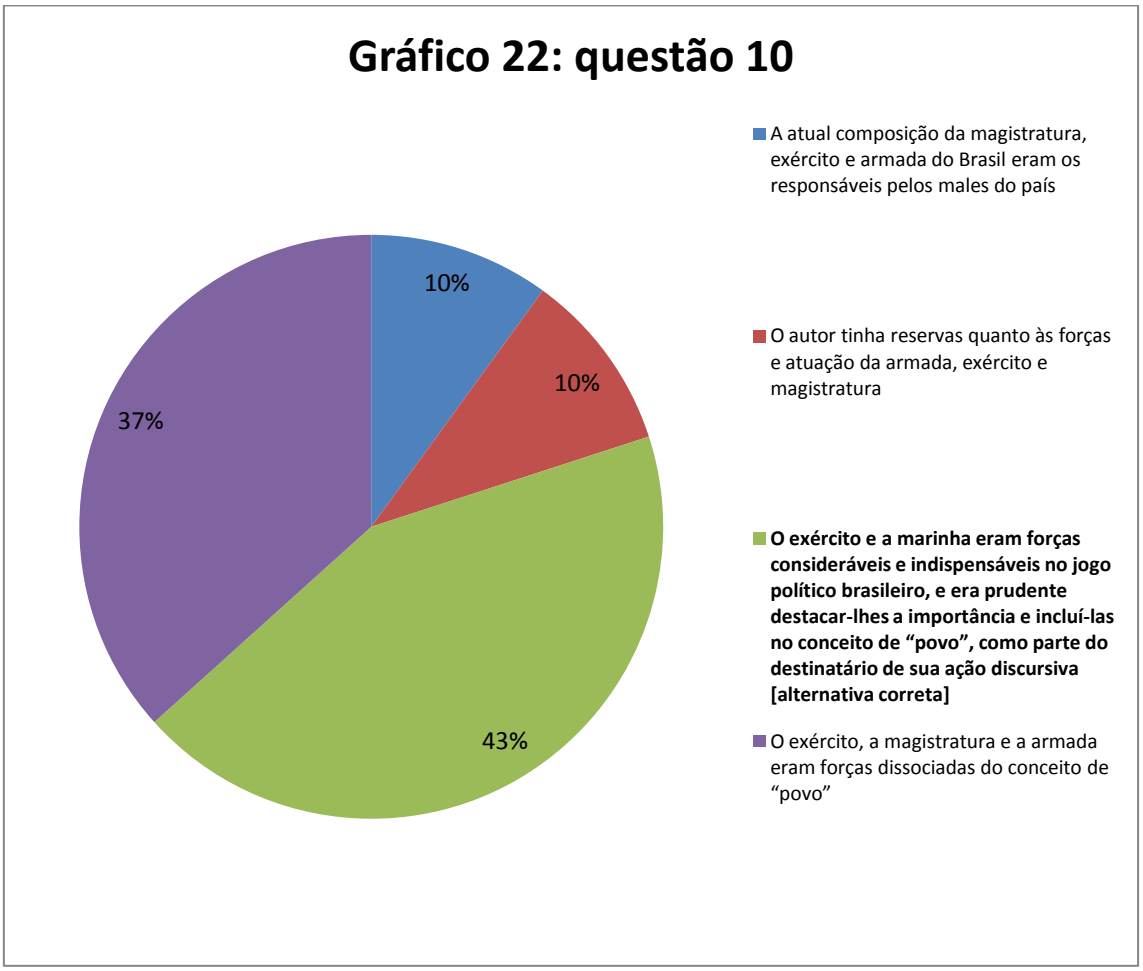
pela resistência nos eleva, e embora divergindo em formas e meios, os adversários chegam ao mesmo fim, guiados pelo mesmo ideal – a grandeza da nacionalidade, sua honorabilidade; guarda, com o mesmo zelo com que guarda-se a honra da família, que o soldado e o cidadão, que a compreendem, sabem defender, a troco da própria vida, sem um lamento, sem uma queixa, porque reconhecem que nesse sacrifício sublime o homem se eleva em si mesmo quando se julga, e quando no íntimo da sua consciência compreende a grandeza de seu ato. Neste caso, as opiniões políticas são como vidros que resguardam, contra os ventos, a lâmpada do farol, mas seja qual for a cor de suas tintas, são sempre bastante transparentes para deixarem ver a luz que indica o porto desejado, ou a escolha a evitar. [...] a esses homens que amam a esta pobre pátria, que leiam as linhas que pretendo escrever em seguimento. [...] O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males. Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país" (ECHO DO SUL, 12/1/1899, p. 1). Com base no texto, enunciamos: **“o trecho da segunda coluna intititulada ‘Alerta’, trata do começo de uma série de reflexões do autor, cuja característica percebida acima destaca:”**



A alternativa que destacava o estabelecimento da “trincheira discursiva” com vistas à defender, pela reflexão e embasamento de ideias, adeptos entre os leitores (simpatizantes, parte da população neutra e até opositores) à ação frente a situação política do Brasil recebeu expressivos 77% de respostas dos alunos, configurando a compreensão por parte dos discentes do conceito de “trincheira discursiva” nas manifestações escritas de Dourado, em mais uma questão com elevado índice de acertos. A segunda opção mais mencionada, atacar publicamente através da imprensa seus inimigos políticos, apesar de não estar completamente errada, se afastava da menção ao conceito anterior, e teve 13% de indicações. A outra alternativa, que defendia a volta da luta armada como única resolução dos problemas da nação, mesmo não sendo citado no trecho, totalizou 7% das respostas. A última, sem qualquer aproximação possível com o excerto apresentado ou com o discurso de Dourado (aproximar-se dos legalistas e afastar-se dos federalistas), recebeu 3% de indicações.

A **questão 10**, considerada como **simples** em nosso grau de complexidade, fazia referência a um tema recorrente nos escritos do médico baiano: o exército. Neste trecho selecionado, apresentamos uma reflexão prévia a respeito da reflexão do autor sobre o conceito de “povo”: *“Convém ainda, antes de entrarmos no assunto, fazermos uma declaração para evitarmos intercorrências e parênteses. O assunto demonstra que muitas vezes, ou continuamente, teremos de falar no Povo, porque é ao Povo que nos dirigimos. Esta designação abrange a família brasileira. Civil ou militar, juízes ou clero, milionários ou proletários, todas estas corporações ainda se unem no Brasil por laços mui constritos. [...] Portanto, só faremos referência à magistratura, ao exército ou à armada quando tivermos de ocupar-nos de assunto referente à profissão; no mais, só nos referiremos ao povo que compreende felizmente todas as classes no Brasil. Felizmente, porque a triste da nação onde essas classes se distanciam, e mais triste ainda, da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegram ao povo, ou o oprimem“ (ECHO DO SUL, 13/1/1899, p. 1).* Foi solicitado aos alunos: **"na terceira coluna intitulada “Alerta”, o autor principia o texto enfatizando a ressalva de designação de**

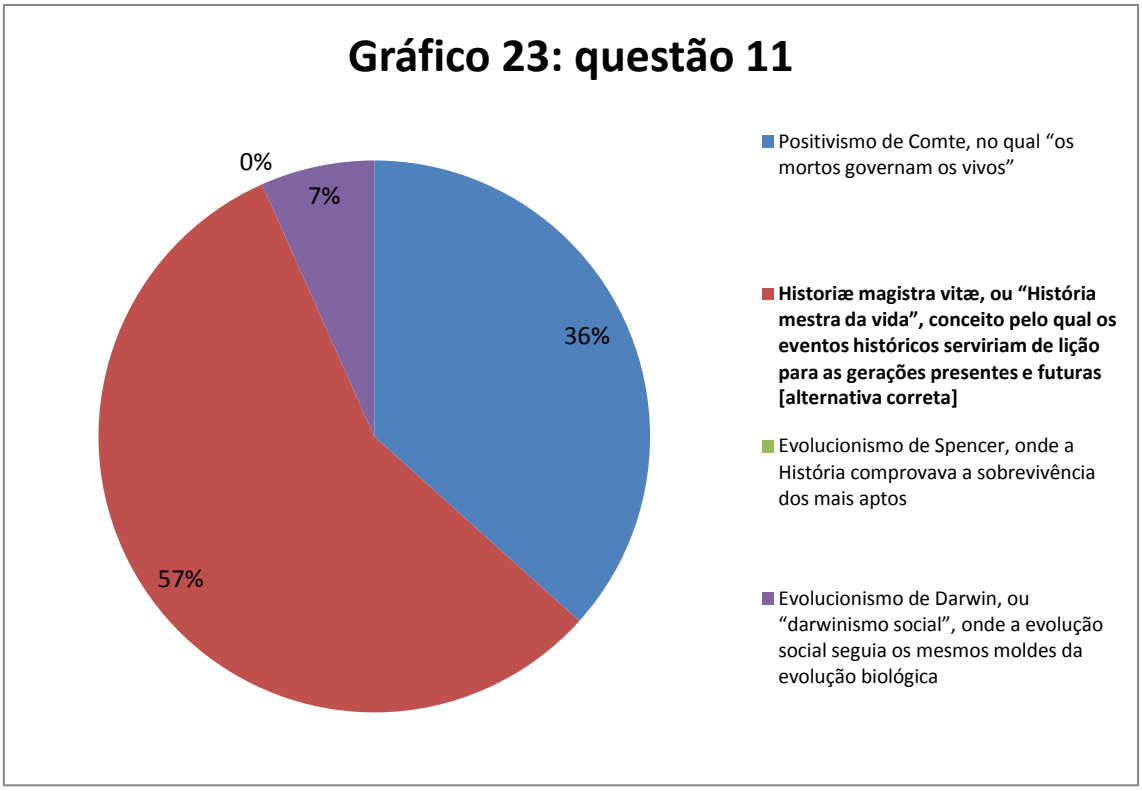
povo. Com este esclarecimento prévio, podemos identificar que:"



Temos um índice maior de acertos do que de erros nesta questão, ainda que as margens entre a resposta correta, que afirmava que o exército e a marinha eram forças consideráveis e indispensáveis no jogo político brasileiro, e era prudente destacar-lhes a importância e incluí-las no conceito de "povo", como parte do destinatário da ação discursiva de Dourado (43%) e a resposta errada com maior número de escolhas (37%), seja pequena (6% de diferença entre ambas). Destacamos que, no excerto, o autor não afirma que o exército, a magistratura e a armada eram forças dissociadas do conceito de "povo", ao contrário, cita textualmente estas forças como agregadas ao conceito. O elevado número de respostas da alternativa D sugere que este grupo optou pelo que seria óbvio considerar estes três elementos, constitutivos da elite da sociedade da época (e ainda hoje representantes de tal categoria) serem geralmente dissociados do que atualmente se entende por povo, no sentido

massificado, das camadas populares, do termo. As duas últimas opções em número de escolhas, que diziam respeito a atual composição da magistratura, exército e armada do Brasil como responsáveis pelos males do país e a que autor tinha reservas quanto às forças e atuação daquelas forças, receberam 10% de preferência cada.

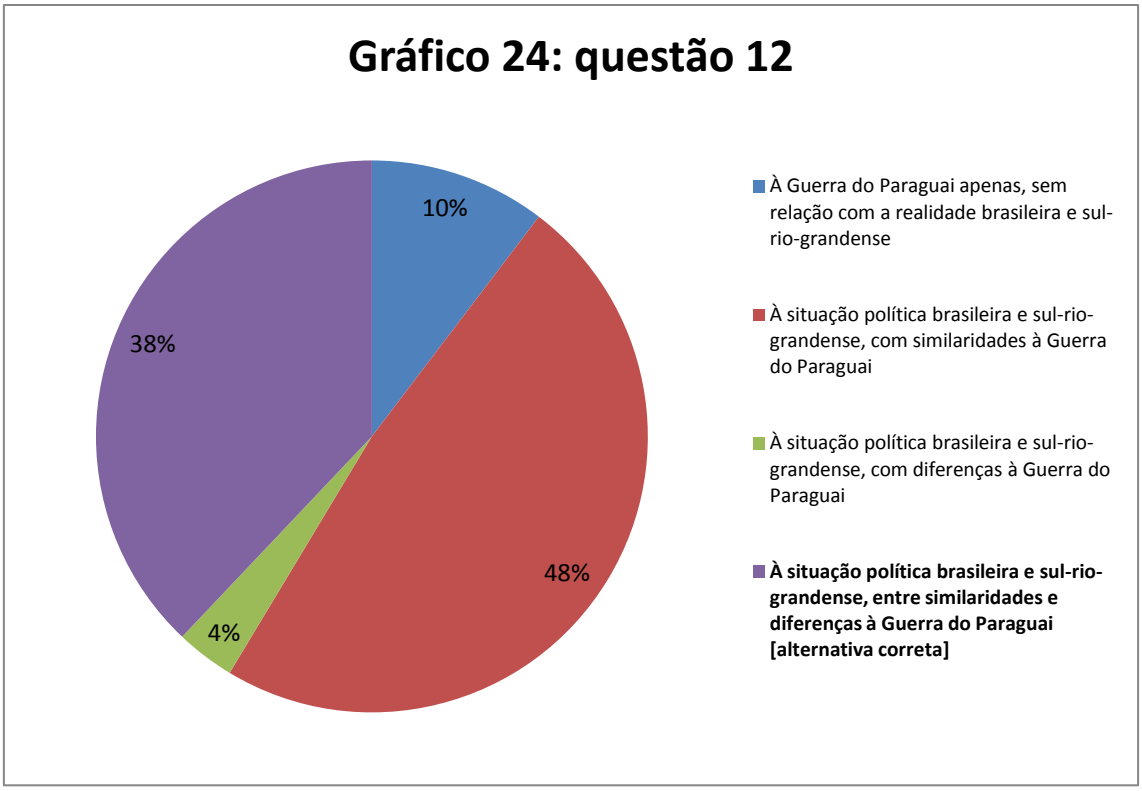
A **questão 11**, **complexa**, discutia o uso da história como recurso discursivo e exigia um entrecruzamento maior entre texto e arcabouço conceitual do aluno. O excerto dizia: *"Roma conquistou o mundo; a ambição de César criou o sistema dos imperadores que para viverem precisavam trazer o povo romano sob jugo de servos, sob o alfanje dos algozes. Para sustentarem-se os Césares de facções, lançaram mão dos bárbaros conquistados; os bárbaros vingaram-se de Roma, que os romanos corrompidos pelos negócios, fazendo da política comércio, não puderam mais defender. As nações que têm povo, que têm filhos, que amam mais a pátria do que o luxo e a preguiça, sempre triunfam ou nunca morrem. Aí está a Polônia. As potências dividindo-a, impondo-lhe até o esquecimento da própria língua, não conseguem matá-la; e a esperança a anima de um dia voltar a ser o que foi. O povo brasileiro se adormece, se continua a dormir, verá em pouco o Brasil reduzido à sorte da Polônia. A luta, a vingança, a destruição do sangue dos causadores de tais desgraças, não poderão refazer esse colosso que só a abnegação, a previsão, o patriotismo que aliena o capricho, o ódio, o interesse dos governos, pode dirigir; mas que, se esses governos só pensam no interesse próprio, e no ódio ou amizades pessoais irremediavelmente há de morrer" (ECHO DO SUL, 13/1/1899, p. 1).* Com base no trecho, perguntamos**: "o uso da história como recurso discursivo, especificamente o destacado no escrito acima e considerando seu autor, manifesta qual posição ideária comum da intelectualidade brasileira do período?"**



O conceito de "história mestra da vida", pelo qual os eventos históricos serviriam de lição para as gerações presentes e futuras era a alternativa correta e recebeu a maioria das escolhas dos alunos, com o percentual de 57%. Em seguida aparece o positivismo comtiano, segundo o qual "os mortos governam os vivos", com 36%. Tal escolha, apesar de dissociado do ideário federalista e não manifestado no excerto apresentado, leva-nos a crer da associação simples que é feita entre a Revolução Federalista e a influência do positivismo naquele período, apesar de ser inspiração para os castilhistas, e não dos federalistas como Dourado. A alternativa que citava o evolucionismo de Darwin, segundo o qual a evolução social seguia os mesmos moldes da evolução biológica foi a eleita por 7% dos alunos, e também se explica por ser uma teoria em voga em fins do século XIX, embora não manifestada também no trecho que antecedeu a pergunta. O evolucionismo de Spencer, por sua vez, não recebeu nenhuma marcação por parte do alunos.

A **questão 12**, também **complexa** pois demandava maior esforço interpretativo a partir do excerto, dizia: *"Lopez sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul. Era o sonho*

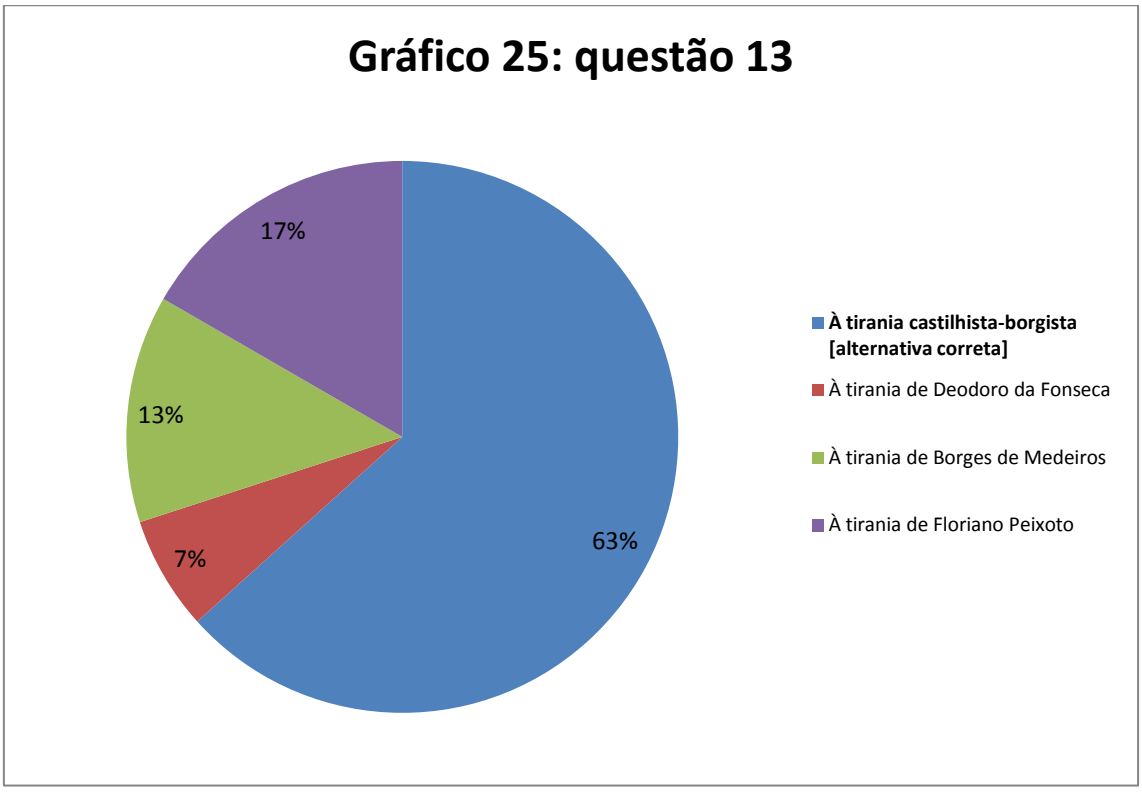
grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens. Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo. Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia Lopez, o colosso do Cruzeiro. Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal. Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento. Os homens que se opunham moralmente a isto 'eram seus inimigos' e sujeitos às mesmas penas. Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes. Lopez, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia" (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1). Pedimos para o aluno situar a que se referia Dourado nessa escrita, a partir da pergunta, **"o trecho acima refere-se:"**



A alternativa correta, que afimava o texto de Dourado dizia respeito à situação política brasileira e sul-rio-grandense, entre similaridades e diferenças (aproximações e distanciamentos) à Guerra do Paraguai, teve 38% das menções, enquanto a maioria apontou somente similaridades entre o conflito sul-americano e a situação política brasileira e sul-rio-grandense, desconsiderando o fato de que Lopez, "não podendo fugir, morreu como valente", enquanto "os outros" (referência aos castilhistas) "vivem confortavelmente em seus palácios..." ou seja, em franca oposição, ou diferenciação, da situação paraguaia à brasileira e sul-riograndense, apesar de haver também similaridades. Talvez a extensão da questão tenha colaborado para dificultar o entendimento, sutilmente diferenciado entre cada alternativa. Nas outras duas alternativas restantes, 10% das respostas apontavam para uma dissociação completa frente à realidade brasileira e sul-rio-grandense, e apenas 4% viram apenas diferenças entre a Guerra do Paraguai e à situação do país e Estado.

Na **questão 13**, ainda mantemos o foco nas associações entre os eventos da Guerra do Paraguai e o presente do autor, e compara a tirania de Lopez à sua correspondente no Brasil: *"Lopez sonhava com uma coroa,*

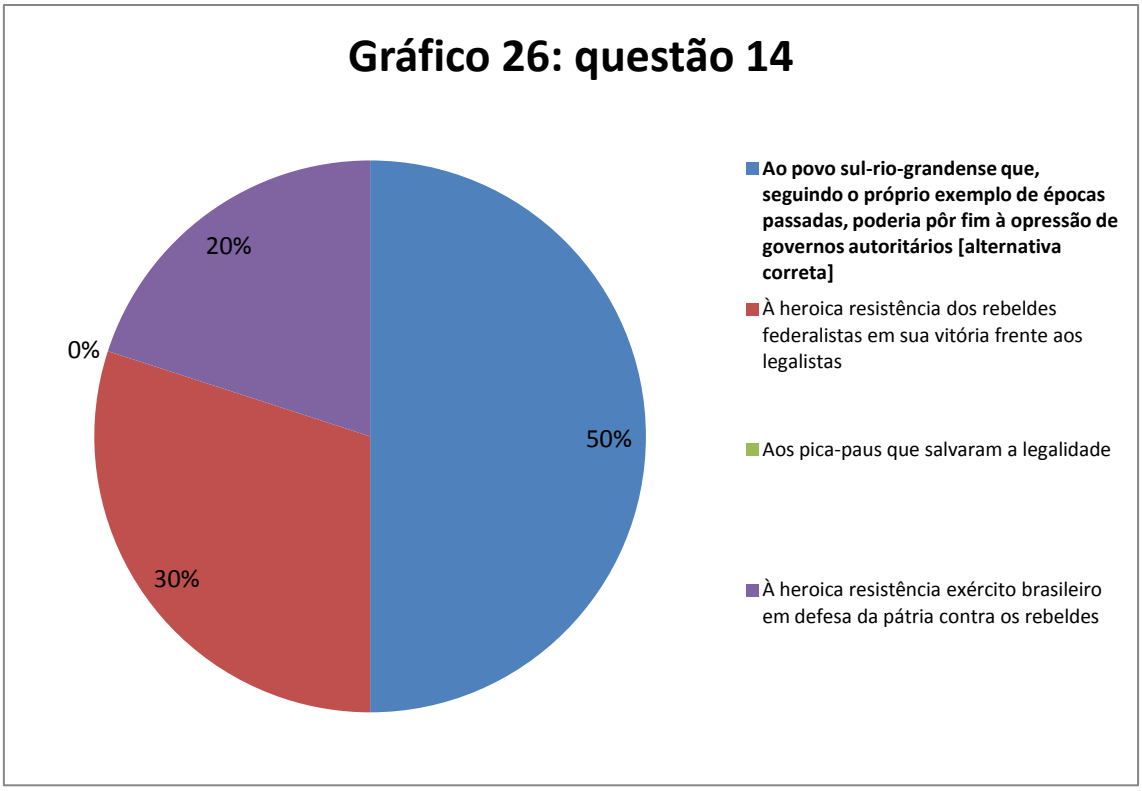
chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires. Era o cesarismo napoleônico posto em prática na América por um homem ignorante, nascido e criado nos quartéis de exército de escravos onde a tirania se impôs absorvendo todos os sentidos dos indivíduos, tornando os obedientes até a crueldade, como foi a de vergastar mulheres delicadas e irmãs do próprio monstro que tal mandava praticar; covardes a ponto de assassinar aos seus próprios irmãos, como os soldados de Alexandre, nas horas de embriaguez do chefe; como os bois que nas charqueadas arrastam os outros para o lugar onde devem ser mortos, a ponto de aparecerem heróis quando obedeciam as ordens do tirânico senhor" (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1). A pergunta foi: **"ao evocar a memória da Guerra do Paraguai, o autor apropria-se do sentimento de defesa patriótica e equipara Lopez à realidade política brasileira. Por associação, a quem/que o autor refere-se?**



De natureza **simples**, em nossa classificação, os alunos não tiveram dificuldade em apontar a tirania castilhista-borgista como alvo da comparação de Dourado, com 63% dos discentes respondendo desta forma, demonstrando

assimilação de que o sistema implementado por Castilhos basilava tanto sua atuação quanto a de seu sucessor, Borges de Medeiros. Outra associação também passível de entendimento, apesar de ser um alvo menor de Dourado, a suposta tirania de Floriano Peixoto foi citada em segundo lugar de acordo com o número de escolhas, com 17%. A comparação com o herdeiro político de Castilhos, Borges de Medeiros, também faz sentido se considerarmos que este assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 1898, portanto em exercício do cargo quando ocorreu a publicação do excerto em questão. A resposta sem relação com o período temporal, que fazia alusão ao primeiro presidente brasileiro, Deodoro da Fonseca, recebeu apenas 7% das respostas.

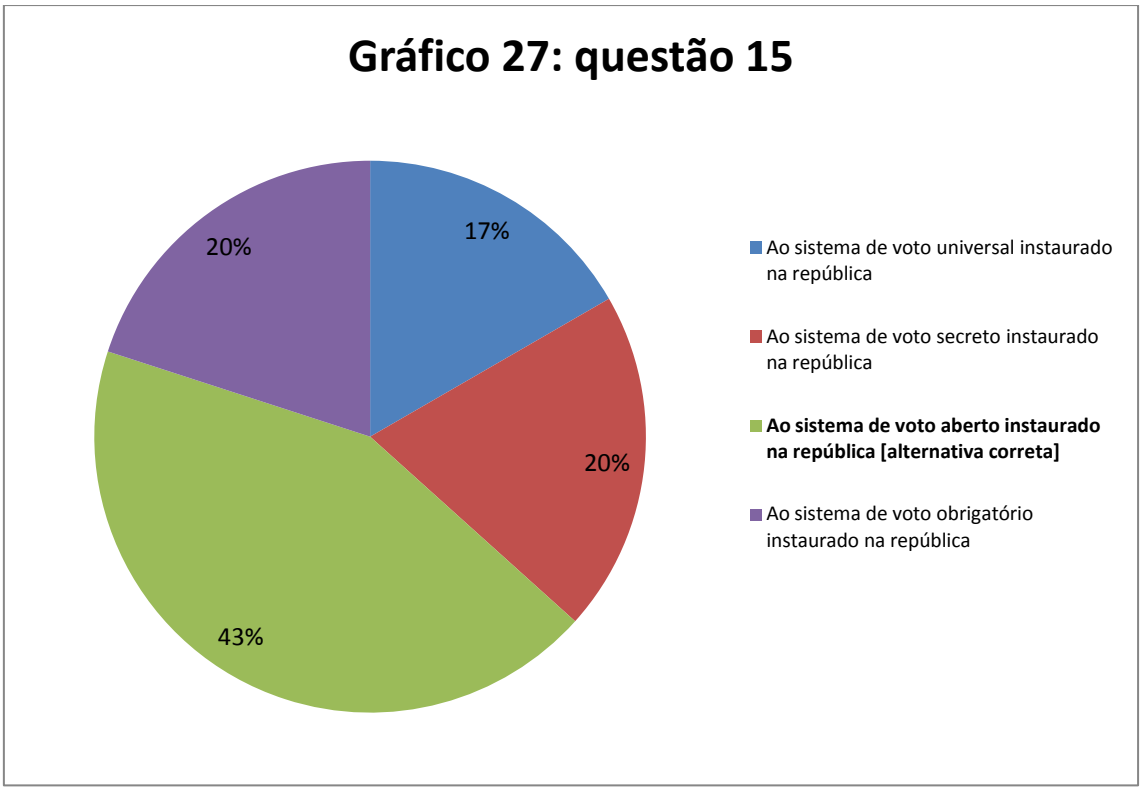
A **questão 14**, uma vez mais sobre a vinculação à Guerra do Paraguai, é de natureza **complexa**. Diz: *"O exército de Lopez, formado de homens que obedeciam à sua vontade, como por sugestão, era de 80 mil homens segundo Thompson, Resquine e Caballero; segundo Gloud, encarregado dos negros da Inglaterra, e Mastermann, compunha-se de cem mil homens. Os exércitos aliados eram compostos, de argentinos 11.500 homens, uruguaios, 1.680 homens, brasileiros, 33.000 homens, total 46.180. Os 30 mil brasileiros, dizimados pela metralha, pela peste, se reforçavam diariamente. Foram esses valentes, portanto, que formaram o corpo de heróis que em cinco anos, por esteros horríveis e matos intransitáveis, vadeando rios navegáveis a cavalo, fazendo navios navegar sobre o lodo, dar combates à forças de terra onde a largura do rio não permitia voltar senão navegando de popa; fazendo pontes através de banhados para nela passarem exércitos, e as águas sepultarem-nas logo depois, brigando nos matos como caçadores que seguem a pista de felinos, foram esses brasileiros que deviam escrever no século XIX a epopeia, que só na mente dos poetas se pintaram nos tempos heroicos da Grécia, ou nas cruzadas se pintariam se e elas tivessem sido sempre vitoriosas" (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1).* Pedimos que o aluno identificasse qual a evocação em destaque: **"o trecho acima, ainda em analogia à Guerra do Paraguai, evoca:"**



A maioria dos alunos, correspondendo a 50% das respostas, acertaram a questão, afirmando que o trecho fazia referência ao povo sul-rio-grandense que, seguindo o próprio exemplo de épocas passadas, poderia pôr fim à opressão de governos autoritários. A heroica resistência dos rebeldes federalistas em sua vitória frente aos legalistas foi escolhida por 30% da turma, enquanto 20% apontou a heróica resistência do exército brasileiro em defesa da pátria contra os rebeldes como sendo a resposta correta. Nenhum aluno escolheu como verdadeira a evocação aos pica-paus como salvadores da legalidade.

A **questão 15**, primeira do último bloco apresentado e cujos excertos passaram a ser extraídos de *A situação política do Brasil*, é de natureza **complexa,** pois somente pelo excerto não era possível ao aluno chegar à resposta, mas precisava conjugar o que informava o texto com conhecimento prévio do período, em especial ao sistema eleitoral brasileiro, com as críticas de Dourado. O excerto dizia*: "Prometem-lhes eleições; e não há quem não saiba que a melhor lei eleitoral é a maior das ironias, quando não há juízes para julgar. Para concorrer às urnas seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto neste sistema. Mas isto seria a*

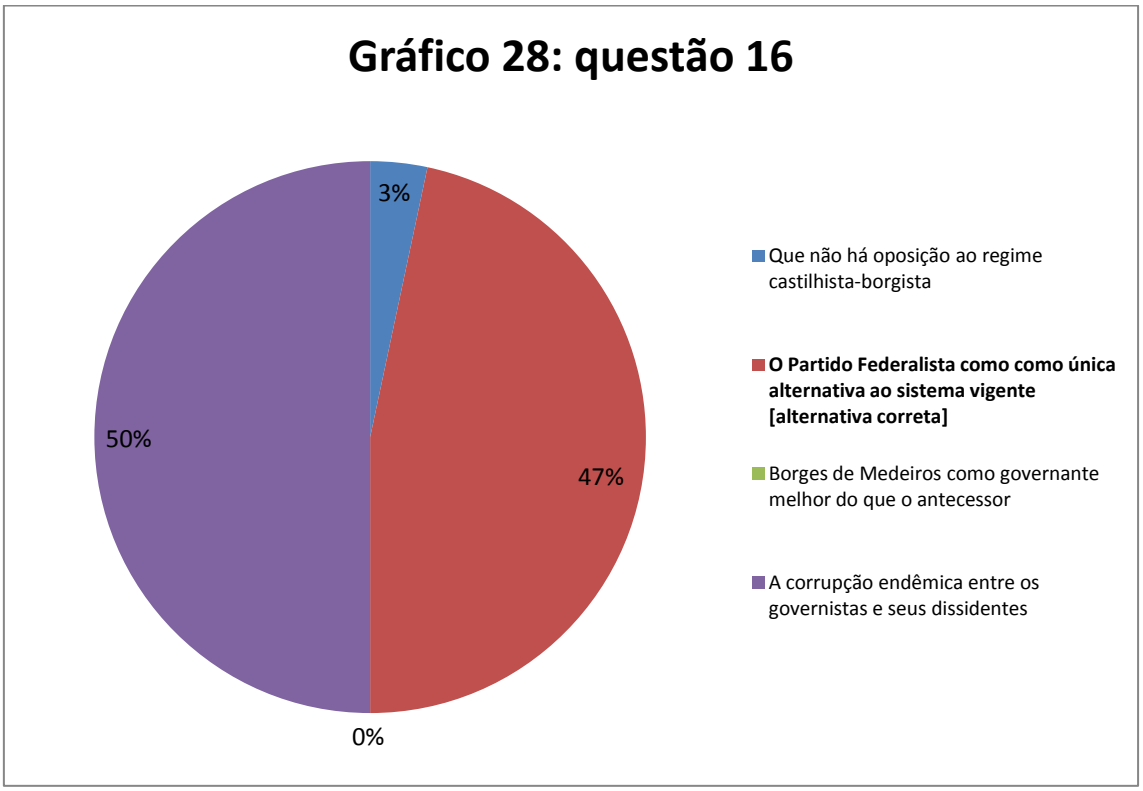
revolução, e o governo por motivo de salvação pública não permitiria eleições" DOURADO, 1905, p. 16). Indagamos: **"o trecho acima constitui crítica ao sistema eleitoral do período, acusado de perpetuar o regime vigente. Nele, o autor refere-se:"**



Entre as respostas, a alternativa que destacava a crítica de Dourado ao sistema de voto aberto instaurado a partir da proclamação da república foi a mais escolhida pelos discentes (43%), sendo esta a resposta correta, demonstrando que a percepção do chamado "voto a cabresto", possibilitado pelo sistema aberto e característica daqueles tempos, estava devidamente assimilado pela maioria dos alunos. Empatadas em segundo lugar em número de escolhas, as alternativas relativas ao voto secreto e voto obrigatório receberam 20% de afirmações cada, e em percentual próximo mas inferior, figurou entre a escolha de 17% da turma o sistema de voto universal instaurado na república.

A **questão 16** tratava de considerações sobre a política daquele momento em que o autor escrevia. O excerto dizia: *"Os federalistas [são os] únicos elementos de oposição ao governo, pois os outros que se desgostam*

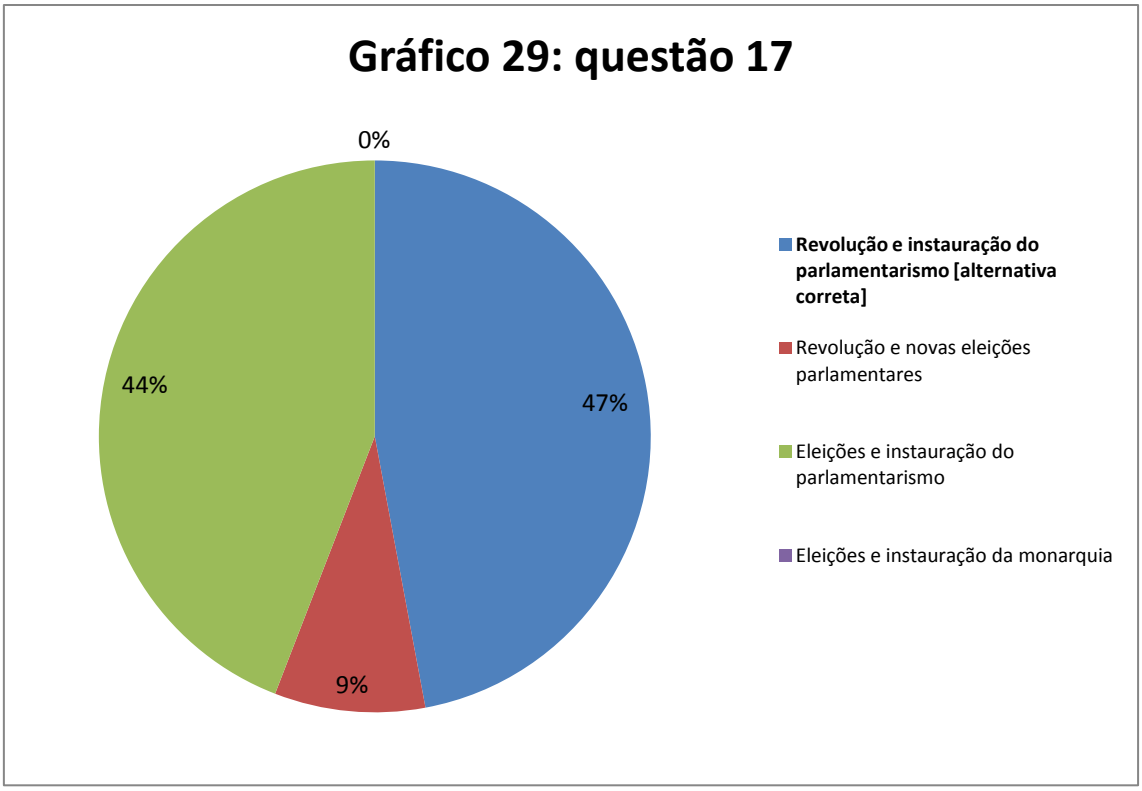
com a política do dr. Borges de Medeiros, apenas tem suspiros e gemidos de saudade pelo grande morto [Castilhos], que ao menos tratava-os com franqueza, ameaçava-os, punia-os (...) ostensivamente, para edificar isto que aí está; ao passo que o dr. Borges tudo promete-lhes, bate-lhes o ombro, nomeia-os chefes; mas se vem outro, o contrário, faz o mesmo" (DOURADO, 1905, p. 15). Assim, pedimos: **"com estas palavras, o autor defende:"**



Apesar de ser de natureza **simples**, as respostas apresentaram uma paridade entre duas respostas, sendo que a alternativa referente à corrupção endêmica entre os governistas e seus dissidentes constituiu ligeira maioria (53%) em relação à alternativa correta, que afirmava ser o Partido Federalista, nos dizeres de Dourado, como a única alternativa ao sistema vigente, com 47% das escolhas. A opção de que não havia oposição ao regime castilhista-borgista foi eleita como a correta por 3% dos alunos, e a afirmação de que Borges de Medeiros era apontado pelo autor como melhor governante que o antecessor Júlio de Castilhos, não teve nenhuma menção. Destacamos, nesta específica questão, uma possível influência do senso comum em nortear a escolha da maioria da turma, ao selecionar a alternativa que menciona a

corrupção, talvez relacionando-a ao seu presente e julgando ser possível que, sendo tema tão recorrente nos dias de hoje, este também fosse um problema de fins do século XIX no Brasil, ainda que Dourado não tenha mencionado em seus escritos a corrupção como um inimigo identificável ou passível de ser combatido pelos federalistas.

A **questão 17,** caracterizada como **complexa** em virtude das alternativas terem proximidade entre si e a seleção da resposta correta exigir uma atenta leitura do trecho citado por parte do aluno, dizia: *"Enganam-se os que governam povos, e que só se fiam nas suas brigadas, quando pensam que porque morreram tais e tais homens tudo está terminado. Assaz temos escrito que não são indivíduos que fazem revoluções, são os governantes. São eles mesmos que criam seus adversários, quando os homens de brio e patriotas que os seguem vêem como eles malbaratam o nome e o pundonor do seu povo; aniquilam suas tradições [...] E temos demonstrado que o caudilho que se faz herói lendário não é o que a presunção aponta. Ele nasce onde menos se espera; mesmo contra a vontade dos que se julgam únicos. [...] O outro, a única válvula que pode dar escápula a essa tensão, é o parlamento" (DOURADO, 1905, p. 59-60).* Os caminhos aos quais o médico federalista indicava foi o tema da questão: **"dois são os caminhos apontados pelo autor como soluções imediatas para a situação política brasileira, heranças diretas e indiretas do programa do Partido Federalista. São eles, respectivamente:"**



Houve nesta questão também uma proximidade entre duas respostas, tendo ligeira vantagem a opção correta, revolução e instauração do parlamentarismo como os caminhos possíveis para a solucionar a situação política brasileira, apontados por Dourado, com 47% dos alunos respondendo desta forma. Logo a seguir, com 44% das escolhas, a alternativa que cita as eleições e instauração do parlamentarismo, aparece como segunda mais assinalada, e indica a percepção da familiaridade dos alunos com o projeto federalista, defensores do parlamentarismo como forma de governo, apesar de não ser este o tema principal do excerto apresentado, bem como a alternativa revolução e novas eleições parlamentares, que obteve 9% das respostas, não completamente errada se o parâmetro de análise for o projeto federalista, mas ainda em desacordo com o texto apresentado. Na contramão de escolhas anteriores, onde a restauração monárquica era indicada como associável aos revoltosos, nesta questão ela não foi mencionada por nenhum aluno.

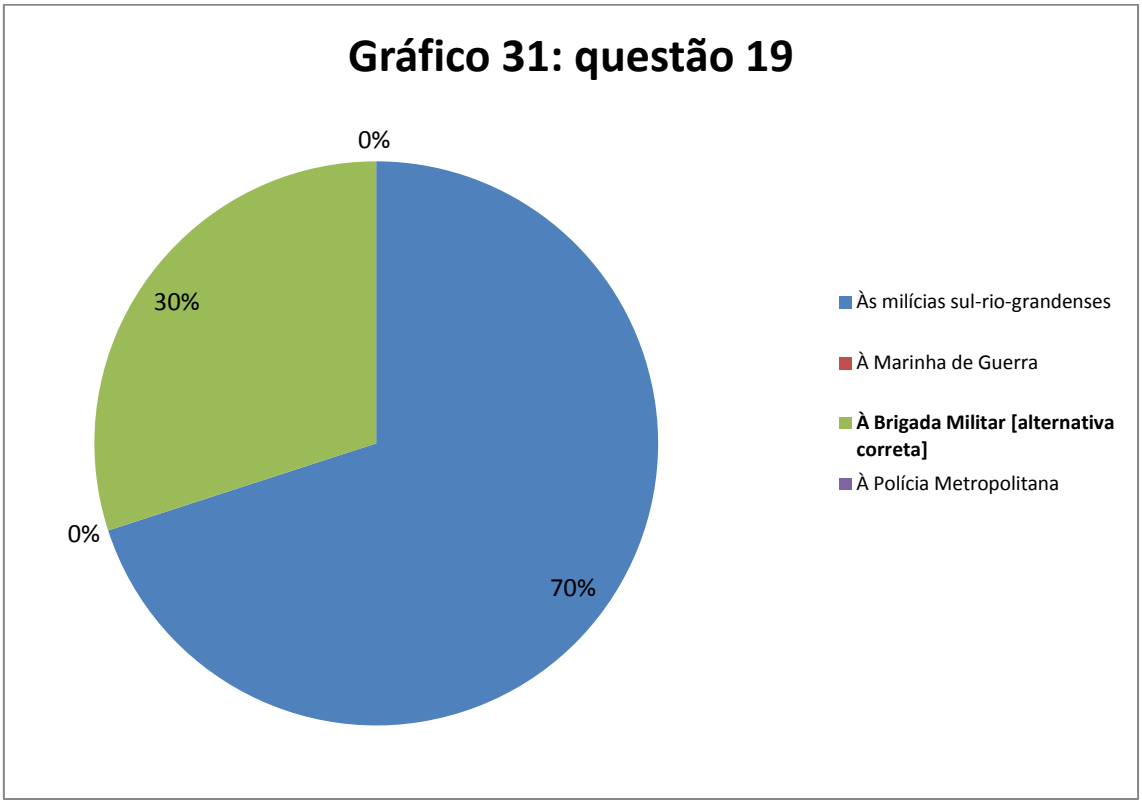
A **questão 18**, de natureza **simples**, retoma a discussão sobre o exército nos escritos do médico baiano. Diz: *"Retirar o exército da política dos partidos, não quer dizer retirá-lo da política do país. Nem se poderia compreender nos tempos modernos, uma corporação sobre que recai todas as*

grandes e urgentes necessidades do país, como instrumento apenas da vontade de outros, obedecendo as leis que se lhe impõe, donde surgiria a necessidade das discussões e protestos nos quartéis [...] as corporações armadas teriam direito de ocupar nos parlamentos nacionais, tantos lugares quantos as forças correspondessem no recenseamento eleitoral, aos civis. (...) A eleição para os militares obedeceria ao senso alto; cada oficial tendo direito a tantos votos quantos as suas etapas diárias [...]. Assim as forças armadas mandariam ao parlamento homens que buscassem defender os seus interesses gerais; iniciando os seus melhoramentos e vantagens, levando para lá uma ordem da sua corporação que devia defender" (DOURADO, 1905, p. 46-47). Pedimos aos alunos apontarem a proposta do autor, com referência ao tema e de acordo com o lido no excerto: **a proposta acima, sugestão política de Dourado, pretende:**

Sem maiores dificuldades de entendimento, a alternativa correta foi a indicada por 87% das respostas, compreendendo os alunos que Dourado pretendia, em relação ao exército, diminuir a influência das forças armadas na

política partidária, mas resguardando representação no parlamento como forma de obter apoio nos quadros militares para o programa federalista. Outras duas opções foram mencionadas, manter a ingerência do exército na vida política brasileira (7%) e aumentar essa ingerência (6%). Retirar totalmente os militares da política brasileira não foi escolhida por nenhum aluno.

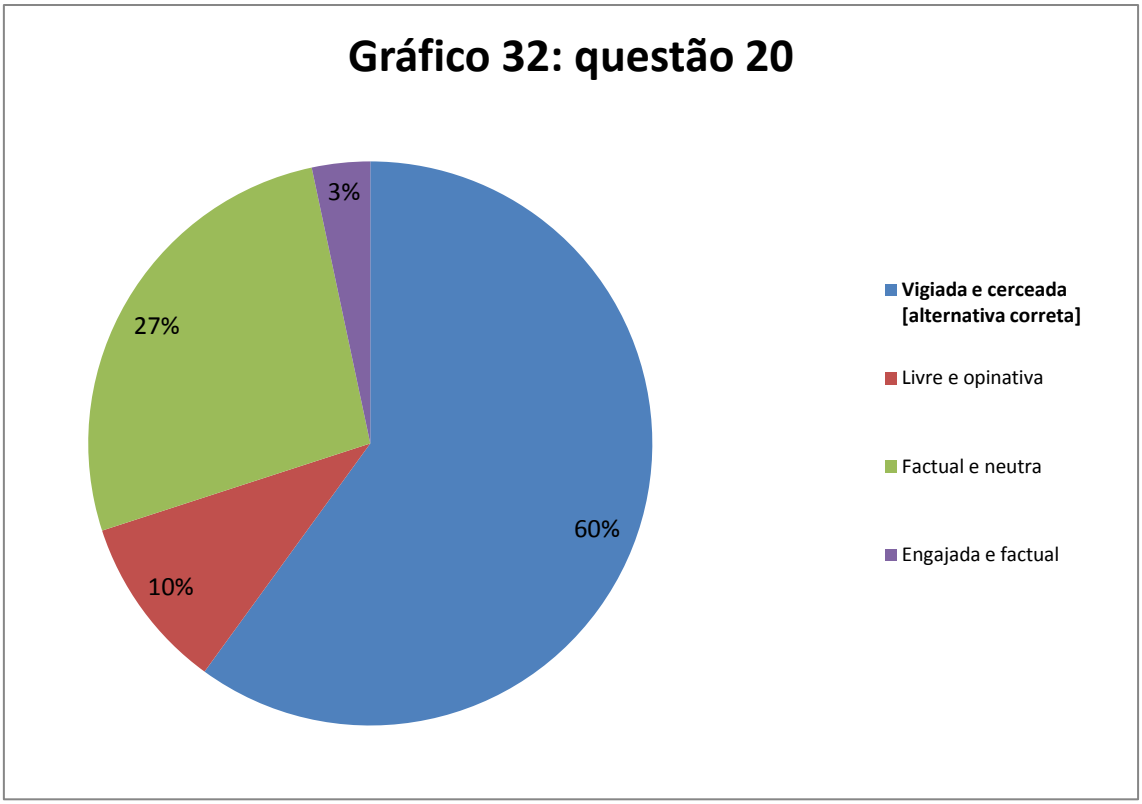
A **questão 19**, também de natureza **simples** de acordo com nossa classificação, apresentou particularidades não verificadas nas questões anteriores, a partir de um trecho pequeno retirado de *A situação política do Brasil: "Portanto, para que essas armas, esse excesso de armas, senão para poder o governo rio-grandense armar a patriotada, ou a guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do exército?" (DOURADO, 1905, p. 16).* Pedia a questão: "**o trecho acima refere-se ao armamento entregue a uma poderosa corporação de sustentação aos governos estaduais, em especial, no caso sul-rio-grandense, que teve destacado papel no fortalecimento institucional castilhista-borgista. Refere-se:"**



Apesar do caráter **simples**, o índice de respostas assinalando a

alternativa errada foi bastante superior à resposta correta. Afirmaram os alunos, em sua maioria (70%), de que a corporação que deu sustentáculo em especial ao governo sul-rio-grandense foram as milícias. Como se não bastasse a concordância sugerir que esta resposta estaria errada (corporação, no singular, contra milícias, no plural), milícias são agrupamentos informais, não associados ao aparato estatal castilhista. Esta também foi a única questão onde apenas duas alternativas foram selecionadas pelos discentes como resposta correta, e a alternativa que continha a resposta certa, com referência à brigada militar do Rio Grande do Sul, foi a escolhida pelos restantes 30% dos alunos. As alternativas relativas à marinha de guerra e polícia metropolitana não receberam menção. Sobre a curva do erro, e o que pode explicar a confusão neste caso específico, é o fato de que, no imaginário do aluno, era sabido de que “alguma força bélica” presente na Revolução Federalista era composta por milicianos. Entretanto, as tropas que eram constituídas majoritariamente por estes elementos, muitos deles convocados entre os serviçais dos senhores de estância (compondo forças irregulares de guerrilha) eram as dos federalistas e não dos legalistas.

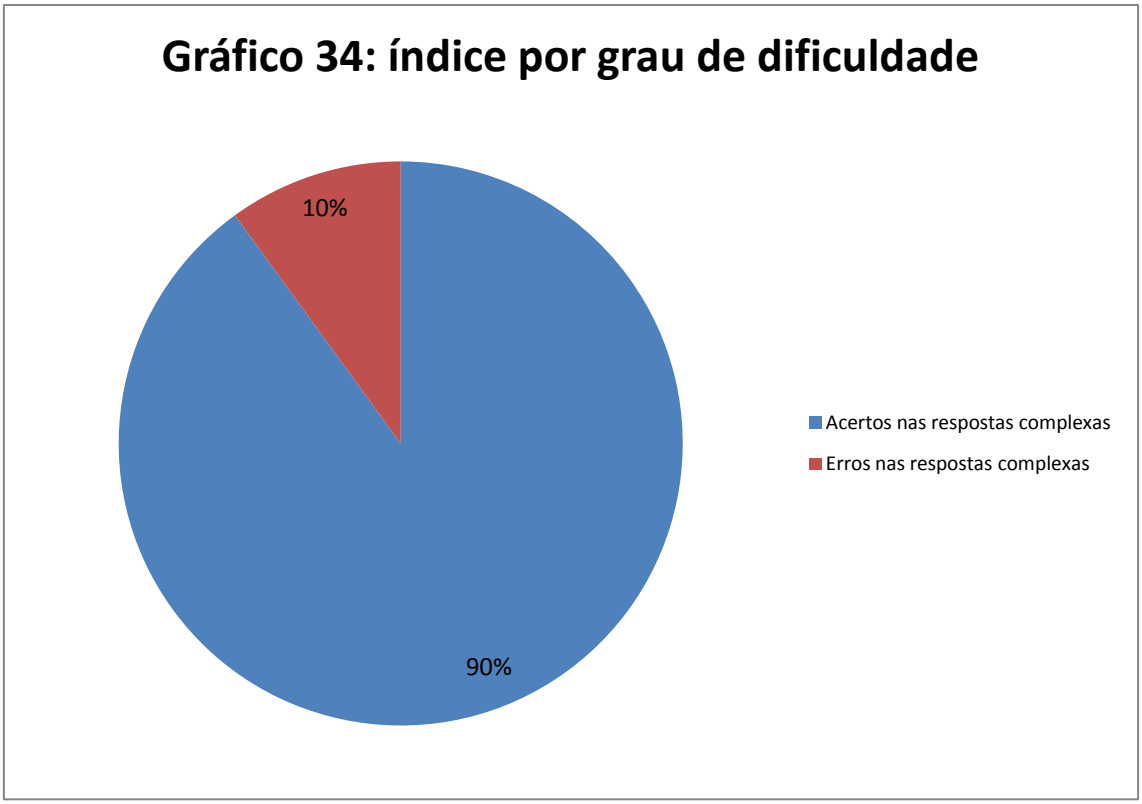
A **questão 20**, última da aplicação, compõe mais uma de natureza **complexa** em virtude da contraposição do tipo de imprensa existente naquele período e do explanado pelo autor em seu texto. Dizia o excerto: *"Castigos corporais, ameaças desses mesmos castigos até a pessoas cuja idade e sexo exigiam respeito inolvidável, estropiamentos nas estancas de indivíduos a quem se mandava depois em boa paz embora, alegando ter sido preso por engano, como fomos testemunha; as mortes constantes, de delinquentes de crimes não provados ou imaginários, por terem resistido a prisão, mesmo em regiões onde se podia comentar o fato, de que os jornais neutros davam noticia sem um único comentário, e os situacionistas com aquela entonação que redunda em elogio a quem exercia o direito de matar sem responsabilidade" (DOURADO, 1905, p. 30).* Sobre a imprensa, pedimos**: "ao denunciar o posicionamento reprovável dos jornais identificados como ‘neutros’ ou ‘situacionistas’, o autor destaca como características da imprensa do período, ser:"**



A alternativa correta, imprensa caracterizada como vigiada e cerceada, foi a escolhida pela maioria dos alunos, compondo 60% das respostas apresentadas. Logo em seguida, como a segunda alternativa mais mencionada, aparece a imprensa factual e neutra, com 27% das escolhas. Apesar de a imprensa no período em que foi *escrito A situação política do Brasil* não ser mais tão vigiada e cerceada como nos tempos da Revolução Federalista (o aparato repressor teve início na proclamação da república e, no princípio do século XX já dava sinais de abrandamento no controle), o que está em perspectiva nesta questão específica é a subjetividade pela qual Dourado fundamenta sua denúncia. Como confirma o percentual de acertos, isto foi entendido de maneira satisfatória pelos discentes que interpretaram a perspectiva do médico baiano ao se referir à imprensa de seu tempo.

No cômputo geral, e levando em consideração a maioria das respostas da turma, ou seja, aquelas questões majoritariamente escolhidas, o índice de respostas corretas foi largamente superior, o que indica um aproveitamento muito satisfatório da aplicação, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Deste modo, 75% das respostas têm tendência majoritariamente corretas, enquanto 25% compõem as respostas majoritariamente erradas. Ainda assim, as diferenças entre estas últimas foram muito pequenas, à exceção de um caso onde a disparidade foi mais relevante (questão 19), de modo que estes resultados depõem favoravelmente à validade da aplicação empreendida. Levando em consideração as respostas consideradas simples, e que totalizaram 11 questões, e as complexas, 9 ao todo, o índice é ainda mais significativo:



Apenas 10% das respostas às questões consideradas complexas, ou seja, as que exigiram do aluno maior capacidade de inter-relacionar múltiplas informações e arcabouço conceitual, tiveram escolhas majoritariamente erradas, indicando que foi atingido um nível de excelência analítico-reflexivo por parte dos discentes altamente satisfatório, e corrobora em nossa avaliação quanto à plena aplicabilidade dos excertos de fontes primárias para a construção de um conhecimento histórico da Revolução Federalista.

3.2.3 VERIFICAÇÃO DA VALIDADE DA APLICAÇÃO ENTRE OS ALUNOS

Ao concluírem a aplicação, os alunos foram convidados a participar da pesquisa de Avaliação da Aplicação, com vistas a apontar a validade ou não da experiência à qual foram partícipes:

> Como futuro professor/pesquisador é possível construir **uma** história política da Revolução Federalista (em seu sentido abrangente) com vistas ao ensino e à pesquisa em história, tomando por base as

> fontes primárias, em especial os escritos de Ângelo Dourado através dos seus livros e dos artigos publicados na imprensa da época?

As alternativas apresentadas eram “sim – justifique” e “não – justifique”, de forma aberta, para não limitar as exposições. O formulário deveria ser respondido anonimamente, de modo a garantir que o discente expressasse livremente suas opiniões, sem qualquer interferência sobre o possível julgamento por parte do professor/pesquisador. Pedimos novamente, neste caso, que fosse assinalado somente o curso ao qual o aluno estava matriculado, se licenciatura ou bacharelado, com o intuito de perceber se existiriam variações entre estes dois grupos. Todos os alunos voluntariamente participaram da pesquisa, sendo 13 licenciandos e 17 bacharelandos. No grupo dos estudantes de licenciatura, a totalidade dos alunos responderam que sim, é possível construir uma história política da Revolução Federalista (em seu sentido abrangente) com vistas ao ensino e à pesquisa em história, tomando por base as fontes primárias, em especial os escritos de Ângelo Dourado através dos seus livros e dos artigos publicados na imprensa da época. Entre os alunos do bacharelado, 16 responderam que sim, e apenas um respondeu que não. Ainda assim, estes resultados estão em sintonia com o índice de acertos apresentados no subcapítulo anterior.

Algumas considerações merecem ser apresentadas quanto às justificativas, de acordo com as especificidades de cada habilitação. Por parte dos licenciandos, apenas 4 alunos enfatizam textualmente em suas observações os usos e possibilidades voltados ao ensino-aprendizado de história, enquanto os demais citam as possibilidades para a pesquisa, de forma integral ou parcial. Nenhum discente menciona pesquisa e ensino-aprendizado, ao mesmo tempo, em suas justificativas. No grupo dos alunos do bacharelado, a totalidade das menções diz respeito à pesquisa, mas a divisão aqui aparece quanto à utilização: dos 16 bacharelandos que responderam “sim”, 6 deles defenderam, em suas argumentações, a necessidade de buscar outras fontes como complementação e/ou contraponto às versões apresentadas na aplicação, demonstrando o cuidado do futuro profissional no trato das fontes para a construção do conhecimento historiográfico. Do restante, 3 alunos não justificaram suas respostas e os outros 7 alunos concordaram na íntegra de que é possível construir uma história da Revolução Federalista a partir das

fontes primárias, no caso desta aplicação, os escritos de Ângelo Dourado.

A seguir, citamos um exemplo de cada grupo, segundo nossa classificação (citação textual do ensino-aprendizado entre os licenciandos e da utilização na pesquisa de forma isolada ou integrada à outras fontes entre os bacharelandos) e obedecendo à ordem expositiva acima, terminando pelo aluno que escolheu a opção “não”:

> (ALUNO 1 – LICENCIATURA – SIM) O processo de ensino-aprendizagem na História torna-se facilitado e muito mais interessante quando há acesso às fontes primárias, ao passo que elas contextualizam e dão maior entendimento sobre a discussão e problematização do conhecimento histórico.
>
> (ALUNO 2 – LICENCIATURA – SIM) Através da utilização das fontes primárias se faz possível a análise do discurso, percebendo e apontando perspectivas da Revolução Federalista.
>
> (ALUNO 3 – BACHARELADO – SIM) Em partes, pois é impossível ser totalmente neutros quando escrevemos, portanto, nas fontes primárias pode-se notar a visão do autor não abrangendo os dois lados da história. Por isso, é preciso que se leia mais de uma fonte para que possamos passar o geral e não o tendencioso.
>
> (ALUNO 4 – BACHARELADO – SIM) É possível analisar essas fontes através da análise de conteúdo e sabendo a posição política de quem a faz. Portanto, é possível sim, fazer, “construir” agora uma história política da Revolução Federalista com base nestes textos.
>
> (ALUNO 5 – BACHARELADO - NÃO) Pois seria uma única “visão” dos acontecimentos. Mais fontes devem ser buscadas para se conseguir um mínimo de coerência na narrativa, principalmente a “visão” dos republicanos. Compará-los a fontes oficiais e não-oficiais.

A leitura das justificativas dos alunos demonstra que, em maior ou menor intensidade, cada grupo tem a sua preocupação pertinente ora com o ensino-aprendizado, ora com a pesquisa, mas nenhum dos grupos parece demonstrar, sem ser instigado à isso, uma noção integral de convergência do ensino-aprendizagem da história com a pesquisa em história. Ainda assim, a grande maioria afirmou ser possível a construção de conhecimento tomando por base fontes primárias, e os futuros bacharéis e licenciados defenderam a busca por outras fontes, independentes do objeto, que lhes deem suporte para melhor analisar e interpretar a fonte, em um bom indício de consciência do manejo de instrumental teórico-metodológico que deverão dominar no exercício de suas profissões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos Ângelo Dourado, principiando pelas informações biobliográficas, avançando na utilização de seus escritos pela historiografia da Revolução Federalista e analisando expoentes de sua obra, buscamos elementos para apresentar uma proposta de ensino-aprendizado de história para alunos do ensino superior calcado na fonte primária, através da aplicação do conhecimento construído com base na produção do médico, político e escritor baiano. Buscamos resultados de ensino e aprendizado intermediados pelos resultados da prática acadêmica da pesquisa, tratamento, análise e reflexão historiográfica.

Buscamos demonstrar a importância e relevância de Dourado em e além de *Voluntários do Martírio*, bastante utilizada nos meios acadêmicos por pesquisadores nacionais e internacionais, mas ainda de pouco alcance fora da academia. Igualmente, seus outros escritos – na maioria ignorados pelos pesquisadores – permitem entender melhor determinadas afirmações da sua obra máxima, e avançar em outras mais nebulosas, como a questão da sua simpatia pela monarquia, presente em maior ou menor grau em todos os seus textos, e verificados nos outros dois recortes temporais analisados, as crônicas no *Echo do Sul* e também em *A situação política do Brasil*, além de outros pequenos textos analisados ao longo da dissertação.

Não foi nosso objetivo fazer uma biografia de Dourado. Os dados que apresentamos referentes à sua vida nos ajudam a traçar o perfil do médico baiano, conhecer suas influências, o meio de formação e entender melhor os seus escritos. Ao cruzar seus dados biográficos com as características da época em que viveu, conseguimos compreender melhor sua ação e seus escritos. O fato de Dourado demonstrar inclinação às letras desde muito cedo, contribui para entendermos sua futura paixão pela escrita tanto em livros quanto através da imprensa, mas é somente ao analisarmos o tipo de médico formado pelas faculdades de Medicina de fins do século XIX, em especial a Faculdade de Medicina da Bahia, é que conseguimos explicar a retórica desenvolvida, a prática de escrever, a ênfase do saber pelo livro e, mais

importante, a figura do médico-político, engajado e ciente de seu papel social a desempenhar, dando origem ao “intelectual orgânico”, fruto de seu grupo social, de acordo com a definição gramsciana.

O médico baiano tomou parte diretamente em dois episódios basilares da instalação e consolidação republicana no Rio Grande do Sul: participou da fundação do Partido Federalista, ator principal das oposições durante a maior parte da República Velha e lutou na Revolução Federalista, que, ao lado da Revolta da Armada, foi a mais notável força de contraponto aos novos senhores do poder. Este envolvimento tornou seu testemunho escrito sintomático da disposição de ânimos e ajuda a montar um panorama do que pensavam alguns dos federalistas, sobretudo seu comando intelectual. Dourado é fruto de sua época e, como muitos, – de lado a lado – têm a pretensão de expressar a verdade, e do convencimento. Motivado por paixões partidárias, idealistas, destacam-se nele o engajamento e a panfletagem, tão típicos da efervescência política presente no processo de implantação republicana no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul. Era um típico exemplo da elite intelectual do período, com sua educação erudita, o apreço às artes e às ciências, o gosto pela literatura, a paixão pela escrita, complementadas pela formação acadêmica em medicina na Bahia. O médico, que diagnosticava doenças nas pessoas, costumava fazer as mesmas analogias para tratar de um outro organismo, que segundo sua ótica, também estava doente, e também carecia de cuidados: o Brasil.

Em Dourado destaca-se a multiplicidade de sua atuação no contexto da instauração do sistema republicano em território sul-rio-grandense. Baiano e emigrado tardiamente para o Rio Grande do Sul, não havia maiores motivos para que escolhesse um dos lados da contenda. Republicano declarado, mas com simpatia externada pelos tempos monárquicos e defensor dos preceitos liberais, o médico juntou-se às fileiras federalistas ainda antes da deflagração do conflito armado, e não só tomou partido na cena política quanto igualmente participou da luta armada, acompanhando a Coluna de Gumercindo Saraiva pelas escaramuças nos três estados do Sul. Mas o que fez de Dourado ser um caso interessante, do ponto de vista histórico, é sua atuação como produtor de escritos sobre a época, mormente as três obras fundamentais que retratam seu presente, todas situadas em distintos momentos do início da jovem república

brasileira: um antes da Revolução Federalista e outro depois do conflito, nos quais foi um típico agente da chamada “guerra das palavras” empreendida tanto por castilhistas quanto por federalistas, nestes dois períodos.

Nas obras de Dourado, o político e o social andam lado a lado, são indissociáveis. Em nosso recorte, porém, privilegiamos os aspectos políticos e é através de seu viés que construímos nossa análise. No período revolucionário, a obra de referência foi *Voluntários do Martírio*, e nesta fase o autor declara sua sistemática oposição a Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto. Não poupa críticas à república instalada em 15 de Novembro e também ao exército, que para o médico baiano não precisaria ter caráter permanente. Tanto nesta obra quanto nos textos que serviram de suporte, ou complemento, encontramos declarações simpáticas à monarquia e ao imperador deposto, ainda que, em si, não configurem uma taxativa alcunha de monarquista.

No período pós-revolucionário, por sua vez, baseamos nossa pesquisa na seleção de crônicas publicadas no jornal *Echo do Sul*, do ano de 1899, que fornecem indícios de reposicionamentos que tomariam corpo em 1905, o ano de publicação de seu último livro. Percebemos, nestas crônicas, a intensificação do diálogo temporal entre passado, presente e futuro, verificável nas constantes comparações entre a Guerra do Paraguai e a situação social e política daquele fim de século, e o surgimento do discurso direcionado às classes militares, sobretudo o exército, que tomaria contornos mais delineados na obra seguinte. Já no novo século, concentramos nossa análise na obra *A situação política do Brasil,* coletânea de artigos publicados na imprensa das cidades de Jaguarão e Rio Grande, que ganhou a forma de livro para, segundo o próprio autor, cruzar as fronteiras naturalmente impostas pelas limitações de abrangência espacial dos jornais em que saíam seus escritos. Com isto, seu livro atingiria um público maior e mais distante do seu centro de produção. Notamos, a partir de *A situação*, um reposicionamento discursivo do intelectual militante. Seu alvo passa a ser as Brigadas, sustentáculo dos poderes estaduais sobretudo no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, passa a cortejar o exército, e em especial sua base, em uma tentativa de atrair simpatias para a causa federalista, haja vista que foi ele o fiel da balança durante a Revolução. Na grande maioria dos artigos, há referências elogiosas à corporação, sugerindo o quão grande é sua exploração e desvalorização enquanto as

brigadas receberiam, acusa o médico, os melhores tratamentos e deferências por parte dos governos. Também defende a participação militar na política – mas não a de partidos – no que vai de encontro ao proposto por Silveira Martins, líder federalista, que defendia que militares ainda na ativa não poderiam votar nem ser votados. Ainda a respeito do Exército, sugere uma série de medidas que julga pertinentes para fortalecer a instituição e torná-la mais produtiva, em diversos aspectos, como, por exemplo, a ideia dos "quartéis-granja".

Outra guinada discursiva diz respeito a Floriano Peixoto. O marechal não é mais hostilizado por Dourado, ao contrário. Em *A situação*, recebe menções honrosas e elogiosas, em nenhum momento é alvo de críticas. Com este reposicionamento, concluímos que os federalistas, representados em uma das figuras de maior destaque intelectual dentre os seus quadros, cortejava o Exército em face da nova realidade imposta com a vitória castilhista em 1895. O governo de Borges de Medeiros, herdeiro político e sucessor de Júlio de Castilhos, detinha ao mesmo tempo a máquina estatal a seu favor e contava com o apoio da poderosa brigada militar. Restava aos federalistas, já subjugados com suas milícias na Revolução Federalista, cooptar aqueles que, embora enfraquecidos – sob sua visão – ainda poderiam desequilibrar em seu favor um eventual novo levante armado. Além disso, não é demais lembrar, era desejo dos federalistas a intervenção federal no estado, e as denúncias sistemáticas, somadas à ajuda deste elemento militar cortejado, poderia facilitar, ou adiantar, esta medida, afinal, como dizia Silveira Martins, não havia uma Constituição a *modificar,* mas sim uma Constituição a *substituir*.

Longe da pretensão de esgotar o assunto, até porque o recorte aqui apresentado constitui uma síntese das ideias de Ângelo Dourado sob o prisma de seus principais escritos, mas ainda não totalmente analisados (as crônicas publicadas somente no *Echo do Sul* totalizam 136 inserções, e analisamos, em virtude das limitações de tempo e recursos da dissertação, apenas 20 delas), pudemos conhecer um pouco do pensamento e ação do médico baiano nos momentos de implantação e consolidação das instituições republicanas no Rio Grande do Sul. Como modestas contribuições, destacamos a descoberta de dois escritos ainda não relacionados pela historiografia, o livreto *Silveira Martins: discurso e referências depois de sua morte* e o estudo *Mémoire sur un*

cas de échinocoque rétrobulbaire, além do artigo *Dom Pedro, o bom*, publicado em edição especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.

Em síntese, Dourado possuía idissioncrassias próprias dos federalistas: "órfãos" da monarquia caída, demonstravam certa admiração, sem contudo defendê-la ostensivamente ou pregar a restauração do regime. Morreu como viveu boa parte de sua vida, sobretudo quando para o Rio Grande do Sul se mudou: lutando contra os legalistas, ou a alegada “tirania” castilhista-borgista.

Conjugar tão extensa e fértil obra e sintetizá-la para o ensino-aprendizado de história constituiu-se o desafio para podermos validar nossa hipótese. Porém, amparados no fato de tantos e tantos historiadores, de diferentes matizes, épocas e origens terem legitimado os escritos de Dourado como fontes ou objetos plenamente utilizáveis para a escrita de uma *história* da Revolução Federalista, poderia ser também, e portanto, como fonte para o *ensino* da Revolução Federalista.

A aplicação comprovou nossas hipóteses, tanto do ponto de vista do conhecimento prévio dos alunos a respeito da guerra civil de 1893-95 ser pouco ou nenhum, quanto sobre o aproveitamento dos escritos para o entendimento do período apresentado. Desta forma, através do *Questionário de avaliação prévia de conhecimentos específicos,* percebemos que a maioria dos alunos não conseguia situar no espaço-tempo a Revolução Federalista, e algumas associações com outros eventos mais trabalhados na história brasileira, como a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930, gerarem confusões. Sobre a origem do conhecimento (caso possuíssem), alunos da licenciatura e do bacharelado, em sua maioria afirmaram não possuir conhecimentos sobre a Federalista, sendo mais expressiva a diferença no primeiro grupo. A respeito da abrangência, licenciandos consideravam-na mais como um evento nacional, enquanto bacharelandos ligavam-na mais um evento de caráter local ou regional. No que tange à natureza do conflito, a maioria de cada um dos dois grupos concordou que a Revolução Federalista é um evento eminentemente político, ainda que o aspecto econômico também tenha sido citado expressivamente, pois estes dois aspectos também são os principais enfoques quando se discute esta guerra civil. As respostas superficiais que foram dadas quando indagados sobre qual seria a importância do estudo deste conflito, refletiram a falta de conhecimento prévio geral e

específico sobre o assunto, e foi mais um elemento de comprovação do seu desconhecimento. Quando perguntados sobre as fontes preferenciais para a construção de um conhecimento historiográfico sobre a Revolução Federalista, o equilíbrio e a diversificação das alternativas elencadas significam que há o entendimento, por parte dos alunos, que mesmo sem conhecer determinado assunto, diversificar fontes é um caminho pertinente e válido. Também nesse sentido, uma pequena maioria em favor das fontes primárias indica que os alunos têm ciência de que esta ainda deve ser privilegiada em relação às fontes secundárias, que possuem um filtro diferente das primeiras.

Na aplicação, propriamente dita, o exercício também comprovou nossas hipóteses e atingiu nossas expectativas prévias. Os dois encontros que antecederam foram usados para compor um panorama social, político e historiográfico sobre a Revolução Federalista, sem apresentar a obra de Dourado enquanto conteúdo ou objeto, de modo a não influenciar os resultados do teste que seria aplicado no último dos três encontros realizados. De modo geral, percebemos que algumas construções constituintes do senso comum ainda influenciam o julgamento e a compreensão da Revolução Federalista, manifestadas principalmente na associação dos federalistas com restauradores e monarquistas. Outros elementos, porém, deixaram de constar majoritariamente nas respostas, o que contraria e se revela em uma espécie de vitória contra o senso comum: a degola não é vista como característica primeira daquela guerra civil.

Mais significativo ainda, é o fato de que as respostas que mais exigiam da capacidade de inter-relacionar conceitos e informações externas aos excertos trabalhados, consideradas complexas, tiveram um índice muito elevado de acertos, expressivos 90% dos alunos, comprovando que é possível a reflexão em alto nível tomando por base documentos do século XIX aliados à apresentação prévia do contexto da época. Por fim, a quase total concordância da turma, após participarem de todas as atividades que compunham a aplicação, de que veem como plenamente possível a construção de conhecimento histórico com vistas à pesquisa e ao ensino-aprendizado de história a partir das fontes primárias. Isoladamente, as respostas dos discentes talvez não tivessem validade significativa, mas confrontadas com os resultados da aplicação (ou, do conhecimento extraído a partir dela), temos a

comprovação efetiva de que as respostas partiram de uma experiência positiva e que apresentou, para eles e para nós, os dados resultantes, ou seja, não apenas se expressaram em opiniões, através do *Questionário de avaliação prévia de conhecimentos específicos,* como também pelos resultados na aplicação propriamente dita. Obviamente, nossa intenção foi verificar se os discentes consideram possível construir **uma** e não **a** história da Revolução Federalista. Em outras palavras, a construção de uma versão, uma perspectiva, tendo ciência de que a versão derivada desta história está imersa na parcialidade – esperada – de seus autores, que por sua vez se inserem em uma dinâmica maior (sociedade de seu tempo, ideologias, grupos políticos e sociais em que se inserem etc). Isto não denota uma história fraca ou inválida, mas, tendo consciência de qual lado retrata e para quem fala, enche-se mais de sentido e contribui para um entendimento aprofundado daquilo que se propôs a estudar.

Finalmente, os caminhos que levaram a realização do propósito final da presente dissertação, essa conjugação de pesquisa e ensino, mostraram-se desafiadores, ainda que tivéssemos a certeza de que sim, é possível construir conhecimento válido e com conteúdo aprofundado a partir das escritas de Dourado, utilizar textos produzidos no século XIX, com seu estilo de prosa e vocabulários característicos, acrescido de todo o "esquecimento" do qual a Revolução Federalista ainda é alvo, a desassociação de seus eventos com a história nacional, tudo isso constituiu obstáculos a serem superados para a plena concretização deste trabalho. Mas os resultados obtidos, presencialmente em sala de aula, e o material fornecido pelos alunos, demonstram que o propósito cumpriu seu fim, e pudemos estabelecer, concretamente, o entrecruzamento entre pesquisa e ensino, conceitos indissociáveis no campo do conhecimento histórico pleno de sentido.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES:

a) BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Ângelo. **A situação política do Brasil**. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905.

_____. Dom Pedro, o bom. In **Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brazileiro a memoria de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894. University of toronto Libraries. Disponível em <https://archive.org/details/homenagemdoinsti00inst> Acesso em 02 jan. 2014.

_____. **Silveira Martins**: discursos e referências depois de sua morte. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.

_____. **Voluntários do Martírio**: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896 / Apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

b) IMPRENSA

ECHO DO SUL, Rio Grande, 11/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 12/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 13/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 14/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 19/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 20/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 21/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 24/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 25/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 26/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 27/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 28/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 29/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 31/janeiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 02/fevereiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 03/fevereiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 05/fevereiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 07/fevereiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 09/fevereiro/1899

ECHO DO SUL, Rio Grande, 10/fevereiro/1899

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. A pena X a espada: cooptação de um poeta gaúcho em época de guerra. In **Imprensa, literatura e história no Rio Grande do Sul:** escritores gaúchos. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 29. Rio Grande: FURG, 2005.

_____. A transição monarquia-república no Rio Grande do Sul: um enfoque político. In ALVES, Francisco das Neves. (org) **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 1994.

_____. Fontes bibliográficas para o estudo da Revolução Federalista – levantamento parcial (1983-93). **Biblos**, Rio Grande: 1995.

_____. História Política do Rio Grande do Sul I. In: **Curso de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul.** Rio Grande: FURG, 2010.

_____. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002(a).

_____. O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico. **Biblos**, Rio Grande, 17:103-120, 2005(a).

_____. Revolução Federalista e preconceito historiográfico. In ALVES, Francisco das Neves (org). **Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul**: ensaios históricos. Rio Grande: FURG, 2007.

_____. Sociedade e doença no Rio Grande do Sul da virada do século XIX: o estudo de um médico revolucionário. In ALVES, Francisco das Neves. **Sociedade e saúde pública no Rio Grande do Sul**: ensaios históricos. Rio Grande: FURG, 2005.

_____. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Federalista**: história e historiografia. Rio Grande: Editora da FURG, 2002(b).

_____. **Uma introdução à história da imprensa rio-grandina**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 1995.

BARROS, José D´Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis, Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os usos didáticos de documentos. In _____. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOUCINHA, Cláudio Antunes. **O Liberalismo e o Romantismo de Angelo Dourado**. Bagé: Urcamp 1989.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> acesso 07/mai/2012.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais – v.2 / Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meachan. São Paulo: Globo, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Analles (1929-1989)** – a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: editora da Unesp, 1997.

CALMON, Pedro. **História da Literatura Bahiana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: **Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: FFCH – USP, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 1 (s/d).

_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 3ª ed. 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)** Porto Alegre: Globo, 1971.

CHASTEEN, John Charles. Fighting Words: The Discourse of Insurgency in Latin American History, in **Latin American Research Review**, Vol. 28, Nº 3. Pittsburgh: Published by The Latin American Studies Association, 1993.

_____. **Heroes on Horseback**: A Life and Times of the Last Gaucho Caudillos. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.

CLEMENTE, Elvo. **História de Garibaldi**: 1870-1993. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando ramas de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. Italianos no Processo Revolucionário. In FLORES, Moacyr (org). **1893-95**: A Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZ, Nilda Autran Bastos. **Árvore de muitos frutos** (memórias). São Paulo: Edições Alarico, 1958.

EICKOFF, João. **O doutor maragato**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. in ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.

FLORES, Elio Chaves. Adão Latorre: Mito e História no Massacre do Rio Negro. In **Fontes para a História da Revolução de 1893** – Anais do 2º Simpósio realizado em Bagé, de 29 a 31 de outubro de 1990, Bagé: Urcamp Editora, 1992.

_____. Indícios do cotidiano feminino na conjuntura da Revolução de 1893, in **Fontes para a História da Revolução de 1893**. Anais do 3º Simpósio realizado entre 28 e 30 de abril de

1893. Bagé: Ediurcamp, 1993.

_____. Violência no Conflito de 1893. In FLORES, Moacyr (org). 1893-95 **A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **No tempo das degolas** – Prática X discurso e Revoluções Imperfeitas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Hilda A. H. Apresentação. In EICKHOFF, João. **O Doutor Maragato**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

_____. Historiografia da Revolução na Área Alemã. In FLORES, Moacyr (org). 1893-95: **A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In _____ (org). 1893-95 **A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. 1893: O Imaginário da República no Rio Grande do Sul. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.

_____. Dramas e Conflitos Revolucionários. In FLORES, Hilda Agnes Hübner (org) **Revolução Federalista** – Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Rio Grande do Sul**: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

_____. O Partido Federalista. In **República Velha (1889-1930)** / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

_____. Panorama geral da Revolução Federalista. In ALVES, Francisco das Neves. (org) **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 1994.

FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. **Cadernos da FUCAMP.** v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.

GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista**. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Edições EST, 1999.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2013: história. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In – **República Velha (1889-1930)** / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; diretores de volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.3 t.2 – coleção História Geral do rio Grande do Sul.

KOTECK, Luis Moraes. **Conhecendo o Rio Grande do Sul**: estudos sociais. São Paulo: Ática, 1998.

LAYTANO, Dante de. Tentativa de análise das fontes bibliográficas sobre a Revolução de 1893, in **Fontes para a História da Revolução de 1893** – Anais do 2º Simpósio realizado em Bagé, de 29 a 31 de outubro de 1990, Bagé: Urcamp Editora, 1992.

LEITE, Luiz Olavo. A Filosofia Rio-Grandense – Década de 1880-1890 in FLORES, Hilda Agnes Hübner (org) **Revolução Federalista** – Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: contexto, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Conflito do Canudinho de Lages (1897). **Estudos de Sociologia**, Araraquara: v.13, n.24, p.65-78, 2008.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Eliane de. A Cultura da Dominação. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 93-97, jan./jun. 2006 p. 94.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da História? In PINSKY, Jaime (org). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). **Pensar a Revolução Federalista**, Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MOREIRA, Igor. **Estudos Sociais do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MOURA, Euclides B. de. **O Vandalismo no Rio Grande do Sul** – antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo, Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Marcelo França de. A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário. In ALVES, Francisco das Neves (org). **Memória, mídia e sociedade no rio Grande do Sul:** estudos históricos. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 50. Rio Grande: FURG, 2011.

_____. Das armas à pena: intelectualidade e militância na formação do Rio Grande do Sul republicano. In MATOS, Júlia, SCHIAVON, Carmem (orgs) **História e intelectualidade no Rio Grande do Sul.** Rio Grande: Pluscom, 2010.

_____. Quando a memória vira História: **Ângelo dourado e a historiografia sul-rio-grandense**. Rio Grande: Pluscom, 2009.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Terra à vista** – discurso do confronto. Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PICCOLO, Helga I. L. **Historiografia Gaúcha**. Anos 90, Porto Alegre: n. 3, junho de 1995.

PILAR, Fabrício B.O. **Memórias da Revolução de 1893**. Porto Alegre, Presença, 1984.

PILETTI, Felipe. **História**: Rio Grande do Sul. São Paulo: Ática: 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazeroza e consequente. In KARNAL Leandro (org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, Jorge. **Apontamentos Historicos e Estatisticos de Bagé**. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911.

RÉMOND, René. Do político. In _____. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Uma história presente. In RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. In **República Velha (1889-1930**) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007.- v.3 t.1 –Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. **Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893**. Bagé, 12 a 15 de novembro de 1993. Bagé: Editora da Urcamp, 1990.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira**. História & Documento e metodologia de pesquisa.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SARAIVA, Laura Teresinha R. Música Popular. In FLORES, Hilda Agnes Hübner (org) **Revolução Federalista** – Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2ª Ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados** 8(20), 1994.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Notas sobre a Revolução Federalista: O Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895, in IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - **Anais: produzindo história a partir de fontes primárias** / org. Marcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: CORAG, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**, vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

TAVARES, Francisco da Silva. **Diários da Revolução de 1893** (Tomo I). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul / Nova Prova, 2004.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Diários da Revolução de 1893** (Tomo II). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul / Nova Prova, 2004.

PERIÓDICOS:

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14/dezembro/1957.

ECHO DO SUL, edição de 1º/outubro/1905.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107. Catálogo online do projeto Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=165646&PagFis=7030> Acesso em 10 dez. 2013

ANEXOS

ANEXO 1

FURG - Universidade Federal do Rio Grande
ICHI - Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Cursos de História - Bacharelado e Licenciatura
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PRÉVIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Docente: **MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA**	Período: **out/2013**
Disciplina: **HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL II**	Código: **10342**

Discente curso: ☐ Bacharelado ☐ Licenciatura

Questões:

1) Localize no espaço-tempo a Revolução Federalista: _____

2) Seu atual conhecimento da Revolução Federalista é oriundo de:

☐ Leituras acadêmicas específicas / pesquisa sobre a temática
☐ Mídias impressas contemporâneas: matérias em revistas e jornais, livros paradidáticos, romances históricos
☐ Mídias audiovisuais contemporâneas: programas de TV, documentários, programas de rádio etc.
☐ Mídias digitais contemporâneas: blogues, wikis, websites, vídeos online etc.
☐ Conhecimento adquirido em sala de aula: ensino fundamental / médio / graduação
☐ Não tenho conhecimento da Revolução Federalista

3) Sobre a abrangência, você entende a Revolução Federalista como um evento:

☐ Local/regional ☐ Nacional

4) Sobre a natureza, você entende a Revolução Federalista como um evento:

☐ Político ☐ Econômico ☐ Social ☐ Cultural

5) Qual a relevância do estudo da Revolução Federalista para a compreensão do período histórico em que ela se insere?

_____

_____

_____

_____

6) Como futuro professor/pesquisador, indique qual(is) fonte(s) pode(m) ser(em) utilizada(s) para a construção de um conhecimento historiográfico sobre a Revolução Federalista:

☐ Livros didáticos/paradidáticos
☐ Estudos acadêmicos (livros e artigos)
☐ Livros de historiadores diletantes/memorialistas
☐ Relatos orais
☐ Diários, cartas e relatos escritos da época
☐ Imprensa

7) Caso tenha escolhido mais de uma opção, enumere-as pela ordem de importância, sendo 1 o mais importante e 6 o menos importante.

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSOS DE HISTÓRIA, BACHARELADO E LICENCIATURA
DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL II – CÓD. 10342
DOCENTE: MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA (PPGH-FURG)

NOME:		MATRÍCULA	

APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS – REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Ângelo Dourado foi um médico, político e escritor baiano radicado no Rio Grande do Sul, com destacada presença durante o período da transição monarquia-república no estado sulino, tendo participado ativamente da Revolução Federalista como coronel-médico das forças revolucionárias durante o conflito. Sua maior influência, contudo, foi no campo das ideias, tendo publicado a célebre obra "Voluntários do martírio – fatos e episódios da guerra civil", (publicado originalmente pela Livraria Americana em 1896 e reeditado em edição facsimilada pela Martins Livreiro, em 1977 e com várias edições seguintes), um dos mais contundentes e utilizados relatos sobre a Revolução Federalista, além de artigos publicados em jornais sul-rio-grandenses, em especial o "Echo do Sul", da cidade do Rio Grande, e o "Diário de Jaguarão", da cidade homônima, dentre os quais deram origem ao seu último livro, "A situação política do Brasil", de 1905. Seja em livros ou através da imprensa, os escritos de Dourado revelavam o momento histórico no qual o autor estava inserido, seu posicionamento frente à múltiplos enfoques, desde o social ao econômico, mas era o fator político o que mais se destacava, e é sob este prisma que focaremos nossa atenção.

Considerando a Revolução Federalista como um fenômeno que não se restringe à sua duração cronológica episódica (1893-1895), mas enquanto um processo de reordenação de forças políticas no Brasil em geral, e no Rio Grande do Sul em particular, desde o advento da instauração republicana até o princípio do século XX, e tendo por base as aulas de história e historiografia da Revolução Federalista e os excertos de escritos de Dourado em "Voluntários do Martírio", as colunas no "Echo do Sul" e "A situação política do Brasil", responda às seguintes questões:

BLOCO 1: ASPECTOS GERAIS DA REVOLUÇÃO (1896)

1) "[...] O meu velho amigo coronel Macedo Fulião, é o mais característico. À tarde faz sua gente rezar ao terminar o fogo, pela manhã faz o mesmo antes de começar. Para principiar o fogo ele tem uma prática imprescindível: Viva S.M. o Imperador! – Viva a antiguidade do Império! – Fogo! [...] Uma vez que assisti junto dele ao início do combate, fiz notar-lhe que isto não era correto; que não temos imperador e sim república" (DOURADO, 1977, p. 80).

O trecho destacado acima, refere-se respectivamente à que tipo de composição majoritária e a qual dos lados da contenda?

☐ Heterogênea (republicanos dissidentes, ex-liberais, ex-conservadores, monarquistas) - federalista
☐ Monarquista/restauradora - federalista
☐ Heterogênea (republicanos dissidentes, ex-liberais, ex-conservadores, monarquistas) - legalista
☐ Monarquista/restauradora - legalista

---

2) "Se perguntarem aos nossos por que matam, eles responderão: para não morrer, ou porque mataram os meus; mas se perguntar-se a eles porque nos matam, eles dirão: é pela *legalidade* e por ordem do chefe Julio de Castilhos" (DOURADO, 1977, p. 248).

O trecho evidencia, segundo a ótica do autor:

☐ O aspecto militarista da Revolução Federalista
☐ O revanchismo de lado a lado do conflito
☐ A defesa da ação federalista enquanto resistência à *legalidade* imposta por Castilhos
☐ A violência na Revolução Federalista

---

3) "[...] O Sr. Floriano foi denominado pelo Sr. Castilhos três vezes traidor, e hoje é o seu maior amigo, por que manda-lhe dinheiro, e homens do norte para morrerem, creio que com o fim de obrigar o Sr. Julio de Castilhos a dizer o contrário do que disse dele" (DOURADO, 1977, p. 314).

De acordo com o trecho, percebe-se que:

☐ Floriano Peixoto apoiou e enviou tropas em apoio dos federalistas
☐ Floriano Peixoto apoiou e enviou tropas em apoio aos legalistas
☐ Floriano Peixoto permaneceu neutro durante a Revolução Federalista
☐ Floriano Peixoto e Julio de Castilhos disputavam o poder no Rio Grande do Sul

---

4) "Eu não encaro uma revolução como as guerras internacionais em que as batalhas decidem num momento o direito do mais forte. A revolução é um protesto do povo contra o seu governo. Sou médico e médico de pobres, portanto tenho visto mais enfermos do que os de meu tempo e comparo a nossa terra a um enfermo. Qual a moléstia? A revolução. Qual a causa? O governo" (DOURADO, 1977, p. 13).

A analogia entre Revolução Federalista e enfermidade remete à sua formação como médico, mas também diz respeito a qual característica de pensamento, de forte influência em grande parte dos federalistas?

☐ Liberalismo, baseado nos Direitos das Gentes
☐ Anarquismo, baseado no direito à deposição de governos autoritários
☐ Socialismo, baseado no direito dos povos à revolução com vistas a instauração do governo do povo
☐ Constitucionalismo, baseado no direito de derrubar governos e governantes considerados ineptos pelo povo

---

5) Os trechos:

a) "Aqueles que a fatalidade colocou como instrumentos dos déspotas, aqueles que a convicação opôs a nós julgando ser nobreza matar a quem clama por direito, aqueles que derramaram o sangue precioso no campo de luta, ou que expunham a vida como nós, eu só tenho a dizer: irmãos, o mesmo sol nos aclarou as retinas ao respirarmos as primeiras ondas dos ares pátrios. O destino vos fez inimigos. Fostes cruéis, tivestes a crueldade de Caim, mas sofrestes como nós" (DOURADO, 1977, p. 422).

b) "Aqui como em toda a parte, a tortura, tudo que a crueldade pode conceber, tem sido posto em prática. O capitão Chachá Pereira, a quem o sr. Julio de Castilhos encarregou de *legalizar* esta região, tem sabido cumprir as ordens dele. Uma das vítimas foi um pobre moço da raça alemã, a quem ele inflingiu tantos castigos corporais que perdeu quase toda a pele..." (DOURADO, 1977, p. 60).

Referem-se, respectivamente, à quais aspectos geralmente associados à Revolução Federalista?

☐ Luta fratricida e crueldade dos maragatos
☐ Violência e escalpelamento
☐ Violência e degola
☐ Luta fratricida e violência

---

6) "Enfim, lhe disse eu, o meu pensamento é o seguinte: se esses homens que assassinam e roubam em nome da república, persistem em nos mandar matar, em vez de se levantar a bandeira da separação do Rio Grande, como pensam uns poucos que julgam que a nação é a culpada da perversidade de uns poucos rio-grandenses, eu preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia" (DOURADO, 1977, p. 13)

O trecho acima refere-se a que princípio defendido pela maioria dos federalistas?

☐ Oposição à forma republicana de governo e pró-restauração monárquica
☐ Separatismo do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil
☐ Oposição aos novos detentores do poder a partir da instauração da república brasileira
☐ Defesa dos princípios federativos e parlamentaristas

---

7) "Estará ela feita, esta paz tão desejada pela nação que via correr o sangue de seus filhos sem que pudesse dizer aos que a reduziram ao papel de mãe desolada, que fizessem cessar tais horrores? Esta paz tão desejada por todos os espíritos sãos em qualquer ponto do universo onde chegava a notícia dessa neurose *sui generis* que apoderou-se dos dominadores do Brasil quando só a razão devia ser árbitro entre os contendores? Estará feita esta paz tão necessária à vida e conservação da nacionalidade? O ato do general Galvão não será somente um armistício por tempo mais ou menos limitado? As leis que serviram de instrumento de opressão foram abolidas ou modificadas?" (DOURADO, 1977, p. 419)

Através do trecho acima, escrito nas conclusões de "Voluntários do Martírio", já em 1896, podemos apurar:

☐ Que os federalistas saíram vitoriosos do conflito, mas com concessões aos legalistas
☐ Que os legalistas saíram vitoriosos do conflito, mas com concessões aos federalistas
☐ Que o conflito não estabeleceu vencedores, mas ambos os lados saíram vitoriosos
☐ Que o fim formal do conflito não cessou as causas que motivaram o levante e, portanto, novos embates poderiam ocorrer em algum momento no futuro

---

BLOCO 2: O PÓS-GUERRA (1899)

8) "As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes. Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão. [...] As guerras civis que encontram uma parte da população "indiferente" ou "neutra" se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatrizara" (ECHO DO SUL, 11/1/1899, p. 1).

O trecho acima faz parte da coluna intitulada “Alerta”, publicada no jornal rio-grandino “Echo do Sul” no começo de 1899. Faz alusão à:

☐ Crítica à indiferença de parte da população da época que assiste, resignada, à situação política do Brasil e do Rio Grande do Sul sem tomar partido de uma causa.
☐ Revolução Federalista ainda em curso, para que a população aliste-se no exército revolucionário
☐ Revolução Federalista ainda em curso, para que a população aliste-se no exército legalista
☐ Defesa de que se adote, no Brasil, dispositivos semelhantes aos gregos antigos no que se refere ao engajamento político em casos de guerra civil

---

9) "Para muitos, ser adversário político, ou em ideias, é ser inimigo; para outros, o adversário é apenas um emulo, um auxiliar. Para mim, o adversário é uma força oposta que, tendendo para o mesmo fim, isto é, para o interesse comum da pátria, equilibrando-se pela resistência nos eleva, e embora divergindo em formas e meios, os adversários chegam ao mesmo fim, guiados pelo mesmo ideal – a grandeza da nacionalidade, sua honorabilidade; guarda, com o mesmo zelo com que guarda-se a honra da família, que o soldado e o cidadão, que a compreendem, sabem defender, a troco da própria vida, sem um lamento, sem uma queixa, porque reconhecem que nesse sacrifício sublime o homem se eleva em si mesmo quando se julga, e quando no íntimo da sua consciência compreende a grandeza de seu ato.
Neste caso, as opiniões políticas são como vidros que resguardam, contra os ventos, a lâmpada do farol, mas seja qual for a cor de suas tintas, são sempre bastante transparentes para deixarem ver a luz que indica o porto desejado, ou a escolha a evitar. [...] a esses homens que amam a esta pobre pátria, que leiam as linhas que pretendo escrever em seguimento. [...] O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males. Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país" (ECHO DO SUL, 12/1/1899, p. 1).

O trecho da segunda coluna intititulada “Alerta”, trata do começo de uma série de reflexões do autor, cuja característica percebida acima destaca:

☐ Atacar publicamente, através da imprensa, seus inimigos políticos
☐ O estabelecimento da “trincheira discursiva” com vistas à defender, pela reflexão e embasamento de ideias, adeptos entre os leitores (simpatizantes, parte da população neutra e até opositores) à ação frente a situação política do Brasil
☐ Aproximar-se dos legalistas e afastar-se dos federalistas
☐ A volta da luta armada como única resolução dos problemas da nação

---

10) “Convém ainda, antes de entrarmos no assunto, fazermos uma declaração para evitarmos intercorrências e parênteses. O assunto demonstra que muitas vezes, ou continuamente, teremos de falar no Povo, porque é ao Povo que nos dirigimos. Esta designação abrange a família brasileira. Civil ou militar, juízes ou clero, milionários ou proletários, todas estas corporações ainda se unem no Brasil por laços mui constritos. [...] Portanto, só faremos referência a magistratura, ao exército ou à armada quando tivermos de ocupar-nos de assunto referente à profissão; no mais, só nos referiremos ao povo que compreende felizmente todas as classes no Brasil. Felizmente, porque a triste da nação onde essas classes se distanciam, e mais triste ainda, da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegram ao povo, ou o oprimem“ (ECHO DO SUL, 13/1/1899, p. 1).

Na terceira coluna intitulada “Alerta”, o autor principia o texto enfatizando a ressalva de designação de povo. Com este esclarecimento prévio, podemos identificar que:

☐ A atual composição da magistratura, exército e armada do Brasil eram os responsáveis pelos males do país
☐ O autor tinha reservas quanto às forças e atuação da armada, exército e magistratura
☐ O exército e a marinha eram forças consideráveis e indispensáveis no jogo político brasileiro, e era prudente destacar-lhes a importância e incluí-las no conceito de “povo”, como parte do destinatário de sua ação discursiva
☐ O exército, a magistratura e a armada eram forças dissociadas do conceito de “povo”

---

11) "Roma conquistou o mundo; a ambição de César criou o sistema dos imperadores que para viverem precisavam trazer o povo romano sob jugo de servos, sob o alfanje dos algozes. Para sustentarem-se os Césares de facções, lançaram mão dos bárbaros conquistados; os bárbaros vingaram-se de Roma, que os romanos corrompidos pelos negócios, fazendo da política comércio, não puderam mais defender. As nações que têm povo, que têm filhos, que amam mais a pátria do que o luxo e a preguiça, sempre triunfam ou nunca morrem.
Aí está a Polônia. As potências dividindo-a, impondo-lhe até o esquecimento da própria língua, não conseguem matá-la; e a esperança a anima de um dia voltar a ser o que foi.
O povo brasileiro se adormece, se continua a dormir, verá em pouco o Brasil reduzido à sorte da Polônia. A luta, a vingança, a destruição do sangue dos causadores de tais desgraças, não poderão refazer esse colosso que só a abnegação, a previsão, o patriotismo que aliena o capricho, o ódio, o interesse dos governos, pode dirigir; mas que, se esses governos só pensam no interesse próprio, e no ódio ou amizades pessoais irremediavelmente há de morrer" (ECHO DO SUL, 13/1/1899, p. 1).

O uso da história como recurso discursivo, especificamente o destacado no escrito acima e considerando seu autor, manifesta qual posição ideária comum da intelectualidade brasileira do período?

☐ Positivismo de Comte, no qual “os mortos governam os vivos”
☐ *Historiæ magistra vitæ*, ou “história mestra da vida”, conceito pelo qual os eventos históricos serviriam de lição para as gerações presentes e futuras
☐ Evolucionismo de Spencer, onde a história comprovava a sobrevivência dos mais aptos
☐ Evolucionismo de Darwin, ou “darwinismo social”, onde a evolução social seguia os mesmos moldes da evolução biológica

---

12) “Lopez sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul. Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens. Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo. Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia Lopez, o colosso do Cruzeiro.
Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal. Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento. Os homens que se opunham moralmente a isto “eram seus inimigos” e sujeitos às mesmas penas. Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.
Lopez, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia” (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1).

O trecho acima refere-se:

☐ À Guerra do Paraguai apenas, sem relação com a realidade brasileira e sul-rio-grandense
☐ À situação política brasileira e sul-rio-grandense, com similaridades à Guerra do Paraguai
☐ À situação política brasileira e sul-rio-grandense, com diferenças à Guerra do Paraguai
☐ À situação política brasileira e sul-rio-grandense, entre similaridades e diferenças à Guerra do Paraguai

---

13) “Lopez sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires. Era o cesarismo napoleônico posto em prática na América por um homem ignorante, nascido e criado nos quartéis de exército de escravos onde a tirania se impôs absorvendo todos os sentidos dos indivíduos, tornando os obedientes até a crueldade, como foi a de vergastar mulheres delicadas e irmãs do próprio monstro que tal mandava praticar; covardes a ponto de assassinar aos seus próprios irmãos, como os soldados de Alexandre, nas horas de embriaguez do chefe; como os bois que nas charqueadas arrastam os outros para o lugar onde devem ser mortos, a ponto de aparecerem heróis quando obedeciam as ordens do tirânico senhor” (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1).
Ao evocar a memória da Guerra do Paraguai, o autor apropria-se do sentimento de defesa patriótica e equipara Lopez à realidade política brasileira. Por associação, a quem/que o autor refere-se?

☐ À tirania castilhista-borgista
☐ À tirania de Deodoro da Fonseca
☐ À tirania de Borges de Medeiros
☐ À tirania de Floriano Peixoto

---

14) “O exército de Lopez, formado de homens que obedeciam à sua vontade, como por sugestão, era de 80 mil homens segundo Thompson, Resquine e Caballero; segundo Gloud, encarregado dos negros da Inglaterra, e Mastermann, compunha-se de cem mil homens. Os exércitos aliados eram compostos, de argentinos 11.500 homens, uruguaios, 1680 homens, brasileiros, 33.000 homens, total 46.180. Os 30 mil brasileiros, dizimados pela metralha, pela peste, se reforçavam diariamente. Foram esses valentes, portanto, que formaram o corpo de heróis que em cinco anos, por esteros horríveis e matos intransitáveis, vadeando rios navegáveis a cavalo, fazendo navios navegar sobre o lodo, dar combates à forças de terra onde a largura do rio não permitia voltar senão navegando de popa; fazendo pontes através de banhados para nela passarem exércitos, e as águas sepultarem-nas logo depois, brigando nos matos como caçadores que seguem a pista de felinos, foram esses brasileiros que deviam escrever no século XIX a epopeia, que só na mente dos poetas se pintaram nos tempos heroicos da Grécia, ou nas cruzadas se pintariam se e elas tivessem sido sempre vitoriosas” (ECHO DO SUL, 14/1/1899, p. 1).

O trecho acima, ainda em analogia à Guerra do Paraguai, evoca:

☐ Ao povo sul-rio-grandense que, seguindo o próprio exemplo de épocas passadas, poderia por fim à opressão de governos autoritários
☐ À heróica resistência dos rebeldes federalistas em sua vitória frente aos legalistas
☐ Aos pica-paus que salvaram a legalidade
☐ À heróica resistência exército brasileiro em defesa da pátria contra os rebeldes

---

BLOCO 3: A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL (1905)

15) “Prometem-lhes eleições; e não há quem não saiba que a melhor lei eleitoral é a maior das ironias, quando não há juízes para julgar. Para concorrer às urnas seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto neste sistema. Mas isto seria a revolução, e o governo por motivo de salvação pública não permitiria eleições“ DOURADO, 1905, p. 16).

O trecho acima constitui crítica ao sistema eleitoral do período, acusado de perpetuar o regime vigente. Nele, o autor refere-se:

☐ Ao sistema de voto universal instaurado na república
☐ Ao sistema de voto secreto instaurado na república
☐ Ao sistema de voto aberto instaurado na república
☐ Ao sistema de voto obrigatório instaurado na república

---

16) "Os federalistas [são os] únicos elementos de oposição ao governo, pois os outros que se desgostam com a política do dr. Borges de Medeiros, apenas tem suspiros e gemidos de saudade pelo grande morto [Castilhos], que ao menos tratava-os com franqueza, ameaçava-os, punia-os (...) ostensivamente, para edificar isto que aí está; ao passo que o dr. Borges tudo promete-lhes, bate-lhes o ombro, nomeia-os chefes; mas se vem outro, o contrário, faz o mesmo" (DOURADO, 1905, p. 15).

Com estas palavras, o autor defende:

☐ Que não há oposição ao regime castilhista-borgista
☐ O Partido Federalista como como única alternativa ao sistema vigente
☐ Borges de Medeiros como governante melhor do que o antecessor
☐ A corrupção endêmica entre os governistas e seus dissidentes

17) "Enganam-se os que governam povos, e que só se fiam nas suas brigadas, quando pensam que porque morreram tais e tais homens tudo está terminado. Assaz temos escrito que não são indivíduos que fazem revoluções, são os governantes. São eles mesmos que criam seus adversários, quando os homens de brio e patriotas que os seguem vêem como eles malbaratam o nome e o pundonor do seu povo; aniquilam suas tradições [...] E temos demonstrado que o caudilho que se faz herói lendário não é o que a presunção aponta. Ele nasce onde menos se espera; mesmo contra a vontade dos que se julgam únicos. [...] O outro, a única válvula que pode dar escápula a essa tensão, é o parlamento" (DOURADO, 1905, p. 59-60).

Dois são os caminhos apontados pelo autor como soluções imediatas para a situação política brasileira, heranças diretas e indiretas do programa do Partido Federalista. São eles, respectivamente:

☐ Revolução e instauração do parlamentarismo
☐ Revolução e novas eleições parlamentares
☐ Eleições e instauração do parlamentarismo
☐ Eleições e instauração da monarquia

---

18) "Retirar o exército da política dos partidos, não quer dizer retirá-lo da política do país. Nem se poderia compreender nos tempos modernos, uma corporação sobre que recai todas as grandes e urgentes necessidades do país, como instrumento apenas da vontade de outros, obedecendo as leis que se lhe impõe, donde surgiria a necessidade das discussões e protestos nos quartéis [...] as corporações armadas teriam direito de ocupar nos parlamentos nacionais, tantos lugares quantos as forças correspondessem no recenseamento eleitoral, aos civis. (...) A eleição para os militares obedeceria ao senso alto; cada oficial tendo direito a tantos votos quantos as suas etapas diárias [...]. Assim as forças armadas mandariam ao parlamento homens que buscassem defender os seus interesses gerais; iniciando os seus melhoramentos e vantagens, levando para lá uma ordem da sua corporação que devia defender" (DOURADO, 1905, p. 46-47).

A proposta acima, sugestão política de Dourado, pretende:

☐ Retirar totalmente o exército da cena política brasileira
☐ Aumentar a ingerência do exército na vida política brasileira
☐ Manter a ingerência do exército na vida política brasileira
☐ Diminuir a influência das forças armadas na política partidária, mas resguardando representação no parlamento como forma de obter apoio nos quadros militares para o programa federalista

---

19) "Portanto, para que essas armas, esse excesso de armas, senão para poder o governo rio-grandense armar a patriotada, ou a guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do exército?" (DOURADO, 1905, p. 16).

O trecho acima refere-se ao armamento entregue a uma poderosa corporação de sustentação aos governos estaduais, em especial, no caso sul-rio-grandense, que teve destacado papel no fortalecimento institucional castilhista-borgista. Refere-se:

☐ Às milícias sul-rio-grandenses
☐ À Marinha de Guerra
☐ À Brigada Militar
☐ À Polícia Metropolitana

---

20) "Castigos corporais, ameaças desses mesmos castigos até a pessoas cuja idade e sexo exigiam respeito inolvidável, estropiamentos nas estancas de indivíduos a quem se mandava depois em boa paz embora, alegando ter sido preso por engano, como fomos testemunha; as mortes constantes, de delinquentes de crimes não provados ou imaginários, por terem resistido a prisão, mesmo em regiões onde se podia comentar o fato, de que os jornais neutros davam noticia sem um único comentário, e os situacionistas com aquela entonação que redunda em elogio a quem exercia o direito de matar sem responsabilidade" (DOURADO, 1905, p. 30).

Ao denunciar o posicionamento reprovável dos jornais identificados como “neutros” ou “situacionistas”, o autor destaca como características da imprensa do período, ser:

☐ Vigiada e cerceada
☐ Livre e opinativa
☐ Factual e neutra
☐ Engajada e factual

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSOS DE HISTÓRIA, BACHARELADO E LICENCIATURA
DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL II – CÓD. 10342
DOCENTE: MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA (PPGH-FURG)

CURSO:	☐ BACHARELADO	☐ LICENCIATURA

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO

Como futuro professor/pesquisador é possível construir **uma** história política da Revolução Federalista (em seu sentido abrangente) com vistas ao ensino e à pesquisa em história, tomando por base as fontes primárias, em especial os escritos de Angelo Dourado através dos seus livros e dos artigos publicados na imprensa da época?

☐ Sim. Justifique

☐ Não. Justifique